

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CRISTIANE CAVALCANTE LIMA

**ATIVISMO ALIMENTAR E EMPREENDEDORISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NA AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS: ANÁLISE DOS
CASOS DA COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO
AMAZONAS (CATRAPOA) E DA REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA (REMA)**

PORTO ALEGRE

2023

CRISTIANE CAVALCANTE LIMA

**ATIVISMO ALIMENTAR E EMPREENDEDORISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NA AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS: ANÁLISE DOS
CASOS DA COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO
AMAZONAS (CATRAPOA) E DA REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA (REMA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cátia Grisa

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Cristiane Cavalcante
Ativismo alimentar e empreendedorismo de políticas públicas na agenda governamental do Estado do Amazonas: análise dos casos da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) e da Rede Maniva de Agroecologia (REMA) / Cristiane Cavalcante Lima. -- 2023.
221 f.
Orientadora: Cátia Grisa.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ativismo alimentar. 2. Empreendedores de políticas públicas. 3. Políticas públicas. 4. Amazonas. I. Grisa, Cátia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE CAVALCANTE LIMA

**ATIVISMO ALIMENTAR E EMPREENDEDORISMO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NA AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS: ANÁLISE DOS
CASOS DA COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO
AMAZONAS (CATRAPOA) E DA REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA (REMA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cátia Grisa

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cátia Grisa (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Camila Penna de Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Universidade de São Paulo

Dr^a. Elisa Vieira Wandelli

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, minha alegria, Samir

Por ser tão compreensivo nos muitos momentos que necessitei estar ausente. Sua bondade e sua empatia são encantadoras.

À minha querida mãe, Raimunda

Seu exemplo de coragem e determinação foi o meu motor na condução deste trabalho.

Aos meus enteados Adriana e Arthur

A alegria de vocês permitiu com que este momento se tornasse mais leve. Dois presentes muito especiais que a vida me deu.

Ao meu querido James Dean

Sua ajuda e sua gentileza foram muito importantes em vários momentos desse processo.

À minha orientadora, Cátia Grisa

Esta pesquisa só foi possível graças à sua condução. Sua competência motiva a todos e todas! Sua postura pessoal e profissional foi positivamente marcante para a minha trajetória. Sou muito grata pelas oportunidades que você me proporcionou.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Pelas aulas tão esclarecedoras e enriquecedoras, despertando-nos interesses por vários temas, motivando-nos a nos manter nesse universo encantador da docência e da pesquisa.

Às servidoras Macarena e Ana Paula

Por serem sempre muito educadas e dispostas a orientar, facilitando a burocracia.

Aos participantes da pesquisa

Pela disponibilidade em contribuir, recebendo-me sempre de forma muito respeitosa. O ativismo desses atores é encantador e me motiva a ser melhor!

Aos colegas de turma

Pelo acolhimento, pelas trocas e pelos vários momentos de descontração.

À minha amiga Camila

Pelo incentivo, pela parceria e pela confiança. Uma amizade que se iniciou no doutorado e que permanecerá ao longo da vida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Pelo apoio financeiro que permitiu minha estadia na Espanha durante a realização do doutorado sanduíche na Universidade de Oviedo.

À professora Cecília e ao seu grupo de pesquisa

Por tão gentilmente me receberem na Universidade de Oviedo. Essa experiência foi extremamente enriquecedora para minha vida acadêmica e profissional.

Aos meus amigos Olga e Francisco

Por representarem o acolhimento de uma família no período em que estive na Espanha.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD)

Por ter contribuído tanto na minha formação enquanto pesquisadora.

Muito obrigada a todas e todos aqui mencionados! Nada é realizado de forma isolada! O auxílio e a parceria que recebi no decorrer desse processo foram os alicerces para a condução e a finalização desta tese.

RESUMO

Os sistemas alimentares industriais contemporâneos geram impactos negativos de diversas ordens. Seu modo de produção, o qual prioriza a monocultura e a utilização intensiva de agrotóxicos, tem prejudicado o meio ambiente, provocado alterações climáticas e interferido nos hábitos alimentares culturais, com a diminuição de alimentos *in natura* e o aumento do consumo de produtos processados e ultraprocessados. As populações de maior vulnerabilidade social são as que mais sofrem as consequências, como no caso da população amazonense, contexto de investigação desta pesquisa. Estudos anteriores constataram transformações nos hábitos alimentares desse grupo, dentre elas a diminuição de alimentos tradicionais e o aumento no consumo de alimentos ricos em carboidratos e de alto valor calórico. Esse cenário problemático tem sido fortemente questionado por ativistas alimentares e empreendedores de políticas públicas da região, com destaque para os seguintes coletivos: Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) e Rede Maniva de Agroecologia do Estado do Amazonas (REMA). A CATRAPOA é coordenada pelo Ministério Público Federal (MPF) e auxilia os povos e populações tradicionais no acesso às políticas de compras públicas, especialmente em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A REMA é um movimento social que apoia os agricultores familiares amazonenses na conversão da produção convencional para orgânica e agroecológica. Essas organizações se destacam em virtude de suas influências na agenda governamental, uma vez que têm encaminhado e inserido suas pautas em direção às políticas públicas. Mobilizando as literaturas sobre ativismo alimentar institucional e não institucional, movimento social, formação da agenda governamental e de empreendedorismo de políticas públicas, esta investigação teve como objetivo geral analisar o ativismo/empreendedorismo político realizados pela CATRAPOA e pela REMA. Quanto aos objetivos específicos, estes foram: a) conhecer a trajetória de formação e atuação de cada coletivo; b) identificar e compreender suas influências nas políticas públicas do estado do Amazonas; e c) mapear e analisar as táticas mobilizadas para avançar com suas pautas na agenda governamental do estado. Para alcançar esses objetivos, a investigação optou pela abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada em profundidade, a observação não participante e a análise documental. As informações coletadas foram submetidas a técnica de análise de conteúdo. Embora a CATRAPOA e a REMA possuam origens distintas, a primeira formada a partir do Estado e a segunda na Sociedade Civil, os resultados demonstraram que ambos os coletivos mobilizam as

mesmas táticas para avançar com suas pautas. A “vinculação de atores e construção de redes” foi a tática de maior destaque nos dois casos e permitiu com que outras táticas fossem empregadas. O estudo demonstrou que os resultados alcançados pela CATRAPOA e pela REMA são frutos, principalmente, da articulação em redes entre atores governamentais e não governamentais. Acredita-se que este estudo seja relevante, porque pesquisas dessa natureza podem orientar políticas públicas para que tenham o potencial de promover sistemas alimentares mais sustentáveis.

Palavras-chave: Ativismo alimentar. Empreendedores de políticas públicas. Políticas públicas. Estado do Amazonas.

ABSTRACT

Contemporary industrial food systems generate negative impacts of various types. Their mode of production, which prioritizes monoculture and intensive use of pesticides, has harmed the environment, caused climate change and interfered with cultural eating habits, with a decrease in fresh foods and an increase in the consumption of processed and ultra-processed products. Populations with the greatest social vulnerability are those who suffer the most consequences, as in the case of the population of Brazilian state of Amazonas, where this research was conducted. Previous studies have found modifications of the eating habits of this group, such as a reduction in traditional foods and an increase in the consumption of foods rich in carbohydrates and with high calorific value. This concerning scenario has been strongly questioned by food activists and public policy entrepreneurs in the region, primarily the following collectives: the Traditional Food Commission of the Peoples of Amazonas (TFCPA) and the Maniva Agroecological Network of Amazonas (MANA). TFCPA is coordinated by the Federal Public Ministry and assists traditional peoples and populations in accessing public purchasing policies, especially in relation to the National School Feeding Program. MANA is a social movement that supports Amazonian family farmers in converting conventional production to organic and agroecological production. These organizations are prominent due to their influence on the government agenda, as they have guided and inserted their agendas in public policies. Grounded on literature about institutional and non-institutional food activism, social movements, government agenda formation and public policy entrepreneurship, this research aimed to analyze the activism and political entrepreneurship performed by TFCPA and MANA. The specific objectives were: a) to understand the formation and performance trajectory of each collective; b) to identify and understand their influences on public policies in the state of Amazonas; and c) to map and analyze the tactics utilized to advance their agenda in the state's government agenda. To achieve these goals, a qualitative approach was employed, by using semi-structured in-depth interviews, non-participant observation and document analysis to collect data, which were then subjected to content analysis. Although TFCPA and MANA have different origins, the first one being formed with the coordination of the State and the second one from Civil Society, the results demonstrated that both collectives execute the same tactics to advance their agendas. "Actor linking and network building" was the most noticeable tactic in both cases and allowed other tactics to be employed. The study indicated that the achievements by CATRAPOA and MANA are mainly the result of network articulation between governmental and non-governmental actors. It is believed that this dissertation is relevant, because research of this nature can guide public policies to have the potential to promote more sustainable food systems.

Keywords: Food activism. Public policy entrepreneurs. Public policy. State of Amazonas.

RESUMEN

Los sistemas alimentarios industriales contemporáneos generan impactos negativos de diversos tipos. Su modo de producción, que prioriza el monocultivo y el uso intensivo de pesticidas, ha dañado el medio ambiente, provocado el cambio climático e interferido en los hábitos alimentarios culturales, con una disminución de los alimentos frescos y un aumento del consumo de productos procesados y ultraprocesados. Las poblaciones con mayor vulnerabilidad social son las que sufren más consecuencias, como es el caso de la población del estado brasileño de Amazonas, contexto de la presente investigación. Otros estudios han encontrado cambios en los hábitos alimentarios de este grupo, como una reducción de alimentos tradicionales y un aumento en el consumo de alimentos ricos en carbohidratos y con alto valor calórico. Este escenario problemático ha sido fuertemente cuestionado por activistas alimentarios y empresarios de políticas públicas de la región, sobre todo por los siguientes grupos: Comisión de Alimentos Tradicionales de los Pueblos de Amazonas (CATRAPA) y Rede Maniva de Agroecología de Amazonas (REMA). CATRAPA es coordinada por el Ministerio Público Federal y asiste a los pueblos y poblaciones tradicionales en el acceso a políticas públicas de compras, especialmente en relación al Programa Nacional de Alimentación Escolar. REMA es un movimiento social que apoya a agricultores familiares amazónicos en la conversión de la producción convencional a producción orgánica y agroecológica. Estas organizaciones se destacan por su influencia en la agenda de gobierno, pues han orientado e insertado sus agendas hacia las políticas públicas. Basada en la literatura sobre el activismo alimentario institucional y no institucional, los movimientos sociales, la formación de agenda gubernamental y el emprendimiento de políticas públicas, esta investigación tuvo como objetivo general analizar el activismo y el emprendimiento político llevado a cabo por CATRAPA y REMA. En cuanto a los objetivos específicos, estos fueron: a) comprender la trayectoria de formación y desempeño de cada grupo; b) identificar y comprender sus influencias en las políticas públicas del estado de Amazonas; y c) mapear y analizar las tácticas utilizadas para avanzar su agenda en la agenda de gobierno del estado. Para lograr estas metas, la investigación optó por un enfoque cualitativo, utilizando como instrumentos de recolección de datos la entrevista semiestructurada en profundidad, la observación no participante y el análisis de documentos. La información recopilada fue sometida a la técnica de análisis de contenido. Si bien CATRAPA y REMA tienen orígenes diferentes, el primer grupo formado con la coordinación del Estado y el segundo en la Sociedad

Civil, los resultados demostraron que ambos emplean las mismas tácticas para avanzar en sus agendas. La “vinculación de actores y construcción de redes” fue la táctica más destacada en ambos casos y permitió emplear otras tácticas. El estudio demostró que los resultados alcanzados por CATRAPA y REMA son principalmente resultados de la articulación en redes entre actores gubernamentales y no gubernamentales. Se cree que esta investigación es relevante, porque trabajos de esta naturaleza pueden orientar políticas públicas para que tengan el potencial de promover sistemas alimentarios más sostenibles.

Palabras-clave: Activismo alimentario. Empresarios de políticas públicas. Políticas públicas. Estado de Amazonas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Mapa do estado do Amazonas..... | 18 |
| Figura 2 – Contexto geográfico da pesquisa | 30 |
| Figura 3 – Realidade geográfica e logística do estado do Amazonas | 33 |
| Figura 4 – Período da vazante | 34 |
| Figura 5 – Período das cheias | 35 |
| Figura 6 – Densidade populacional do município de Manaus..... | 39 |
| Quadro 1 – Composição da CATRAPOA | 74 |
| Figura 7 – Municípios do Amazonas em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar | 77 |
| Figura 8 – Entrega da alimentação escolar indígena no Município de São Gabriel da Cachoeira | 81 |
| Figura 9 – Entrega da alimentação escolar indígena no Município de Boca do Acre..... | 82 |
| Figura 10 – Feira da Associação de Produtores Orgânicos do estado do Amazonas..... | 101 |
| Figura 11 – Plenária da REMA | 105 |
| Figura 12 – Troca de sementes entre agricultores da REMA..... | 105 |
| Figura 13 – Reuniões da REMA na propriedade dos agricultores | 106 |
| Figura 14 – Feira de produtos orgânicos e agroecológicos da REMA | 109 |
| Figura 15 – Visitas de verificação da REMA..... | 112 |
| Figura 16 – Oficina de elaboração das diretrizes da PLEAPO..... | 115 |
| Figura 17 – Produtos fornecidos por agricultores indígenas | 126 |
| Figura 18 – Notícia do Prêmio Innovare recebido pela CATRAPOA | 147 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------|--|
| ABA | Associação Brasileira de Agroecologia |
| ADAF | Agência de Defesa Agropecuária e Florestal |
| AM | Amazonas |
| ANA | Articulação Nacional de Agroecologia |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| APOAM | Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas |
| APOI | Associação de Produtores Orgânicos do Iranduba |
| ASIBA | Associação dos Produtores de Barcelos |
| ASPROC | Associação dos Produtores Rurais de Carauari |
| ATER | Assistência Técnica e Produção Rural |
| CATRAPOA | Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas |
| CCM | Memorial Chico Mendes |
| CCR | Câmara de Coordenação e Revisão |
| CEAPO | Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica |
| CECANE | Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar |
| CGPC | Coordenadoria-Geral de Promoção da Cidadania |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CO ₂ | Dióxido de Carbono |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONSEA | Conselho de Segurança Alimentar |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COOINE | Cooperativa Agrícola Indígena Nova Esperança |
| COPE | Coordenação de Processos Educativos |
| COVID-19 | <i>2019 Coronavirus Disease</i> |
| CPORG | Comissão de Produção Orgânica |
| CSA | Comunidade que Sustenta a Agricultura |
| DAP | Declaração de Aptidão ao PRONAF |
| DPDS | Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EDUA | Editora da Universidade Federal do Amazonas |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |

| | |
|-----------|---|
| EXPOAGRO | Exposição Agropecuária |
| FAO | <i>Food and Agriculture Organization</i> |
| FAS | Fundação Amazonas Sustentável |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FOIRN | Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro |
| FUNAI | Fundação Nacional dos Povos Indígenas |
| FVS | Fundação de Vigilância Sanitária |
| GIZ | <i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| IDAM | Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDESAM | Instituto de Desenvolvimento da Amazônia |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IEPE | Instituto de Pesquisa e Formação Indígena |
| IFAM | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INPA | Instituto de Pesquisas da Amazônia |
| IPES Food | <i>International Panel of Experts on Sustainable Food Systems</i> |
| IPi | Instituto Piagaçu |
| ISA | Instituto Socioambiental |
| MAPA | Ministério da Agricultura e Pecuária |
| MCM | Memorial Chico Mendes |
| MPF | Ministério Público Federal |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NEPAM | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos |

| | |
|---------|--|
| OCS | Organização de Controle Social |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não Governamental |
| OPAC | Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade |
| OSC | Organizações da Sociedade Civil |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PANC | Planta Alimentícia não Convencional |
| PEAPO | Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica |
| PENSSAN | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional |
| PLEAPO | Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| POF | Pesquisa de Orçamento Familiar |
| PPCDAM | Plano de Preservação e Combate ao Desmatamento na Amazônia |
| PREME | Programa de Regionalização da Merenda Escolar |
| PT | Partidos dos Trabalhadores |
| REATA | Rede de Agricultores Tradicionais |
| REMA | Rede Maniva de Agroecologia |
| SAF | Sistema Agroflorestal |
| SBSAF | Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação |
| SEPROR | Secretaria de Produção Rural |
| SISAN | Sistema Nacional de Segurança |
| SPG | Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica |
| UEA | Universidade do Estado do Amazonas |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |
| VIGISAN | Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional |
| WWF | <i>World Wide Fund for Nature</i> |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | PROBLEMÁTICAS ALIMENTARES, ATIVISMO ALIMENTAR, FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL E EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 26 |
| 2.1 | SISTEMAS ALIMENTARES INDUSTRIAIS E SUAS PROBLEMÁTICAS | 26 |
| 2.2 | SISTEMAS ALIMENTARES INDUSTRIAIS E O CONTEXTO AMAZÔNICO | 30 |
| 2.3 | AS PROBLEMÁTICAS ALIMENTARES DO ESTADO DO AMAZONAS | 36 |
| 2.4 | ATIVISMO POLÍTICO E ATIVISMO ALIMENTAR | 43 |
| 2.5 | ATIVISMO NÃO INSTITUCIONAL E INSTITUCIONAL | 49 |
| 2.6 | FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL | 57 |
| 2.7 | EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 63 |
| 2.8 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO | 67 |
| 3 | COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO AMAZONAS (CATRAPOA): TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO, INFLUÊNCIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL, ATIVISMO INSTITUCIONAL E EMPREENDEDORISMO POLÍTICO | 73 |
| 3.1 | ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA CATRAPOA | 73 |
| 3.2 | A INFLUÊNCIA DA CATRAPOA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 77 |
| 3.3 | FATORES QUE INFLUENCIARAM O ATIVISMO DOS MEMBROS DA CATRAPOA | 83 |
| 3.4 | ATIVISMO E EMPREENDEDORISMO POLÍTICO DA CATRAPOA..... | 89 |
| 3.5 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO | 90 |
| 4 | MOVIMENTO SOCIAL DA REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA DO AMAZONAS (REMA): TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS | 93 |
| 4.1 | MOVIMENTO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS | 93 |
| 4.2 | TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA REMA | 98 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 4.3 | REMA: ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO | 103 |
| 4.4 | REMA E A POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA | 111 |
| 4.5 | REMA E A POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PEAPO) | 114 |
| 4.6 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO | 116 |
| 5 | TÁTICAS MOBILIZADAS PELA CATRAPOA PARA ALCANÇAR A AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS | 119 |
| 5.1 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “DEFINIÇÃO E CONEXÃO DE PROBLEMAS” .. | 119 |
| 5.2 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “FACILITAÇÃO DE INOVAÇÃO” | 124 |
| 5.3 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “RECONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE JANELAS DE OPORTUNIDADES” | 129 |
| 5.4 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “VINCULAÇÃO DE ATORES E CONSTRUÇÃO DE REDES” | 134 |
| 5.5 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO” | 142 |
| 5.6 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E MOTIVAÇÃO” | 145 |
| 5.7 | CATRAPOA E A TÁTICA DE “LIDERANÇA PELO EXEMPLO” | 147 |
| 5.8 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO | 150 |
| 6 | TÁTICAS MOBILIZADAS PELA REMA PARA ALCANÇAR A AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS | 153 |
| 6.1 | REMA E A TÁTICA DE “DEFINIÇÃO E CONEXÃO DE PROBLEMAS” | 153 |
| 6.2 | REMA E A TÁTICA DE “FACILITAÇÃO DE INOVAÇÃO” | 155 |
| 6.3 | REMA E A TÁTICA DE “RECONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE JANELAS DE OPORTUNIDADE” | 159 |
| 6.4 | REMA E A TÁTICA DE “VINCULAÇÃO DE ATORES E CONSTRUÇÃO DE REDES” | 161 |
| 6.5 | REMA E A TÁTICA DE “GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO” .. | 166 |
| 6.6 | REMA E A TÁTICA DE “CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E MOTIVAÇÃO” ... | 172 |
| 6.7 | REMA E A TÁTICA DE “LIDERANÇA PELO EXEMPLO” | 174 |
| 6.8 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO | 176 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 178 |
| | REFERÊNCIAS | 183 |
| | APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A CATRAPOA | 204 |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A REMA..... | 207 |
| | ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REMA | 209 |
| | ANEXO B – POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DO ESTADO DO AMAZONAS..... | 214 |

1 INTRODUÇÃO

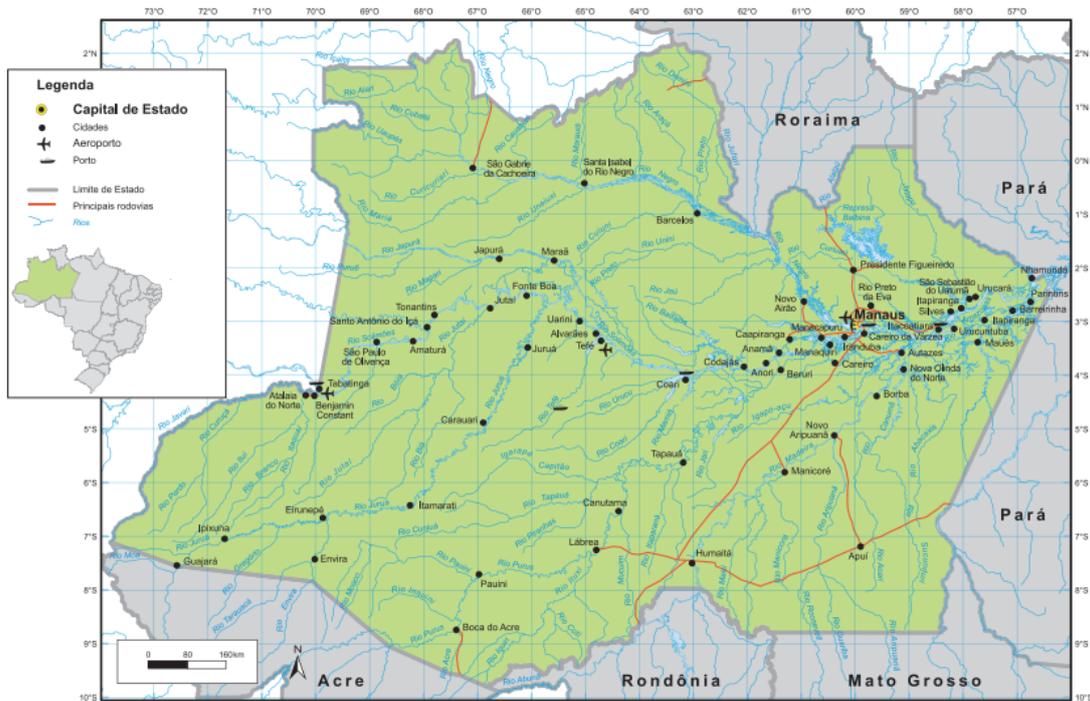
O debate em torno das questões alimentares vem se ampliando nos últimos anos. Estudos sinalizam que o atual modelo de produção de alimentos, cada vez mais especializado e industrializado, gera diversas problemáticas, refletindo em questões de ordem nutricional, socioeconômica, ambiental e cultural (Beardsworth; Keil, 1997; Canesqui, 1988; Daviron, 2021; Preiss; Schneider; Coelho-de-Souza, 2020; Rapallo; Riveira, 2019).

Nesse sentido, o modo como se estruturam os sistemas alimentares industriais – com processos produtivos baseados na monocultura, a partir do uso insustentável dos recursos naturais, das práticas de desmatamento ou queimada e da utilização intensiva de produtos químicos – tem gerado efeitos negativos sobre o meio ambiente: intensificação do aquecimento global (por emissão de gases de efeito estufa), prejuízo aos recursos hídricos e degradação dos ecossistemas e da biodiversidade de modo geral (Abramovay, 2019; Jacobs, 2017; Lovejoy; Nobre, 2018; Rocha, 2020; Santos 2021).

Outrossim, os referidos sistemas têm causado problemas de saúde relacionados à desnutrição, ao sobrepeso, à obesidade etc., pois esse modelo de produção induz um padrão alimentar voltado à diminuição de alimentos *in natura* e ao aumento de produtos processados e ultraprocessados (Lang; Heasman, 2004; Rapallo; Riveira, 2019). As populações de menor renda são as mais afetadas, já que suas escolhas alimentares, geralmente, estão baseadas nos preços dos alimentos, que, por via de regra, quanto mais baratos, menos nutritivos são (Canesqui, 1988; Rapallo; Riveira, 2019; Schutter; Quinot; Swensson, 2021).

Esse cenário gera uma alimentação cada vez mais padronizada, uma vez que reprime a diversidade alimentar das populações e compromete sua cultura, especialmente a de povos e comunidades tradicionais (Binotti, 2023; Leite, 2007; Mendes, 2019; Souza; Villar; 2018). As problemáticas apontadas estão presentes em muitos territórios brasileiros, sendo que este estudo, especificamente, toma como objeto de análise a realidade do estado do Amazonas. O mapa abaixo, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situa o território mencionado:

Figura 1 – Mapa do estado do Amazonas



Fonte: IBGE (2023a, p. 1).

O estado do Amazonas é a maior unidade territorial da Federação brasileira, pois representa mais de 18% da superfície do país. Também concentra a maior reserva tropical do planeta e uma das maiores bacias hidrográficas. Possui 62 municípios, com uma população de 3.941.175 pessoas. A capital, Manaus, contrasta com outros municípios amazonenses pela envergadura populacional de 2.063.547 habitantes, que corresponde a 52% da população do estado.

A agricultura familiar do estado representa 87% dos estabelecimentos agropecuários. Abrange 40% das terras e é responsável pela ocupação de 243.828 pessoas, equivalente a 91% dos postos de trabalhos gerados no meio rural. Esses dados revelam a importância da agricultura familiar como fonte de ocupação no meio rural do estado. A produção agrícola dos estabelecimentos familiares é considerada de baixo impacto ambiental. Entre os principais produtos, destacam-se: mandioca,¹ banana, laranja, açaí, maracujá, abacaxi, além da participação na pecuária, na pesca e no extrativismo. A faixa etária dos agricultores não se diferencia da apresentada pelas demais regiões amazônicas, cuja média encontra-se entre 40 e 60 anos (Oliveira *et al.* 2021; Silva, 2023).

¹ A mandioca é uma cultura muito comum na região, considerada de extrema relevância para a população da Amazônia. Dada a característica de rusticidade dessa planta, possui grande capacidade de adaptação e múltiplas formas de aproveitamento. Além de ser parte da alimentação da população local, é também muito importante para a geração de receita (Silva, 2023).

Em relação à organização dos agricultores, ainda é pequeno o número de associações, cooperativas ou sindicatos constituídos formalmente. Essa fragilidade organizacional é prejudicial, pois esses mecanismos favorecem processos de diálogos com agentes externos na busca por melhorias das condições socioeconômicas e produtivas (Silva, 2023).

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Amazonas ocupa a 18ª colocação no *ranking* nacional, com um IDH de 0,7% (IBGE, 2023b). Os serviços públicos e elementos de infraestrutura (energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, entre outros) são precários em muitos municípios do estado. Em termos educacionais, Silva (2023) informa que a região apresenta baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse cenário é ainda mais crítico nas áreas rurais, o que contribui para agravar o seu baixo desenvolvimento social, uma vez que a ausência de instrução formal limita os agricultores na obtenção de financiamentos e na busca de inovações tecnológicas (Silva, 2023).

O Amazonas está entre os estados que apresentam os piores indicadores sociais do Brasil (IBGE, 2022). E quanto mais distantes são os municípios da capital, mais vulneráveis são as condições de vida. Trata-se de uma unidade federativa que se difere de outros estados brasileiros em virtude da complexidade da geografia amazonense, interligada por vias fluviais com cadeias longas de abastecimento. Na avaliação de Lopes *et al.* (2021), toda a logística de transportes no Amazonas, impostos pelos fatores naturais, encontra grandes desafios e limitações.

Conforme explica Figueiredo (2023), o tempo de locomoção está sempre relacionado ao ciclo hidrológico do estado. O deslocamento de moradores de alguns municípios para a capital e vice-versa, pode ocorrer em 27 horas de lancha a jato ou 10 dias de barco. No cotidiano rural, é muito comum o transporte em embarcações do tipo “rabeta”, as quais são pequenas e sem cobertura.

As especificidades geográficas do Amazonas dificultam a logística de pessoas e a comercialização da produção, o que contribui para a condição de vulnerabilidade da região (Bentes, 1999; Moraes; Herculano; Veiga Júnior, 2014; Pinheiro, 2012). Para Figueiredo (2023), a falta de investimento em infraestrutura logística é uma das principais barreiras enfrentadas pelo estado na implantação de políticas públicas.

Estudos têm destacado que as características hidrológicas do estado influenciam nas mudanças alimentares da sua população. Durante os períodos de cheias, muitos territórios do Amazonas são obrigados a interromper seus cultivos, aumentando sua dependência por produtos externos. E, nos períodos das secas, a logística em algumas partes do estado é ainda

mais complexa, em virtude de problemas de infraestrutura em geral, como a acentuada escassez de estradas.

As pesquisas sinalizam ainda que o fator renda, mediante políticas de transferências, e a modernização dos meios de transportes fluviais também impactam nos hábitos alimentares, pois facilitam a aquisição de produtos industrializados, induzindo escolhas alimentares de baixa qualidade, com baixo valor proteico e elevados níveis calóricos, o que agrava a problemática da insegurança alimentar (Costa, Schor; 2013; Santos, 2016; Schor *et al.*, 2015; Vivier; Droulers; 2019). Além das consequências nutricionais, por se tratar de alimentos estranhos a sua cultura, esse contexto também tem fragilizado os conhecimentos tradicionais das populações que vivem nesses territórios, com destaque para os povos indígenas (Figueiredo, 2023; Leite, 2007; Souza; Villar, 2018), entendidos como atores fundamentais para a conservação da agrobiodiversidade e cujos saberes tradicionais são importantes para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (Iberê, 2020).

As problemáticas aqui anunciadas são questionadas por atores que trabalham pela defesa de sistemas alimentares mais sustentáveis, projetando como solução a valorização da cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais e o fortalecimento da agricultura familiar orgânica de base agroecológica. Refere-se aqui aos “ativistas alimentares”, presentes tanto em espaços da Sociedade Civil quanto em esferas governamentais. Ao atuar a partir destas, são denominados “ativistas institucionais” (Abers, 2021; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Lavallo; Szwako, 2015; Oliveira, 2021; Pettinicchio, 2012).

Vale destacar que, quando esses ativistas direcionam suas ações com foco nas políticas públicas, seja para a manutenção, seja para a modificação destas, também são denominados de “empreendedores de políticas públicas”, sujeitos que, manipulando os mais diversos recursos, por dentro ou por fora do Estado, mobilizam várias táticas de ação com o objetivo de impulsionar pautas em direção à agenda governamental. Pesquisas sobre o tema (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Pettinicchio, 2012; Petridou; Mintrom, 2021) sinalizam que os mencionados atores oferecem contribuições significativas para as políticas públicas, sendo compreendidos como sujeitos importantes na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis.

A maioria das pesquisas sobre ativistas e empreendedores de políticas públicas dedica-se a analisar as características e os resultados desses sujeitos (Baumgartner; Jones, 1991; Capella, 2016; Kingdon, 2017a, 2017b, 2003). Há poucos estudos que analisam as práticas ou táticas mobilizadas por tais atores para alcançar e promover mudanças nas agendas

governamentais. Nesse sentido, surge uma importante questão problematizadora: **quais são as táticas e como estas são mobilizadas por ativistas e empreendedores de políticas públicas para avançar com suas pautas em direção à agenda governamental?**

Buscando preencher essa lacuna, após a realização de uma pesquisa de campo exploratória, em janeiro de 2020, a qual teve por objetivo realizar um levantamento de grupos comprometidos com a pauta da alimentação no estado do Amazonas, foram investigadas as táticas mobilizadas por ativistas/empreendedores de políticas públicas de dois coletivos muito atuantes: a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) e a Rede Maniva de Agroecologia do Estado do Amazonas (REMA). Por se tratar de coletivos que tensionam suas pautas em direção às políticas públicas, esta investigação compreende que seus membros são, simultaneamente, ativistas e empreendedores de políticas públicas.

A CATRAPOA é uma comissão coordenada pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF) e que auxilia as populações tradicionais, tais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas do estado, em relação ao acesso às políticas de compras públicas, especialmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A comissão foi criada, inicialmente, com foco nas populações indígenas a partir da constatação da ausência e/ou da insuficiência de alimentação em suas escolas. A maioria dos alimentos que chegavam às comunidades era composta de produtos industrializados e descontextualizados de sua cultura (Brasil, 2020). Desde 2016, esse coletivo, formado por órgãos públicos e organizações da Sociedade Civil, passou a tensionar a agenda governamental e pautar mudanças nas políticas de compras públicas alimentares. Atualmente tem ampliado seu raio de atuação para além do estado do Amazonas, alcançando todo o território brasileiro.

Enquanto a CATAPROA teve sua origem na esfera institucional do estado amazonense, a REMA, apesar de manter forte diálogo com organizações governamentais, se originou no âmbito da Sociedade Civil. Trata-se de um movimento social que valoriza a agricultura familiar e atua para o fomento da agroecologia e a produção orgânica no Amazonas, auxiliando os agricultores familiares na conversão da produção convencional em uma produção orgânica e agroecológica. Além disso, articula canais de comercialização, com feiras exclusivas para os agricultores membros, e também vem tensionando por políticas públicas que privilegiem as pautas do movimento.

A escolha dos dois casos levou em consideração suas permeabilidades na agenda governamental e a expressividade desses coletivos no recorte estadual do contexto amazonense. Essas organizações, por meio da atuação de seus ativistas e empreendedores de políticas

públicas, têm alcançado a agenda governamental do Amazonas, modificando e estimulando o acesso às políticas públicas.

Considerando a questão de pesquisa e os casos selecionados, a investigação teve por objetivo geral analisar o ativismo/empreendedorismo político realizados pela REMA e pela CATRAPOA. Quanto aos objetivos específicos, estes foram:

- a) conhecer a trajetória de formação e atuação de cada coletivo;
- b) identificar e compreender suas influências nas políticas públicas do Amazonas e;
- c) mapear e analisar as táticas mobilizadas para o avanço de suas pautas na agenda governamental do estado.

Embora a maioria dos estudos sobre ativismo e empreendedorismo político enfatize a atuação individualizada desses atores, a hipótese defendida por esta pesquisa, em diálogo com as pesquisas mais recentes sobre o tema (Abers, 2021; Cohen, 2021; Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Silveira, 2022), é de que esses sujeitos atuam articulando-se em rede, desconstruindo interpretações voltadas às características “heroicas ou excepcionais” de atores individuais. Concordando com Brouwer e Huitema (2018), acredita-se que as mudanças nas políticas públicas ganham força a partir das coalizões em redes de atores. Em virtude da peculiaridade de cada coletivo – sendo um deles coordenado pelo estado (CATRAPOA) e o outro com maior protagonismo da sociedade civil (REMA) – uma outra hipótese, inicialmente levantada pelo estudo, foi a de que suas táticas seriam distintas.

Para analisar os dois coletivos investigados, optou-se pela abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), tal perspectiva

não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. [...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação.

Em relação à coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de entrevista semiestruturada em profundidade, observação não participante e análise documental. A entrevista semiestruturada é um procedimento metodológico amplamente empregado nas investigações sociais (Lakatos; Marconi, 1996). Contém um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema estudado, com um nível de flexibilidade que permite e até incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (Gerhardt; Silveira, 2009). De acordo com Triviños (1987), o referido instrumento não apenas oferece descrições dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade. Nesse tipo de entrevista, não existe uma ordem rígida de questões, porque estas vão se

adaptando às respostas emitidas pelos entrevistados e aos tópicos ou perguntas/guias previamente preparados. Com essa flexibilidade, é possível explorar, ao máximo, os temas e introduzir novas perguntas, a depender da situação.

As entrevistas realizadas neste estudo tiveram duração, em média, de uma hora e meia, e foram realizadas entre março de 2021 a março de 2023, de forma presencial e também à distância. Foram aplicadas a 33 atores, 18 membros da REMA e 15 da CATRAPOA. A escolha dos sujeitos entrevistados seguiu a técnica bola de neve, “uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência” (Vinuto, 2014, p. 203). Tal ferramenta garante uma permanente coleta de informações junto a uma rede social que vai se formando conforme a investigação avança, de modo a fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais (Vinuto, 2014). Mediante o uso dessa técnica, ao final de cada entrevista, os interlocutores eram indagados sobre quais organizações e/ou pessoas, segundo a avaliação dos informantes, eram mais atuantes no coletivo. As respostas compuseram o mapeamento dos principais atores a serem entrevistados.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas com o auxílio do *software* Pinpoint e organizadas segundo categorias previamente elaboradas, a saber: táticas mobilizadas; trajetória de formação do coletivo; foco de atuação; relação com as políticas públicas; e perfil dos ativistas institucionais. As respostas dos interlocutores foram agrupadas às suas respectivas categorias, facilitando, com isso, a análise. Os trechos das entrevistas presentes no decorrer dos capítulos estão em itálico. As identidades dos interlocutores foram preservadas, logo os nomes que aparecem nos depoimentos selecionados são fictícios e representam, no caso da CATRAPOA, nomes de origem indígenas e, quanto à REMA, nomes de plantas amazônicas.

A observação não participante, a qual “desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 74), também foi outro instrumento metodológico adotado pela investigação. Nessa modalidade de observação, o pesquisador mantém uma postura de espectador, com certa distância, buscando uma descrição mais detalhada dos fatos (Gerhardt; Silveira, 2009). As observações não participantes foram feitas durante as reuniões das organizações pesquisadas em situações presenciais e *on-line*. Durante esses encontros, algumas das colocações de seus membros, bem como as deliberações encaminhadas pelos coletivos, foram registradas no caderno de campo.

Somadas a essas observações diretas, posteriormente foram realizadas leitura e análise das atas dessas reuniões. Assim, o estudo também contou com pesquisa documental, a qual é

“realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados)” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 69). Além das atas, outros documentos elaborados por esses coletivos foram analisados, tais como notas técnicas, minutas de lei e recomendações emitidas pelo MPF.

Para a compreensão dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, a qual, segundo Bardin (1997), visa conhecer aquilo que está por trás das palavras que são emitidas pelos sujeitos, configurando-se como um tratamento das informações contidas nas mensagens. Esse tipo de técnica toma em consideração a totalidade do texto e, posteriormente, classifica-o de acordo com as frequências e/ou ausências de itens que possuem o mesmo sentido. Coletados e analisados os dados, o estudo foi organizado em oito capítulos, incluindo esta Introdução.

O segundo capítulo, intitulado “Problemáticas alimentares, ativismo alimentar, formação da agenda governamental e empreendedores de políticas públicas”, inicialmente, apresentará um panorama das problemáticas alimentares, contextualizando-as na realidade do estado do Amazonas. Em seguida, discutirá os elementos teóricos centrais adotados como lente de análise para esta pesquisa, relacionados: 1) à literatura de ativismo alimentar (institucional e não institucional); 2) ao processo de formação da agenda governamental, segundo os modelos de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (2003) e o Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones (1991) e; 3) aos empreendedores de políticas públicas.

O terceiro capítulo, “Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA): trajetória de formação, influência na agenda governamental, ativismo institucional e empreendedorismo político”, apresentará a trajetória de formação e a influência da CATRAPOA nas políticas públicas para o Amazonas. Por ser um coletivo idealizado e coordenado pelo Estado, o capítulo também discutirá os fatores que influenciaram o comportamento ativista dos membros da comissão. Por fim, o texto proporá um diálogo entre as literaturas de ativismo institucional e de empreendedores de políticas públicas, tendo como objeto de análise a CATRAPOA.

O quarto capítulo, “Movimento social da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (REMA): trajetória de formação, atuação e influência na agenda governamental do estado do Amazonas”, abordará alguns elementos teóricos sobre a rede e sua relação com as políticas públicas. Posteriormente, apresentará o processo de formação da REMA, analisado a partir das ferramentas de regimes e subsistemas. Em seguida, tratará sobre a organização, a composição e as estratégias de comercialização do movimento. E, por fim, destacará a influência da REMA

nas políticas públicas de certificação orgânica e na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

Para defender seus temas de interesse e avançar com suas pautas a fim de influenciar as políticas públicas, os ativistas alimentares/empreendedores de políticas públicas dos coletivos estudados por esta pesquisa mobilizam algumas táticas. Nesse sentido, o quinto e o sexto capítulos da tese apresentarão, respectivamente, o mapeamento e a análise das táticas acionadas pela CATRAPOA e pela REMA para alcançar a agenda governamental do estado do Amazonas.

O último capítulo registrará algumas considerações finais sobre a investigação, destacando sua contribuição e sinalizando oportunidades para estudos futuros.

2 PROBLEMÁTICAS ALIMENTARES, ATIVISMO ALIMENTAR, FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL E EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo da tese apresentará, primeiramente, uma discussão sobre as problemáticas advindas dos sistemas alimentares industriais, com ênfase nos aspectos nutricionais, socioeconômicos, ambientais e culturais. Em seguida, abordará a influência desses sistemas no território amazônico, delimitando a discussão na esfera do estado do Amazonas, além de ressaltar que fatores relacionados aos regimes hidrográficos, a monetização da região e a modernização dos meios de transportes têm contribuído para alterações nas dinâmicas alimentares e culturais da população amazonense.

Argumentando que muitas problemáticas alimentares anunciadas pelo capítulo têm sido questionadas por ativistas, o texto continuará a reflexão sobre o ativismo alimentar (institucional e não institucional). Ao considerar que, em muitos casos, esses atores impulsionam suas pautas em direção às políticas públicas, o capítulo também discutirá o processo de formação da agenda governamental, sob a lente de análise dos modelos de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (2003) e do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones (1991). Esses modelos destacam o papel dos empreendedores de políticas públicas, apontados pelos autores como sujeitos influentes na formação da agenda governamental. Nesse sentido, a última seção descreverá os perfis e as estratégias de atuação dos referidos sujeitos.

2.1 SISTEMAS ALIMENTARES INDUSTRIAIS E SUAS PROBLEMÁTICAS

A literatura apresenta diferentes definições para **sistema alimentar**. De modo geral, trata-se de uma rede que envolve os processos de produção, processamento, distribuição, comercialização e destino final dos alimentos (em termos de consumo e desperdício). Vale ressaltar que envolve também aspectos sociais, políticos, culturais, tecnológicos, econômicos, ambientais, bem como uma variedade de atores (do setor privado, do público e da Sociedade Civil). Assim, influenciados por esses diversos fatores, os sistemas alimentares geram resultados e impactos de longo prazo em diferentes setores da sociedade: economia, alimentação, paisagem, clima, entre outros (David-Benz *et al.*, 2022; Parsons; Hawkes, 2018; Rastoin; Ghersi; Schutter, 2010).

Para atender uma população cada vez mais numerosa, os sistemas alimentares passaram por profundas mudanças ao longo da história (Daviron, 2021; Beardsworth; Keil, 1997). A ênfase na especialidade técnica, na eficiência e na eficácia da produção material, próprias das sociedades modernas, tem sido incorporada à produção de alimentos, conduzindo os sistemas alimentares a processos cada vez mais industrializados e especializados, baseados na monocultura, com utilização intensiva de agroquímicos, alterações genéticas e circuitos de distribuição, e de consumo em massa. Na avaliação de Preiss e Schneider (2020), a ênfase na eficiência da produtividade revela uma concentração de poder, reprodutora de desigualdades, principalmente em relação ao acesso a alimentos de qualidade. Para Beardsworth e Keil (1997), essa estrutura movimenta os mercados alimentares, influenciando as relações econômicas internacionais e os hábitos de consumo das sociedades ao redor do mundo, pois “grandes conglomerados do ramo alimentício conseguem pressionar governos para que direcionem as políticas públicas, os subsídios financeiros e os mecanismos regulatórios para favorecer seus produtos e sua lógica de funcionamento, criando um ciclo vicioso de difícil rompimento” (Santos, 2021, p. 30).

De acordo com Fouilleux e Michel (2020), a dinâmica descrita acima exerce influência na produção (agrícola, pecuária); no processamento (agroindustriais, culinária); no transporte (infraestrutura); na distribuição (hipermercados e supermercados) e na gestão dos resíduos (coleta e tratamento), contemplando, portanto, o ciclo completo de produção, comercialização e consumo. Esse ciclo, conforme apontam os autores, apresenta múltiplas distâncias: a) geográfica, em relação ao consumo e aos locais de produção de alimentos; b) econômica, com uma multiplicação de intermediários entre produtores e consumidores; e c) cognitiva, mediante uma fragmentação do conhecimento das diferentes etapas da cadeia alimentar, aumentando a incerteza sobre a origem e a qualidade dos alimentos consumidos. Para Cabral e Devereux (2022), os sistemas alimentares industriais apresentam desequilíbrio desde a produção até o consumo.

Embora tenham proporcionado um aumento significativo na produção de alimentos, aumentando a oferta e reduzindo os custos, os sistemas alimentares industriais trouxeram consequências negativas, analisadas do ponto de vista nutricional, socioeconômico, ambiental e cultural (Beardsworth; Keil, 1997; Canesqui 1988; Daviron, 2021; Preiss; Schneider; Coelho-De-Souza, 2020; Rapallo; Riveira, 2019; Rocha, 2020).

Em relação ao ponto de vista nutricional, além da persistência de problemas referentes à fome e à desnutrição, pesquisas sinalizam um aumento nos níveis de sobrepeso, obesidade e

doenças relacionadas. Isso acontece, principalmente, em virtude do padrão alimentar contemporâneo, caracterizado pela diminuição de alimentos *in natura* e pelo elevado consumo de carnes, bem como de açúcar, sódio e gordura, muito presentes em alimentos processados e ultraprocessados (Lang; Heasman; 2004; Rapallo; Riveira, 2019). Embora as consequências desse tipo de alimentação não sejam exclusivas dos grupos sociais mais vulneráveis, são eles o alvo mais imediato de seus efeitos deletérios, uma vez que tais sujeitos, por possuírem um baixo nível de renda, acabam optando por alimentos mais baratos, que, em geral, são menos nutritivos (Canesqui, 1988; Schutter; Quinot; Swensso., 2021

Nesse sentido, a questão nutricional muito se relaciona aos fatores de caráter socioeconômico, porquanto, embora atualmente a oferta de alimentos seja maior, a capacidade de acesso a produtos adequados do ponto de vista nutricional, por parte das populações vulneráveis, permanece baixa. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação, do inglês *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), revelam que os preços das dietas saudáveis são superiores aos das pouco saudáveis (Intini; Jacq; Torres; 2019). Sendo assim, populações mais vulneráveis apresentam maiores dificuldades para obter alimentos em quantidade, qualidade e variedade suficientes (Rapallo; Riveira, 2019).

Em relação à dimensão ambiental, chama atenção a acelerada degradação dos recursos naturais. A forma intensiva de produção causa grande desgaste ao solo, contamina a água e prejudica a saúde ambiental e humana (Rocha, 2020). O uso acentuado de transporte em longas distâncias e as práticas do desmatamento e da queimada influenciam a poluição atmosférica por meio da emissão de CO₂ (dióxido de carbono), agravando a problemática do aquecimento global. Segundo Rocha (2020, p. 33), “a agricultura tem sido identificada como o setor que mais contribui para a poluição do ar em muitas regiões do mundo”. Corroborando essa afirmação, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), a agricultura moderna tem sido a principal responsável pelas alterações climáticas, cujas consequências são vivenciadas em diferentes regiões do mundo, por exemplo: o derretimento das calotas polares; a variação dos regimes de chuva; a intensificação de ciclones tropicais, tempestades, ondas de calor e secas prolongadas. Esses fatores provocam impactos diretos e indiretos na agricultura e, por conseguinte, na alimentação.

Conforme Marchetti *et al.* (2023), as mudanças climáticas, significativamente atreladas à expansão da agricultura industrial, alteram a estrutura dos ecossistemas, de modo que acarretam mudanças no ciclo de vida de animais e plantas e causam, inclusive, extinção de

algumas variedades agrícolas locais, raças crioulas e perda de conhecimentos tradicionais. Provocam, portanto, consequências negativas do ponto de vista cultural.

Nessa perspectiva, com destaque para os aspectos culturais, avalia-se que a homogeneização dos alimentos, induzida pelos sistemas alimentares industriais, tem reprimido a cultura e a diversidade alimentar das sociedades, sobretudo entre os povos e comunidades tradicionais. Pesquisadores como Binotti (2023), Figueiredo (2023), Leite (2007), Mendes (2019), Souza e Villar (2018) e chamam a atenção para este fato, afirmando que populações tradicionais, como no caso dos povos indígenas, têm sido sensivelmente afetadas. Segundo esses autores, os indígenas vêm apresentando problemas de saúde associados a má nutrição, devido ao aumento no consumo de alimentos processados e/ou ultraprocessados. A facilidade com que esses produtos chegam às aldeias tem desmotivado a manutenção das práticas culturais de produção, o que afeta, portanto, os conhecimentos tradicionais e a diversidade alimentar desses povos.

Enfatizando a relevância da diversidade alimentar, Giard (2002, p. 232) assevera que “os alimentos, os manjares se ordenam em cada região segundo um código detalhado de valores, de regras e de símbolos, em torno do qual se organiza o modelo alimentar de uma área cultural num determinado período”. Matta (1987) destaca que comer não se restringe à necessidade biológica do corpo, visto que, para o autor, a comida tem o papel de destacar as identidades. Logo, à medida que a alimentação se torna padronizada/ homogeneizada, as identidades dos diferentes grupos sociais são sensivelmente afetadas.

Pelo exposto, de modo geral, embora inicialmente os desafios alimentares estivessem concentrados em temas como escassez e produção em larga escala; na atualidade, as preocupações direcionam-se aos impactos nutricionais, socioeconômicos, ambientais e culturais causados pelo modelo industrial de produção de alimentos (Preiss; Schneider, 2020). Nessa perspectiva, “Com [o] intuito de enfrentar politicamente esses desafios contemporâneos do sistema agroalimentar que emergem os movimentos de ativismo alimentar” (Santos, 2021, p. 21), discutidos mais adiante, na Seção 2.4 deste capítulo.

As problemáticas descritas nesta seção constituem uma realidade em muitos territórios brasileiros. O presente estudo toma como campo de análise a realidade do estado do Amazonas, situado no bioma amazônico, contexto de grande relevância socioambiental e que, conforme afirmam Erazo, Costa e Silva (2020), é, seguramente, a região onde a agricultura familiar se manifesta das mais diferentes formas: ribeirinha, extrativista, quilombola, dentre outras. O mapa abaixo situa os territórios mencionados:

Figura 2 – Contexto geográfico da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora, com base em Forbes Brasil (2021).

Na seção a seguir, serão aprofundadas as problemáticas alimentares do território amazônico, com ênfase no estado do Amazonas.

2.2 SISTEMAS ALIMENTARES INDUSTRIAIS E O CONTEXTO AMAZÔNICO

As práticas de desmatamento e queimada – em sua maioria ilegais, para fins de expansão da agropecuária na região amazônica –, realizadas para atender os sistemas alimentares industriais, impactam a produção de alimentos, pois comprometem o processo de evapotranspiração da floresta, o que altera os ciclos de chuvas e prejudica as produções agrícolas no centro-sul do Brasil e na América Latina (Abramovay, 2019; Lovejoy; Nobre, 2018). Compreendendo que a Floresta Amazônica oferece serviços ecossistêmicos imprescindíveis para diversas regiões, avalia-se que as consequências advindas dessas práticas prejudicam não somente os que habitam esses territórios (Abramovay, 2019).

Lovejoy e Nobre (2018) argumentam que, se o ritmo de degradação continuar, no intervalo de 15 a 30 anos a Amazônia alcançará o seu momento mais crítico, pois “as sinergias negativas entre desmatamento, mudança climática e uso generalizado de fogo indicam um ponto de inflexão para o sistema amazônico mudar para ecossistemas não florestais” (Lovejoy; Nobre, 2018, p. 1). Na avaliação de Buainain *et al.* (2020), é preciso adotar estratégias de recuperação das áreas de pastagens degradadas e promover sistemas agroflorestais (SAFs). Não é suficiente, simplesmente, transferir tecnologias geradas em outras regiões agrícolas; é necessário produzir conhecimento e desenvolver tecnologia local.

De modo geral, o processo de produção dos sistemas alimentares industriais, com foco na monocultura e na produção de grandes pastagens, ocasiona a degradação dos ecossistemas e ameaça a biodiversidade, colocando em risco de extinção, conforme adverte Santos (2021), alimentos não domesticados como, por exemplo, castanhas, determinados tipos de frutos e cogumelos, consumidos, especialmente, por populações tradicionais. Ademais, o citado processo influencia nas alterações climáticas (Rocha; Jacobs, 2017), as quais impactam diretamente a alimentação, pois interferem no ciclo reprodutivo das plantas e dos animais; desregulam, por exemplo, os períodos de cheias e vazantes dos rios, refletindo negativamente no desempenho agrícola, pecuário e extrativista da região amazônica (Lovejoy; Nobre, 2018). Isso, por sua vez, provoca mudanças nas práticas alimentares das populações que vivem no território.

Além da dinâmica das águas, com suas cheias e vazantes desreguladas em função das alterações climáticas, outro aspecto que influencia a modificação dos hábitos alimentares dos amazônidas diz respeito à vulnerabilidade econômica dessa população. Apesar de ser uma região com uma sociobiodiversidade em potencial, apresenta indicadores sociais e econômicos inferiores aos do restante do país (Santos *et al.*, 2018). Segundo Abramovay (2019, p. 19), em 98,5% dos municípios da Amazônia, as condições de vida são piores do que as de outras regiões do Brasil.

Estudos indicam que o contexto de vulnerabilidade financeira desses territórios induz a população a optar por alimentos mais baratos, que em geral, não possuem qualidade nutricional suficiente, com baixo valor proteico e elevados níveis calóricos, intensificando, com isso, a problemática da insegurança alimentar (Costa; Schor, 2013; Santos, 2016; Schor *et al.*, 2015; Vivier; Droulers, 2019).

A relação entre renda e aquisição de alimentos é especialmente instigante, porque, segundo Vivier e Droulers (2019), existem, nos municípios da Amazônia, uma tendência a

maior dependência da renda e um declínio nas atividades de caça, pesca e extrativismo, predominando, portanto, uma alimentação mediada pelo mercado. O fator “baixa renda” é preocupante, já que, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-2018, quanto menor o rendimento, maior a insegurança alimentar (IBGE, 2020).

A renda na Região Norte do Brasil, segundo aponta o IBGE (2021), possui a maior retração do rendimento médio mensal real. Os resultados do 2º VIGISAN (Rede PENSSAN, 2022)² revelaram que, com a pandemia de COVID-19 (*2019 Coronavirus Disease*), a região é a que mais sofreu com a ampliação do número de pessoas na condição de trabalho informal e com a perda de emprego de algum membro da família.

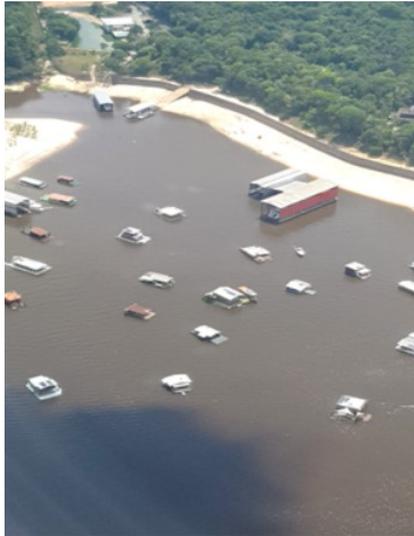
Esse contexto interfere diretamente no poder de compra dos alimentos, sobretudo daqueles mais saudáveis, que, em geral, são mais caros, especialmente em territórios que mantêm longas cadeias de abastecimento, como é o caso do estado do Amazonas, o qual apresenta, como já mencionado, baixos rendimentos (IBGE, 2020). Segundo Oliveira (*et al.* 2021), aproximadamente, 50% da população ribeirinha desse estado apresentam rendimento mensal domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo. Destaca-se, de acordo com Silva (2023), que a formação da receita de boa grande parte dos agricultores familiares amazonenses é composta de recursos obtidos de benefícios sociais (aposentadorias, pensões, Bolsa Família e Seguro Defeso). Há também recursos oriundos de atividades remuneradas fora do estabelecimento agrícola (contratos temporários, diárias, entre outras).

Segundo Silva (2011), o isolamento geoeconômico do Norte do Brasil interfere negativamente na dinâmica econômica da região, relacionando os baixos indicadores sociais à questão da acessibilidade. Em consonância com esses argumentos, autores como Bentes (1999), Moraes, Herculano e Veiga Júnior (2014) e Pinheiro (2012) afirmam que o isolamento do Amazonas com sua complexa geografia, interligada por vias fluviais, dificulta a logística de pessoas e a comercialização da produção, contribuindo para o descrito cenário de vulnerabilidade. As imagens abaixo retratam um panorama da realidade geográfica e logística do estado:

² O VIGISAN de 2022 é o 2º inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, documento formulado, coordenado e realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022).

Figura 3 – Realidade geográfica e logística do estado do Amazonas

Figura 3.1



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3.2



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3.3



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3.4



Fonte: Viaje na Imagem (2013).

Nas áreas de terra firme, os agricultores enfrentam dificuldades produtivas (em geral, as terras são menos férteis), além dos desafios de escoamento da produção (relacionados às dificuldades de infraestrutura e transporte para atender as longas distâncias da região). Nas áreas de várzeas do estado do Amazonas, caracterizadas por inundações periódicas causadas pelas enchentes dos rios (Cravo *et al.*, 2022), as dificuldades são intensificadas, pois esses locais ficam completamente submersos nos períodos chuvosos. Com a vazante, as referidas terras detêm sedimentos que oferecem uma camada de solo muito fértil para a agricultura. Conforme explica Silva (2023), durante o verão os agricultores plantam cultivos de ciclos curtos (melancia, maxixe, milho entre outros), e aproveitam os nutrientes deixados pela “cheia” do rio nas margens. Quando as águas sobem novamente, contudo, em virtude da sazonalidade dos rios, a produção agrícola é interrompida outra vez, restando apenas algumas culturas para uso

doméstico, em canteiros suspensos. As imagens abaixo ilustram as áreas de várzea nos períodos das vazantes e cheias, respectivamente:

Figura 4 – Período da vazante

Figura 4.1



Fonte: elaborada pela autora em 2018.

Figura 4.2



Fonte: elaborada pela autora em 2018.

Figura 4.3



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 4.4



Fonte: elaborada pela autora em 2019.

Figura 5 – Período das cheias

Figura 5.1



Fonte: elaborada pela autora em 2017.

Figura 5.2



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 5.3



Fonte: elaborada pela autora.

A especificidade geográfica da região, especialmente nas áreas de várzea, a qual altera a continuidade dos cultivos, conduz os agricultores familiares da região a exercerem uma pluralidade de atividades, de modo a complementar seus rendimentos. Nesse sentido, esses atores se caracterizam como pluriativos.

Considerando as adversidades, as quais refletem em dificuldades de diversas ordens – educação, moradia, saúde, saneamento, transporte, energia elétrica, escoamento, comercialização, armazenamento e acesso aos serviços de assistência técnica –, e concordando com Silva (2023), é necessário o desenvolvimento de ações que considerem as demandas e particularidades desse território, com efeitos afirmativos, sobretudo entre os agricultores familiares da região.

2.3 AS PROBLEMÁTICAS ALIMENTARES DO ESTADO DO AMAZONAS

Tanto o contexto econômico quanto o hidrológico do estado do Amazonas, mencionados na seção anterior, exercem influência nos hábitos alimentares de sua população. Esses dados são confirmados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o qual indica que: 1) a especificidade da hidrologia da região; 2) a modernização dos meios de transporte e; 3) monetização via políticas sociais de transferência de renda são os principais responsáveis pelas alterações alimentares nesse território (Schor; Azenha; Bartoli, 2018).

De acordo com Schor; Azenha; Bartoli (2018) e Schor *et al.* (2015), esses fatores colaboram para a diminuição da produção rural, de maneira que esta se torna insuficiente para atender às demandas das áreas urbanas, aumentando, assim, a dependência por produtos externos.

Os regimes hidrológicos influenciam sensivelmente a alimentação, sobretudo nas áreas de várzea, que se tornam dependentes do abastecimento externo durante as cheias. As redes urbanas passam a ser o principal canal de comercialização de alimentos, oferecendo principalmente produtos perecíveis e congelados, a exemplo da carne de frango, vindos do Sul e do Sudeste do país ou de outros países, dependendo da posição geográfica dos municípios (Schor; Azenha; Bartoli, 2018). Quando estão situados próximos às fronteiras com a Colômbia e o Peru, é comum a comercialização com esses países, conforme constatou Schor (2015), ao estudar o abastecimento de comida em cidades como Tabatinga e Benjamin Constant, localizadas próximo à tríplice divisa. Durante o período de subida das águas, também se verifica uma escassez de alimentos frescos, inclusive de peixes, que, nessas condições, costumam dispersar-se ao longo dos rios (Schor, 2015; Schor; Azenha; Bartoli, 2018). De acordo com Costa e Schor (2013, p. 5),

Nesse contexto de escassez de alimentos frescos e da dificuldade de obtenção de proteínas, aparecem fortemente na mesa do amazônida [...] produtos da agroindústria tal [*sic*] como ovos de galinha (oriundos de granjas de fora do estado do Amazonas), salsicha, calabresa, enlatados (de carne, salsicha, almôndegas) e o frango industrializado. Estes produtos representam uma importante alternativa para a alimentação em termos de obtenção proteica durante o período de cheia, quando o peixe fica escasso, por conseguinte, com preço elevado.

Para ilustrar melhor essa realidade, Schor e Azenha (2017) explicam que, por um lado, na maré baixa, ocorre um aumento das safras de várzea (por exemplo, mandioca, tomate e

melancia), oferecendo maior disponibilidade de produtos, o que permite uma redução de preços. Por outro lado, durante a estação chuvosa, com a elevação das águas, há uma diminuição do cultivo, dificultando o acesso de alimentos *in natura*. Essa oferta reduzida eleva o preço e, por conseguinte, induz a população a adquirir produtos mais baratos, como processados e ultraprocessados.

A modernização dos meios de transporte é outro fator de influência nas mudanças alimentares da população amazonense. Esse aspecto favorece a entrada de novos produtos provenientes tanto da agroindústria brasileira quanto da estrangeira. Schor (2015, p. 97) adverte que “essa aliança entre o mercado, a tecnologia e a necessidade de lucro faz com que a chegada de produtos industrializados entre em competição com a produção local de alimentos *in natura* já que inexistente um sistema agroindustrial na região”.

Por sua vez, a monetização da economia, monetização essa resultante de programas sociais de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Floresta³), é também apresentada como um fator importante para compreender as alterações nas dietas. De acordo com Schor e Azenha (2017), a população utiliza parte desses benefícios para ter acesso a alimentos de menor custo, como os já mencionados: enlatados, calabresa e frango congelado. Sobre esse assunto, Santos, Leonardos e Woortmann (2016, p. 157) descrevem o seguinte cenário:

Com o passar do tempo, a autossuficiência diminuiu e se passou a depender mais de renda. A renda tornou-se, aos poucos, fonte de acesso a alimentos. Os alimentos tradicionais deixam de ser a base para a segurança alimentar de famílias e o quadro torna-se mais difícil quando se percebe que a renda da maioria dos moradores, tanto urbanos quanto rurais, em sua maioria é baixa, com ganhos de até dois salários-mínimos, dificultando a aquisição de alimentos de qualidade.

Jardim (2018), ao investigar o tema, também constatou mudanças nos padrões alimentares de comunidades de área de várzea e terra firme em dois municípios do Amazonas (Nova Olinda do Norte e Manacapuru).⁴ Em seus estudos, observou que é, sobretudo, “na área

³ O Bolsa Floresta é um programa de transferência de renda instituído pelo governo do estado do Amazonas em 2007. Objetiva promover a conservação da floresta, garantindo renda às populações tradicionais, entendidas pelo programa como guardiões da natureza. A família beneficiada assume os seguintes compromissos: não abrir novas áreas de roçado em áreas de florestas primárias; manter seus filhos na escola; e participar das associações e de oficinas de capacitação em mudanças climáticas e serviços ambientais. Apesar dos apontamentos feitos por algumas pesquisas de que, por um lado, o programa tem contribuído para alterações alimentares nutricionalmente inadequadas, é importante ressaltar que, por outro lado, trata-se de uma política que tem promovido mudanças positivas nas comunidades, incentivando, sobretudo, atividades que valorizam a conservação da floresta e promovendo a geração de renda (Rodrigues, 2014).

⁴ Na realização de seu estudo, a pesquisadora fez uso de uma combinação de instrumentos metodológicos: método recordatório de 24 horas, questionário de frequência alimentar, bem como análises laboratoriais das proporções isotópicas de carbono e de nitrogênio identificadas na queratina das unhas.

de várzea que se apresentam as situações mais significativas de insegurança alimentar, em virtude das relações de mercado intensamente vivenciadas nessas áreas” (Jardim, 2018, p. 154). Assim, reforçando os apontamentos de Schor e Azenha (2017), Jardim (2018, p. 27) verificou que o fator monetização, pela via dos programas sociais como o Bolsa Família, tem contribuído para “o abandono progressivo do cardápio local e a adoção de novos padrões alimentares baseados no consumo de comida ultraprocessada ou processada”.

A influência da economia de mercado na mudança dos hábitos alimentares também foi constatada por Costa (2014) e Schor *et al.* (2015) em diferentes municípios do Amazonas (Tabatinga, Benjamim Constant, Uarini, Alvarães, Tefé, Novo Airão, Iranduba, Manaus, Itacoatiara e Parintins). Os autores observaram uma monotonia alimentar recorrente nas cidades estudadas, com o predomínio de frango industrializado, calabresa e ovo como as principais fontes de proteínas entre as populações de menor poder aquisitivo. Os estudos destacam que o café da manhã é a refeição que mais se modificou, prevalecendo um cardápio basicamente composto de café (exageradamente adoçado), acompanhado de pão com margarina. Costa e Schor (2013, p. 68) chamam atenção para o fato de “que o café, a manteiga, o açúcar, os trigos não são produzidos no Amazonas, o que torna este hábito extremamente dependente de produtos oriundos de fora do estado”. As autoras também apontaram que a variação de produtos nas mesas das pessoas está vinculada à renda: quanto maior o poder aquisitivo, mais diversificada é a alimentação.

É importante ressaltar, conforme sinalizam Schor; Azenha; Bartoli (2018), que essa mudança nas práticas de aquisição de alimentos não significa uma paralisação total da colheita anual. Segundo as autoras, a produção local representa uma suplementação, coexistindo com o consumo de alimentos externos à cultura dos amazonenses.

Os apontamentos de Schor; Azenha; Bartoli (2018) dialogam com as colocações de Vivier e Droulers (2019), quando afirmam que, nas regiões da Amazônia brasileira, a alimentação é resultado de um modelo misto, em que os alimentos tradicionais coexistem com os alimentos industrializados. No Amazonas, por exemplo, “tudo se come com farinha, inclusive macarrão. A base calórica da alimentação tradicional é a farinha, porém com a introdução dos produtos industrializados tal [*sic*] como macarrão (normal e instantâneo), pães, salgados e bolachas” (Costa; Schor, 2013, p. 67). Na avaliação das autoras, “o consumo de carboidratos é grande e a obesidade é crescente” (Costa; Schor, 2013, p. 67), gerando problemas como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares. É importante esclarecer que as problemáticas alimentares acima mencionadas não são exclusivas de comunidades ou

municípios longínquos. Elas estão presentes inclusive na capital do estado, Manaus. De acordo com a Vigitel, pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Brasil, 2023), o município de Manaus está entre as capitais com maiores índices de indivíduos com excesso de peso. No quesito “obesidade”, os homens manauaras estão em 4º e as mulheres em 2º lugar. Outra informação divulgada pelo relatório Vigitel (2023), também vinculada à problemática da saúde e da alimentação inadequada, diz respeito ao consumo regular de frutas e hortaliças. Segundo o relatório, Manaus está entre as capitais que consomem a menor quantidade de frutas e hortaliças em 5 ou mais dias na semana. Esse é um fato que chama atenção, considerando o contexto em que se situa o estado, marcado por um amplo cardápio de frutas e produtos da biodiversidade.

Destaca-se a cidade de Manaus por esta representar um pouco mais da metade da população amazonense, uma vez que, dos quase 4 milhões de habitantes, um número superior a 2 milhões reside na capital (IBGE, 2023b, 2023c). O mapa a seguir, do estado do Amazonas, ilustra a densidade populacional do município de Manaus, representado pela área mais escura:

Figura 6 – Densidade populacional do município de Manaus



Fonte: elaborada pela autora, com base em IBGE (2023b, 2023c).

Mediante o exposto, compreende-se que as novas formas de aquisição de alimentos pelas populações do estado do Amazonas são um “reflexo da forte política agroindustrial, pautada na expansão das monoculturas da soja e do milho, que o Brasil vem adotando nos últimos anos” (Schor, 2015, p. 98). Ainda de acordo com a autora, “este processo de substituição dos gêneros alimentares locais por aqueles produzidos pela agroindústria nacional modifica os hábitos alimentares e, por conseguinte, culturais da região” (Schor, 2015, p. 97).

A mudança desse cenário perpassa o fortalecimento da agricultura familiar, porque, segundo Cortes (2020), esse modelo de agricultura possui forte potencial para o desenvolvimento da agricultura orgânica e diversificada, elementos fundamentais para a produção ambientalmente sustentável de alimentos saudáveis, além de contribuir, segundo Silva (2023) e Oliveira *et al.* (2021), com a geração de emprego e renda no meio rural, com a segurança e a soberania alimentar e com o desenvolvimento local.

Esse tipo de agricultura representa 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, de um total de 5.073.324 estabelecimentos (IBGE, 2017). Ela é importante na produção de alimentos e também na economia (Silva, 2023). Trata-se, segundo Schneider (2003), de uma categoria social e política, geradora de renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, categoria essa que, na avaliação de Marques e Doria (2021, p. 250), “preserva, valoriza e fomenta a multifuncionalidade dos modos camponeses e indígenas de produção e gestão do território rural”.

No contexto amazônico, a agricultura familiar possui singularidades: além da terra como meio de produção, também utiliza o rio, sobretudo para atividades de pesca (Silva, 2023). Em contextos logísticos tão complexos como no caso da região amazônica, com territórios que apresentam dificuldades de acesso aos centros urbanos, a agricultura familiar torna-se ainda mais importante, uma vez que pode ser apresentada como uma resposta para a oferta de alimentos às populações locais, em detrimento de produtos importados de outras regiões, os quais possuem preços mais elevados devido a maiores gastos com logística e transporte (Silva, 2023).

A agricultura familiar amazonense, segundo Fraxe (2010), está baseada em sistemas agroflorestais diversificados, considerados estratégicos para o desenvolvimento local, pois propiciam maior proteção contra as variações dos preços, além de contribuir para a conservação do solo e a recuperação de fragmentos florestais, matas ciliares, áreas degradadas etc. Para Oliveira *et al.* (2021), a agricultura familiar na região é diversificada, porque está aliada culturalmente aos SAFs por natureza.

Vale destacar, no entanto, que a agricultura familiar na realidade amazônica enfrenta muitas dificuldades. Segundo Santos e Mitja (2012), a assistência técnica insuficiente e a presença da figura do atravessador são fatores que dificultam o desenvolvimento local, via agricultura familiar. Em virtude da pouca infraestrutura das comunidades rurais, muitos agricultores recorrem aos atravessadores para comercializar a produção.

Na avaliação de Santos dos e Mitja (2012), políticas públicas focadas na agricultura familiar, com potencial para a produção local, são ferramentas significativas para o enfrentamento desses obstáculos. Como advoga Caporal (2009, p. 27), focar na dimensão local é importante, porque esta é “portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilitam a implementação de estilos de agriculturas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural”. Para Oliveira (*et al.* 2021, p. 109), “o fortalecimento da agricultura familiar no vasto território amazonense levaria não só a um melhor desempenho do setor rural estadual, mas também ajudaria no combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável local”.

Dada a grande diversidade biológica, social e cultural do contexto em que se situa o Amazonas e a importância ambiental do estado, considera-se relevante a implementação de políticas públicas de fomento à agricultura familiar amazonense, com ênfase na produção orgânica de base agroecológica e incentivo aos modos de produção das populações tradicionais, tais como as indígenas, ribeirinhas, extrativistas, etc. De acordo com Iberê (2020), a produção orgânica é valorosa, porque se contrapõe à indústria do agrotóxico,⁵ responsável por contribuir com o avanço de doenças provocadas pelos venenos pulverizados nas plantações. Na avaliação de Marchetti *et al.* (2023), o contexto de sociobiodiversidade da Amazônia, aliado ao manejo de base agroecológica, possui potencial para promover a segurança e a soberania alimentar e aumentar a resiliência dos sistemas produtivos, frente aos distúrbios provocados pelas alterações climáticas.

Reforçando esses argumentos, de acordo com Caporal (2009, p. 9), por meio da agricultura familiar de base agroecológica, é possível “ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para todos os brasileiros”. Além disso, na avaliação de Oliveira (2021), a produção agroecológica é relevante, uma vez que, entre outros fatores, baseia-se nos conhecimentos e experiências que os agricultores da região possuem em relação às peculiaridades produtivas e ambientais de seus territórios. Em diálogo com essas colocações, segundo Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 46), a produção agroecológica

Reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de

5 Em 2019, o governo Bolsonaro atingiu recorde histórico de liberação de agrotóxicos: das quase 475 novas substâncias aprovadas, 52 são consideradas altamente tóxicas e 110 extremamente tóxicas. Dos produtos liberados, 34% são proibidos na União Europeia (Iberê, 2020, p. 40).

desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no ‘local’. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural [...] que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade.

Sem incentivo e fomento à agricultura familiar orgânica e agroecológica, que valorize, sobretudo, os modos de produção das populações tradicionais, essa categoria permanecerá em declínio no estado do Amazonas, dando cada vez mais lugar ao aumento do consumo de alimentos externos e provocando, além de problemas nutricionais, impactos de ordem cultural (Schor, 2015; Schor; Azenha, 2017). Há estudos, por exemplo, sobre as populações indígenas os quais afirmam que a adoção de alimentos alheios à sua cultura tem fragilizado seus conhecimentos sobre os usos dos recursos da floresta e dos rios, o que compromete, em última análise, o desenvolvimento sustentável das regiões (Binotti, 2023; Figueiredo, 2023; Leite; 2007; Mendes, 2019; Souza; Villar; 2018). Na avaliação de Oliveira *et al.* (2021), a partir da agregação de valor local existente no meio rural familiar, é possível, inclusive, reduzir os problemas de fome e subnutrição dos povos da floresta.

Nesse sentido, destaca-se também a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para essas populações, pois as comunidades tradicionais, como no caso das indígenas e ribeirinhas, são consideradas as guardiãs da biodiversidade dos territórios. Por exemplo, no caso dos indígenas, como bem descreve Figueiredo (2023), trata-se de uma alimentação que possui forte conexão com a natureza, concebida como algo sagrado, pertencente a uma rede de relações que engloba tanto seres humanos quanto não humanos. Os alimentos são produzidos, colhidos e preparados de forma coletiva e ritualística. Estão ligados à preservação da cultura e dos saberes tradicionais, bem como à promoção da autonomia e da soberania alimentar.

Apesar da importância, é preciso destacar que esses povos têm enfrentado muitos desafios em relação à sua alimentação. O avanço do agronegócio e das monoculturas, a perda de territórios e a contaminação de rios e igarapés são as principais ameaças à segurança alimentar dessas populações (Figueiredo, 2023). Resguardar sua cultura alimentar é fundamental, uma vez que “os sistemas diversos de produção de alimentos estão ameaçados e, com eles, os conhecimentos locais, os modos de fazer, ser e viver – os saberes milenares dos povos originários” (Iberê, 2021, p. 38). Concordando com Figueiredo (2023), as instituições governamentais devem valorizar a herança alimentar indígena, a fim de reforçar modelos de desenvolvimento alinhados com as realidades culturais desses povos.

Por fim, vale destacar que as problemáticas alimentares relatadas pelas seções anteriores do capítulo têm sido questionadas por atores denominados de ativistas alimentares. Trata-se de pessoas que atuam na defesa de sistemas alimentares democráticos, equitativos, inclusivos e sustentáveis do ponto de vista da saúde humana e ambiental (Doria; Azevedo, 2019; Fonte, 2016; Niederle; Schubert, 2020; Portilho; Micheletti, 2019). A próxima seção iniciará a apresentação deste tema, abordando ativismo político e ativismo alimentar.

2.4 ATIVISMO POLÍTICO E ATIVISMO ALIMENTAR

Conforme esclarece Azevedo (2017), o ativismo político – recorrentemente associado às causas progressistas e à promoção da equidade e dos direitos das minorias – envolve processos participativos e diferentes formas de comportamentos coletivos, incluindo, em seus repertórios de ação, comícios, marchas, recrutamento de simpatizantes, fomento a diferentes tipos de campanhas de apoio a determinada causa ou manifestações contra algo que a prejudique. As ruas, os meios de comunicação de massa e, mais recentemente, as redes sociais são os principais instrumentos para a propagação de reivindicações e denúncias. De acordo com Doria e Azevedo (2019), inúmeros são os exemplos de ativismos políticos, tais como as manifestações contra a guerra do Vietnã; aquelas a favor do meio ambiente, dos direitos de mulheres, negros, indígenas e outras minorias. Todos esses são repertórios que se encaixam nos clamores do ativismo político que surgiu com maior ênfase nas décadas de 1960 e 1970.

Embora tenham sido enfatizados exemplos de ativismo segundo perspectivas progressistas, vale destacar que atores com posições conservadoras (de forma individual ou coletiva) também realizam ativismo. O presente estudo alinha-se à perspectiva do ativismo progressista que, com o objetivo de transformar a realidade, posiciona-se na defesa de novos valores universais. Segundo essa compreensão, o ativismo político parte de uma análise crítica e reflexiva das consequências do intenso processo de globalização econômica que, por sua vez, influencia diversos aspectos da sociedade, entre eles a alimentação. Sobre a relação da globalização com a alimentação, Azevedo (2017, p. 12) assim explica:

O alimento é um tema frutífero para explorar os múltiplos significados da globalização, uma vez que expõe a complexidade de um peculiar fenômeno que transcende o aspecto econômico. Apesar das suas claras relações com a cultura local, a religião, o gosto, a tradição, o simbolismo e a identidade, a comida tem sido produzida como uma mercadoria sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar de caráter global, dominada por corporações agroalimentares

transnacionais, o que envolve uma forma legitimada de agrobiopoder e de ameaça à soberania alimentar, além de impactos culturais e socioambientais significativos.

Os efeitos da globalização econômica nas questões alimentares têm incentivado o ativismo alimentar (um desdobramento do ativismo político), o qual se debruça sobre uma pluralidade de reivindicações, tais como: fome, soberania e insegurança; riscos e contaminação de alimentos; valorização das dietas locais e práticas tradicionais de produção e conservação; bem como o prazer de comer e a importância da comensalidade (Azevedo, 2017).

O ativismo alimentar também se dedica a questões que ultrapassam aquelas relacionadas exclusivamente ao alimento em si. As demais temáticas são atinentes à reforma agrária, às alterações climáticas, ao fortalecimento dos atores sociais produtores de alimentos (agricultores familiares, pescadores, indígenas etc.), à conservação da agrobiodiversidade, ao bem-estar animal, às questões de gênero e ambientais, entre outros temas que estão na órbita da problemática alimentar, especialmente no que tange ao modo de produção dos alimentos (Doria; Azevedo, 2019; Fonte, 2016; Portilho, 2020; Schubert; Portilho; 2023). Portanto, “as formas de manifestação do ativismo alimentar são diversas e podem engendrar diferentes críticas e debates” (Santos, 2021, p. 43).

De modo geral, trata-se de manifestações de contestação sobre os impactos sociais e ambientais desses problemas (Portilho; Micheletti, 2019, Santos, 2021). As ações de contestação são realizadas por atores estratégicos que, de forma individual ou coletiva (Schubert; Portilho, 2023), têm problematizado e politizado as práticas alimentares, com vista à promoção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos (Niederle; Schubert, 2020; Schubert; Portilho; 2023).

Considerando a amplitude das pautas de interesse do ativismo alimentar, este é compreendido como um “guarda-chuva interdisciplinar que abriga múltiplos movimentos e discussões de amplo alcance na sociedade, onde a comida aparece como elemento transversal” (Azevedo, 2017, p. 22). É representado por diversos movimentos, os quais se manifestam de diferentes formas, alguns conduzidos a partir de um nível mais privado do consumo (de forma individual ou coletiva), outros em nível mais institucional, alcançando, muitas vezes, a agenda governamental das políticas públicas (Schubert; Portilho, 2023).

Em um nível privado do consumo, que pode manifestar-se tanto coletivamente quanto individualmente, é possível citar alguns exemplos:

- a) locavorismo, preferência por comprar e consumir alimentos produzidos localmente;

- b) vegetarianismo, que possui várias divisões, mas, em todas elas, rejeita o consumo de carne;
- c) veganismo, o qual questiona as práticas de criação e abateimento dos animais, de modo a repudiar as formas de exploração e crueldade e todos os tipos de consumo que tenham origem animal;
- d) freeganismo, que também advoga contra o consumo de produtos de origem animal e defende a ideia de que recursos como roupas, alimentos e habitação deveriam ser gratuitos e compartilhados (Renting; Schermer; Rossi, 2012; Santos, 2021).

Também em nível privado, mas articulados em rede, muitos desses ativistas organizam-se em movimentos sociais, tais como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e o *Slow Food*. A CSA, além de apoiar o consumo sustentável, visa contribuir para a segurança financeira do agricultor por meio da aquisição direta de produtos, sem intermédio de terceiros. Nesse modelo, as responsabilidades, os riscos e os benefícios da produção são divididos entre produtor e consumidor, que desempenha um papel de coagricultor.⁶ O *Slow Food* é um movimento que defende a herança culinária, as tradições e as culturas. Segue o conceito da ecogastronomia, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta. Argumenta também que o alimento deve ser “bom, limpo e justo”: *bom* – ser agradável ao paladar; *limpo* – ser cultivado de maneira não prejudicial à saúde humana, aos animais e aos recursos naturais; e *justo* – garantir respeito financeiro àqueles que o produzem⁷ (*Slow Food*, 2021).

De modo geral, o ativismo alimentar pelo consumo entende o consumo de alimentos como um “campo moral contestado e discursivamente problematizado – uma vez que levanta questões de justiça tanto dentro quanto fora da comunidade humana” (Sassatelli, 2015, p. 2). Por esse prisma, o ato de comer é visto como ato político: “a atitude dominante não é a de renúncia ao consumo, mas de reavaliação daquilo que deve ser consumido” (Sassatelli, 2015, p. 20). Propõe-se, assim, uma moralização do consumo, que “pode ser vista como uma arma para atacar grandes processos desumanizantes [...]. Trata-se do poder de compra dos consumidores como estratégia de pressão política para promover mudanças” (Sassatelli, 2015,

⁶ A CSA possui um sistema econômico diferente, sob a lógica da economia solidária. Tem por objetivo colaborar para a qualidade de vida tanto do agricultor como do coagricultor, oferecendo àquele uma melhor estabilidade de renda e a este o acesso a produtos frescos e orgânicos, a fim de ampliar a conexão com a natureza e possibilitar a ambos uma colheita farta e sustentável (CSA, 2021). Sob o lema “da cultura do preço para a cultura do apreço”, visa transformar as relações de consumo.

⁷ O *Slow Food* posiciona-se contra a padronização do gosto e da cultura, direcionando fortes críticas às grandes indústrias alimentícias, denominadas pela literatura como “impérios alimentares” (Ploeg, 2016). De modo geral, compreende que a qualidade alimentar corresponde ao acesso ao alimento bom para quem come, bom para quem produz e bom para o planeta (*Slow Food*, 2021).

p. 9). Na avaliação de Schubert e Portilho (2023, p. 24), “a globalização das cadeias de suprimento e a ampliação do uso da internet deram um caráter transnacional ao ativismo dos consumidores, embora as ações locais continuem sendo mais frequentes”.

Portilho e Micheletti (2019) relatam que esses tipos de movimentos voltados à politização do consumo têm ganhado visibilidade na América Latina. De acordo com pesquisas conduzidas pelas autoras, verificou-se que, no Brasil, na Argentina e no México, os indivíduos tendem a pensar que possuem mais poder atuando na esfera do mercado, como consumidores, do que por meio da política convencional, como cidadãos.⁸

As redes alimentares de consumo alternativo são um exemplo de politização por parte do consumidor. Os repertórios de ação delas possuem uma ampla visão em relação à qualidade alimentar, pois compreendem que alimento de qualidade é aquele que respeita o meio ambiente, a vida humana e não humana; que oferece segurança, saúde, sabor e prazer.⁹ Ao considerar essa amplitude de aspectos na ocasião da escolha alimentar, entende-se, concordando com Barbosa (2009), que a relação entre produção e consumo deixou de ser natural ou neutra, passando a ser política e ética. De uma atividade prazerosa, privada e familiar, o comer se transformou em uma atividade consciente, regulada e política.

Escolhas por produtos mais saudáveis valorizam a produção familiar, incentivam cadeias curtas de comercialização e optam, muitas vezes, pelo denominado “comércio justo” (ações que contribuem para a reprodução social dos agricultores). Esses são exemplos de formas alternativas de consumo com conotação ética, de posturas politizadas frente às opções alimentares. Outro caso de politização alimentar que também compõe os repertórios de ação do consumo alternativo são os boicotes. Sassatelli (2015) descreve alguns exemplos dos questionamentos subjacentes aos boicotes de marcas mundialmente conhecidas: algumas campanhas, como a contrária ao *MCDonald's*, focalizam a segurança o meio ambiente; outras se concentram nas condições de trabalho, a exemplo do que houve com a Nike; existem ainda as campanhas que enfatizam questões ambientais e humanitárias, tal como o posicionamento

⁸ De acordo com a pesquisa citada, os argentinos e os brasileiros exibem altos níveis de autoconfiança em suas habilidades para influenciar tanto o mercado como as instituições públicas, mas com uma ligeira vantagem em relação ao mercado. Já os mexicanos têm níveis mais baixos de autoconfiança em ambas as esferas, no entanto afirmaram apresentar maiores chances de influenciar as instituições políticas, em comparação ao mercado (Portilho; Micheletti, 2019).

⁹ Sobre essa diversidade de questionamentos, é difícil considerar todas as instâncias do consumo alternativo como partes de um movimento coeso (Sassatelli, 2015), pois se trata de movimentos diversos, cada um com sua própria complexidade, e que articulam diferentes problemáticas em suas pautas ou mesmo enfatizam aspectos distintos: há aqueles mais voltados para as preocupações ambientais, outros com foco em saúde e nutrição e ainda os que salientam a valorização cultural, entre outros.

contra a distribuição de leite materno artificial da Nestlé na África ou mesmo o grande movimento que se opõe aos transgênicos.

Os boicotes a grandes marcas relevam o que os cientistas políticos chamam de “consumo político”, o qual se refere às formas de engajamento que cidadãos-consumidores podem mobilizar e usar em contextos de mercados globalizados, tendo em vista mudanças ambientais em direção à sustentabilidade (Spaargaren; Oosterveer, 2010). A prática do boicote muito dialoga com o conceito de “cidadania ecológica”, que, como explica Fonte (2016, p. 127, grifo da autora),

É a responsabilidade social do cidadão consumidor, cujos princípios éticos estão também na base de suas decisões econômicas, inclusive as decisões sobre consumo. São ecológicos aqueles cidadãos que assumem sua responsabilidade ética, social e ambiental *global* e que tomam medidas para medir o impacto negativo de seu comportamento de compra em relação ao meio ambiente e sobre outras pessoas.

Para alguns autores, a participação do consumidor no incentivo à compra ou ao boicote de bens por motivos políticos de caráter ético, é regularmente caracterizado como um exemplo de “nova política” ou “nova participação política” (Yates, 2010), uma espécie de micropolítica das práticas cotidianas, sob a lógica da transferência do poder para as mãos dos indivíduos, grupos e organizações. Portilho e Micheletti (2019) explicam que a descrença e a desconfiança em relação aos espaços tradicionalmente formais de ação política, tais como partidos e sistemas judiciários, estão influenciando esses tipos de ações de consumo político, conduzidos por cidadãos que não são, necessariamente, vinculados a partidos políticos ou movimentos sociais.

Além das várias pautas de reivindicações e das diversas formas de manifestação, o ativismo alimentar também apresenta diferenças em relação à amplitude de seus objetivos. Se, por um lado, há ativistas que atuam em causas mais pontuais, como promover uma alimentação mais saudável, aproximar consumidores de produtores, colaborar na economia local em vez de incentivar empresas multinacionais etc.; por outro, há aqueles que visam, de modo bem expressivo, “mudar o mundo”, atuando com objetivos muito amplos, como por exemplo promover a justiça, a inclusão social e, em última instância, o fortalecimento da democracia. A observação desse fato tem conduzido pesquisadores, como Renting; Schermer; Rossi (2012), a propor novos quadros analíticos nos estudos contemporâneos relativos ao ativismo alimentar. Na avaliação dos autores, a defesa de questões muito amplas por alguns ativistas não pode ser adequadamente resolvida apenas a partir de perspectivas teóricas baseadas em conceitos como “redes alternativas de alimentos”, “cadeias curtas de abastecimento” e “sistemas alimentares locais”, termos que tendem a se limitar a categorias restritivas de “consumidor” e “produtor”.

Nesse sentido, foi proposto o conceito de “redes cívicas de alimentos”, categoria que, segundo os autores, melhor representa a agência do cidadão, cujas ações possuem um potencial transformador dentro do sistema agroalimentar. Essa proposta conceitual compreende que a Sociedade Civil emerge como um importante fator de mudança no sistema alimentar, manifestando-se na esfera do privado, da vida cotidiana ou, de forma mais coletiva, por meio dos movimentos sociais, como a “Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável” e o “Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional”, alcançando também a esfera do Estado, ou seja, no âmbito público ou governamental. Em diálogo com essa perspectiva sistêmica, Schubert e Portilho (2013, p. 23) caracterizam o ativismo alimentar como

Um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais.

Quando a ação desses ativistas tensiona o poder público de modo a provocar mudanças na agenda governamental – seja promovendo novas políticas públicas, seja alterando políticas já existentes –, esses atores são também denominados “empreendedores de políticas públicas”, denominação que será tratada, de forma mais detalhada, na última seção deste capítulo.

Os ativistas ou empreendedores de políticas públicas atuam tanto pela via da Sociedade Civil, por meio de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), associações etc.; quanto pela via do Estado (Capella; Brasil, 2015a). Nesta segunda esfera, esses atores são denominados “ativistas institucionais” (Abers, 2021; Abers; Tatagiba, 2015; Lavallo; Szwako, 2015; Oliveira, 2021; Pettinicchio, 2012). Nesse sentido, os ativistas e empreendedores de políticas públicas estão presentes em diferentes tipos de movimentos, protagonizados tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado. Abers (2021) esclarece que todo ativista institucional é um empreendedor de políticas públicas, mas nem todo empreendedor de políticas públicas pode ser considerado um ativista institucional, uma vez que a militância desse empreendedor é passível de ocorrer também fora do Estado.

Seja por meio da Sociedade Civil, seja pelo Estado, o mérito desses sujeitos está em manipular os mais diversos recursos para fazer avançar as pautas por eles defendidas. A seção a seguir discutirá sobre sua atuação nos espaços institucionais e não institucionais.

2.5 ATIVISMO NÃO INSTITUCIONAL E INSTITUCIONAL

O Estado (agente institucional) e a Sociedade Civil (não institucional) se apresentam como as principais representações em assuntos relativos à agenda governamental e à formulação de políticas públicas. No entanto, as análises iniciais sobre a formação da agenda privilegiavam os espaços institucionais, porque reservam ao “Estado a capacidade de iniciativa de condução da dinâmica sociopolítica do país, cabendo aos atores não-estatais [...] um papel de coadjuvantes destituídos de agência” (Cortes; Silva, 2010, p. 429). A partir do final da década de 1970, surgiu uma concepção teórica que se opunha à ideia prevalecente de um Estado coeso, unitário e supremo. Tal parecer forneceu modelos interpretativos que valorizavam a Sociedade Civil, colocando-a como protagonista da dinâmica sociopolítica do país.

A ressignificação do papel da Sociedade Civil esteve vinculada aos estudos sobre movimentos sociais que, segundo Meyer; Jenness e Ingram (2005), correspondem a um conjunto complexo de organizações, com longas trajetórias (não lineares), formado por múltiplos atores, os quais compartilham um conjunto de opiniões, crenças e laços sociais. Essas organizações atuam com diferentes pautas de reivindicação, buscando alterar elementos da estrutura social em favor dos grupos minoritários.

Segundo Tatagiba e Teixeira (2016, p. 85), “o interesse na análise dos movimentos sociais está em sua capacidade de provocar mudança”. Tais alterações podem ser resultado de efeitos diretos, indiretos e/ou combinados desses movimentos. Enquanto, no efeito direto, o movimento sozinho, por meio de sua mobilização, pode vir a produzir resultados; no efeito indireto, os movimentos provocam mudanças ao alterar o contexto no qual atuam, por meio da influência em alianças políticas e/ou na opinião pública. Em relação ao modelo dos efeitos combinados, o impacto dos movimentos sobre as políticas públicas está condicionado à presença de aliados nos espaços institucionais e à adesão da opinião pública, concomitantemente. Segundo esse modelo, quando há a combinação desses fatores, aumentam-se as chances de produzirem mais resultados. Um outro aspecto que também pode alterar os efeitos dos movimentos sociais diz respeito à natureza das reivindicações: quanto mais conflitivas, menor a probabilidade de obter sucesso (Tatagiba; Teixeira, 2016).

Os estudos sobre movimentos sociais estiveram acompanhados por uma radicalização analítica que enfatizava o distanciamento entre Estado e atores da Sociedade Civil, colocava-os numa relação de contradição, tratava-os como atores distintos e, sobretudo, rivais, imprimindo a cada um deles um conjunto de qualidades próprias. Em relação ao Estado,

prevalecia a ideia de um ente corrupto, violento, autoritário e conservador, enquanto a Sociedade Civil era vista como ética, democrática, progressista e universalista. De modo geral, os estudos passaram a aplicar à Sociedade Civil uma lógica romantizada e ao Estado uma representação apocalíptica (Cortes; Silva, 2010; Lavallo; Szwako, 2015).¹⁰ Nesse entendimento, “a política aparece como uma caixa preta, descrita sem nuances e contingências” (Meyer; Jenness; Ingram, 2005, p. 13).

Essa compreensão dicotômica influenciou a literatura sobre ativismo, de modo que limitou os estudos sobre movimentos sociais aos seus tradicionais repertórios de ação, relativos às negociações ou aos protestos contra o Estado, na clássica relação de adversários, porque ignorava a possibilidade de que ativistas pudessem agir de dentro das burocracias governamentais (Abers; Tatagiba, 2015). Nessa perspectiva, o foco das pesquisas estava em rastrear a influência dos movimentos sociais e o papel da Sociedade Civil organizada na definição da agenda, avaliando que muitas políticas públicas seriam resultado do ativismo desses grupos.

Assim, a ideia convencional costumava isentar o Estado de sua carga político-social (Porto, 2017)¹¹ e situar os movimentos sociais fundamentalmente “do lado de fora” do Estado,¹² com o rótulo de “autonomia da Sociedade Civil”, amplamente divulgada na literatura dos anos 1980 e 1990 (Pettinicchio, 2012). Contudo, na avaliação de Lavallo e Szwako (2015, p. 181), a prerrogativa da **autonomia** é ilusória e equivocada, pois “não estima a complexidade própria ao passado, reservando a ele falta de pluralidade e de densidade”. Para fundamentar essa afirmação, os autores citam vários movimentos ocorridos no decorrer da história que revelaram a fragilidade da ideia de autonomia. A título de exemplo, destacam-se o movimento antiescravagista e o sanitarista; ambos, em diferentes formas e níveis, propuseram interação com o Estado.

Para Lavallo e Szwako (2015), o axioma da autonomia da Sociedade Civil foi fruto da influência do contexto histórico de redemocratização da sociedade brasileira. Segundo os autores, o que parece ter ocorrido foi que os estudos sobre o tema passaram, tão somente, a incorporar a narrativa vibrante da época. Opondo-se a essa interpretação que dá ênfase à

¹⁰ Vale ressaltar que, apesar de pesquisas mais atuais sinalizarem uma maior complexidade na relação entre Estado e Sociedade Civil, ainda há estudos que se filiam a essa interpretação dicotômica.

¹¹ Segundo Porto (2017, p. 173), essa interpretação é equivocada, pois “o Estado é um objeto de estudo complexo e multifacetado”.

¹² Até recentemente, a literatura a respeito do processo político e da relação deste com os movimentos sociais ignorou a possibilidade de que ativistas pudessem trabalhar “de dentro” das burocracias governamentais (Abers; Tatagiba, 2015).

Sociedade Civil, pesquisas atuais demonstram que os temas presentes na agenda governamental são, na verdade, resultados da ação de múltiplas formas de ativismo, os quais não se originam unicamente dos movimentos sociais.

Assim, a ação ativista pode ser influenciada por diversas outras conjunturas em que os atores estão inseridos. Nesse sentido, destacam-se também os contextos institucionais. O entendimento destes como espaços restritos a procedimentos técnicos tem sido questionado por perspectivas teóricas que analisam o burocrata como um ator que não é neutro, logo capaz de atuar politicamente.¹³ E atuar politicamente, em uma perspectiva ativista, não se restringe a promover táticas de protesto, ocupações e/ou abaixo-assinados: “lutar no interior das instituições pode envolver o uso de rotinas institucionais (produção de manuais, protocolos, decretos, relatórios, realização de reuniões e seminários técnicos etc.) para fins contestatórios” (Abers, 2021, p. 19).

Os ativistas institucionais atuam por dentro do Estado e dos partidos, mediante instituições participativas, tais como conselhos, colegiados e fóruns, entre outros. Há inclusive casos em que militantes se tornam as próprias autoridades e passam a atuar por dentro do Estado. Na avaliação de Oliveira (2021, p. 130-132),

Quando esses atores assumem cargos de direção nas instituições públicas, carregando suas práticas políticas, experiências e redes para dentro do Estado, diversificam o processo de produção das políticas para além das abordagens estritamente técnicas/burocráticas ou político partidário.

Os ativistas presentes no interior das burocracias posicionam-se, muitas vezes, como intermediários na interface de vários grupos e colaboram na construção de propostas de soluções para problemas públicos complexos. Segundo Abers (2021, p. 20), o ativismo institucional é entendido “como um subtipo de ação criativa que envolve ação coletiva no interior de instituições na defesa de causas contenciosas”. Vale destacar que “nem todo servidor é ou poderia ser ativista, mas a burocracia pode ser uma arena de luta” (Abers, 2021, p. 18). Para Amaral (2021, p. 56),

Acoplar o ‘ativismo’, que é uma prática de agente na defesa de causas, ao ‘institucional’, que é uma localização e um posicionamento dos agentes nas

¹³ A perspectiva teórica do institucionalismo histórico (uma corrente do neoinstitucionalismo) destaca o papel dos atores estatais e suas relações societais. Tal perspectiva sinaliza que atores estatais agem condicionados à combinação de legados históricos e situações conjunturais e que, dependendo de sua autonomia e de suas capacidades, podem determinar os resultados das políticas. Essa perspectiva defende o pressuposto de que os atores sociais realizam escolhas, movidos por interesses, mas também por ideias e crenças compartilhadas (Cortes; Silva, 2010).

instituições públicas, é, portanto, um grande ganho analítico na discussão sobre a complexidade das dinâmicas entre Estado e sociedade civil.

Nessa perspectiva, o ativista institucional diz respeito à ação de servidores públicos que, dentro dos limites legais, agem de forma proativa, a partir de recursos obtidos pelo próprio Estado, no intuito de promover projetos, políticas e agendas de natureza pública e coletiva que estejam alinhadas aos valores do ativista, muitas vezes em consonância com as pautas defendidas por movimentos sociais. Esse tema se tornou objeto de estudo de grande interesse entre pesquisadores que se dedicam a investigar a atuação da burocracia e as interações entre Sociedade Civil e Estado (Abers, 2021; Abers; Tatagiba, 2015; Cayres, 2015; Ferreira, 2016; Pereira 2021; Pettinicchio, 2012).

De modo geral, a literatura sobre ativismo institucional analisa casos de militância política dentro da estrutura estatal, lançando luz sobre o papel das agências (vinculadas ao perfil ativo e criativo dos sujeitos) e a estrutura (dos espaços institucionais de intervenção desses atores) (Abers, 2021; Pereira, 2021). Nessa ótica, “A noção de agência pressupõe que atores políticos podem intencionalmente fazer escolhas. Eles não estariam meramente seguindo ‘roteiros’ – ou regras – institucionais ou estruturais, mas seriam agentes reflexivos” (Cortes; Silva, 2010, p. 432). Também fazendo referência à noção de agência, Pereira (2021, p. 226.) afirma que “o trabalho prático dos atores é o que permite que as instituições existam e continuem sendo mobilizadas e transformadas”. Segundo essa perspectiva, as instituições só existem em virtude da ação humana, que, em muitos casos, é beneficiada pelo acesso aos recursos contidos nas burocracias.

Relacionado as noções de agência e estrutura, Abers (2021, p. 25) afirma que “os atores são frequentemente obrigados a agir criativamente com os instrumentos cognitivos e materiais disponibilizados pelo contexto problemático em que se situam”. Nesse sentido, conforme alertam Abers (2021), Pereira (2021) e Ferreira (2016), é importante destacar que os ambientes institucionais, da mesma forma que podem fornecer recursos para ação, também podem fornecer constrangimentos.

Para avançar com suas pautas, os ativistas institucionais mobilizam algumas práticas e táticas, mapeadas por Ferreira (2016) da seguinte forma:

- a) mobilização de redes de relacionamento pessoais ou de trabalho, para angariar apoios;
- b) adequação da linguagem comunicativa, tornando-a acessível e alinhada às suas causas;

- c) compartilhamento de informações, a fim de mobilizar a rede de atores envolvidos com a pauta;
- d) busca de recursos financeiros para projetos vinculados às causas dos atores;
- e) apoio às organizações da sociedade civil em ações de pressão ao governo;
- f) mediação de conflitos e promoção de diálogos entre governo e movimentos sociais;
- g) mobilização de atores e recursos externos ao governo;
- h) promoção de agendas ou políticas internas ao governo que estejam alinhadas às causas dos ativistas;
- i) atuação em espaços de participação social, de modo a facilitar o apoio do governo às pautas;
- j) alteração de práticas por parte dos atores, em função de mudanças administrativas e governamentais, na tentativa de manter as pautas na agenda.

Destaca-se que os resultados alcançados pelas práticas ou táticas mobilizadas por esses atores, em alguma medida, sofrem influência do contexto político a que os ativistas estão submetidos (Abers, 2021; Ferreira, 2016), o qual pode tanto estimular quanto coibir o ativismo institucional. Contextos políticos menos alinhados às causas progressistas dificultam a capacidade de agência e o acesso aos recursos institucionais dos ativistas.

Silva e Oliveira (2012) afirmam que, no caso brasileiro, o processo de redemocratização do país permitiu o acesso à política institucional por parte de novos atores oriundos das organizações de movimentos sociais. Na avaliação de Teixeira (2013), a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal ampliou o diálogo e a possibilidade de negociação de políticas públicas entre Estado e movimentos. Essa expressiva intersecção, caracterizada pelo deslocamento contínuo de militantes para diferentes espaços e posições governamentais, pode ser classificada, segundo Silva e Oliveira (2012), de **trânsito institucional**.

No caso brasileiro, esse trânsito se deu especialmente pela capacidade de mobilização de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), acompanhados pela “virada à esquerda” em diversos governos, fenômeno que pressionou pesquisadores a reconsiderar o axioma de que o Estado sempre foi um inimigo (Abers; Tatagiba, 2015; Penna, 2015). Análises baseadas na intersecção Estado-movimentos buscam romper com abordagens que minimizam a complexidade da relação entre esses dois campos.

Vale destacar que, segundo Lavallo e Szwako (2015, p 172), “as interconexões e interações socioestatais não esperaram o século XX e, menos ainda, um regime democrático para tomar corpo”. Corroborando esse posicionamento, para Abers e Tatagiba (2015), a presença de burocratas comprometidos com os objetivos do movimento social não é um fenômeno que começou nos anos 2000, quando partidos de esquerda chegaram ao Governo Federal. Segundo as autoras, essas práticas têm uma história mais longa, mas são amplamente invisíveis em uma literatura que tende a ver o Estado como um objeto de reivindicações, e não como um lugar no qual o ativismo pode manifestar-se.

Assim, pressupor que o ativismo decorre, exclusivamente, do resultado de mobilização, estratégias e pressão bem-sucedida dos movimentos sociais não seria o ponto de partida mais apropriado, uma vez que a literatura atualizada admite que são longos os processos de interação socioestatal, levando a elaboração de encaixes diversos, como colegiados consultivos, programas, instituições participativas, órgãos públicos, ministérios (Coelho, 2018; Lavallo *et al.*, 2018). De modo geral, entende-se que, sob variadas formas, o “Estado e a administração pública tornam-se porosos aos interesses sociais” (Lavallo *et al.*, 2018, p. 26).

A ocupação de atores oriundos de movimentos sociais em cargos da burocracia governamental, com o propósito de fazer avançar pautas defendidas pelos seus movimentos de origem, corresponde à forma clássica de ativismo institucional. No entanto, estudos, muitos deles conduzidos por Abers (2021), Abers e Tatagiba (2015) e Tatagiba, Abers e Silva (2018), argumentam que os ativistas institucionais não são, necessariamente, oriundos de movimentos sociais. Conforme esclarece Amaral (2021) e Pereira (2021), ainda que movimentos possam influenciar a produção histórica das causas que eles engendram, o ativista institucional nem sempre possui vínculos com movimentos.

Além da possível vinculação dos burocratas em movimentos sociais, existem outros fatores que podem explicar a formação de um ativista institucional. Tais fatores são:

- a) os compromissos individuais do ator, construídos a partir de trajetórias particulares, de ordem pessoal ou profissional;
- b) a relação com os pares profissionais, nos ambientes de trabalho e;
- c) A interação junto ao público em que atua ou atuará.

Vilaça (2021), em um estudo sobre o ativismo de procuradores no caso da Usina de Belo Monte,¹⁴ classificou esses fatores em três variáveis explicativas:

¹⁴ Em sua pesquisa, Vilaça (2021, p.182) destacou que “o trabalho de procuradores foi crucial para garantir que comunidades ribeirinhas afetadas pela usina fossem, pela primeira vez na história do Brasil, reassentadas na beira do rio, mantendo as condições de vida que tinham antes da barragem”.

- a) compromissos prévios;
- b) socialização organizacional e;
- c) interação com a comunidade local.

Essas variáveis servem de lentes de análise em estudos que visem compreender o processo de formação desses ativistas.

A primeira variável, **compromisso prévio**, se constitui a partir de diferentes fatores, dependendo da trajetória de cada ator. Alguns ativistas possuem fortes vínculos com movimentos sociais ou viveram experiências, de caráter mais particular (menos coletivas), avaliadas pelos sujeitos como significativas, no sentido de torná-los mais sensíveis às causas sociais de modo geral. Há também aqueles que se identificam com uma determinada pauta, em virtude de uma relação identitária ou mesmo acadêmica.¹⁵ De modo geral, a variação de experiência pode gerar uma disposição para ação ativista. Embora a variável compromisso prévio valorize aspectos individuais, relativos às motivações que venham a influenciar o engajamento ativista, ressalta-se que este é um processo intrinsecamente coletivo.

A variável **socialização organizacional** diz respeito às interações estabelecidas entre os burocratas nos seus ambientes de trabalho, entendendo que “experiências de trabalho influenciam sistemas de crença” (Hooghe, ano¹⁶ *apud* Vilaça, 2021, p. 160). Ambientes organizacionais proativos e sensíveis às causas pelas quais atuam podem motivar um maior engajamento entre os burocratas. Assim, alguns atores não necessariamente entram para o Estado como ativistas, mas se tornam a partir dele. Contudo, Vilaça (2021, p. 171) adverte que, “apesar do contexto organizacional ser um passo importante no desenvolvimento de compromissos, ele não é uma condição suficiente para o engajamento num ativismo”.

No que diz respeito à terceira variável explicativa, **interação com a comunidade local**, Vilaça (2021) identificou que alguns burocratas se tornam ativistas à medida que interagem com as comunidades locais. Em contato com esses grupos, descobrem seus problemas e atuam na mediação de seus conflitos junto aos tomadores de decisão. Desse modo, internalizam suas demandas, criando e fortalecendo compromissos com as comunidades. Conforme coloca Abers (2021, p. 38), “a inserção do ator em um contexto afeta suas identidades e preferências”. Esse

¹⁵ Em pesquisa realizada por Amaral (2021), o autor constatou que a rede principal de burocratas que participou ativamente da criação do Programa de Aquisição de Alimentos não era oriunda de movimentos sociais, mas principalmente do universo acadêmico e da própria gestão pública.

¹⁶ HOOGHE, L. Supranational activists or intergovernmental agents? Explaining the orientations of senior commission officials toward European integration. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 4, p. 435-463, Jan. 1999.

tipo de interação permite, por parte dos atores institucionais, um melhor entendimento dos modos de vida, cultura e lógicas de ordenamento das comunidades em que atuam.

Das três variáveis explicativas aqui relatadas, estudos demonstram (Abers, 2021; Vilaça, 2021) que a terceira, **interação com a comunidade local**, se revela como a mais expressiva no engajamento dos atores. Apesar disso, ela não acontece de modo isolado, uma vez que a “experimentação prática ocorre somente porque o ator tem pré-disposição e valores adquiridos em seu contexto social e sua trajetória de vida” (Abers, 2021, p. 23).

Mediante o exposto, os ativistas são representados por sujeitos de origens distintas que compartilham projetos políticos,¹⁷ de maneira que ultrapassam as fronteiras dos movimentos e alcançam servidores públicos, acadêmicos etc. (Abers, 2021; Pereira, 2021; Tatagiba; Teixeira, 2016). A atuação dos referidos sujeitos pode vir da Sociedade Civil, do Estado ou mesmo da interação entre ambos. Portanto, definir Sociedade Civil e Estado como adversários eliminaria a possibilidade de relação entre eles. Concordando com as colocações de Lavallo e Szwako (2015, p. 26):

É equivocado entender a autonomia – da Sociedade Civil ou dos movimentos sociais – como ausência de relação [...]. As ricas transformações sociopolíticas ocorridas nas últimas duas décadas demandam interpretações baseadas em categorias relacionais [...], menos preocupadas com resguardar alguma essência virtuosa dos atores da Sociedade Civil.

Nesse sentido, avalia-se que o tensionamento feito pela Sociedade Civil ao processo de formação da agenda governamental não se restringe a negociação ou protestos frente ao Estado (Abers; Tatagiba, 2015). Apesar de haver confrontos entre essas duas esferas, elas atuam também como aliadas, elaborando, disputando e experimentando modelos alternativos de políticas (Tatagiba; Abers; Silva, 2018).

Assim, ao entender que análises baseadas em abordagens dicotômicas são insuficientes, avalia-se que o estudo sobre ativismo implica compreender a interconexão entre Estado e Sociedade Civil. Como bem argumentam Cortes e Silva (2010, p. 426),

É possível, e mesmo desejável, que ao se investigarem certos objetos de pesquisa, um dos polos da relação entre Sociedade Civil e Estado seja apresentado em destaque. No entanto, tais recortes, construídos para fins analíticos, não podem se constituir em obstáculos para a apreensão e análise das relações e interdependências que existem entre eles. Argumenta-se, aqui, que uma terceira perspectiva, que acentue as interrelações entre esses polos, pode ser mais adequada à qualificação das análises [...].

¹⁷ Em uma realidade em que se multiplicam as interações socioestatais institucionalizadas, as categorias “projeto político” e “domínio de agência” têm sido utilizadas para melhor compreender as lógicas e dinâmicas operantes nas análises de interfaces socioestatais (Lavallo; Szwako, 2015).

Tal perspectiva propõe uma revisão de pressupostos, a fim de superar a ideia historicamente difundida da autonomia dos atores sociais e avançar para uma lógica de ativismo que ocorre nos interstícios entre a política institucional e não institucional, ou seja, “nas intersecções entre Estado e movimento”,¹⁸ perspectiva que, na avaliação de Tatagiba e Teixeira (2016, p. 89), “a recente literatura brasileira sobre os movimentos sociais tem sido pródiga em retratar”. Esses estudos têm afirmado que a definição da agenda governamental depende dessas interações. Estando fora, dentro ou em interação com as burocracias estatais, os ativistas desempenham um papel importante no enquadramento das questões e na definição da agenda governamental (Pettinicchio, 2012; Petridou; Mintrom, 2021).

Considerando a relevância do processo de formação da agenda governamental, uma vez que as políticas públicas são importantes mecanismos para o equacionamento de várias problemáticas anunciadas pelos ativistas, como aquelas discutidas nas primeiras duas seções deste capítulo, a próxima seção tratará sobre o processo de formação da agenda governamental.

2.6 FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL

Os estudos sobre políticas públicas costumam referir-se a dois tipos de agenda: pública e governamental. A agenda pública corresponde a um conjunto relativamente amplo de temas considerados importantes para a opinião pública (Capella; Brasil, 2015a; Cobb; Elder, 1971). A agenda governamental, também chamada de agenda institucional, possui um conjunto mais restrito de questões sobre as quais o Governo ou as pessoas ligadas a ele concentram a atenção num determinado momento. À medida que esses temas presentes na agenda pública passam a chamar a atenção da comunidade política, aumenta-se a possibilidade de serem conduzidos para a agenda governamental (Kingdon, 2003, 2007b).

Pesquisas sobre agenda foram iniciadas por Cobb e Elder (1971), os quais empregaram, pela primeira vez, o termo “*policy agenda-setting*”. De acordo com os autores, os problemas que demandam ação governamental são socialmente construídos e filtrados pelos tomadores de decisão. Segundo Kingdon (2007a, p. 219), esses estudos dedicavam-se a “investigar como as decisões são tomadas pelas diferentes instâncias de governo”.

¹⁸ Lavallo e Szwako (2015, p. 25) advertem que “são diversas as combinações e rotas de interdependência entre Estado e Sociedade Civil, do mesmo modo que são variadas as categorias analíticas mobilizadas para dar conta do cenário de intensificação e ampliação das trocas socioestatais”. Ou seja, o reconhecimento de diversas formas de relação entre esses dois campos, Sociedade Civil e Estado, não simplifica as investigações sobre o tema; pelo contrário, amplia o cuidado teórico e metodológico em estudos dessa natureza.

O contexto político vivenciado pelos atores é um aspecto destacado desde as primeiras investigações sobre a formação da agenda. Cobb e Elder (1971) acreditavam que contextos democráticos podiam influenciar positivamente o processo de formação da agenda governamental, que a ampliação da democracia favorecia uma constelação de forças sociais que influenciam as preocupações da comunidade política. Advertiram, entretanto, que o equilíbrio dessas forças é, por vezes, tendencioso, e pode favorecer uns e desfavorecer outros. Sobre esse assunto, Locks (2014, p. 47) traz a seguinte contribuição:

Teoricamente, podemos partir do pressuposto de que, em regimes políticos fechados e ditatoriais, o poder de agenda é discricionário, enquanto, em uma democracia, a agenda deve ser mais flexível aos anseios da Sociedade Civil. No Brasil, esse pressuposto se faz válido, e a abertura política da agenda pública ocorreu com o lento processo de redemocratização que se iniciou a partir da década de 1980 e culminou com a Constituição de 1988.

Apesar de considerar que o contexto político pode impulsionar ou limitar a formação da agenda governamental, não se deve analisá-la somente por esse aspecto, pois se trata de um processo complexo com múltiplas interações. O capítulo 4 desta tese apresenta outros fatores que podem influenciar no processo de formação da agenda.

As análises sobre agenda governamental de Cobb e Elder, na década de 1970, subsidiaram a formulação de modelos teóricos que buscaram explicar seu processo de formação. Nos decênios de 1980 e 1990, os estudos se aprofundaram nas diferentes variáveis explicativas para a formação da agenda governamental, visando investigar como é construída; quem participa dela; e como as demandas originadas da sociedade (ou no interior do próprio Estado) são filtradas pelos tomadores de decisão. As pesquisas refinaram as análises, de modo a esclarecer por que algumas propostas recebem a atenção dos formuladores de políticas públicas de forma prioritária e são absorvidas pela agenda, enquanto outras são abandonadas (Brasil; Capella, 2019b; Kingdon, 2003).

Modelos como o de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (2003) e do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones (1991) são exemplos de construções teóricas que servem como lentes de análises em investigações dessa natureza. Tais concepções foram resultados de indagações que buscavam compreender os fatores pré-decisórios na formação das agendas, os quais, na avaliação de Kingdon (2007a, p. 219), “permaneciam em território pouco explorado”.

De modo geral, na avaliação de Brasil e Capella (2019b, p. 2), esses modelos “foram as principais inovações teóricas e metodológicas nos estudos sobre formação da agenda governamental”. Sinalizaram uma mudança em relação à chamada “perspectiva analítica de

caráter fortemente tecnocrático”, predominante em décadas anteriores, passando a enfatizar o papel das ideias na dinâmica do processo político (Capella, 2016, p. 495).

O modelo de Múltiplos Fluxos propõe um quadro explicativo organizado em torno de três fluxos: **fluxo de problema**, **fluxo político** e **fluxo de alternativa** (Brasil; Capella, 2019b; Kingdon, 2003, 2007b; Petridou, 2021). O **fluxo de problema** se refere à existência de questões capazes de chamar a atenção dos tomadores de decisão. Segundo esse modelo, tais problemas são expressos por três tipos de indicadores:

- a) de natureza estatística, em geral utilizados para oferecer magnitude a uma situação;
- b) por evento-foco, que pode ser um desastre ou uma crise, normalmente passageiros, e, em função de sua excepcionalidade, concentram a atenção em um dado momento;
- c) por meio de avaliações negativas (formais ou informais) de um determinado programa governamental (*feedbacks*) (Kingdon, 2007b). Esses *feedbacks* podem chamar a atenção dos tomadores de decisão, o que ajuda a transformar a questão em pauta em um problema e aumenta as chances de alcançar a agenda governamental. De acordo com Kingdon (2007b, p. 228),

O reconhecimento de problemas é um processo crítico para o estabelecimento de agendas. As chances de uma dada proposta ou de um certo tema assumir lugar de destaque em uma agenda são decididamente maiores se elas estiverem associadas a um problema importante.

Considerando o grande volume de questões e problemas e a incapacidade de lidar com todas ao mesmo tempo, os formuladores de políticas públicas selecionam aquelas que chamam mais a sua atenção. Nesse sentido, os indicadores mencionados no parágrafo anterior não determinam, por si só, quais temas merecem maior ou menor atenção, mas podem vir a contribuir para que uma questão se torne um problema (Capella, 2006; Locks, 2014).

Nessa perspectiva, compreende-se que a definição de um problema não é necessariamente resultado direto de indicadores objetivos, e sim de construções sociais: os determinantes do sucesso de uma questão na agenda governamental são a interpretação desses eventos e o entendimento destes como problemas que demandam ação (Capella; Brasil, 2015a). De acordo com Capella (2006, p. 27), “a forma como um problema é definido, articulado, concentrando a atenção dos formuladores de política, pode determinar o sucesso de uma questão no processo altamente competitivo de agenda-setting”.

Um outro fluxo tão importante quanto o anterior é o **fluxo político**. É nele que as coalizões são construídas a partir de processos de barganhas e negociações, os quais configuram

o momento de maior conflito na arena política. Esse fluxo, segundo Capella (2006) e Kingdon (2003, 2007a, 2007b), é composto sob a influência de vários aspectos, que ocorrem, muitas vezes, de forma combinada:

- a) opinião pública, pois a questão deve estar efervescente na sociedade;
- b) a presença de forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão, que atuam como apoiadores ou como opositores e;
- c) mudanças internas na composição do governo, por exemplo, por meio de alterações de pessoas em posições estratégicas

De modo geral, segundo a perspectiva teórica dos múltiplos fluxos, a mudança na agenda governamental resulta na forma pela qual um problema é percebido (fluxo de problemas) e das alterações na dinâmica política (fluxo político). O modelo considera o início de um novo Governo o momento mais propício para ocorrência de mudanças na agenda.

Kingdon (2003) também acrescenta à teoria um terceiro fluxo, denominado de **fluxo de alternativas ou de soluções**.¹⁹ Capella (2006) e Capella e Brasil (2015a, 2015b) explicam que as alternativas são desenvolvidas por especialistas, a exemplo dos pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses, entre outros. Esses atores são nomeados por Kingdon (2007b) como participantes invisíveis.

Entre os participantes invisíveis, há produção e circulação de várias propostas ou soluções, por diversos meios, sejam projetos de lei; audiências no Congresso; vazamento de informações na imprensa; publicação e circulação de artigos científicos; conversas particulares; e também por meio de pronunciamentos públicos, de forma física ou, contextualizando nos dias de hoje, mediante as redes sociais. Por sua vez, os participantes visíveis são aqueles que recebem considerável atenção da mídia, como por exemplo o presidente da república. Segundo Kingdon (2007b, p. 230), “o grupo de atores visíveis define a agenda, enquanto o grupo de atores invisíveis tem maior poder de influência na escolha de alternativas”.

Vale ressaltar que não há uma relação direta entre as propostas de alternativas e suas soluções, uma vez que a escolha de uma alternativa está condicionada a uma série de requisitos, tais como: viabilidade técnica; disponibilidade orçamentária; alinhamento com os valores compartilhados pela comunidade; aceitação pelo público geral e especializado; bem como boa receptividade por parte dos formuladores de políticas. Propostas que atendem esses requisitos têm mais chances de sobreviver (Kingdon, 2007b). Destaca-se que não há, necessariamente,

¹⁹ A partir daqui, ao se referir a esse fluxo, utilizar-se-à a expressão “alternativa de solução” ou “alternativas de soluções”.

um encaminhamento linear entre identificação de problema e busca de solução; em vez disso, os estudos conduzidos por Kingdon (2007a, 2007b, 2003) observaram que a defesa de uma solução geralmente precede a atenção aos problemas, ou seja, “as agendas não são estabelecidas em primeiro lugar, para depois serem geradas as alternativas. Em vez disso, as alternativas devem ser defendidas por um longo tempo antes que uma oportunidade de curto prazo se apresente” (Kingdon, 2007b, p. 240).

Quando há convergência entre alguns desses fluxos, ou mesmo entre os três, o que seria um cenário ideal, abre-se uma janela de oportunidade. Entende-se que isso ocorre quando “um problema é reconhecido, uma solução está disponível, e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a integração dos três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda” (Capella, 2016, p. 491). O encontro dos três fluxos aumenta, significativamente, as chances de um tema se tornar parte da agenda governamental. Sendo assim, conexões parciais, segundo explica Kingdon (2007b), tendem a não ganhar prioridade dentro de uma agenda de decisões. Por exemplo, os problemas que chegam às agendas de decisão sem propostas de solução não possuem as mesmas chances de serem deliberados em comparação àqueles que incluem tais propostas. E propostas sem apoio político, conclui o autor, têm menor probabilidade de serem decididas do que aquelas que recebem esse apoio.

Outro modelo teórico que busca explicar o processo de formação da agenda é chamado de Equilíbrio Pontuado e foi proposto por Baumgartner e Jones (True; Jones; Baumgartner, 2007). Oferece uma maior ênfase à dinâmica institucional, afirmando que “a eleição de um problema para compor a agenda de governo acontece [...] quando uma ideia adquire definição fortemente difundida na estrutura institucional” (Barbosa, 2013, p. 43).

O modelo do Equilíbrio Pontuado incorporou alguns dos conceitos desenvolvidos anteriormente por Kingdon e ampliou a análise, a fim de demonstrar que a agenda política é marcada por períodos de estabilidade, com alterações incrementais, bem como por períodos de rápidas e inesperadas mudanças. De modo geral, conforme sintetiza Barbosa (2013), enquanto, por um lado, o Modelo dos Múltiplos Fluxos se preocupa em explicar como uma questão se torna importante para um Governo; por outro lado, o modelo do Equilíbrio Pontuado se concentra em explicar a estabilidade e a mudança nas políticas públicas.

Brasil e Capella (2019a) apresentaram, com clareza, a existência desses dois processos (estabilidade e mudança), ao investigarem a dinâmica da atenção governamental sobre as políticas de saúde no Brasil nas primeiras décadas da pós-redemocratização (1986-2003). Embora tenham identificado momentos de grandes transformações, os autores verificaram que,

na maior parte do tempo, houve estabilidade acerca de determinados temas da política de saúde, com ajustes discretos e incrementais.

Para tratar desses processos, Baumgartner e Jones (1991) elaboraram o conceito de **monopólios de políticas**. Esses monopólios são arranjos institucionais consolidados, alinhados na interpretação de uma determinada questão e, por esta razão, possuem a habilidade de controlar a percepção sobre determinado problema. Assim, o grupo que está em um dado contexto controlando um monopólio, atua no sentido de restringir a participação de atores que apresentam posicionamentos diferentes. Com isso, o grupo que detém o monopólio inviabiliza o acesso de novas questões à agenda. Capella e Brasil (2015a, p. 11) sintetizam o assunto da seguinte forma:

o modelo de Equilíbrio Pontuado procura explicar períodos de equilíbrio na produção de políticas, que se mantém enquanto uma questão é dominada por um monopólio, e que se rompe quando a questão escapa ao controle do monopólio e chega à agenda do macrossistema [...].

Quando esses monopólios se rompem, o sistema torna-se propenso à mudança, facilitando o surgimento de novas questões à agenda, em um processo conhecido como *feedback* positivo. Contudo, quando não há rompimento e o monopólio se mantém, ocorre o que os autores denominam de *feedback* negativo (Capella, 2006, 2016). Esta segunda hipótese, por sua vez, ocorre em função de “estruturas institucionais dominadas por ideias estáveis, e essa combinação pode se manter durante décadas, inibindo a mudança” (Capella; Brasil, 2015a, p. 11).

Os modelos teóricos tratados aqui favoreceram a ampliação e o aprofundamento de estudos sobre o processo de produção de políticas públicas e ofereceram maior fôlego às investigações sobre agenda. Apesar de terem sido desenvolvidos especialmente nos Estados Unidos, feitas as devidas contextualizações, a aplicação de tais modelos é possível em outras realidades, como no caso brasileiro, conforme demonstrou Barbosa (2013), em análise dos determinantes da política de transferência de renda nos governos Cardoso e Lula. Pode-se citar também a pesquisa de Locks (2014), o qual investigou a articulação e a influência de intelectuais em viabilizar a agenda da economia solidária enquanto política pública federal. Destacam-se também os estudos conduzidos por Brasil e Capella (2019a), que mapearam a atenção de alguns atores e organizações sobre as políticas de saúde no Brasil entre 1986 e 2003; e de Brasil e Capella (2019b), que analisaram a capacidade e a diversidade da atenção presidencial sobre políticas públicas nos governos Lula e no primeiro governo Dilma, evidenciando manutenções (estabilidade) e mudanças na agenda.

Em consonância com o exposto, compreende-se que a inserção de um tema na agenda governamental é um processo bastante elaborado e permeado por conflitos, o que eleva a complexidade de pesquisas dessa natureza. Há vários avanços nos estudos sobre a formação das agendas, tais como a identificação dos participantes (atores visíveis e atores invisíveis), a análise de como as demandas são filtradas e priorizadas, a investigação dos fatores pré-decisórios etc. Contudo, há aspectos que necessitam aprofundamento; por exemplo, ainda há lacunas sobre as táticas implementadas pelos atores para influenciar a definição das agendas governamentais, ou seja, os mecanismos utilizados para fazer com que as pautas, bem como as alternativas de soluções, alcancem a agenda.

Corroborando essa afirmação, segundo Capella e Brasil (2015a), na atualidade, o objetivo central dos trabalhos da ciência política reside exatamente na compreensão do movimento que faz um tema da agenda pública passar para a agenda governamental. Tal mobilidade é conduzida por atores denominados pela literatura de **empreendedores de políticas públicas** (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019a, 2019b; Petridou; Mintrom, 2021). Trata-se de sujeitos ativistas que demonstram forte compromisso com os temas em que estão envolvidos, de modo a transformar determinados ideais em ação. Por meio de diferentes táticas, buscam ampliar a visibilidade de problemas sobre os quais atuam, tensionando-os até que estes sejam inseridos na agenda governamental. As abordagens explicativas discutidas neste capítulo (Múltiplos Fluxos e Equilíbrio Pontuado) foram as primeiras a destacar a atuação desses atores (Capella, 2016). A última seção do capítulo apresentará, com mais detalhes, o perfil desses sujeitos, bem como as táticas por eles utilizadas.

2.7 EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Kingdon (2007b, 2003) classifica esses empreendedores como pessoas qualificadas, especialistas no tema que pautam; dispostos a investir energia, tempo, experiência e reputação na defesa de determinadas propostas; habilidosos em representar ideias de outros indivíduos e grupos. Em alguns casos, esses atores desfrutam de uma posição de autoridade dentro do trâmite decisório, o que torna o processo de formulação de políticas facilmente receptivo às ideias propostas. Agem motivados por diversos fatores, como inquietação por um determinado problema, busca de benefícios próprios, reconhecimento ou simplesmente prazer em participar.

Corroborando a definição, para Mintrom (2019b, p. 307, tradução própria), “os empreendedores políticos são atores enérgicos que se envolvem em esforços dentro e ao redor

do Governo para promover inovações políticas”, podendo atuar em uma variedade de temas. Em sentido complementar, Capella (2016, p. 496) explica que “o empreendedor, com suas motivações, capacidade e imaginação, percebe a oportunidade para a inovação e a materializa”. A autora enfatiza que esses sujeitos são considerados fundamentais nos processos de formação das agendas governamentais.

Estudar a ação dos empreendedores não é uma proposta recente. Tal investigação é recorrente, há algumas décadas, em áreas como administração e economia (Cohen, 2016). Trata-se de uma temática que recebe relativo destaque nas ciências políticas por pesquisadores de diferentes disciplinas, o que contribui para a versatilidade do conceito (Petridou, 2021).

Em similaridade aos estudos sobre os ativistas (Abers, 2021; Pereira, 2021; Tatagiba; Teixeira, 2016) as investigações sobre os empreendedores de políticas públicas revelam que esses atores possuem origens distintas, com múltiplas identidades, podendo estar dentro ou fora do Governo. Pessoas ligadas à mídia, aos partidos políticos, às instituições do Poder Judiciário, sujeitos em cargos eleitos ou nomeados, pesquisadores, entre outros, podem ser reconhecidos como empreendedores de políticas públicas (Capella, 2016; Capella; Brasil, 2015a; Capano; Galanti, 2021; Cohen, 2016; Locks, 2014). Ressalta-se que, “independentemente da sua categoria, os empreendedores políticos sempre explorarão uma oportunidade de influenciar o público” (Cohen, 2016, p. 188, tradução própria).

De modo geral, esses atores desempenham funções importantes no processo de formação de uma política, atuando desde a definição da agenda até a formulação e a implementação desta; assim, influenciam a definição de problemas, mobilizam a opinião pública e, por vezes, formulam alternativas de soluções, ou seja, atuam conectando os fluxos de políticas públicas (Capano; Galanti, 2021, 2015; Kingdon, 2007b; Petridou, 2021). Cumpre esclarecer, conforme expõe Capella (2016), que o empreendedor não “cria” os problemas, mas ajuda a “destacar/visibilizar” aspectos de uma determinada situação que necessita da atuação governamental. Essas questões tornam-se problemas quando são absorvidas pela esfera governamental. Consoante argumenta Kingdon (2007b, p. 228), os empreendedores

‘investem’ nas políticas públicas – alocam recursos consideráveis para convencer as autoridades sobre as suas concepções do problema, tentando fazer com que essas autoridades vejam esses problemas da mesma forma que eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afetam significativamente os resultados.

Capella (2016, p. 31) acrescenta que esses atores também atuam como intermediários, “são hábeis negociadores [...] levando suas concepções de problemas e propostas a diferentes

fóruns”. O federalismo, com seus vários fóruns e arenas, é apontado como um sistema político que amplia as oportunidades dos empreendedores na experimentação das ideias destes.²⁰ A difusão de ideais em diferentes fóruns tem por objetivo sensibilizar não apenas as comunidades políticas, mas o público em geral, buscando, com isso, chamar atenção e construir, progressivamente, a aceitação das propostas. Vale destacar que muitas das propostas apresentadas podem não sobreviver, mas ajudam a concentrar a atenção das pessoas em determinados assuntos (Capella, 2016).

De acordo com Cohen (2016, p. 195, tradução própria), “à medida que as arenas políticas se tornam cada vez mais dinâmicas, podemos testemunhar um aumento no empreendedorismo político em todo o mundo”. Nesse sentido, a literatura tem argumentado que, assim como no caso dos ativistas, em contextos políticos mais democráticos, o raio de alcance das ideias produzidas por esses atores costuma ganhar uma maior dimensão, uma vez que tentam tirar vantagem da receptividade política do momento (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Locks, 2014). E, sob essas condições, os empreendedores de políticas aproveitam a oportunidade para oferecer um pacote de problemas e soluções (Kingdon, 2003, 2007b). Evidentemente, costumam obter melhores resultados em arenas políticas mais favoráveis às suas ideias, cuja defesa, disseminação e demonstração de viabilidade são o centro de atuação desses atores.

Apesar da suposição de que ambientes ditadores não seriam oportunos para o empreendedorismo político, Cohen (2016) argumenta que, embora tenha maior expressividade em democracias, o empreendedorismo político também existe em monarquias e ditaduras, mas nem sempre é especificamente definido como tal.

Na avaliação de Kingdon (2007b), a presença de um empreendedor habilidoso aumenta significativamente as chances de um item chegar ao topo da agenda. E isso ocorre, segundo Mintrom (2019b), devido aos atributos e às habilidades do sujeito. Entre os atributos, estão ambição, acuidade social, credibilidade, sociabilidade e tenacidade.²¹ No que tange às habilidades, trata-se de pessoas que pensam de forma estratégica; buscam coletar evidências sobre os temas em que atuam; trabalham em equipe; criam redes de apoio e articulação; e são

²⁰ O empreendedor que não obtém sucesso no convencimento sobre um determinado problema no plano federal, costuma buscar apoio em outros planos, tais como o estadual e o municipal. A argumentação e a defesa de ideias são desenvolvidas por meio de diferentes formas: projetos de leis; audiências públicas; palestras e conferências etc. A exposição dessas ideias, muitas vezes, tem apenas o objetivo de testar sua receptividade junto ao público em geral e no interior das comunidades (Capella, 2016).

²¹ Os atributos são colocados pelo autor como capacidades inerentes que, em seu ponto de vista, trata-se de pré-requisitos essenciais para ser um empreendedor político eficaz (Mintrom, 2019b).

hábeis na argumentação e na negociação. Para Mintrom (2019b, p. 309, tradução própria), esses atributos e habilidades “fornecem aos empreendedores de políticas as capacidades de que precisam para implantar estratégias-chave com eficácia para desenvolver e promover inovações políticas”.

Estudando sobre o perfil de personalidade do empreendedor de política pública, após realizarem uma variedade de testes, King e Roberts (1992) concluíram que se trata de pessoas que, em alguns casos, atuam visando benefícios particulares e, em outros, buscam servir ao interesse público e promover contribuição duradoura para a sociedade. Além disso, possuem alto potencial de liderança, são inovadores, criativos, críticos e tendem a analisar problemas de maneira objetiva e sistemática.

Apesar de reservar especial destaque para as habilidades desses atores, a literatura também adverte que eles não possuem o controle total sobre os processos de mudança. Por exemplo, Capella (2016, p. 491) esclarece: “o processo pelo qual a mudança na agenda se efetiva é influenciado por grandes eventos e pelas estruturas, e não pela vontade de um indivíduo em particular”. Na maioria dos estudos, o empreendedor aparece como um ator individual, contudo essa concepção individualista é amplamente criticada por autores como Capano e Galanti (2021), Giambartolomei, Forno e Sage (2021), Cohen (2016), Mintrom (2019), os quais afirmam que os empreendedores de políticas públicas estão inseridos em uma rede de pessoas e organizações. No entendimento desses autores, o sucesso das ações ocorre, especialmente, sob essas condições.

Giambartolomei, Forno e Sage (2021) têm avançado na compreensão do empreendedorismo político enquanto ação coletiva, dirigindo o foco do indivíduo (habilidades e características pessoais) para a compreensão de ações conduzidas por grupos. Na mesma linha argumentativa, Mintrom (2019a, 2019b) coloca que os empreendedores são, muitas vezes, os instigadores da mudança, mas a transformação efetiva não ocorre somente por força de suas ideias ou por sua suposta característica heroica; mas também por sua capacidade/habilidade para trabalhar em equipe. Da mesma forma, de acordo com Capano e Galanti (2015, p. 3), estudos empíricos demonstram que o empreendedorismo político é realizado por uma “pluralidade de indivíduos e organizações, e não por qualquer indivíduo dotado de características extraordinárias”. Trata-se, portanto, de uma ação coletiva e coordenada que visa promover inovações (Capano; Galanti, 2015). A ação coletiva desses atores aumenta suas chances de influenciar o processo decisório, podendo gerar mudanças nas políticas públicas (quebra de monopólio) ou assegurar a efetividade de políticas já existentes (manutenção de

monopólio). Assim, os empreendedores tanto podem defender quanto tensionar os monopólios de políticas públicas.²²

Para avançar com suas pautas, esses atores costumam mobilizar algumas estratégias, que muito se aproximam das táticas dos ativistas descritas por Ferreira (2016), citadas na quarta seção deste capítulo. Em suas investigações, Mintrom (2019b) identificou as seguintes estratégias:

- a) construção ou delimitação de problemas, visibilizando-os por meio da produção de evidências, narrativas e discursos;
- b) estruturação e expansão de redes, com o objetivo de gerar e difundir ideias, de modo a torná-las mais factíveis;
- c) articulação de coalizões de interesses favoráveis ao tema;
- d) liderança pelo exemplo, com o propósito de mostrar a exequibilidade da política pública diante de possível percepção de riscos por parte dos tomadores de decisão;
- e) a ampliação das ações e dos resultados para outras escalas, visando angariar mais apoio e legitimidade.

Vale destacar que essas estratégias não são rígidas. Mintrom (2019b) esclarece que podem variar de acordo com o contexto político em que são utilizadas. Giambartolomei, Forno e Sage (2021) também identificam algumas táticas semelhantes às estudadas por Mintrom (2019b) e Ferreira (2016), a saber:

- a) definição e conexão de problemas.** Aqui, os empreendedores buscam englobar diferentes percepções sobre uma questão, conectando-as e conduzindo-as a um enquadramento comum. Essa tática visa alcançar uma gama mais ampla de pessoas interessadas, sob a lógica que quanto maior o interesse e aceitação de um problema, maior a colaboração entre os sujeitos (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019b). A definição do problema é o primeiro passo na estratégia de chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas. Conforme coloca Mintrom (2019b), os empreendedores políticos formulam os problemas de diversas formas, dentre elas a apresentação de evidências sobre o tema, sugerindo que uma crise está próxima. Não se trata, como explica Capano e Galanti (2021, p. 326), de “inventar algo radicalmente novo, mas sim reagrupar ideias e instrumentos existentes de forma original, permitindo assim criar uma nova correspondência entre ideias e problemas”. Embora a coleta de evidências seja uma atividade importante, torna-se ainda mais

²² A ação de gerar mudanças ou manter a estabilidade depende do objetivo pretendido.

poderosa com o propósito de fazer argumentos convincentes. A esse respeito, Mintrom (2019b, p. 313) destaca que “Empreendedores políticos precisam da habilidade de apresentar argumentos de forma eficaz se quiserem ter o tipo de influência de que precisam para alcançar a mudança política [...]. Quando os empreendedores políticos são bons em argumentar, eles se tornam mais capazes de conquistar outros para sua causa e construir coalizões de apoiadores”. Definir um contexto problemático, argumentando adequadamente sobre ele, amplia a relevância dos temas que estejam em questão e facilita a inserção deles na agenda governamental. Corroborando essa afirmação, Petridou e Mintrom (2021) afirmam que o enquadramento eficaz de problemas pode aumentar a probabilidade de atrair a atenção dos formuladores de políticas. Entretanto, o fato de uma determinada questão despertar a atenção dos formuladores de políticas públicas não é suficiente para que o item seja incluído na agenda governamental, porém sinaliza uma janela de oportunidade para uma possível mudança na política. Nesse sentido, alcançar a agenda governamental requer um esforço contínuo de acompanhamento e de pressão política (Cohen, 2016), bem como o desempenho de outras táticas e estratégias;

- b) liderança pelo exemplo.** Essa tática refere-se ao compromisso de demonstrar a viabilidade das propostas, por meio de exemplos da atuação dos empreendedores de políticas públicas. Visa convencer, argumentando que a mudança exige a superação de possíveis riscos (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). Conforme coloca Mintrom (2019a, 2019b), nessa estratégia os empreendedores sinalizam seu compromisso genuíno com a melhoria dos resultados sociais. Ser percebidos como exemplos, aumenta sua credibilidade perante os outros, criando, assim, impulso para a mudança;
- c) construção de confiança e motivação.** Com essa tática, o empreendedor visa ativar e nutrir o capital social do grupo, sendo um *drive* fundamental para garantir ações coletivas. É comum que empreendedores de políticas públicas detenham um *know-how* para interagir e dialogar com a burocracia de nível institucional, o que colabora para estabelecer maior legitimidade das ideias propostas na percepção do público que se pretende alcançar (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021);
- d) vinculação de atores e construção de redes.** Diz respeito à importância do “trabalho em equipe”. Os empreendedores de políticas públicas utilizam essa tática por compreender que a força dos agentes de mudança está em sua capacidade de trabalhar com os outros, em coalizões formadas por diferentes conhecimentos e habilidades

(Cohen, 2016; Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019b). Segundo Mintrom (2019b, p. 317, tradução própria), “os empreendedores políticos entendem que suas redes de contatos representam repositórios de habilidades e conhecimentos que eles podem utilizar para apoiar suas iniciativas”. Para Capano e Galanti (2015), a articulação em rede os coloca em uma posição privilegiada. A construção de redes fortalece os empreendedores de políticas públicas, uma vez que amplia o raio de atuação deles. De acordo com Capano e Galanti (2021, p. 328, tradução própria), “o que torna o empreendedorismo político bem-sucedido é a coordenação de diferentes atores realizando ações empreendedoras com o mesmo propósito”. O envolvimento com outras pessoas ajuda a dar viabilidade (Mintrom, 2019). Petridou e Mintrom (2021a, 2019b) afirmam que o envolvimento em redes pode ajudar os empreendedores de políticas a acumular evidências e mais bem convencer os tomadores de decisão sobre a eficácia de suas propostas.

- e) **geração e divulgação de conhecimento.** Os empreendedores reconhecem que é necessário o envolvimento em atividades de capacitação e conscientização para melhorar a compreensão social dos contextos e dos temas pelos quais atuam. Essa tática também permite estimular a preocupação e o engajamento da comunidade, oferecendo ferramentas de suporte para obtenção de soluções (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021);
- f) **facilitação da inovação.** Essa tática trata do oferecimento de resposta a um determinado problema. Aqui os empreendedores (demonstrando experiência, confiança, legitimidade sobre o tema e articulados em rede), apresentam alternativas de soluções que visam as políticas públicas (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). A inovação “pode ser considerada o principal objetivo ou 'missão' das atividades empreendedoras” (Capano; Galanti, 2021, p. 325, tradução própria) e “deriva da ação cognitiva e estratégica dos empreendedores” (Capano; Galanti, 2015, tradução própria). Criar alternativas inovadoras significa explorar oportunidades para influenciar as mudanças políticas.
- g) **reconhecimento e criação de janelas de oportunidades.** O sucesso da tática de número 6 só é possível quando os empreendedores aproveitam devidamente as janelas de oportunidade, ou seja, reconhecem o melhor momento para intervir. Segundo Cohen (2016), à medida que a janela de oportunidade cresce, maiores são suas chances de influenciar as políticas públicas. Uma oportunidade pode surgir a

partir de uma nova constelação política, de uma crise econômica, de uma mudança na composição da população levando a uma alteração na opinião pública ou da combinação desses vários fatores (Cohen; 2016). A identificação ou a criação de uma janela de oportunidade não é uma tarefa simples, exige habilidade de diálogo e argumentação. Estar atento ao momento político é quesito fundamental para aproveitar ou criar essas janelas de oportunidades, que são a chave de atuação dos mencionados atores. Compreendendo o caráter provisório dessas janelas, os empreendedores estão, na maioria das vezes, atentos à sua abertura.

Finalizada a exposição das táticas, vale esclarecer que a apresentação específica de cada uma delas representa tão somente um recurso didático, uma vez que, na prática, são utilizadas de forma combinada. O sucesso da ação dos empreendedores políticos depende, em boa medida, dessa combinação (Capano; Galanti, 2021; Mintrom, 2019a, 2019b). Cohen (2016) destaca que as táticas de definição de problemas e construção de redes são primordiais, porque, segundo o autor, um problema bem definido e uma rede de contatos bem estruturada ajudam a reunir uma maior coalizão de apoiadores que podem contribuir para as mudanças políticas desejadas.

Nos capítulos 5 e 6 desta tese, serão analisadas as táticas empreendidas pelos coletivos estudados por esta investigação (CATRAPOA e REMA). Antes, contudo, os capítulos 3 e 4 apresentarão os dois coletivos pesquisados, com ênfase nas suas trajetórias de formação, atuação e incidência nas políticas públicas.

2.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Os sistemas alimentares industriais têm impactado a sociedade, causando diversos efeitos negativos. O capítulo destacou a relação desses sistemas com as dimensões nutricionais, socioeconômicas, ambientais e culturais. A repercussão nesses setores da sociedade é uma realidade em muitos territórios brasileiros, entre eles o território amazônico, onde se situa o estado do Amazonas, campo de estudo desta pesquisa.

A intensificação da produção agrícola e pecuária, mediante o crescente desmatamento e as queimadas na Amazônia, tem ameaçado os ecossistemas e a biodiversidade, bem como influenciado nas alterações climáticas, desregulando os períodos de chuvas e interferindo diretamente na produção de alimentos. A vulnerabilidade econômica intensifica a problemática da insegurança alimentar, uma vez que o baixo rendimento induz a população que vive nesses territórios a optar por alimentos mais baratos, que, em geral, possuem menor valor nutricional

(Costa; Schor, 2013; Santos, 2016; Schor *et al.*, 2015; Vivier; Droulers, 2019;) e são estranhos à cultura alimentar desses povos.

Em relação ao estado do Amazonas, observa-se uma mudança nos hábitos alimentares de sua população. Os estudos sinalizam três principais fatores explicativos, relacionados à:

- a) especificidade hidrológica da região;
- b) modernização dos meios de transporte;
- c) monetização pela via das políticas sociais de transferência de renda (Costa; Schor, 2013; Schor; Azenha; Bartoli, 2018; Schor; Azenha, 2017; Schor *et al.*, 2015).

Os regimes hidrológicos influenciam a alimentação, pois várias regiões se tornam dependentes do abastecimento externo durante as cheias. A modernização dos meios de transporte favorece a entrada de produtos provenientes da agroindústria brasileira e estrangeira. A monetização da economia possibilita ampliar o acesso a alimentos como frango congelado, enlatados, calabresa etc. (Santos, 2016; Schor, 2015; Schor; Azenha, 2017; Schor; Azenha; Bartoli, 2018). Esse cenário é preocupante, porque, além dos problemas de ordem nutricional, a prática de aquisição de alimentos estranhos à cultura dos amazonenses – sobretudo dos povos tradicionais, como indígenas e ribeirinhos – tem gerado uma diminuição em suas práticas de produção – caça e extrativismo – fragilizando, nesse sentido, os seus conhecimentos culturais.

A reversão desse cenário implica o fomento à agricultura familiar por meio de políticas públicas voltadas para a produção local com ênfase no alimento orgânico e agroecológico, bem como a valorização e o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais (Caporal, 2009; Oliveira, 2021). Esses temas estão presentes nas várias pautas defendidas pelos ativistas alimentares, atores com origem distintas, que atuam, por exemplo, na Sociedade Civil, por meio de movimentos sociais, ou mesmo na estrutura do Estado – neste caso, chamados de “ativistas institucionais” (Abers, 2021; Doria; Azevedo, 2019; Fonte, 2016; Pereira, 2021; Portilho, 2020; Schubert; Portilho, 2023; Tatagiba; Teixeira; 2016; Vilaça, 2021).

Para avançar com suas pautas, os ativistas alimentares mobilizam uma variedade de táticas (Ferreira, 2016), com o objetivo de inserir suas demandas na agenda governamental. A discussão sobre o processo de formação da agenda governamental é importante, porque as políticas públicas são consideradas excelentes mecanismos para o equacionamento de muitas problemáticas alimentares denunciadas pelos ativistas.

As primeiras pesquisas sobre agenda governamental focavam em investigar as decisões tomadas pelos formuladores de políticas públicas (Cobb; Elder, 1971). Posteriormente, os estudos passaram a voltar sua atenção para os fatores que influenciam o processo de formação

da agenda governamental (Baumgartner; Jones, 1991; Kingdon, 2003). Mais recentemente, as pesquisas têm-se debruçado sobre a prática dos atores na produção de mudanças nas políticas públicas, investigando as táticas empregadas para influenciar a agenda governamental. Quando as atuações desses ativistas incidem nas políticas públicas, ou seja, quando suas pautas são inseridas na agenda governamental, eles também são denominados “empreendedores de políticas públicas” (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019a, 2019b; Petridou; Mintrom, 2021).

Com similaridade aos estudos sobre os ativistas (Abers, 2021; Pereira, 2021; Tatagiba; Teixeira, 2016), as investigações sobre os empreendedores de políticas públicas também indicam que esses atores: são influenciados pelo contexto político vivenciado; possuem origens distintas, atuando tanto em espaços da Sociedade Civil quanto em espaços institucionais (Capella, 2016; Locks, 2014; Capella; Brasil, 2015a; Cohen, 2016; Capano; Galanti, 2021) e; empregam táticas semelhantes na defesa de suas pautas.

As literaturas tratadas neste capítulo serviram como lente de análise sobre o ativismo e o empreendedorismo político realizados pela CATRAPOA e pela REMA, cujos resultados serão apresentados nos próximos capítulos.

3 COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO AMAZONAS (CATRAPOA): TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO, INFLUÊNCIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL, ATIVISMO INSTITUCIONAL E EMPREENDEDORISMO POLÍTICO

Este capítulo apresentará a trajetória de formação e atuação da CATRAPOA. Em seguida, abordará sua influência na agenda governamental do estado do Amazonas em relação às políticas públicas alimentares. A terceira seção do capítulo tratará sobre os fatores que influenciaram o comportamento ativista de seus membros, a partir das variáveis explicativas **compromissos prévios, socialização organizacional e interação com a comunidade local**. E, por fim, o texto proporá um diálogo entre as literaturas de ativismo e de empreendedores de políticas públicas, enfatizando a atuação coletiva desses atores.

3.1 ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA CATRAPOA

A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas tem articulado ações em torno da alimentação escolar de comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas e ribeirinhas, visando, entre outros aspectos, a valorização da alimentação local e a geração de renda. Atua na busca de soluções para as problemáticas alimentares dessas populações, mediante a criação de mecanismos que facilitem o acesso delas aos programas de compras públicas, por exemplo: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),¹ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)² e Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME).³ Considera-se relevante o trabalho desse coletivo por entender que “a alimentação escolar representa um braço importante das ações públicas concebidas com vistas à segurança alimentar” (Marques *et al.*, 2017, p. 103).

A comissão atua como um fórum permanente, envolvendo vários órgãos públicos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), representantes de entidades não governamentais, bem como lideranças indígenas e agroextrativistas. A composição

¹ Veja-se a Lei nº 11.947/2009, que estabelece a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de alimentos da agricultura familiar (Brasil, 2009).

² Esse programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede pública socioassistencial e/ou por instituições filantrópicas.

³ O PREME, Lei Ordinária nº 3.454, de 10 de dezembro de 2009, do estado do Amazonas, tem como objetivo garantir a utilização de gêneros alimentícios regionais na merenda escolar servida na rede pública estadual de ensino (Amazonas, 2009).

diversificada da CATRAPOA mantém correspondência com um dos principais fatores sinalizados pela literatura de governança alimentar, o qual diz respeito à participação. Na avaliação de Zúñiga-Escobar, Grisa e Coelho-de-Souza (2021), a participação é um critério essencial da governança alimentar, motivo pelo qual pode ajudar a ampliar a incidência política de pautas relacionadas à alimentação.

Ações direcionadas à alimentação, especialmente quando se trata de populações tradicionais com grandes peculiaridades culturais, em regiões com logísticas diferenciadas, demandam a atuação de uma diversidade de atores, com variadas expertises. O quadro abaixo lista algumas das organizações participantes da comissão:

Quadro 1 – Composição da CATRAPOA

| SIGLA | DEFINIÇÃO |
|--------------|---|
| ASPROC | Associação dos Produtores Rurais de Carauari |
| ASIBA | Associação dos Produtores de Barcelos |
| CCM | Memorial Chico Mendes |
| CECANE | Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| COOINE | Cooperativa Agrícola Indígena Nova Esperança |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FOIRN | Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro |
| FUNAI | Fundação Nacional dos Povos Indígenas |
| FVS | Fundação de Vigilância Sanitária |
| GIZ | <i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> |
| IDAM | Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas |
| Iepé | Instituto de Pesquisa e Formação Indígena |
| ISA | Instituto Socioambiental |
| MAPA | Ministério da Agricultura e Pecuária |
| MPF/AM | Ministério Público Federal do Amazonas |
| REMA | Rede Maniva de Agroecologia |
| SEDUC/AM | Secretaria de Estado de Educação do Amazonas |
| WWF | <i>World Wide Fund for Nature</i> |

Fonte: elaborado pela autora.

A inclusão e a articulação desses atores foi se estruturando ao longo do tempo, durante suas reuniões, à medida que demandas e sugestões de melhorias eram apresentadas, sobretudo por organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais, cooperativas e associações. Diante desse cenário, vale observar que o envolvimento da Sociedade Civil é importante, porque sinaliza um caminho promissor no enfrentamento de problemáticas causadas pelos atuais sistemas alimentares industriais (Rapallo; Riveira, 2019; Stuckler; Nestle, 2012; Swinburn *et al.*, 2019).

A ideia de formar a CATRAPOA, conforme relatou seu coordenador, surgiu de uma visita às terras indígenas ianomâmis, em 2016. Na ocasião, um grupo de indígenas se mobilizou

e entregou ao MPF uma carta que denunciava a precariedade da alimentação escolar e reivindicava melhorias. A partir dessa experiência, a prática de ir às comunidades indígenas se tornou ainda mais frequente pelo procurador do MPF/AM.

Esses contatos mais diretos com os povos tradicionais, além de confirmar a existência dessa problemática em várias outras comunidades, também têm fortalecido o ativismo do procurador, uma vez que, como menciona Vilaça (2021), a “interação com a comunidade local” é considerada uma variável importante para influenciar comportamentos ativistas, tema que será abordado, com mais detalhes, na Seção 3.2 deste capítulo.

Sabe-se que a oferta de alimentos saudáveis e culturalmente apropriados à população escolar indígena é fundamental para o fortalecimento de suas identidades, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da saúde das crianças e jovens. Assim, a questão não se resume apenas à oferta de refeições às escolas, mas deve considerar a diversidade alimentar das etnias e a sazonalidade dos alimentos disponíveis na região, valorizando a produção local e a agricultura familiar. É um desafio, porém, implementar esse ideal alimentar, o qual encontra-se respaldado em vários instrumentos legais. A oferta desses alimentos ainda é limitada e, muitas vezes, não respeita as especificidades culturais e alimentares dos povos indígenas (Figueiredo, 2023).

O fato é que muitos dos alimentos, em virtude das longas distâncias, não chegavam às aldeias; e, quando chegavam, eram, em sua maioria, do tipo industrializados, os quais, além de prejudiciais à saúde, estavam desvinculados da cultura local (Brasil, 2020). Vários estudos e reportagens vinculadas pela mídia têm desvendado a fragilidade desses povos diante da escassez de alimentos; em muitas aldeias, há alta prevalência de desnutrição crônica, especialmente entre as crianças e adolescente, favorecida também por más condições sanitárias, entre outros determinantes (Figueiredo, 2023)

Esse cenário problemático corresponde ao **fluxo de problemas** do modelo teórico de múltiplos fluxos (Kingdon, 2003, 2007b), tratado na Seção 1.5 do primeiro capítulo desta tese. A mobilização dos indígenas para denunciar os problemas da alimentação escolar em suas comunidades e despertar a atenção do procurador para o fato, representou o **evento-foco** do fluxo de problema. Os eventos-foco correspondem a *feedbacks* que podem chamar a atenção dos tomadores de decisão, de maneira a facilitar que as questões sejam direcionadas à agenda governamental.

Na tentativa de reverter o cenário encontrado, o procurador do MPF/AM buscou articular alguns atores envolvidos com a pauta alimentar e indígena. Essa etapa, de acordo com

o modelo teórico dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003, 2007b), corresponde ao **fluxo político**, momento em que as coalizões são construídas.

No início de sua configuração, a comissão realizava reuniões mensais. Atualmente, acontecem em intervalos de dois a três meses ou sempre que há uma questão urgente a ser discutida.⁴ Além dessas reuniões mais amplas, com encaminhamentos gerais, há também aquelas de caráter mais pontual para tratar de assuntos específicos. Nestes casos, participam somente as organizações diretamente envolvidas com a demanda em questão. A fala do entrevistado Kayke sinaliza a dinâmica de necessidade dessas reuniões mais restritas:

Às vezes, não é na CATRAPOA que a gente resolve. Às vezes, a gente tem que marcar uma reunião específica com a CONAB, e aí chama o diretor pra resolver. Às vezes, a CATRAPOA, na reunião grande, não vai resolver tudo, então você tem que ter as reuniões bilaterais, as reuniões menores com pautas específicas.

As primeiras reuniões da CATRAPOA ocorreram no ano de 2016, entretanto somente em 2019 a comissão foi formalizada pela Portaria nº 16, de 15 de janeiro de 2019, sendo oficialmente vinculada ao 5º Ofício do Ministério Público Federal do Amazonas. A criação da comissão foi ao encontro do que já estava sendo desenvolvido pela GIZ, agência alemã de cooperação internacional especializada em projetos de cooperação técnica com foco no desenvolvimento sustentável. Em 2018, a GIZ e o MAPA estiveram desenvolvendo câmeras de comercialização em alguns estados e, ao chegarem no Amazonas, conheceram o trabalho da CATRAPOA. Segundo explicou o entrevistado Xamã, “*a proposta da GIZ foi que casasse esses interesses, que a Câmara do Amazonas fosse à própria CATRAPOA, [...] então meio que eles [GIZ] vieram até nós*”.

Embora a CATRAPOA já existisse antes da participação da GIZ, de acordo com os entrevistados, o apoio da agência alemã foi fundamental, pois esta representou uma das principais parceiras, uma vez que ofereceu o suporte financeiro que contribuiu para a celeridade das ações, com destaque para a contratação de uma assessoria que atuou diretamente e exclusivamente junto à comissão.

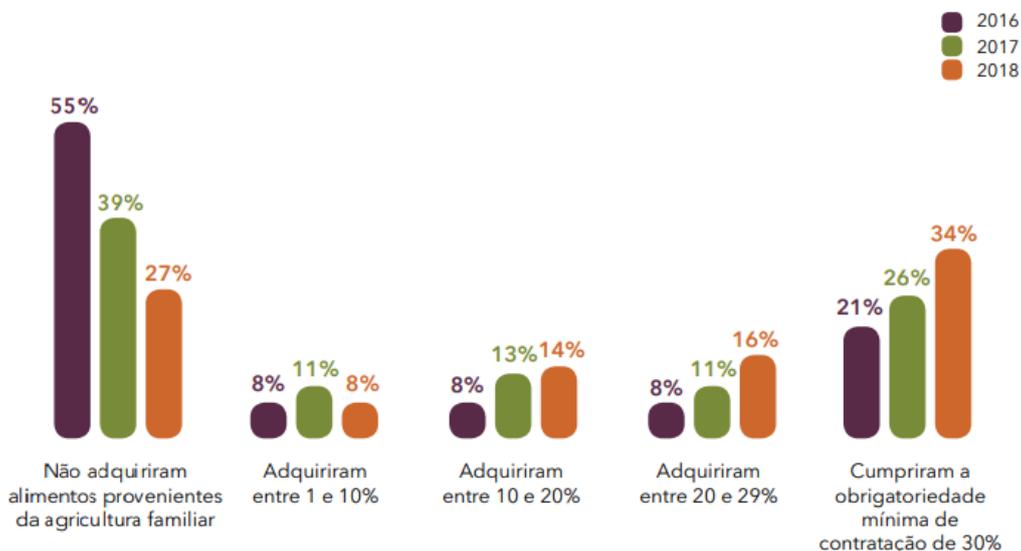
Com o empenho de muitos outros membros parceiros, o trabalho conduzido pela CATRAPOA tem-se ampliado, a ponto de alcançar a agenda governamental do estado do Amazonas. A próxima seção tratará da influência do coletivo nas políticas públicas.

⁴ As reuniões ocorrem de forma presencial e *on-line*.

3.2 A INFLUÊNCIA DA CATRAPOA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2013, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação criou um Grupo de Trabalho sobre Alimentação Escolar Indígena, com o objetivo de elaborar ações estratégicas em alimentação e nutrição direcionadas aos estudantes indígenas, visando adequar os normativos do PNAE à realidade dessa população. Contudo, até 2019 o fornecimento quantitativo e qualitativo da merenda escolar em terras indígenas do estado do Amazonas seguia problemático, havendo, inclusive, desrespeito ao disposto no PNAE, cujo artigo 2º determina que 30% dos alimentos adquiridos devem ser provenientes da agricultura familiar, com prioridade para as comunidades tradicionais (Brasil, 2020). O gráfico abaixo demonstra essa informação:

Figura 7 – Municípios do Amazonas em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar



Fonte: Brasil (2020, p. 14).

A principal dificuldade em adequar a alimentação escolar às especificidades culturais dos povos indígenas diz respeito às regras sanitárias exigidas pelo PNAE (e por outras políticas públicas). Esses preceitos vão de encontro às peculiaridades alimentícias desses povos, os quais possuem formas tradicionais de conservação e consumo que, em alguns aspectos, se distanciam das rigorosas normas sanitárias exigidas por lei.

O estabelecimento dessas normativas sanitárias visa garantir padrões higiênico-sanitários de controle para evitar a propagação de microrganismos patogênicos causadores de

contaminação,⁵ de modo a contribuir para a segurança alimentar. Entretanto, vale ressaltar que a segurança alimentar e nutricional, de acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança (SISAN), não se restringe a fatores de ordem técnica, relacionados à manipulação de alimentos, pois envolve também a valorização e o reconhecimento dos hábitos alimentares das populações, de seus processos de produção, consumo e conservação (Brasil, 2006a).

Nessa ótica, conforme a Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF,⁶ “a segurança alimentar deve, por imperativo constitucional, ser compatível com os hábitos alimentares dos diversos segmentos da população brasileira e seus meios de produção” (MPF, 2020, p. 2). Corroborando essas colocações, segundo o entendimento da FUNAI (2017, p. 3), expresso na Nota Técnica nº 3/2017/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI,⁷ “não se podem reduzir os sistemas agrícolas e de base extrativista, praticados e vividos pelos povos indígenas, ao sistema produtivo agroindustrial familiar baseado em experiências históricas predominantemente exógenas ao contexto amazônico”.

Na tentativa de solucionar esse conflito, a CATRAPOA, a partir da articulação de seus diversos atores, internos e externos ao Estado (fluxo político), elaborou a Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM (MPF, 2017),⁸ a qual orienta a compra de alimentos das próprias comunidades indígenas por meio de políticas públicas, a exemplo do PNAE e do PREME. Segundo Figueiredo (2023), a referida nota técnica apresenta diretrizes para a participação da agricultura familiar indígena, enfatizando a importância de garantir a inclusão desse segmento na política de compra institucional.

Essa normativa flexibiliza o processo de comercialização indígena, autoriza a aquisição de alimentos de origem animal e vegetal (peixe, galinha, farinha, polpas etc.) diretamente de suas comunidades, assim como regula a compra e a venda mediante políticas de compras públicas. Dessa forma, o instrumento legal incentiva o desenvolvimento sustentável nas aldeias indígenas e busca garantir o direito desses povos a uma alimentação diferenciada, de maneira a respeitar as tradições culturais de produção e conservação de seus alimentos e colaborar, portanto, para a promoção da soberania alimentar, cuja “noção pressupõe o direito de decidir

⁵ No Amazonas, as condições higiênico-sanitárias dos produtos de origem animal são determinadas pelo Decreto Estadual nº 37.434 (Amazonas, 2016), que regulamenta a Lei Estadual nº 4.223 (Amazonas, 2015), em consonância com o Decreto Federal nº 9.013 (Brasil, 2017).

⁶ CCR é a Câmara de Coordenação e Revisão.

⁷ As siglas COPE, CGPC e DPDS representam, respectivamente, Coordenação de Processos Educativos, Coordenadoria-Geral de Promoção da Cidadania e Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.

⁸ ADAF é a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas, e SFA a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do mesmo estado.

de cada povo sobre o seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Marques; Doria, 2021, p. 250). O documento argumenta que

Os povos indígenas [...] possuem mecanismos milenares próprios de conservação e manipulação de alimentos, aptos a garantir uma mínima qualidade para consumo no ambiente local das terras indígenas, citando apenas como exemplo a prática do ‘moqueado’ por alguns povos, que consistente na queima externa intensa da proteína animal, no intuito de garantir-lhe maior durabilidade (Brasil, 2017, p. 7).

Para ilustrar a incoerência das normas sanitárias convencionais entre essas populações, destaca-se o depoimento do entrevistado Porã: *“para o indígena subir no pé de açaí, descer com cacho, moer, fazer o caldo e entregar o suco de açaí na escola, não precisaria levar para uma indústria, para colocar um selo, para falar que foi feito nos parâmetros XYZ, porque ali é o arco tradicional deles”*.

Conforme menciona a segunda nota técnica emitida pelo MPF, nº 3/2020/6^aCCR/MPF – a qual amplia o entendimento para todas as populações tradicionais, em território nacional –, não se trata de isentar dos protocolos sanitários os produtores tradicionais, mas, sobretudo, de adaptar os protocolos às práticas tradicionais, respeitando e valorizando a sociodiversidade que é intrínseca a toda a sociedade brasileira. Salienta-se que a priorização da compra local, além de valorizar a cultura das populações tradicionais, ajuda a minimizar o obstáculo logístico da alimentação (descrito na Seção 1.2 do primeiro capítulo da tese).

Mediante o exposto, apresentado o problema da alimentação escolar (fluxo de problema) e articulados os atores para o trato dessa questão (fluxo político), o instrumento legal da nota técnica publicada pelo MPF/AM, elaborada por mobilização e sensibilização dos atores envolvidos, representa o fluxo de alternativa de solução.

Vale ressaltar que três conceitos foram fundamentais para a elaboração da nota técnica, a saber: **autoconsumo**, **consumo familiar** e **família estendida**, concepções que serão mais bem discutidas no Capítulo 4, na seção sobre janelas de oportunidades da CATRAPOA. O trecho abaixo esclarece a relação dos conceitos de autoconsumo e de família estendida no contexto das populações indígenas:

O entendimento de que os alimentos ofertados pelos produtores indígenas locais estão em conformidade com a definição de autoconsumo se calca na indissociabilidade entre produção, preparo e consumo da alimentação escolar indígena [...]. Não raro, a produção ocorre nas roças familiares ou coletivas nas imediações da aldeia [...]. O preparo dos alimentos é realizado por merendeira, normalmente uma mulher indígena contratada [...]. Por fim, os alunos que recebem a alimentação são filhos tanto dos produtores indígenas, quanto dos professores e funcionários indígenas responsáveis pelo funcionamento da escola. Portanto, excetuando a aquisição feita pelo Estado

através da Secretaria de Educação ou da própria escola, todo o processo produtivo e de preparo de alimentos ocorre no âmbito da comunidade de parentesco, assim como a alimentação escolar dos estudantes, filhos da comunidade, encerra este processo no âmbito familiar (estendendo-se a rede familiar entre os consanguíneos e afins reconhecidos como parentes para cada grupo local) (FUNAI, 2017, p. 5).

Corroborando a compreensão de família ou parente entre comunidades indígenas, a Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM dispõe que

as etapas que envolvem o ‘autoconsumo’ ou ‘consumo familiar’ de muitos povos indígenas não são realizadas única e exclusivamente pelas famílias nucleares (ou ‘grupos de fogo’), mas abarcam também uma rede mais extensa de parentes (consanguíneos e afins) em uma mesma aldeia ou em um conjunto de aldeias (Brasil, 2017, p. 15).

A partir da publicação da nota técnica, devidamente fundamentada com os conceitos de autoconsumo, consumo familiar e familiar estendida, a Secretaria de Estado e Educação do Amazonas (SEDUC) lançou, no ano de 2019, a primeira chamada pública para a alimentação escolar específica das populações indígenas. Na avaliação de Palmeira *et al.* (2020), a descentralização das ações do nível nacional para o nível local é positiva para a governança local, uma vez que o envolvimento das populações tende a gerar melhorias nos serviços públicos.

A alternativa de solução, representada pela nota técnica nº01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM, tem incentivado a participação das populações tradicionais nos mercados institucionais, com destaque para o município de São Gabriel da Cachoeira, o qual, antes da existência da CATRAPOA, nunca havia acessado qualquer das três Políticas Públicas (PNAE, PAA e PREME) e hoje é uma referência no estado do Amazonas. As imagens seguintes ilustram algumas das entregas de alimentos realizadas pelos indígenas do estado:

Figura 8 – Entrega da alimentação escolar indígena no Município de São Gabriel da Cachoeira

Figura 8.1



Fonte: Lima (2021).

Figura 8.2



Fonte: Lima (2021).

Figura 8.3



Fonte: Lima (2021).

Figura 8.4



Fonte: Lima (2021).

Figura 9 – Entrega da alimentação escolar indígena no Município de Boca do Acre

Figura 9.1



Fonte: Mota (2023).

Figura 9.2



Fonte: Mota (2023).

Figura 9.3



Fonte: Mota (2023).

Figura 9.4



Fonte: Mota (2023).

A partir de suas ações locais, a CATRAPOA vem incidindo nas políticas públicas em escala nacional. Nesse sentido, a comissão, por meio do MPF/AM, expediu a Nota Técnica nº 3/2020/6^aCCR/MPF, que amplia o entendimento sobre a dispensa de registro sanitário de proteínas, bebidas e processados a outras comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, extrativistas e quilombolas, em todo o território brasileiro.

Nesse sentido, o documento reafirma a inadequação das diretrizes sanitárias a esses povos e reitera a importância de respeitar e valorizar suas formas culturais de alimentação, dispensando-os de registro, inspeção e fiscalização. Essas alterações, obtidas por meio da atuação da CATRAPOA, dialogam com o direito constitucional presente no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e no artigo 2º do Decreto nº 10.088/2019, que

promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Tais instrumentos legais garantem aos povos indígenas a livre manifestação de sua organização social e cultural.

Os resultados alcançados até o momento pela comissão, vêm sendo divulgados por meio da publicação do “Guia prático: alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais” (Brasil, 2020) e também pela “Mesa Permanente de Diálogos Catrapovos Brasil” (MPF, 2023). O guia, publicado em 2020, além de apresentar dados sobre o número de agricultores e escolas beneficiadas, também descreve os passos para a implementação e replicação da estratégia da alimentação escolar indígena. A Mesa Permanente de Diálogos Catrapovos Brasil, criada em 2021, atua para divulgar as boas práticas desenvolvidas pela comissão, tendo por objetivo principal replicar essa experiência em território nacional.

O trabalho conduzido pela CATRAPOA é fruto do ativismo alimentar da maioria de seus membros. O perfil ativista desses atores possui origens distintas e, ao contrário do que geralmente se supõe, muitos deles não têm vínculos com movimentos sociais, com exceção de alguns atores não institucionais, membros da comissão. A seção a seguir abordará os fatores que influenciaram e/ou influenciam o comportamento ativista dos membros da comissão.

3.3 FATORES QUE INFLUENCIARAM O ATIVISMO DOS MEMBROS DA CATRAPOA

Estudos sobre ativismo institucional têm avançado nas últimas décadas, buscando investigar o poder discricionário do burocrata e os efeitos do ativismo deste sobre as políticas públicas (Pereira, 2021; Silveira, 2022). Embora a atuação de atores oriundos de movimentos sociais na esfera governamental corresponda à forma clássica de ativismo institucional, nem todos os ativistas institucionais possuem, necessariamente, um histórico de engajamento em movimentos sociais. Assim, podem também estar vinculados a outros tipos de relações, como acadêmicas, pessoais, profissionais etc. (Abers, 2021; Silveira, 2022).

Conforme tratado no Capítulo 2, há três variáveis que, segundo Vilaça (2021), ajudam a explicar o ativismo de atores institucionais: **Compromissos prévios; Socialização organizacional e; Interação com a comunidade local**. O estudo junto à CATRAPOA identificou a existência desses três aspectos.

A variável **compromisso prévio** foi observada entre a maioria dos atores entrevistados. Estrutura-se a partir de diferentes fatores, dependendo da trajetória individual de cada ator. Os sujeitos vinculados a organizações não institucionais afirmaram possuir forte ligações com

movimentos sociais de pautas alimentares e/ou indígenas, como no caso do entrevistado Raoni: *“eu já vinha militando no movimento indígena desde os anos 1980 [...] eu tinha, na época, 14 anos e já frequentava o movimento indígena”*. Outros declararam ter tido contato com outros tipos de movimentos, conforme pode ser observado na fala do entrevistado Kayke: *“fui muito ligado ao movimento estudantil e aprendi um pouco ali, e isso me traz até hoje esse compromisso com as causas ambientais, com as causas sociais, com as causas populares”*.

Os membros institucionais da CATRAPOA relataram outros tipos de experiências que, segundo as avaliações dos atores, foram significativas e os tornaram mais sensíveis às causas sociais de modo geral, segundo expressou a entrevistada Teçá ao relatar uma experiência de trabalho voluntário com moradores de rua: *“depois dessa experiência, eu me apaixonei pela área, [...] eu sabia que eu queria trabalhar com políticas públicas, mas eu não tinha desenhado na minha cabeça qual seria a linha de atuação, se seria uma atuação em banco de alimentos, se seria uma atuação em albergues”*.

Ainda relacionado à variável **compromisso prévio**, alguns dos entrevistados afirmaram identificar-se com a pauta em virtude da própria origem indígena. Outros destacaram suas trajetórias acadêmicas e profissionais, como no caso do entrevistado Porã: *“cursando a graduação, eu conheci esse tema da segurança alimentar e nutricional, daí que despertou esse interesse para discutir não só a segurança do alimento em si nos aspectos de qualidade, mas também na questão do acesso ao alimento”*.

A trajetória acadêmica dos membros que compõem a CATRAPOA é um aspecto interessante de ser observado. Há uma diversidade de formações, em nível técnico e superior, muitas delas relacionadas a temas que dialogam direta e indiretamente com as discussões levantadas pela comissão. Durante as entrevistas, foram citadas as seguintes áreas: meio ambiente, saúde pública, agropecuária, ciências naturais, história, ciência dos alimentos, biologia, engenharia florestal, direito e agronomia. Considerando a complexidade de implementação de políticas públicas alimentares, como no caso do PNAE, na especificidade de um estado como o Amazonas, essa miríade de formações dos membros da CATRAPOA constitui um aspecto positivo.

Assim como as trajetórias de formação, as trajetórias profissionais de seus membros também dialogam com a pauta defendida pela comissão. Os entrevistados afirmaram possuir experiências profissionais nos seguintes temas: cadeias produtivas de produtos, como castanha e açaí; manejo de pirarucu em área indígena; transição agroecológica; beneficiamento de produtos do extrativismo; criação de reservas extrativistas; educação indígena; produção

agroflorestal; gestão ambiental e territorial; grupo de mulheres e ecologia; turismo; e planejamento e execução de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Nesse sentido, experiências anteriores, pessoais, acadêmicas ou profissionais, podem ser analisadas a partir da variável explicativa **compromisso prévio**. Assim, ressalta-se que, do mesmo modo que Amaral (2021), em sua pesquisa sobre “As causas do ativismo de burocratas na criação do programa de aquisição de alimentos”, o presente estudo também constatou que o ativismo não ocorre somente a partir dos movimentos sociais.

Além dos fatores mencionados nos parágrafos anteriores, outro aspecto que auxilia a explicar o comportamento ativista diz respeito ao ambiente profissional de atuação dos membros da comissão. Esse, por sua vez, está relacionado à segunda variável explicativa denominada por Vilaça (2021) de **socialização organizacional**. De acordo com o autor, ambientes de trabalho colaborativos comprometidos com as causas que estão sob sua jurisdição incentivam uma atuação mais engajada por parte dos burocratas.

Vários foram os ambientes profissionais relatados pelos entrevistados (ativistas institucionais da CATRAPOA), tais como: Fundação Nacional do Índio; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM); Ministério da Agricultura e Pecuária; e Ministério Público Federal. Esses são os espaços profissionais em que atualmente se encontram alguns dos sujeitos entrevistados. Entretanto, ao relatarem sobre suas trajetórias profissionais, outros espaços foram citados, por exemplo: Ministério da Pesca e Aquicultura; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à fome, entre outros.

Destaca-se que a atuação dos ativistas institucionais, por vezes, é beneficiada em virtude do fácil acesso às burocracias estatais (Abers; Tatagiba, 2015; Lavallo; Szwako, 2015). Para Silveira (2022, p. 4, tradução própria), “a burocracia é um dos atores-chave, pois detém e mobiliza não apenas recursos de rede, mas também recursos institucionais em formulação de políticas”. E é mobilizando os recursos burocráticos que os ativistas institucionais, muitas vezes, alcançam as políticas públicas.

Vale ressaltar que nem todos os ambientes institucionais relatados pelos entrevistados têm motivado um maior engajamento dos atores envolvidos. Alguns dos participantes, inclusive, afirmaram que seus ambientes de trabalho, em determinadas situações, chegam até a dificultar a realização de determinadas ações. Esse fato dialoga com as colocações de autores

como Abers (2021), Pereira (2021) e Ferreira (2016), quando advertem que, da mesma forma que os ambientes institucionais podem fornecer recursos para ação, também podem fornecer constrangimentos.

A variável explicativa **socialização organizacional** pode ser ilustrada pela experiência do próprio coordenador e idealizador da CATRAPOA. Em seu relato, pontua que, ao iniciar os trabalhos no MPF/AM, manteve o costume do colega anterior, de visitar as comunidades e aldeias, conforme o relato abaixo:

aproveitei a dinâmica e achei super legal. Continuo indo, mas muitos não vão, ou só vão em uma emergência [...]. Então já tinha essa experiência, esse é um ponto positivo, os servidores do gabinete dão continuidade de certa forma, por mais que troque o procurador [...]

O entrevistado também relatou que, quando começou suas atividades no MPF, teve conhecimento da existência do denominado “Fórum de Diálogo do Amazonas”. Trata-se de um espaço de discussão que visa debater a regularização fundiária em unidades de conservação. Ainda segundo o coordenador, “*era um fórum parecido com a CATRAPOA [...], então a CATRAPOA também é inspirada nessa mesa*”.

Os fatos referidos pelo entrevistado, bem como a existência de um Grupo de Trabalho (GT) com o tema da agroecologia no MPF/AM, sinalizam um ambiente de socialização favorável para o engajamento do burocrata, o qual, apesar de nunca antes ter trabalhado com a pauta das populações tradicionais, tampouco ter possuído relação com movimento social antes da atuação no MPF, tornou-se um ativista institucional de grande prestígio, como se pode observar nas colocações do entrevistado Raoni: “*Cara! Ele [coordenador da CATRAPOA] tem assim uma vontade de ver essas coisas acontecerem [...] ele vai nas aldeias, ele vai nas comunidades ribeirinhas, ele vê a necessidade, ele exige que se cumpra a lei para que aquela realidade seja diferenciada, para que haja uma mudança!*”.

Diante de tal cenário, a análise realizada por este trabalho está em consonância com a visão de Abers (2021, p. 31), a qual afirma que “a ação coletiva do ativismo também pode ocorrer por fora dos movimentos, por meio de outros tipos de rede, como servidores públicos ou outros profissionais”. O caso da CATRAPOA confirma o que a literatura vem argumentando sobre a possibilidade de membros do governo assumirem proativamente causas contenciosas por dentro do Estado, atuando como ativistas, independentemente de experiência anterior em redes de movimentos sociais.

A partir da análise das variáveis que influenciaram o comportamento ativista do coordenador da CATRAPOA, pode-se afirmar que a variável **compromisso prévio** não foi predominante quando comparada à variável **socialização organizacional**. Todavia, o estudo junto à comissão, assim como na pesquisa desenvolvida por Vilaça (2021, p. 171), também constatou que, “apesar do contexto organizacional ser um passo importante no desenvolvimento de compromissos, ele não é uma condição suficiente para o engajamento num ativismo”. Assim, do mesmo modo que Vilaça (2021), no seu estudo sobre ativismo de procuradores no caso da Usina de Belo Monte, a presente investigação também verificou que a variável mais decisiva no comportamento ativista, tanto do coordenador quanto dos demais atores institucionais membros da comissão, foi a **interação com a comunidade local**. As inúmeras referências a essa categoria no decorrer das entrevistas revelam sua importância. Os relatos abaixo, dos entrevistados Xamã, Teça e Vivá, respectivamente, ilustram essa afirmação:

em cada 2 ou 3 meses, eu estou visitando aldeias no estado do Amazonas inteiro. Isso foi importante para a gente perceber cada vez mais que eles têm produção, que a merenda escolar não chega direito [...] e eu acho que deveria ser uma obrigação do procurador que atua no sistema ir, porque tem coisas que só resolve indo, conversando, dialogando com o prefeito do município, com os ribeirinhos, indígenas, quilombolas [...].

Depois que esses atores começaram a visitar as comunidades indígenas, a gente percebeu uma mudança muito grande nos chamamentos públicos [...]. O caso de São Gabriel da Cachoeira é um caso bastante claro, um caso que a gente tem muito orgulho de falar. A nutricionista de lá, ela ficava meses dentro da comunidade indígena. Então faz muita diferença quando você tem um técnico e um gestor empenhado pra que esse trabalho dê certo.

esse entendimento só foi possível porque o procurador foi lá, porque ele conheceu a realidade de uma aldeia. Ele foi lá, ele viu, então eu acho que esse olhar, mais sensível e mais casado com a realidade, lá na ponta, lá na aldeia, isso faz toda a diferença, com certeza!

A interação dos membros da CATRAPOA com a comunidade local permitiu, por parte dos burocratas, um maior entendimento da realidade cultural indígena e uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas por esses grupos. Os relatos da entrevistada Teça expressam bem essa conclusão:

Eles [os indígenas] estavam pedindo muito que tivesse o peixe inteiro, o peixe pescado que eles falam, e aí eu fui explicar que não poderia, porque tem a questão da espinha do peixe e a criança pode passar mal. E lá, quem estava à frente era uma Cacica. Ela virou pra mim com toda a tranquilidade do mundo e disse: ‘olha, eu vou te falar uma coisa, você não sabe comer peixe com espinha, mas o índio sabe’. Então porque a gente vai impor um tipo de alimentação para os indígenas que não é do hábito cultural deles? Nós estaríamos desconstruindo o hábito alimentar, e não é esse o

objetivo do PNAE. O objetivo do PNAE é manter e resgatar os hábitos alimentares da população).

[...] quando eu cheguei na escola, todos esses aspectos higiênicos sanitários eram totalmente diferentes, a questão da vestimenta também já era um pouco diferenciada [...]. O Cacique falou pra gente que quanto menos roupa melhor seria, porque, se tem muita roupa, atrai espíritos[...].

[...] hoje eu posso falar que eu aprendi minimamente, porque eu fui dentro das comunidades [...] isso fez e está fazendo a diferença na minha formação como ser humano mesmo, sabe? Eu aprendi a olhar e respeitar o modo de produção, o modo de preparo e o modo inclusive de consumo [...]. Dentro das comunidades, é diferente, e a gente precisa aprender.

As falas selecionadas fortalecem a assertiva de que “a inserção do ator em um contexto afeta suas identidades e preferências” (Abers, 2021, p. 38) e que grande parte do comportamento ativista dos burocratas se desenvolve à medida que interagem com as comunidades. Em contato com esses grupos, descobrem seus problemas e atuam na mediação de seus conflitos junto aos tomadores de decisão. Internalizam suas demandas e passam a criar e fortalecer compromissos com suas causas (Vilaça, 2021), ultrapassando, inclusive, responsabilidades de âmbito profissional, conforme pode ser observado no relato do entrevistado Xamã: “*É meu trabalho, mas é também uma pauta da vida minha*”. Nessa perspectiva, afirma-se que as ações dos burocratas não são neutras, porquanto “burocratas têm trajetórias, valores e visões de mundo, preferências e relações, afiliações (rede) que podem influenciar seu desempenho criativo no limite das organizações estatais” (Silveira, 2022, p. 4, tradução própria).

As diferentes trajetórias e experiências (pessoais e profissionais) dos burocratas membros da CATRAPOA influenciaram no ativismo desses sujeitos. Silveira (2022) classifica os ativistas em dois perfis: politizadores e facilitadores. De acordo com a autora, os politizadores atuam no sentido de problematizar determinada pauta, incentivando a participação crítica. Os facilitadores, além de estimular a participação e a manifestação crítica, possuem forte capacidade relacional e atuam a partir de estratégias baseadas em negociação e diálogo. As entrevistas com os membros da comissão e as observações realizadas durante suas reuniões revelaram a prevalência do segundo perfil. Conhecer esses perfis ajuda na “compreensão das variações nos repertórios ativistas desses burocratas” (Silveira, 2022, p. 31, tradução própria).

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que os ativistas institucionais da CATRAPOA possuem um perfil facilitador e que os fatores que influenciam seu comportamento ativista estão relacionados às três variáveis explicativas discutidas nesta seção (**compromisso prévio; socialização organizacional; e interação com a comunidade local**).

Tais categorias correspondem, respectivamente: 1) às variadas experiências pessoais que os sujeitos carregam para dentro dos espaços em que atuam; 2) à influência de um ambiente de trabalho favorável, quando este se apresenta como um lugar motivador para o fortalecimento dos compromissos e; 3) à interação com a comunidade local, aspecto que se mostrou o mais importante no engajamento ativista dos entrevistados desta investigação.

Devido à influência da CATRAPOA na implementação de políticas alimentares, os seus membros (vinculados ou não a instituições estatais), além de ativistas, também são denominados de **empreendedores de políticas públicas**.⁹ A última seção deste capítulo proporrá um diálogo entre as literaturas de ativismo e empreendedores de políticas públicas.

3.4 ATIVISMO E EMPREENDEDORISMO POLÍTICO DA CATRAPOA

De acordo com Cohen (2016, p. 180, tradução própria), os empreendedores de políticas públicas são “indivíduos que exploram oportunidades para influenciar resultados de políticas [...], eles tentam influenciar uma determinada realidade para criar novos horizontes de oportunidade, usando ideias e estratégias inovadoras”. Entender os resultados das políticas requer considerar o papel e a influência desses atores na agenda governamental (Cohen, 2016, 2021).

Os empreendedores de políticas públicas mobilizam recursos por dentro, por fora ou mesmo contra o próprio Estado (Silveira, 2022). Vale lembrar, no entanto, que recursos contra o Estado, muitas vezes, não são realizados por atores institucionais, em função dos eventuais constrangimentos presentes dentro dos ambientes governamentais. Nesse sentido, as parcerias com organizações da sociedade civil são fatores relevantes. No caso da CATRAPOA, as organizações que participam da comissão têm se mobilizado, tensionando o Estado por meio de denúncias e reivindicado melhoria na alimentação escolar das populações tradicionais do estado do Amazonas.

Nessa perspectiva, ativistas (institucionais ou não) e empreendedores de políticas públicas da CATRAPOA possuem recursos, capacidades e/ou constrangimentos próprios dos espaços de atuação aos quais estão vinculados. Um fator que chama atenção no estudo junto à comissão diz respeito ao papel das agências e estruturas de seus ativistas institucionais e empreendedores de políticas públicas, uma vez que a influência da CATRAPOA na agenda

⁹ “Desde o trabalho inicial de Kingdon, a noção de empreendedorismo político tem se tornado cada vez mais comum na literatura sobre políticas públicas” (Cohen, 2016, p. 184, tradução própria).

governamental, por meio da elaboração das notas técnicas, foi possível, principalmente, em função do ativismo institucional dos atores envolvidos (agência) e dos recursos (estrutura), por eles acionados, em seus respectivos espaços de atuação. Essa dinâmica implica concordar com Abers (2021) que os ativistas institucionais atuam baseados tanto nos recursos quanto em suas ações criativas, ou seja, em sua agência.

Quando esses atores, com distintas capacidades de acesso a recursos, trabalham coletivamente, aumenta o tensionamento sobre a agenda governamental. O arranjo coletivo da CATRAPOA potencializou o ativismo/empreendedorismo político dos envolvidos, pois a atuação em rede, segundo Abers (2021), Cortes (2010), Giambartolomei, Forno e Sage (2021) e Cohen (2021), amplia a capacidade de explorar oportunidades, o que permite avançar com as pautas em direção aos resultados almejados.

Apesar de boa parte da literatura sobre ativismo institucional e empreendedores de políticas públicas ainda enfatizar aspectos individuais, imprimindo, muitas vezes, uma representação heroica a esses atores e supervalorizando suas habilidades e características pessoais, atualmente as pesquisas têm oferecido uma outra interpretação, focada na agência coletiva (Abers, 2021; Capella, 2016; Cohen, 2021; Giambartolomei, Forno; Sage, 2021; Silveira, 2022). Em diálogo com essa perspectiva, Abers (2021) observa que, embora, muitas vezes, pessoas que possuem bastante iniciativa própria e alto comprometimento sejam consideradas ativistas, “a discussão [...] chama a atenção para o ativismo como uma prática em grupo”. Concordando com essa interpretação, o presente estudo eliminou de suas análises a compreensão dos ativistas e empreendedores políticos como atores individuais e excepcionais e passou a considerar que os resultados da CATRAPOA são fruto de uma interação em rede.

Considerando as problemáticas alimentares vividas pelas sociedades, especialmente entre populações historicamente marginalizadas, tais como as indígenas; e dada a dificuldade de acesso às políticas públicas, sobretudo, em áreas mais isoladas, como no caso do estado do Amazonas, destaca-se a relevância do ativismo/empreendedorismo político dos membros da CATRAPOA.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Apesar da CATRAPOA ser idealizada e coordenada a partir do Estado (MPF), há, na composição dela, membros pertencentes a movimentos da Sociedade Civil. Esse coletivo, que atua na busca de soluções para as problemáticas alimentares de população tradicionais no

Amazonas, fundamentou-se nos conceitos de **autoconsumo**, **consumo familiar** e **familiar estendida** para criar um mecanismo, representado pela Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF (MPF, 2017), que facilitou o acesso dos povos indígenas aos programas de compras públicas, a exemplo do PNAE e do PREME.

A solução do referido documento de flexibilizar a compra de alimentos diretamente das populações indígenas, segundo seus modos próprios de produção e conservação, permite equacionar o obstáculo logístico tão característico do território amazônico (detalhado no Capítulo 1). Além disso, contribui para a segurança alimentar e nutricional, assim como para a valorização das tradições culturais milenares de alimentação desses povos.

A atuação da CATRAPOA também vem incidindo nas políticas públicas em escala nacional, mediante a publicação de outra nota técnica, nº 3/2020/6ªCCR/MPF (MPF, 2020), a qual abrange, além de povos indígenas, as demais populações tradicionais.

Os resultados alcançados pelo coletivo são frutos do ativismo de seus membros, cujos perfis surgiram e/ou se desenvolvem a partir de distintas origens e espaços de atuação, incluindo os próprios ambientes institucionais. O ativismo desenvolvido em espaços institucionais revela, conforme coloca Abers (2021), que os movimentos sociais não são as únicas arenas de luta desses atores.

De modo geral, o perfil ativista dos membros da CATRAPOA se explica por três variáveis. Uma delas está relacionada às experiências individuais dos atores, pessoais, acadêmicas ou profissionais (**compromisso prévio**). A outra diz respeito a espaços de trabalho colaborativos, promotores de engajamento ativista (**socialização organizacional**). A última corresponde à inserção dos atores nos contextos em que estejam atuando (**interação com a comunidade local**). Esta última variável se mostrou a mais importante no engajamento dos atores da comissão, pois a interação com a comunidade local, ao permitir conhecer mais a fundo as peculiaridades culturais das populações tradicionais e as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, tem intensificado o comportamento ativista dos membros.

Em virtude do protagonismo da CATRAPOA na produção de mudanças nas políticas públicas, destaca-se que, além de ativistas, seus membros também são denominados de **empreendedores de políticas públicas**. Nesse sentido, o capítulo sinaliza a necessidade de diálogo entre as literaturas de ativismo de empreendedores de políticas públicas. Para avançar com suas pautas, esses atores mobilizam recursos tanto por dentro quanto por fora do Estado, dialogando com os conceitos de agência e estrutura. No caso da CATRAPOA, avalia-se que a

elaboração das notas técnicas foi resultado, principalmente, da agência dos atores e das estruturas acionadas por eles nos respectivos espaços de atuação.

Além disso, o estudo compreende que a atuação em rede da comissão tem potencializado o ativismo e o empreendedorismo político dos atores envolvidos, de modo que os resultados produzidos são frutos de suas interações em rede.

Considerando o contexto tão peculiar do estado do Amazonas, com sua logística diferenciada e com uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, ressalta-se a relevância da atuação dos ativistas/empreendedores de políticas públicas da CATRAPOA.

4 MOVIMENTO SOCIAL DA REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA DO AMAZONAS (REMA): TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA NA AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

O presente capítulo, inicialmente, abordará alguns aspectos teóricos acerca da categoria **movimento social**, discutindo sua relação com as políticas públicas e suas interações com o Estado. Na sequência, apresentará a trajetória de formação da REMA, a partir das ferramentas analíticas de **regimes** e **subsistemas**. A terceira seção contemplará o movimento de forma mais detalhada, dando ênfase à organização, à composição e às estratégias de comercialização do coletivo. As duas últimas seções tratarão da influência da Rede Maniva nas políticas públicas de certificação orgânica e na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

4.1 MOVIMENTO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não há uma definição que conceitue, de forma consensual, a categoria **movimento social** (Meyer; Jenness; Ingram, 2005). Contudo, é possível identificar algumas concordâncias entre as definições apresentadas pela literatura. Nesse sentido, os movimentos sociais correspondem a grupos de pessoas comprometidas com determinadas causas e que compartilham das mesmas crenças, opiniões e metas. No entanto, isso não significa que se trata de um grupo sempre coeso e homogêneo; há, naturalmente, momentos de discordância e conflito.

Os movimentos sociais podem ser conduzidos por um ou vários líderes e são considerados um vetor de democratização da sociedade (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Giugni; Mcadam; Tilly, 1999; Meyer; Jenness; Ingram, 2005; Tatagiba; Abers; Silva, 2018). De acordo com Cabral e Devereux (2022), enquanto os governos e as agências de desenvolvimento, geralmente, empreendem ações corretivas, os movimentos sociais atuam para tensionar por mudanças mais radicais em direção à justiça social. Assim, por discordarem de certos elementos da estrutura social, mobilizam-se estrategicamente com vista à alteração desta (Burstein, 1999; Giugni; Mcadam; Tilly, 1999; Marcelin, 2018).

Nas colocações de Giugni; Mcadam; Tilly (1999), esses grupos ou organizações alinham-se por objetivos diversos e desempenham diferentes repertórios de atuação. O alcance de seus propósitos depende de sua capacidade de criar táticas e repertórios inovadores. Abers,

Silva e Tatagiba (2018, p. 32) definem repertórios como “formas de agir, ao mesmo tempo definidas historicamente e constantemente transformadas pela criatividade dos atores em situações específicas”.

Apesar de serem diversos as táticas e os repertórios de ação utilizados pelos movimentos sociais, é comum relacionar ambos, exclusivamente, a atos contestatórios de protestos, por vezes revolucionários, em oposição ao Estado (Giugni; Mcadam; Tilly, 1999; Meyer; Jenness; Ingram, 2005). Vale salientar, no entanto, que, “[...] a partir de experiências empíricas latino-americanas, o conceito de repertório foi sendo readaptado, para designar processos mais abrangentes” (Carvalho, 2022, p. 4). Nessa perspectiva, embora os protestos contra o Estado façam parte dos repertórios dos movimentos, os ativistas destes lançam mão de outras estratégias, tais como *lobby* e construção de alianças com entidades privadas e também governamentais, visando angariar recursos e ampliar suas identidades coletivas – aspecto que conduz a uma maior aceitação das pautas. Dada a complexidade da categoria **movimento social**, avalia-se, em consonância com as reflexões de Meyer; Jenness e Ingram (2005), que seria equivocado analisá-la como algo uniforme.

Destaca-se também que, embora as ações desempenhadas pelos movimentos sociais tenham um objetivo bem definido, estas podem refletir tanto em resultados intencionais como não intencionais (Giugni; Mcadam; Tilly, 1999; Jarro, 1999). A efetivação desses resultados é passível de ocorrer tanto em curto quanto em longo prazo (Tatagiba; Teixeira, 2016).

Os efeitos de curto prazo não costumam alterar, fundamentalmente, as estruturas e práticas existentes. Já os efeitos de longo prazo podem promover mudanças graduais, com alterações mais duradouras e impactos institucionais em níveis políticos, sociais e/ou culturais (Giugni; Mcadam; Tilly, 1999). Assim, segundo Penna (2019), é possível que os movimentos sociais produzam impacto não apenas sobre a conjuntura, mas também sobre a própria conformação do Estado e das políticas públicas.

Para Giugni; Mcadam; Tilly (1999), os efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas são mais fáceis de medir do que as mudanças nas áreas sociais e culturais. No Brasil, esses coletivos foram fundamentais na formulação de políticas públicas de proteção social aos agricultores familiares e na promoção da segurança alimentar e nutricional da população.

A relação entre movimentos sociais e políticas públicas “tornou-se um dos temas centrais na agenda brasileira de estudos sobre movimentos sociais” (Abers; Silva; Tatagiba, 2018, p. 15), devido à capacidade que esses grupos possuem de influenciar as políticas públicas (Abers; Silva; Tatagiba, 2018). Um ponto de destaque é que, nas últimas décadas, “a trajetória

institucional brasileira abriu maior espaço para o protagonismo de movimentos sociais agrários, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”¹ (Muñoz; Niederle, 2020, p. 2). Na avaliação de Penna (2015), a trajetória do MST, que esteve presente na transição política para o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, contribuiu para a consolidação da democracia no Brasil.

A compreensão de que o contexto político pode estimular ou coibir, dependendo do seu perfil (democrático ou ditatorial), já é consenso na literatura (Lavalle; Szwako, 2015; Silva; Locks, 2014; Oliveira, 2012). Logo, quanto mais democratizante for o contexto político, melhor e mais fluida é a relação entre movimentos sociais e Estado.

Durante as entrevistas realizadas com os membros REMA, alguns interlocutores comentaram sobre esse aspecto, sinalizando que, em contextos políticos anteriores ao da gestão de Jair Bolsonaro, as pautas defendidas pelo movimento recebiam maior apoio do Governo. Entretanto, quando indagados sobre o momento político mais favorável ao avanço de suas pautas, citaram os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e o início do mandato de Dilma Rousseff, conforme relatou o entrevistado Juca: *“O Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, daí você já vê, né? Você via edital, tinha dinheiro para apoiar a agricultura familiar como um todo e a agricultura familiar de base orgânica. A agroecologia teve um olhar diferenciado”*. Reforçando esse entendimento, o entrevistado Murici citou como fruto desse contexto a Política Nacional de Assistência Técnica e Produção Rural (ATER) que, na avaliação do interlocutor, ofereceu *“muita capacitação voltada para essa questão da agroecologia”*.

De modo geral, na visão dos entrevistados, a dinâmica política da época serviu de janela de oportunidade para o fortalecimento de movimentos agroecológicos como a REMA. Tal perspectiva dialoga com as análises de autores como Muñoz e Niederle (2020), Abers, Silva e Tatagiba (2018) e Oliveira (2021), quando esses pesquisadores afirmam que regimes democráticos ampliam a influência dos movimentos sociais na definição de políticas públicas.

Embora haja consenso de que a referida influência é favorecida por contextos políticos democratizantes, “um dos principais desafios deste campo de estudo tem sido construir ferramentas analíticas que nos permitam descrever esses processos e explicar as mudanças ocorridas ao longo do tempo” (Abers; Silva; Tatagiba, 2018, p. 15). Nesse sentido, segundo Abers, Silva e Tatagiba (2018), as categorias analíticas de **regime** e **subsistema** são apresentadas como ferramentas importantes nos estudos dessa natureza.

¹ O MST foi fundamental para a construção de mercados que incorporam valores associados aos princípios da agroecologia e da soberania alimentar (Muñoz; Niederle, 2020). É um dos movimentos mais ativos, organizados e estudados do Brasil (Penna, 2015).

Os **regimes** são estruturas de nível macro, formados por coalizões governantes e definidas a partir das relações entre Estado e seus atores políticos institucionais. Essas relações são permeadas por regras e criam, ao longo do tempo, arranjos institucionais em que se disputa poder na sociedade (Abers; Silva; Tatagiba, 2018). De maneira complementar, Sobrinho (2019, p. 47) define regime como “a configuração daqueles atores que são politicamente relevantes num dado momento histórico”. Por sua vez, Abers, Silva e Tatagiba (2018, p. 33) explicam a dinâmica dessa categoria:

A posição ocupada pelos atores e interesses dos movimentos sociais no regime define oportunidades e/ou obstáculos [...]. Em diferentes regimes, movimentos sociais terão distintas possibilidades de avançar em suas causas, em função do lugar que ocupam no regime e na relação na/com a coalizão governante.

Nesse sentido, em contextos políticos democratizantes, aliados às causas sociais, a possibilidade de membros de movimentos ocuparem posições importantes dentro do regime é ampliada. Quanto maior a presença dos movimentos sociais, maiores são as chances de suas pautas alcançarem as políticas públicas. Entretanto, quando se alteram as coalizões governantes em favor de contextos menos democráticos, isso inibe a participação dos atores. Os regimes, no entanto, não são a única forma dos movimentos sociais alcançarem a agenda governamental. Destaca-se, nesse sentido, a categoria analítica dos **subsistemas**.

Os **subsistemas**, segundo explicam Capella e Brasil (2015b, p. 58), “[...] são compostos de um número limitado de atores e instituições, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política”. São, portanto, arranjos que representam determinado setor de política pública (Abers; Silva; Tatagiba, 2018). Nesse entendimento, os subsistemas são formados por atores especializados nos temas que defendem, tais como saúde, segurança, moradia etc. De acordo com Sobrinho (2019, p. 48), são definidos

como configuração de poder específica a cada setor de políticas, que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso e influência daqueles setores [...]. São, portanto, arenas em disputa em que aparecem diferentes coalizões de defesa. Essas coalizões expressam ideias, valores e interesses sobre políticas públicas que são, muitas vezes, concorrentes entre si.

Os atores que compõem os subsistemas podem estar presentes tanto dentro quanto fora do Estado. Segundo Capella e Brasil (2015b, p. 60),

podem ser servidores públicos, grupos de interesse, pesquisadores acadêmicos, membros do Legislativo, representantes de governos locais, entre outros; estabelecem redes de relacionamento e utilizam estratégias de persuasão e barganha de forma a privilegiar seus interesses.

Para Sobrinho (2019) e Abers, Silva e Tatagiba (2018), a atuação desses atores nos seus subsistemas não depende, exclusivamente, da dinâmica das coalizões de governo do regime político, ou seja, o subsistema possui dinâmicas próprias, embora seja afetado por direcionamentos transversais.

Nessa lógica, enquanto o regime está vinculado a ideia de uma rede mais ampla, o subsistema pressupõe várias coalizões de defesa (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Capella; Brasil, 2015b). Na avaliação de Tatagiba, Abers e Silva (2018, p. 113), os movimentos sociais, à medida que buscam influenciar as políticas públicas, operam simultaneamente sobre os regimes e subsistemas, ou seja, “é diante desse duplo condicionamento que os movimentos sociais desenvolvem seus repertórios de ação na defesa de suas propostas”. Compreende-se, portanto, que as relações entre movimentos sociais e políticas públicas não seguem uma estrutura linear e/ou unidirecional (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Tatagiba; Abers; Silva, 2018; Sobrinho, 2019).

Para ilustrar a relação entre regimes e subsistemas, cita-se o estudo realizado por Oliveira (2021). A autora, ao pesquisar sobre o Plano de Preservação e Combate ao desmatamento na Amazônia (PPCDAM), analisou que a formulação e a implementação do plano só foram possíveis porque o Governo estava alinhado às pautas dos movimentos ambientalistas. O regime político da época, conduzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tinha como ministra do meio ambiente Marina Silva, militante de movimentos sociais. O vínculo de Marina a grupos especializados na temática ambiental (subsistema) fortaleceu a pauta em nível mais macro (regime). As mudanças na coalizão do regime político da época, embora tenham fragilizado a atuação dos movimentos sociais ambientalistas em direção às políticas públicas, não eliminaram por completo a influência desses coletivos, uma vez que os grupos especializados no tema, ou seja, os subsistemas, permaneceram atuantes e em interação com outros grupos de interesse na temática ambiental, presentes tanto em setores governamentais quanto não governamentais.

As ferramentas analíticas de regimes e subsistemas, discutidas acima, ajudaram a compreender a trajetória de formação da REMA, a qual será tratada na seção a seguir.

4.2 TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DA REMA

Apesar de reconhecer a relevância do trabalho conduzido pela REMA de impulsionar a produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas, importa destacar que, antes mesmo da criação do coletivo, a pauta da agroecologia já era debatida por agricultores, servidores públicos e pesquisadores; atores engajados e especializados no tema, os quais direcionavam esforços para ampliar e fortalecer a pauta da produção orgânica e agroecológica no estado. A dinâmica de atuação desses sujeitos pode ser analisada a partir da categoria dos subsistemas. Buscando compreender esse subsistema, esta seção tratará da trajetória de formação da REMA, enfatizando o contexto histórico que antecede sua criação.

Segundo Sousa *et al.* (2018), as discussões sobre o tema da agroecologia no estado do Amazonas surgiram no início dos anos 2000, quando pesquisadores, extensionistas e agricultores interessados em debater alternativas de agricultura para a Amazônia realizaram o 3º Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, em Manaus, capital do estado, com a temática “manejando a biodiversidade e compondo a paisagem rural”. Durante esse evento, os participantes criaram a Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais (SBSAF). Em 2002, esses mesmos atores participaram da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, em 2003, da criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Três anos depois, em 2007, constituíram o Fórum Permanente de Agroecologia no Amazonas. Tais acontecimentos correspondem aos momentos iniciais de debates sobre o tema na região.

De acordo com os relatos dos entrevistados, em meados de 2006, atores vinculados ao movimento da agricultura alternativa (que, posteriormente, se transformou no atual movimento agroecológico), aliaram-se a um pequeno grupo de agricultores que já vinha produzindo alimentos orgânicos e, juntos, passaram a atuar em favor dessa pauta no Amazonas. Essa dinâmica anterior à criação da REMA demonstra a existência de um subsistema que, segundo Sobrinho (2019, p. 48), corresponde a “uma dimensão integrante do regime político, responsável por promover mudanças lentas e incrementais”.

A experiência de tais produtores é um importante elemento desse subsistema. De acordo com os entrevistados, o agricultor Antúrio foi o grande pioneiro na decisão² de produzir de forma orgânica no estado do Amazonas e é considerado o principal representante da área. Em entrevista, Antúrio relatou que auxiliava os demais agricultores no processo de transição

² Em geral, a agricultura familiar do Amazonas é orgânica, mas isso não é, necessariamente, fruto de uma decisão. Essa condição talvez esteja vinculada à falta de acesso ao pacote tecnológico (Sousa; Araújo; Wandelli, 2015).

agroecológica, ensinando-lhes técnicas de compostagem, de biofertilização, entre outras. Com o passar do tempo, foi diminuindo o auxílio por parte de Antúrio, pois os agricultores foram se aperfeiçoando e passando a ajudar uns aos outros.

Para a entrevistada Bromélia, “o trabalho realizado pelo agricultor [Antúrio] foi muito relevante, porque seu sítio representava uma unidade demonstrativa pronta”. Na avaliação do entrevistado Juca, Antúrio é “um ícone, um cara que sabe demais de produção, de técnica”. O próprio Antúrio demonstra seu pioneirismo, ao relatar sobre a necessidade de buscar conhecimento sobre o tema da produção orgânica:

Falava-se muito pouco em orgânico. Tinha pouca gente que tinha conhecimento de orgânico, principalmente aqui no Norte [...] só tinha um rapaz que trabalhava no IDAM [Instituto de Desenvolvimento Agropecuário], que ele veio da Bahia, era um técnico, ele tinha alguns conhecimentos de agricultura orgânica e agroecológica. Aí, pesquisando, cheguei a ele. Daí ele me deu algumas instruções [...] E aí eu corria atrás, fiz pesquisa na internet e acabei descobrindo um curso on-line em Campinas”.

O agricultor sustenta que o curso em Campinas ofereceu as principais bases para aperfeiçoar sua produção orgânica, mas adverte, no entanto, que as aplicações das técnicas aprendidas foram adaptadas às especificidades climáticas do Amazonas. Assim pontuou o entrevistado: “você sabe que, na agroecologia, a gente tem que reinventar, né? A gente tem que estar mudando todo o tempo [...] muita gente diz que não dá, porque acaba fazendo a mesma coisa, e aí não dá mesmo. Tem que ter paciência”.

A ideia inicial de Antúrio era produzir exclusivamente para o autoconsumo familiar. Contudo, amigos próximos, muitos deles vinculados, até então, ao movimento da agricultura alternativa, sugeriram que ele passasse a comercializar a produção. Em meados de 2005, Antúrio mobilizou outros agricultores orgânicos³ para iniciar a comercialização das suas produções no pátio da Igreja Messiânica, em Manaus. No local, conheceram vários consumidores que incentivaram esse modelo de produção, pessoas que eram interessadas no tema da alimentação orgânica e atuavam em favor da causa. A aproximação entre esses atores despertou o desejo de criar uma rede.

A primeira forma que o coletivo assumiu foi denominada Rede de Agricultores Tradicionais (REATA), criada em meados de 2006. De acordo com Ono (2007), os primeiros agricultores que aderiram ao movimento agroecológico da Rede Maniva foram aqueles vinculados à REATA. Segundo o entrevistado Araçá, a REATA foi, em boa medida, motivada

³ Naquela ocasião, o grupo de agricultores orgânicos ainda era muito reduzido.

por Francisco Caporal,⁴ que foi a Manaus para atuar no Instituto de Desenvolvimento Agropecuário. A entrevistada Alamanda ressalta a importância de valorizar o trabalho inicial realizado por esse coletivo:

Antes de existir a REMA, já existia uma outra rede que era Rede de Agricultura Tradicional, chamada REATA. Alguns membros da REATA são membros da REMA [...]. Eu faço parte da REMA, mas eu reconheço que, antes de nós, tiveram outros trabalhos que foram importantes, outras pessoas, outras organizações, outros movimentos que deram suporte e que criaram, assim, as condições para que a REMA se desenvolvesse e se ampliasse.

O depoimento acima ratifica a existência de um subsistema em torno do tema da agroecologia no estado do Amazonas. De acordo com os entrevistados, a REATA não logrou êxito em virtude de discordância entre seus membros em relação a sua forma de organização e gestão. Em seguida, foi criada a rede Tipiti, a qual, pelos mesmos motivos da REATA, também acabou diluída.

Embora a REATA e a Tipiti não tenham obtido sucesso duradouro, o grupo de agricultores orgânicos vinha se fortalecendo, mantendo sua comercialização no pátio da Igreja Messiânica. Durante esse período, surgiram alguns outros produtores orgânicos, os quais, em 2008, juntamente com o grupo de agricultores organizados por Antúrio, foram convidados a comercializar produtos na feira anual de agropecuária da capital. Essa iniciativa estreitou os laços entre os produtores orgânicos e os levou a decidir criar uma associação. Em 2010, fundaram a Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas (APOAM), pioneira e vigente até os dias atuais.

Sobre o início da APOAM, o entrevistado Antúrio traz o seguinte relato: *“a gente criou a associação com, mais ou menos, 12 produtores. Trabalhei quatro anos como presidente da associação e depois foi mudando”*. Posteriormente, os produtores associados à APOAM passaram a comercializar seus produtos semanalmente dentro do MAPA. As imagens⁵ abaixo retratam a feira da associação:

⁴ Trata-se de um pesquisador, extensionista e ativista do movimento agroecológico.

⁵ Com base nas normas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2016), o ano citado corresponde à data do *post* realizado no Facebook da APOAM, e não ao momento em que o evento ocorreu. Entretanto, vale ressaltar que a feira não é mais realizada no espaço ilustrado nessas fotos.

Figura 10 – Feira da Associação de Produtores Orgânicos do estado do Amazonas

Figura 10.1



Fonte: APOAM (2020).

Figura 10.2



Fonte: APOAM (2020).

Figura 10.3



Fonte: APOAM (2020).

De acordo com o entrevistado Juca, vários frequentadores dessa feira eram vinculados a ONGs e organizações públicas com *expertise* no setor primário, todos apoiadores e/ou ativistas do movimento orgânico e agroecológico. Esses atores buscavam ajudar a feira de diversas formas, principalmente por meio de cursos e doações de materiais como mesas, tecidos, sacolas recicláveis etc. Entretanto, embora relevantes, tais contribuições individualizadas trouxeram poucos resultados, uma vez que se tratava de ações fragmentadas.

A interação entre os consumidores engajados e os agricultores familiares da APOAM foi ficando cada vez mais estreita e acabou criando, entre eles, uma espécie de aliança. Foi nesse contexto que surgiu, em 2012, a Rede Maniva de Agroecologia do Estado do Amazonas (REMA) (Sousa, 2018). Conforme enfatiza a entrevistada Ingá, “A REMA nasce da APOAM,

nasce de um grupo de agricultores. A REMA não nasce de um grupo técnico. À medida que foram chegando técnicos, os agricultores estavam ali”. O entrevistado Juca faz um breve relato sobre o histórico de criação do movimento:

o que motivou a REMA foi isso, quando a gente viu vários atores tentando ajudar a APOAM [...]. A gente queria que crescesse o número de agricultores e de feiras. A gente queria ajudar, mas ajudava de forma isolada, então a gente se deu conta e se perguntou: ‘por que a gente não se junta e cria uma rede não só pra ajudar a APOAM, mas outros agricultores que têm produção orgânica e não estão aqui?’ [...] Quando a gente viu essas ações isoladas, a gente falou: ‘vamos criar um movimento’; e aí nasceu a rede. Aí, na feira, a gente conversava se seríamos uma ONG ou talvez uma associação. Por fim, decidimos ser um movimento mesmo. Em seguida, pensamos em construir uma carta que nos guiasse, aí veio a construção disso tudo [...].

Vale destacar que a criação da REMA coincide com um momento político favorável, ocasião em que as discussões e as políticas públicas sobre agroecologia passaram a ganhar impulso em função de um regime político formado por coalizões governantes alinhadas às causas progressistas, como no caso dos movimentos sociais que atuam a favor da agroecologia. O entrevistado Araçá também relata que, nesse período, Francisco Caporal, um dos responsáveis pela criação da REATA, foi para Brasília atuar como diretor de extensão rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocupando, portanto, um espaço estratégico institucional de nível federal. Diante desse quadro, de modo semelhante ao estudo de Oliveira (2021), comentado na primeira seção deste capítulo, avalia-se que o vínculo de Caporal a grupos especializados nos temas da agroecologia (subsistema) fortaleceu a pauta em um nível mais macro (regime). Devido à influência que exerce sobre a agenda governamental, esse ativista é também reconhecido pela literatura como empreendedor de políticas públicas (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019a, 2019b; Petridou; Mintrom; 2021).

Quando os formuladores de políticas ou pessoas ligadas a eles, como no caso de Caporal, têm a oportunidade de ocupar os espaços institucionais de decisão, esses atores, segundo Tatagiba, Abers e Silva (2018) e Oliveira (2021), levam para os referidos ambientes o ativismo, os conhecimentos e as experiências que possuem, fortalecendo, assim, as pautas dos movimentos sociais aos quais estão vinculados.

A trajetória aqui apresentada demonstra que o contexto político favorável (regime) e a dinâmica de atores envolvidos (subsistema) contribuíram para o surgimento da REMA. Ressalta-se, entretanto, que, apesar da existência de um contexto político favorável na ocasião da criação da rede, a atuação do movimento se manteve mesmo em cenários menos favoráveis, em virtude do empenho de seus membros, pessoas interessadas e especialistas no tema, ou seja,

seu subsistema. Tratando do empenho dos atores da REMA, Wandelli *et al.* (2015, p. 3) esclarecem que

A Rede Maniva de Agroecologia (Rema) do Amazonas é um grupo constituído por agricultores familiares, técnicos de instituições públicas e privadas e consumidores comprometidos com a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional, organizados com o objetivo de promover a agroecologia e a produção orgânica de acordo com a legislação brasileira, por meio da valorização dos saberes tradicionais [...].

O movimento aglutina, agricultores, servidores públicos, estudantes e pesquisadores que compartilham dos mesmos ideais e se comprometem com a causa agroecológica. O comportamento ativista de seus membros se explica, sobretudo, em virtude de seus vínculos com movimentos sociais e associações com foco de atuação na agroecologia. Refletindo sobre as variáveis elaboradas por Vilaça (2021) para explicar o ativismo dos atores institucionais (discutidas em capítulos anteriores), acredita-se que, no caso da REMA, apesar do peso dos movimentos, as experiências profissionais e os processos formativos vivenciados pelos seus membros (em grande medida vinculados a temas relacionados à agroecologia) também podem ter contribuído para o ativismo desses atores.

Mediante o exposto, a investigação revelou que a REMA e toda a dinâmica anterior à sua criação tem colaborado para mobilizar a pauta da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas. Para compreender mais precisamente o trabalho desenvolvido por esse coletivo, a próxima seção abordará a organização, a composição e as estratégias de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores membros do movimento.

4.3 REMA: ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

A Rede Maniva de Agroecologia do Estado do Amazonas é organizada por uma carta de princípios,⁶ que contém seus objetivos, informações sobre composição, assim como critérios de inclusão, participação, suspensão e exclusão. Nela, também estão registradas as regras de funcionamento das plenárias e composição da coordenação geral e territorial. Em entrevista, Juca assim define o movimento:

⁶ Este documento se encontra no Anexo A da tese.

A gente é um movimento social, é assim que a gente se define. A gente não é ONG, a gente não é sindicato, a gente é um movimento social, guiado por uma carta de princípio, construída de forma participativa junto com os agricultores que é a base. Se não tiver agricultor, não tem movimento, porque a base são eles.

A REMA está organizada em quatro grupos de trabalho, a saber: Comercialização; Juventude; Mulheres; Cultura e Arte. A forma de organização do movimento sinaliza um ativismo direcionado a várias pautas. Assim, além de atuar em favor da alimentação saudável pela via do consumo de alimentos orgânicos, os ativistas alimentares/empreendedores políticos da REMA defendem outros temas, dentre os quais se destacam a valorização e o fortalecimento dos agricultores familiares, a conservação da agrobiodiversidade, as questões de gênero etc. A esse respeito, Wandelli *et al.* (2015, p. 6) esclarece:

A Rema atua na formação de agricultores por meio de metodologias de construção coletiva de conhecimentos agroecológicos, na assessoria e promoção de trocas de experiências agroecológicas, na produção orgânica, na organização social e na conservação e manejo dos recursos naturais das propriedades e comunidades rurais.

Essa abrangência de pautas e atuações está em diálogo com a compreensão mais ampla de ativismo alimentar, discutida por autores como Portilho (2020), Schubert e Portilho (2023), Doria e Azevedo (2019) e Fonte (2016).

O movimento está em constante ampliação, alcançando, segundo os entrevistados, agricultores pertencentes aos municípios de Manaus, Iranduba, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Maués, Tefé, Apuí, Manicoré e Urucurituba. A Rede possui uma coordenação composta de seis pessoas: três agricultores e três técnicos, estes últimos vinculados a organizações de ensino, pesquisa ou extensão rural. A dinâmica de reuniões consiste de uma plenária anual, somadas a outras realizadas ao longo do ano, as quais têm por objetivo viabilizar o que foi decidido na assembleia anual. As imagens a seguir retratam a última plenária do movimento, que ocorreu no ano de 2022:

Figura 11 – Plenária da REMA

Figura 11.1



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 11.2



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3.3



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3.4



Fonte: elaborada pela autora.

Nessas ocasiões, os atores fazem um balanço das ações realizadas durante o ano e o planejamento das atividades para o ano seguinte. Há também momentos destinados à socialização entre os agricultores, envolvendo, por exemplo, a troca de sementes entre eles. As imagens abaixo ilustram essa dinâmica:

Figura 12 – Troca de sementes entre agricultores da REMA

Figura 12.1



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 12.2



Fonte: elaborada pela autora.

Algumas reuniões e encontros do movimento ocorrem em espaços institucionais de atuação profissional de alguns de seus membros ou nas propriedades dos agricultores, conforme pode ser observado na imagem seguinte:

Figura 13 – Reuniões da REMA na propriedade dos agricultores



Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a coordenação da REMA, cerca de 200 agricultores participam do movimento atualmente, um número bem expressivo, comparado aos 15 que deram início à Rede. Além dos agricultores vinculados a associações e cooperativas, também fazem parte do movimento atores ligados a ONGs e órgãos do Poder Público, sendo, portanto, composta por pessoas ligadas à esfera institucional e não institucional. Ao tratar sobre a composição do movimento, a entrevistada Araçá avalia que *“as associações têm um papel de grande relevância, porque ela tá lá no dia a dia, na realidade [...] De importância, eles [Sociedade Civil] são os primeiros, e as instituições governamentais estão em segundo, mas os dois jogam juntos”*.

Nesse sentido, a composição e a atuação do coletivo dialogam com a discussão teórica trazida por autores como Abers e Tatagiba (2015), Abers, Silva e Tatagiba (2018) e Cortes e Silva (2010) de que os movimentos sociais não se restringem à manifestação de protestos contra o Estado, e podem atuar, inclusive, na condição de aliados. Sendo assim, segundo os pesquisadores citados, em muitos casos, a ação ativista ocorre na interconexão entre Estado e Sociedade Civil. A análise dessa relação de aproximação recebe diferentes denominações, tais como: “repertórios de interação” (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014); “trânsito institucional” (Silva; Oliveira, 2012); e “encaixes” (Lavalle *et al.*, 2018). Esses contextos promovem novas

formas de ativismo com a presença e, muitas vezes, com o protagonismo de burocratas, denominados, como já mencionado em outros pontos desta tese, de ativistas institucionais.

Os ativistas institucionais membros da REMA atuam nos seguintes setores governamentais: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria de Produção Rural (SEPROR); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.⁷ Em relação aos atores não institucionais, destacam-se: Associação de Produtores Orgânicos do Iranduba (APOI); Associação São Francisco do Rio Preto da Eva; Associação Renascer do Careiro da Várzea; Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas (APOAM); Instituto Piagaçu; Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDESAM); e Memorial Chico Mendes (MCM). Na avaliação dos entrevistados, o envolvimento entre atores institucionais e não institucionais é fundamental para o avanço de políticas públicas que contemplem as pautas defendidas pelo movimento.

A atuação dos membros da REMA está direcionada a auxiliar os agricultores familiares na transição da produção convencional para uma produção orgânica e agroecológica (Saunier, 2018). Está em consonância, portanto, com os preceitos da agroecologia, que, segundo Caporal (2009, p. 23), destina-se a “apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis”. A relação entre agricultura familiar, agroecologia e produção orgânica é importante, porque, conforme Santos (2021), alia conservação do meio ambiente, viabilidade econômica e reconhecimento da importância do papel do agricultor familiar em favorecer, por exemplo, a preservação dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas.

Além das ações de ordem técnica, como aquelas relacionadas às práticas de consórcios e melhoramento da fertilidade do solo, o movimento também auxilia os agricultores com estratégias de comercialização, atendendo, desse modo, a uma das principais demandas apresentadas pelos seus agricultores. Nas colocações do entrevistado Juca, “*a REMA atua tanto da porteira pra dentro quanto da porteira pra fora [...] quando ele [o agricultor] tá com o*

⁷ O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2023) é uma organização social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Desenvolve atividades por meio de programas de pesquisa, manejo de recursos naturais e desenvolvimento social, principalmente na região do Médio Solimões no estado do Amazonas. As ações do instituto têm por objetivos a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia.

produto pronto ali na porteira pra dentro, aí de fato se depara com o grande problema da agricultura familiar, que é a comercialização”.

As feiras favorecem bons resultados para os agricultores, não somente do ponto de vista financeiro, porque, segundo a entrevistada Clateia, *“é um espaço de construção social, de construção do pensamento agroecológico, é um espaço de educação. Ela não é somente um espaço de compra e venda, são muitas relações”.* Para a entrevistada Ingá, *“dentro da feira, o consumidor não vai só comprar produto; ele faz conexões, agricultor com consumidor, consumidor com agricultor”.* Esses depoimentos estão em consonância com a perspectiva de Schneider (2016), quando este afirma que as feiras são assentadas em relações de trocas interpessoais. Nelas, os alimentos locais ganham destaque, o que possibilita relações de proximidade entre consumidor e produtor (Silva; Zanela, 2020), além de gerar confiança e reciprocidade, os quais, segundo Muñoz e Niederle (2022), são dispositivos que se destacam mais do que os resultados econômicos privados.

Na avaliação de Preiss e Schneider (2020) e Schneider (2016), as feiras, caracterizadas como mercados de proximidade, têm contribuído para a consolidação da segurança alimentar e nutricional, uma vez que oferecem alimentos mais saudáveis a baixo custo e com qualidade diferenciada. Em sentido complementar, Grisa *et al.* (2020, p. 86), acrescentam que *“a feira é um dos espaços que prezam por reconectar a comida aos seus territórios [...] são espaços de mercados que podem desencadear mudanças profundas na produção, [na] distribuição e [no] consumo, para a conexão dos setores e sistemas alimentares sustentáveis”.*

Para a entrevistada Mucuna, *“o fortalecimento das feiras orgânicas é importante porque gera renda, promove segurança alimentar para a cidade e é um local de troca de saberes e de sementes”.* Ressalta-se que a opção por alimentos orgânicos e agroecológicos diretamente dos agricultores nos seus espaços de feiras representa um ativismo alimentar baseado no consumo político, de caráter moral e ético (Barbosa, 2009; Fonte, 2016; Sassatelli, 2015).

Há, atualmente, três feiras agroecológicas coordenadas pela REMA. Duas ocorrem no município de Manaus e a outra, em Maués. As imagens abaixo retratam uma das feiras da rede, em Manaus:

Figura 14 – Feira de produtos orgânicos e agroecológicos da REMA

Figura 14.1



Fonte: elaborada pela autora em 2021.

Figura 14.2



Fonte: elaborada pela autora em 2021.

Figura 14.3



Fonte: elaborada pela autora em 2021.

Embora a venda de produtos não seja o único benefício proporcionado pelas feiras da Rede Maniva, elas são excelentes canais de comercialização, pois a ausência de atravessadores permite uma melhor renda. Sobre esse assunto, o entrevistado Jatobá relata: *“Nossa feira não tem atravessadores. Há toda uma troca entre os grupos, todo um fortalecimento social para que essas famílias melhorem sua gestão, qualidade dos produtos, produtividade, diversidade etc.”*. Fouilleux e Michel (2020) explicam que a ausência de intermediários elimina a distância econômica entre produtores e consumidores, tão característica dos sistemas alimentares industriais. Considerando os apontamentos de Santos e Mitja (2012), de que a figura do atravessador representa um entrave para o desenvolvimento local amazonense, avalia-se que a atuação da REMA, ao proporcionar esses espaços de comercialização, tem contribuído, em alguma medida, no desenvolvimento local da região.

Na visão da entrevistada Ninfêia, as feiras da REMA *“têm contribuído para a inclusão financeira desses agricultores. Um exemplo disso são os agricultores do Rio Preto da Eva, que eram carvoeiros e hoje são uma referência na produção orgânica”*. Nas colocações de Preiss e Schneider (2020, p. 180), *“as feiras agroecológicas e os grupos de consumo tendem a tornar os produtos mais acessíveis a consumidores e mais rentáveis a agricultores”*. Para ilustrar a

importância das feiras da rede, do ponto de vista da comercialização, o entrevistado Juca traz o seguinte relato:

Nossos agricultores não vendem para atravessadores[...], nossos agricultores são os protagonistas na feira[...], eles que negociam o preço direto com o consumidor. Agricultores do Careiro, segundo lideranças lá, chegaram a vender abacaxi por 25 centavos, aí na feira orgânica vendendo a R\$ 5,00 reais um abacaxi, olha a diferença. Pra esses caras, a REMA é tudo. A REMA foi lá e transformou eles em orgânicos, legalizou eles como orgânicos, ensinou práticas [...]. De uns 4 anos pra cá, olha o grande diferencial que você tem na comunidade. Os caras estão saindo da casa de madeira para casas de alvenaria, qualidade de vida [...]. Melhoraram a renda de forma significativa. Tô falando de agricultor que tinha 200 reais em Rio Preto e hoje tem uma renda de 1000, 1200 por feira. Então, isso que é ganho significativo.

As feiras conduzidas pela REMA foram interrompidas somente no período da pandemia de COVID-19. Durante esse momento, a Rede Maniva passou a realizar, segundo os entrevistados, “uma força tarefa” para ajudar os agricultores a escoar sua produção. Em função dessa excepcionalidade, a agricultura familiar teve que se adaptar ao novo contexto, comercializando seus produtos por meio de *delivery* (individualmente ou por meio da Comunidade que Sustenta a Agricultura). Alguns já possuíam essa estrutura de *delivery*, mas a maioria se articulou após a nova realidade.

A calamidade sanitária vivenciada pela sociedade levou as pessoas a se preocuparem mais com a alimentação. É possível que esse fator tenha impulsionado o número de CSAs⁸ no município de Manaus, que aumentou de 1 para 3.⁹ Durante o contexto pandêmico, a quantidade de coagricultores da CSA mais antiga também se ampliou, passando de 60 para 88.

Além das estratégias de comercialização mediante feiras e CSA, os membros da REMA também têm tensionado por políticas públicas que privilegiem as pautas deste coletivo. Por atuarem em direção à agenda governamental, avalia-se que o ativismo alimentar promovido pela Rede Maniva, também se configura como empreendedorismo político, porque, segundo Capano e Galanti (2021, 2015), Kingdon (2007b), Petridou (2021), os empreendedores desempenham funções importantes nos fluxos de políticas públicas, atuando tanto dentro quanto fora do Governo. Esse entendimento dialoga ainda com a afirmação de Schubert e Portilho (2023) de que o ativismo alimentar pode manifestar-se tanto em nível privado do consumo, como também em nível institucional, alcançando, por vezes, as políticas públicas.

Nessa perspectiva, entre os fluxos de alternativas de soluções da Rede Maniva, destaca-se também sua atuação junto à Política Pública de Certificação Orgânica e à Política Estadual

⁸ A primeira CSA foi criada em 2018 com apoio de membros da REMA, possuindo inicialmente 10 coagricultores.

⁹ Atualmente, em 2023, há duas CSAs. Uma foi desativada devido ao falecimento da agricultora responsável, que, lamentavelmente, foi acometida pelo vírus da COVID-19.

de Agroecologia e Produção Orgânica. As próximas seções apresentarão a influência do movimento nessas políticas, no contexto da agenda governamental do estado do Amazonas.

4.4 REMA E A POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Sobre a relação da REMA com a Política Pública de Certificação Orgânica, vale, inicialmente, fazer alguns esclarecimentos. Conforme estabelece o Decreto n.º 6.323 (BRASIL, 2007a), que dispõe sobre a agricultura orgânica, a certificação pode ser obtida por auditoria ou via Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG).¹⁰ Na auditoria, o produtor recebe visitas de inspeção inicial e periódicas, além de manter obrigações perante a certificadora e o MAPA. Se o produtor descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado. O custo de acesso a essa modalidade de certificação costuma ser elevado.

Na certificação mediante SPG, os agricultores organizam-se em grupos, conduzidos por um regulamento interno. Além dos agricultores, esse tipo de certificação também conta com a participação de representantes de vários órgãos governamentais e não governamentais. Na avaliação da entrevistada Catleia, *“quanto mais diverso o SPG, melhor. A gente precisa dessa estrutura para o SPG conseguir atuar”*. Nessa modalidade de certificação, o agricultor deve comparecer às reuniões periódicas do grupo de produtores ao qual está vinculado.

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)¹¹ é a pessoa jurídica do SPG e deve estar credenciado pelo MAPA. Nesse sistema, é paga uma anuidade destinada às visitas de verificação, que têm por objetivo certificar se a produção está de acordo com a conformidade orgânica. Nessas visitas, é avaliado se o agricultor tem condições de receber ou de renovar o seu certificado. Na existência de qualquer falha ou irregularidade, o grupo deve indicar as possíveis correções. Contudo, se o produtor não corrige o que é orientado, o grupo deve excluí-lo e informar ao MAPA mediante relatório de acompanhamento, aspecto que, a depender da situação, pode resultar no cancelamento do certificado. As imagens abaixo ilustram algumas das visitas de verificação realizadas por membros da Rede Maniva:

¹⁰ O decreto, em seu parágrafo 2º, dispõe que os sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica são um “conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa” (Brasil, 2007, não paginado).

¹¹ O OPAC deve ser constituído de pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos (Brasil, 2007).

Figura 15 – Visitas de verificação da REMA

Figura 15.1



Fonte: Lima (2022).

Figura 15.2



Fonte: Lima (2023).

A certificação emitida por auditoria ou SPG permite que os produtos orgânicos sejam comercializados tanto em circuitos curtos quanto em circuitos longos, em espaços como supermercados, lojas, dentro e/ou fora do estado. Ambas as modalidades de certificação fornecem o selo do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica e podem ser acessadas por agricultores familiares¹² e não familiares.

Caso o interesse seja somente pela venda direta em circuitos curtos de comercialização, em espaços de feiras ou para o mercado institucional, não é obrigatória a certificação orgânica. Nessa situação, é exigida do produtor apenas uma “declaração de conformidade orgânica”, que consiste em um documento coletivo obtido mediante Organização de Controle Social (OCS), sem necessidade de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Conforme determina o Decreto nº 6.323 de 2007, no artigo 28,

Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado (Brasil, 2007a).

Do mesmo modo que no SPG, nas OCSs os agricultores também se organizam em grupos e realizam o controle social por meio das “visitas de pares”. De forma semelhante às “visitas de verificação”, nas visitas de pares os agricultores acompanham a produção uns dos outros em uma dinâmica colaborativa. Realizam mecanismos de autofiscalização, orientam aos

¹² Existem, de acordo com a Lei n.º 11.326, de 2006, pelo menos três critérios para classificar alguém como agricultor familiar: não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família; e possuir renda, majoritariamente, oriunda da atividade da agricultura familiar (Brasil, 2006b).

adequados processos de manejo e observam se a produção está em conformidade com o que determina a lei. Se houver alguma não conformidade, será necessário notificá-la ao MAPA. Caso não haja esse repasse de informação e o MAPA identifique tal irregularidade, todo o grupo poderá ser prejudicado com a perda da declaração. Como a declaração emitida por OCS é de caráter grupal, há uma corresponsabilidade entre os agricultores.

Até o ano de 2013, a maioria dos agricultores da REMA possuía acesso somente à declaração de conformidade orgânica, obtida mediante OCS. A certificação por auditoria era inviável, devido ao seu alto custo. Em 2014, de acordo com Sousa *et al.* (2018, 2020), a REMA passou a oferecer, dentro da sua estrutura organizacional, um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, por meio da Associação Maniva de Certificação Participativa, o OPAC MANIVA, responsável pela certificação dos agricultores da Rede.

A criação do OPAC foi, segundo os entrevistados, uma demanda dos próprios agricultores. De acordo com a coordenação da REMA, tanto a certificação por SPG quanto a declaração por OCS estruturaram-se de forma participativa, propondo processos educativos que visam valorizar as relações solidárias e os vínculos comunitários.

Todos os associados do OPAC são membros da REMA. Há uma condicionalidade prévia de adesão ao movimento. Isso foi criado para garantir produtos orgânicos de qualidade, sob os princípios agroecológicos. O entrevistado Juca assim explica:

Na plenária da REMA, às vezes, chega agricultor dizendo que 'eu quero me certificar', agricultor novo, que é convidado. E aí a gente diz: 'Entre na REDE'. Aí depois: 'Por que isso?' Porque todo agricultor que quer se certificar, quando a gente vai conhecer o sistema de produção dele, não tá preparado, falta um monte de ajuste. Primeiro ele vai fazer parte da REMA, vai fazer troca de experiência com outros agricultores, saber o que o cara usa no maracujá e na banana que não é veneno [...].

Na avaliação dos entrevistados, o documento de certificação é tão somente uma etapa do processo, conforme disse o interlocutor Juca: “*certificação participativa, não como fim, mas como um meio*”. As colocações da entrevistada Cateia reforçam esse posicionamento, pois

não é só fazer o processo de certificação. Os agricultores têm que receber um curso, eles têm que passar por uma formação, eles têm que aprender o que pode o que não pode no manejo, como que eles vão fazer o acompanhamento, como que eles vão coletar os dados, como que eles vão entregar, pra quem que eles vão entregar, como que faz o controle social. Então, realmente precisa de um esforço conjunto. O processo de certificação acaba sendo a coroação de toda uma construção que existiu ali [...].

De acordo com os interlocutores da pesquisa, caso não passem por todo um processo de formação, de troca de experiências com outros produtores, é pouco provável que o agricultor consiga produzir de forma orgânica. Nas palavras do entrevistado Antúrio, *“se não certificar a cabeça, não adianta nada, porque ele vai acabar lá diante fazendo besteira [...] O produtor tem que certificar a cabeça dele, e não o produto. O produto é fácil, mas a mentalidade da pessoa que é difícil”*.

Os argumentos dos parágrafos acima revelam um ativismo alimentar de caráter amplo, no sentido de compreender que a relevância do alimento orgânico ultrapassa o sentido restrito de comida, envolvendo, por exemplo, valores relacionados à solidariedade e à adoção consciente de práticas de cultivos sustentáveis. Esses apontamentos dialogam com a compreensão defendida por Schubert e Portilho (2023) de que o ativismo alimentar pauta fenômenos sociais amplos, na tentativa de transformar o sistema alimentar segundo os princípios da sustentabilidade.

Além da Política Pública de Certificação Orgânica, a REMA também teve grande influência na elaboração da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, a qual será tratada a seguir, na última seção deste capítulo.

4.5 REMA E A POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PEAPO)

Na tentativa de promover a produção orgânica e a agroecologia em todos os territórios do Amazonas, a REMA também pautou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Conforme relata a entrevistada Alamanda, *“a REMA contribuiu muito para a elaboração da minuta de lei que garante a produção orgânica e agroecológica. A PEAPO foi uma demanda que a REMA levou e foi até o final”*. A influência do movimento na elaboração dessa política está em consonância com as afirmações de autores tais como Giugni; Mcadam; Tilly (1999), Penna (2019) e Tatagiba e Teixeira (2016), os quais consideram que movimentos sociais também podem produzir impactos nas políticas públicas.

Na perspectiva dos entrevistados, esse instrumento legal é um importante passo em direção à promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, à valorização da produção local e ao fortalecimento dos agricultores familiares amazonenses. Nesse sentido, tal política é relevante porque institui o Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO) e prevê o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO).

O CEAPO corresponde à instância de gestão da PEAPO (Amazonas, 2018, 2019). Como todo conselho, trata-se de um mecanismo, conforme define Abers (2014), oficialmente sancionado e guiado por regras previamente definidas, funcionando como canal de diálogo entre Estado e Sociedade Civil. Esses espaços “não são necessariamente marcados por extrema hierarquia e conflito, mas também podem conter coalizões e cooperação” (Scoville; Fligstein, 2020, p. 3).

O CEAPO funciona no âmbito da Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (SEPROR). Possui como pauta principal a elaboração da PLEAPO, que objetiva expor alternativas para efetivação da PEAPO. Na avaliação do entrevistado Muruci, *“precisa ter uma vontade da Secretaria de Produção Rural, precisa ter vontade do governo para fazer o plano andar, a gente [REMA] precisa fazer esse conselho andar”*. O depoimento sinaliza a necessidade de uma ação mais incisiva dos ativistas/ empreendedores políticos do movimento no tensionamento dessa pauta junto aos representantes governamentais.

As diretrizes e metas da PLEAPO foram pensadas em uma oficina realizada durante a 43ª Exposição Agropecuária do Amazonas (Expoagro/AM), em dezembro de 2021. Vários membros da REMA estiveram presentes e colaboraram na construção dessas diretrizes e metas. Além dos agricultores e atores institucionais vinculados ao movimento, representantes de órgãos governamentais também participaram. As imagens a seguir retratam esse encontro:

Figura 16 – Oficina de elaboração das diretrizes da PLEAPO

Figura 16.1



Fonte: elaborada pela autora em 2021.

Figura 16.2



Fonte: elaborada pela autora em 2021.

Figura 16.3

Fonte: elaborada pela autora.

Em 2023, o CEAPO retomou os trabalhos. De acordo com alguns conselheiros entrevistados, que também são membros da REMA, as próximas ações planejadas pelo CEAPO têm por objetivo deixar o plano mais representativo, no intuito de coletar contribuições e validações da sociedade amazonense em seus diferentes territórios. O resultado dessa consulta será discutido durante a próxima edição da Expoagro, em dezembro de 2023. Considerando os apontamentos de Tatagiba e Teixeira (2016), de que efeitos das ações conduzidas pelos movimentos sociais podem ocorrer em curto e longo prazo, avalia-se que, no caso da REMA, os benefícios advindos com a política criada a partir do seu tensionamento é um exemplo de ação cujos resultados se efetivaram a longo prazo.

Essas duas últimas seções do capítulo tiveram o objetivo de apresentar, brevemente, a influência da Rede Maniva na política de certificação orgânica e na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Contudo, vale esclarecer que essas relações são muito mais complexas, e retratar essa complexidade não foi objeto de atenção deste capítulo. A atuação do movimento em direção às políticas públicas será mais profundamente discutida no último capítulo da tese, o qual analisará as táticas mobilizadas pelos ativistas/empreendedores de políticas públicas da Rede para alcançar a agenda governamental no estado do Amazonas.

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A atuação dos movimentos sociais é fundamental para promover mudanças na sociedade (Giugni; Mcadam; Tilly, 1999). Os repertórios de ação desses grupos são diversificados, não se

restringindo à realização de atos contestatórios contra o Estado, porque, em muitos casos, têm formado alianças com setores governamentais, cenário que desconstrói a ideia de dicotomia entre essas duas esferas.

Destaca-se que os movimentos sociais produzem efeitos de diversas ordens e incidem, inclusive, sobre as políticas públicas (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Abers; Tatagiba, 2015; Lavalle; Szwako, 2015; Penna, 2019). A influência dos movimentos sociais na agenda governamental é ampliada em contextos políticos democráticos e alinhados às pautas de tais grupos (Lavalle; Szwako, 2015; Locks, 2014; Silva; Oliveira, 2012). As ferramentas analíticas de **regime** e **subsistema** auxiliam na explicação da relação entre políticas públicas e movimentos sociais (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Capella; Brasil, 2015b). Os regimes são estruturas mais amplas formadas por coalizões governantes, compreendidos como redes mais ou menos homogêneas. Os subsistemas representam várias coalizões de defesa, formadas por atores engajados e especializados nas pautas por estes defendidas (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Capella; Brasil, 2015b).

Analisando a REMA a partir da categoria analítica **regime**, salienta-se que sua criação coincide com um momento político favorável da época, em que as coalizões governamentais estavam aliadas às pautas de movimentos sociais vinculados à agroecologia. A inserção de Caporal (ator engajado à pauta agroecológica) em espaço institucional de decisão do Governo Federal também colaborou para fortalecer a agroecologia em um nível mais macro.

A categoria **subsistema**, por sua vez, se expressa por meio do vínculo de Caporal a grupos especializados nos temas da agroecologia e em virtude da existência de atores que já pautavam o tema da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas. Vale destacar que muitos desses atores ainda fazem parte da composição atual do movimento.

Nesse sentido, a REMA é formada por agricultores vinculados às associações e cooperativas, representantes de ONGs e também por atores institucionais. A composição do movimento é representada por pessoas ligadas tanto às esferas institucionais como não institucionais. Esse dado sinaliza que a ação ativista desse coletivo ocorre na interconexão entre Sociedade Civil e Estado.

De modo geral, a Rede Maniva tem auxiliado os agricultores familiares do Amazonas na transição da produção convencional para uma produção orgânica e agroecológica (Saunier, 2018), contribuindo também com estratégias de comercialização, como no caso das feiras. Além disso, os ativistas/empreendedores políticos da REMA têm tensionado por políticas

públicas que privilegiem suas pautas, como no caso da Política Pública de Certificação Orgânica e da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do estado do Amazonas.

Em 2014, a REMA criou a Associação Maniva de Certificação Participativa, e, portanto, tornou-se habilitada a certificar os agricultores membros do movimento. Visando avançar com sua pauta em todos os territórios do Amazonas, a Rede também tensionou a formulação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, visto que se foi protagonista na elaboração da minuta dessa legislação. As relações e influências com essas duas políticas são exemplos do fluxo de alternativas de soluções elaborado pelo movimento.

A atuação da REMA, junto às feiras e às políticas públicas acima mencionadas, expressa um ativismo pautado tanto na esfera mais privada do consumo quanto na esfera mais ampla do ponto de vista institucional. Pelo exposto, entende-se que o ativismo alimentar/empreendedorismo político realizado por esse coletivo se direciona a promover sistemas alimentares pautados sob os princípios da sustentabilidade.

5 TÁTICAS MOBILIZADAS PELA CATRAPOA PARA ALCANÇAR A AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Para defender suas pautas, buscando inseri-las na agenda governamental, os ativistas e empreendedores de políticas públicas utilizam diversas táticas (Ferreira, 2016; Giambartolomei; Forno; Sage, 2021; Mintrom, 2019b; Petridou, Mintrom; 2021,). Este estudo optou pelas nomenclaturas adotadas por Giambartolomei *et al.* (2021), por entender que contemplam aquelas identificadas pelos demais autores.

Nessa perspectiva, o capítulo apresentará as táticas mobilizadas pela CATRAPOA para alcançar a agenda governamental do estado do Amazonas, mediante políticas alimentares de compras públicas, com foco nos povos indígenas e demais populações tradicionais. O presente capítulo está organizado em sete seções, e, nelas, serão apresentadas as análises de cada uma das táticas empreendidas, a saber:

- a) definição e conexão de problemas;
- b) facilitação de inovação;
- c) reconhecimento e criação de janelas de oportunidades;
- d) vinculação de atores e construção de redes;
- e) geração e divulgação de conhecimento;
- f) construção de confiança e motivação;
- g) liderança pelo exemplo.

É importante esclarecer que a apresentação em separado, responde a um critério didático, com o objetivo de facilitar a compreensão por parte do leitor, porquanto, na prática, as ações conduzidas pela CATRAPOA, por vezes, combinam algumas dessas táticas de forma simultânea.

5.1 CATRAPOA E A TÁTICA DE “DEFINIÇÃO E CONEXÃO DE PROBLEMAS”

De acordo com Capella (2016, p. 487), “definir um problema envolve a transformação de situações percebidas – dinâmicas sociais geralmente já existentes – [...] em problemas que capturam a atenção governamental e que ensejam ações concretas”. Para que uma questão social tenha prioridade entre os formuladores de políticas, é necessário que ela seja percebida como relevante, e a tática de **definição e conexão de problemas** tem por objetivo demonstrar essa relevância.

Na implementação da mencionada tática, os empreendedores de políticas públicas identificam todas as possíveis problemáticas em torno da questão em pauta e as conectam de modo a conduzi-las a um enquadramento comum, empenhando-se para oferecer visibilidade a elas. Esses atores utilizam, segundo Capano e Galanti (2021), do discurso e da retórica para conduzir debates em torno dos problemas e moldar uma visão considerada adequada para a mudança. Nas colocações de Giambartolomei, Forno e Sage (2021) e King e Roberts (1992), os empreendedores formulam argumentos logicamente coerentes para persuadir os outros a adotar as iniciativas daqueles atores, com vista a alcançar uma gama mais ampla de pessoas interessadas, porque, quanto maiores o interesse e a aceitação de um problema, maior a colaboração entre os sujeitos.

Nos modelos explicativos de políticas públicas de Kingdon (2003) e de Baumgartner e Jones (1991), a representação de problemas é encarada como um ponto essencial, sendo uma das principais funções dos empreendedores. Segundo Cohen (2016), definir problemas e propor suas soluções em direção à agenda governamental são os principais desafios enfrentados pelos empreendedores de políticas públicas. Para Cohen (2016, p. 180), “embora a definição da agenda não seja o único elemento do empreendedorismo político, é talvez a etapa mais crucial e importante do processo, que envolve a tradução de ideias em políticas viáveis”.

O estudo junto à CATRAPOA identificou que a implementação dessa tática foi sendo construída pela comissão a partir de alguns enquadramentos comuns em torno do tema “alimentação escolar indígena”. Tais enquadramentos estiveram vinculados às seguintes problemáticas:

- a) má nutrição e doenças adquiridas;
- b) inconformidade da alimentação escolar com a cultura local;
- c) impacto econômico devido à logística da alimentação;
- d) impacto ambiental às terras indígenas pelo descarte de embalagens não recicláveis.

Todas essas problemáticas são frequentemente anunciadas pelos membros da CATRAPOA, especialmente pelo seu coordenador. Elas também se encontram devidamente registradas no documento elaborado pela FUNAI (2017) na Nota Técnica nº 3/2017/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI, bem como nos documentos congêneres formulados pela comissão e publicados pelo Ministério Público Federal do Amazonas (2017, 2020): a Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM e a Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF, a serem tratados com mais detalhes na próxima seção deste capítulo, intitulada “Tática de facilitação de inovação”.

Em relação à primeira problemática, **má nutrição e doenças adquiridas**, a CATRAPOA tem chamado a atenção para a ausência de alimentação nas escolas indígenas, bem como para problemas em relação à qualidade dos alimentos. No que diz respeito à ausência, segundo os entrevistados, isso ocorre em virtude da complexidade logística da região, porque, em alguns municípios, a acessibilidade fica restrita a hidrovias ou acesso aéreo. De acordo com a Nota Técnica nº 01/2017 do MPF (2017), existem vários inquéritos civis públicos que denunciam a ausência ou a insuficiência da alimentação escolar em terras indígenas, não somente no Amazonas, mas em todo território nacional. Em relação à qualidade, durante as reuniões da comissão, seus membros sempre advertem sobre as precárias condições de transporte e armazenamento desses alimentos, o que gera dúvidas quanto às condições de consumo.

Destaca-se que muitos dos alimentos que chegam até às escolas indígenas, em geral, são do tipo industrializado, o qual contribui para o agravamento de problemáticas de saúde relacionadas ao sobrepeso e à obesidade, tais como diabetes, pressão alta, entre outras (Binotti, 2023; Figueiredo, 2023; Mendes, 2019; Souza; Villar; 2018). Na avaliação de Mendes (2019, p. 91), “quanto menos alimentos processados e ultraprocessados chegarem às comunidades escolares indígenas, menor é a chance de os alunos terem aumento dos índices de doenças relacionadas à alimentação”. As colocações da entrevistada Vivá retrata a realidade da alimentação escolar indígena:

quando a gente foi procurar a situação da alimentação escolar, a gente viu que era muito precária, que a alimentação era aqueles embutidos, enlatados, que era muito congelado, muita comida artificial, zero alimentação local. Até a farinha, que é um alimento super importante para os povos do Amazonas em geral, mas que para os Tikunas é muito mais importante, não era a farinha que eles consumiam. Enfim, era bem precário mesmo, não só de qualidade, mas a quantidade, faltava mesmo, faltava merenda.

Os argumentos apresentados pelos membros da CATRAPOA estão baseados tanto no contato direto com essas comunidades quanto em estudos realizados por instituições especializadas no tema, a exemplo da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), segundo a Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM, do MPF (2017) e a Nota Técnica nº 6/2019/COPROD/CGPT/DISAT/ICMBio, do ICMBio (2019). Entre os estudos que vêm subsidiando as argumentações da comissão, coloca-se em relevo também o relatório intitulado “Estudos etnográficos sobre o programa Bolsa Família entre povos indígenas”, realizado por pesquisadores vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social (Verdum, 2016). Ao

estudar sete terras indígenas do Brasil, o relatório concluiu que, em todas as terras indígenas, havia problemas com a merenda escolar, pois esta não era oferecida em quantidade e qualidade adequadas, apesar de existir mecanismo mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que autorizam a compra direta de alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação.

Apesar do PAA e do PNAE preverem a obrigatoriedade de que parte dos alimentos seja proveniente da agricultura familiar, com prioridade aos povos indígenas, remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais de modo geral, isso não tem sido realizado por todos os municípios do estado do Amazonas (Figueiredo, 2023; Mendes, 2019; MPF, 2017).

Ademais, a **inconformidade da alimentação escolar com a cultura local** também compõe o enquadramento de problemáticas elaboradas e anunciadas pela CATRAPOA. Segundo os entrevistados, o tipo de alimentação ofertado às escolas indígenas (quando ofertado), além de prejuízos à saúde, devido ao excesso de carboidratos e produtos enlatados, também distanciam os sujeitos das suas tradições culturais. Conforme colocou o entrevistado Porã, a alimentação escolar “*não respeitava a cultura e os hábitos alimentares de cada região, de cada povo*”.

Nesse sentido, há também denúncias de que grande parte dos alimentos que chegam às aldeias não estão adaptados à cultura e à tradição de seus povos (Mendes, 2019; MPF, 2017). De acordo com Leite (2007), em muitas comunidades, observa-se o empobrecimento dos hábitos alimentares, devido ao abandono de alimentos de uso tradicional e ao aumento do consumo de produtos industrializados.

A interferência nos hábitos alimentares, causada pelo aumento no consumo de produtos industrializados, processados e ultraprocessados, gera efeitos negativos, tais como a recusa dos alimentos tradicionais por parte das crianças indígenas; o abandono gradativo das práticas de cultivo indígena; e o desinteresse dos mais jovens por essas práticas. Em consonância com essas afirmações, de acordo com a Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF, inserir alimentos industrializados afeta diretamente a reprodução da cultura alimentar tradicional no que tange à diversidade de alimentos que a compõem, ao conhecimento das formas de preparo e obtenção dos componentes da dieta e à saúde das referidas populações.

Somadas a esses dois problemas, de ordem nutricional e cultural, outras também foram sendo enquadradas pela comissão, como aquelas relacionadas aos **impactos econômicos** devidos à logística com a alimentação e ao **impacto ambiental às terras indígenas**, gerado em função do descarte de embalagens não recicláveis.

Em relação aos impactos econômicos, os longos deslocamentos com a logística da alimentação escolar, necessários para percorrer os distantes trajetos fluviais do estado do Amazonas, exigem um alto investimento em combustíveis. Desse modo, argumentos do tipo “prejuízos ao erário [...] em tempos de contingenciamento”; “situações contrárias aos princípios administrativos da economicidade, da eficiência e da prestação adequada dos serviços públicos”; “dinheiro público sendo equivocadamente destinado para fins pouco razoáveis” (MPF, 2017, p. 4) costumam ser mobilizados pela comissão como componentes da **tática definição e conexão de problemas.**

No que diz respeito aos impactos ambientais, os argumentos colocados pela CATRAPOA (Brasil, 2020), consoante os estudos de Binotti (2023) e Mendes (2019), enfatizaram os prejuízos ambientais causados pelos combustíveis e também pelo aumento exponencial de resíduos não orgânicos, como plásticos, latas etc., nas comunidades indígenas. Esses materiais têm gerado poluição nas aldeias, pois estas, em sua imensa maioria, não possuem formas adequadas de descarte dessas embalagens.

A definição e a conexão de diferentes problemas foram e continuam sendo uma importante tática empreendida pela comissão. Ela é considerada relevante porque, conforme explica Capella e Brasil (2015a, 2015b), a forma como um problema é definido e articulado pode contribuir para que ele seja inserido na agenda governamental. É por meio da referida tática que os empreendedores de políticas públicas procuram mover os olhares dos formuladores de políticas em direção a esses problemas e, dessa maneira, exercer influência sobre a definição da agenda (Cohen, 2016).

Vale ressaltar que, além de definir e conectar problemas, os empreendedores de políticas públicas também elaboram alternativas de soluções. Desse modo, a CATRAPOA está em consonância com o entendimento de Kingdon (2003) e Baumgartner e Jones (1991), quando esses autores afirmam que a atuação dos empreendedores na produção de políticas não se restringe a definir problemas, mas, sobretudo, implica estabelecer uma conexão entre problemas e soluções.

Nessa perspectiva, como forma de solucionar os danos nutricionais, culturais, econômicos e ambientais vivenciados pelas comunidades indígenas e demais povos tradicionais do estado Amazonas, a CATRAPOA elaborou, como alternativa de solução, as notas técnicas nº 01/2017/ADAF/SFAAM/MPF-AM (MPF, 2017) e nº 3/2020/6ªCCR/MPF (MPF, 2020), entendidas como grandes inovações conduzidas pelo coletivo. A solução encontrada pelo

coletivo está relacionada a uma outra tática, denominada **facilitação de inovações**, analisada na seção a seguir.

5.2 CATRAPOA E A TÁTICA DE “FACILITAÇÃO DE INOVAÇÃO”

As duas notas técnicas citadas acima são alternativas de soluções inovadoras que facilitaram com que populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc. acessassem as políticas alimentares de compras públicas, a exemplo do PNAE, comercializando produtos como peixe, galinha, farinha, polpas de frutas etc., segundo seus modos culturais de produção e consumo, o que dispensou esses grupos dos convencionais critérios de registro e inspeção sanitários. Assim, conforme pontuado por Figueiredo (2023), todo o desafio de logística do estado do Amazonas, problema que, em boa medida, dificulta a implementação de políticas públicas direcionada à qualidade e quantidade de alimentos saudáveis, pode ser minimizado com a implantação efetiva das notas técnicas.

De acordo com o entrevistado Raoni, *“a política [PNAE] não era implementada. A política sempre existiu no papel, na legislação, mas nenhum município havia lançado chamada pública. A chamada pública da SEDUC era quase inacessível”*. A colocação do entrevistado demonstra que a inovação trazida pela comissão serviu para impulsionar uma política já existente. Este fato está em sintonia com a argumentação de Mintrom (2019a, p. 308, tradução própria) de que *“os esforços para impulsionar a inovação política podem envolver a introdução de políticas totalmente novas dentro de jurisdições específicas ou podem envolver avanços significativos em políticas específicas que já estão em vigor”*.

De modo geral, as notas técnicas foram um avanço, já que flexibilizaram as rigorosas exigências sanitárias que se encontravam desconectadas das tradições alimentares dos povos indígenas e demais populações tradicionais. Na avaliação da entrevistada Vivá, as normas sanitárias convencionais não se aplicam, porque *“não é assim que os indígenas consomem o peixe. Eles consomem ali, depois que pescam, do jeito deles”*. Do mesmo modo, o entrevistado Porã apresentou a seguinte argumentação: *“a gente não precisa de uma inspeção sanitária pra produzir, pra processar um alimento, fazer um suco, fazer uma farinha, comer um peixe [...], a gente não precisa levar esse alimento para uma indústria pra depois a gente comer”*. De acordo com Binotti (2023), esses instrumentos fortalecem as práticas e os saberes dos manejos de suas roças e florestas, assim como de seus hábitos alimentares. A relevância da alimentação

na manutenção da cultura das populações tradicionais está expressa na Nota Técnica Nº 3/2020/6ªCCR/MPF, quando dispõe que,

Intimamente ligada à vida dos povos e comunidades tradicionais, a alimentação faz parte do imaginário desses grupos sociais e de seu cotidiano, conta suas histórias, suas origens e, dessa forma, é considerada elemento integrante do patrimônio cultural imaterial desses grupos sociais. Por isso, a alimentação tradicional deve ser valorizada a partir das suas próprias práticas e da importância de seu papel para a manutenção e reprodução da agrobiodiversidade (Brasil, 2020, p. 1-2).

Em dezembro de 2018, foi lançado pela SEDUC/AM o primeiro edital baseado na Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM. Os municípios beneficiados foram Amaturá, Benjamin Constant, Borba, Jutai, Nhamundá, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé (Brasil, 2020). Sobre a chamada pública específica para as populações indígenas, o entrevistado Raoni se posicionou de maneira favorável: *“Eu tiro o chapéu para a chamada indígena, porque ela permite a participação do agricultor indígena e permite que a merenda saia da roça do aluno para a mesa do aluno na escola. Isso é fantástico!”*. Do mesmo modo, o depoimento da entrevistada Teça também expressa a relevância de adquirir os alimentos diretamente dos povos indígenas: *“nem sempre o alimento comprado da agricultura familiar chega às comunidades devido à logística. E, quando a gente compra dos indígenas, a gente está garantindo que o alimento que vai chegar àquelas escolas é um alimento de qualidade”*. Por se tratar de alimentos perecíveis, a comercialização é destinada apenas às escolas mais próximas das aldeias e/ou demais comunidades tradicionais. As imagens a seguir ilustram alguns dos produtos fornecidos:

Figura 17 – Produtos fornecidos por agricultores indígenas**Figura 17.1 – Abacaxi**

Fonte: Maia (2021).

Figura 17.2 – Uva da Amazônia

Fonte: Maia (2021).

Figura 17.3 – Polpa de cupuaçu

Fonte: Maia (2021).

Figura 17.4 – Pupunha

Fonte: Maia (2021).

Figura 17.5 – Peixe pacu

Fonte: Maia (2021).

A diferença entre as duas notas técnicas é tão somente que a primeira (Brasil, 2017) é específica da realidade indígena e a segunda (Brasil, 2020) é mais abrangente, pois inclui outras comunidades tradicionais como, por exemplo, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas.

Sobre a inclusão de outros beneficiários, o entrevistado Piatá assim comentou: “*se reconheceu também que as comunidades ribeirinhas vivem a mesma situação que nossos irmãos indígenas*”. Ainda sobre o tema da abrangência proporcionada pela segunda nota técnica, a entrevistada Teça fez a seguinte ponderação: “*hoje nós sabemos onde está o indígena, onde está o quilombola, mas a gente não sabe onde estão todas as comunidades tradicionais. A gente está aprendendo junto com eles [MPF], e eles aprendendo junto com a gente [FNDE] [...]*”. A fala de Teça demonstra que se trata de um trabalho coletivo entre atores empenhados em promover mudanças.¹

Na avaliação dos membros da comissão, a contratação da merenda escolar diretamente das comunidades tradicionais teria potencial para mitigar as problemáticas relatadas na seção anterior. O depoimento do entrevistado Kayke ilustra um dos cenários positivos com a adoção da solução oferecida pela CATRAPOA: “*como isso barateia! Imagina o custo de transporte, emissão de gases de efeito estufa [...] para algo que é produzido ali, né? Alimento com muito mais riqueza cultural, gerando soberania alimentar para as famílias*”. Segundo Mendes (2019), o Departamento de Logística da SEDUC-AM também reconhece os benefícios trazidos pelas notas técnicas, pois seus servidores afirmam que a redução de custos logísticos e a melhoria das condições ambientais das comunidades indígenas podem ser solucionadas a partir da compra local dos alimentos.

Entre os benefícios, destaca-se também a diminuição da dependência por produtos externos, os quais, de acordo com Schor *et al.* (2015), exigem uma complexa rede de abastecimento, uma vez que o acesso à maioria dos municípios do estado do Amazonas só é possível por via fluvial, cujas distâncias de um mesmo lugar variam, dependendo da sazonalidade dos rios, pois, no período da vazante, o percurso até as comunidades é mais longo e mais complexo, dada a pouca infraestrutura, sobretudo em comunidades mais isoladas.

Um outro benefício diz respeito à questão econômica, pois a inclusão das populações tradicionais nas compras públicas também configura elevação na renda. Para ilustrar a forma como são elaboradas suas argumentações em relação a esse benefício, em específico, cita-se um trecho de uma das atas de reuniões da CATRAPOA:

¹ A atuação coletiva desses atores será analisada na Seção 5.4 deste capítulo, a qual discutirá a tática **vinculação de atores e construção de redes**.

com base nos dados da vacinação, restrito[s] à população adulta, há em torno de 160 mil ribeirinhos e mais de 200 mil indígenas no Amazonas, o que corresponderia a mais de 10% da população do estado, que poderia ser beneficiada com geração direta de renda e o fornecimento de alimentos para compras públicas (CATRAPOA, 2021a, p. 5).

O acesso a esses dados fortalece as argumentações tecidas pela comissão e dialoga com a afirmativa de Capella (2006) segundo a qual o processo de argumentação, a criação de histórias causais e a utilização de números e estatísticas são maneiras de representar os problemas, a fim de, mais tarde, conectá-los às soluções, as quais correspondem à tática discutida nesta seção: **facilitação de inovação**.

Salienta-se também que o estabelecimento de um cardápio escolar baseado em gêneros alimentícios produzidos localmente contribui para aproximar o produtor do consumidor; promover o desenvolvimento local sustentável; e, por se tratar de alimentos não industrializados e/ou processados, colaborar para a saúde dessas populações, porque são mais nutritivos e culturalmente mais adequados (Binotti, 2023; Brasil, 2020; Figueiredo, 2023; Leite, 2007; Mendes, 2019). De modo geral, as orientações contidas nesses documentos podem auxiliar na formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e na tomada de decisões por partes dos gestores públicos, visando promover o desenvolvimento rural sustentável e garantir o direito à alimentação saudável e que respeite a diversidade cultural (Figueiredo, 2023). Sobre a relevância das notas técnicas, o entrevistado Xamã tem a seguinte interpretação:

Eu vejo como uma solução um pouco mais completa [...] por exemplo, eu entro na justiça, pensa comigo, eu entro na justiça cobrando que o município de Santa Isabel do rio Negro garanta uma alimentação culturalmente adequado para os ianomamis. Como é que eles vão fazer isso? Se não tivesse a CATRAPOA, a nota técnica, como é que eles vão comprar um peixe se a norma sanitária não permite, sabe?! [...].

Ainda na avaliação do entrevistado Xamã, a produção indígena pode ser uma solução para vários problemas enfrentados por essas populações, além daqueles já mencionados. Segundo as colocações do interlocutor,

Todos os problemas que você ouvir falar de Terra indígena [...]. Está tendo invasão? Está tendo um garimpo? [...] Geralmente, quando você fomenta uma geração de renda sustentável, com produção, com ocupação de território e tal, geralmente, é uma resposta positiva”.

Percebe-se que, na opinião do entrevistado, a aquisição de alimentação escolar diretamente das comunidades tradicionais, além de gerar renda e promover a sustentabilidade,

é uma forma de combater crimes socioambientais. Trata-se, portanto, de uma “política de segurança pública e não só segurança alimentar”, conforme consta em uma das atas de reunião da comissão (Catrapoa, 2021b, p. 3). Somado a todos os benefícios, há também o fortalecimento da organização social das comunidades. O depoimento abaixo, da entrevistada Vivá, retrata um panorama de toda essa dinâmica:

gera uma valorização muito grande dos próprios indígenas pelos alimentos que eles produzem [...] resultado de um conhecimento tradicional muito forte, de muitos anos de seleção [...]. Você colocar um abiu, um cubiu, um aracá, um mapati, um ingá, que são frutas que quase ninguém conhece, e o estado pagar por isso, faz com que outras pessoas valorizem [...] pagando e vendo que essas frutas existem. Então, eu entendo que, em última instância, isso incentiva a conservação desses produtos, desses alimentos, dessa biodiversidade, dessa agrobiodiversidade.

A elaboração das notas técnicas aqui tratadas só foi possível em virtude de alguns fatores observados e discutidos durante as reuniões da comissão. Tais fatores são compreendidos como “janelas de oportunidades”, uma outra tática mobilizada pelos ativistas/empreendedores de políticas públicas da CATRAPOA, tática essa que será tratada a seguir.

5.3 CATRAPOA E A TÁTICA DE “RECONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE JANELAS DE OPORTUNIDADES”

Como já mencionado na seção anterior, a efetivação das políticas de compras públicas entre as populações tradicionais encontrava-se prejudicada devido às imposições das normas sanitárias. Para justificar que tais normas não deveriam ser aplicadas a essas realidades, a CATRAPOA elaborou uma série de argumentos baseados em legislações e instruções normativas que tratam ou fazem menção às populações indígenas e aos demais povos tradicionais. Na sequência, estão algumas das legislações que, por abordarem as especificidades das comunidades tradicionais, ajudaram a fundamentar as notas técnicas elaboradas pela comissão:

- a) **Constituição Federal** (Brasil, 1988): nos artigos 210, 216 e 231, a constituição prevê a garantia de proteção aos povos indígenas, com respeito a seus métodos de ensino e processos próprios de aprendizagem, bem como a seus costumes e tradições;
- b) **Convenção sobre Diversidade Biológica** (ONU, 1993): nos artigos 8º e 10, a convenção dispõe sobre a proteção dos meios próprios de produção indígena, afirmando que estes devem ser respeitados pelo Estado;

- c) **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais** (OIT, 1989): nos artigos 3º, 8º, 23 e 27, a convenção discorre sobre a necessidade do respeito às técnicas tradicionais, aos valores e às aspirações sociais, econômicas e culturais dos povos indígenas e populações tradicionais;
- d) **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** (Brasil, 2007b): nos artigos 1º e 3º, a política aborda de valorização das práticas, dos saberes e das tecnologias tradicionais; e
- e) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Brasil, 1996): no artigo 78, a lei inclui o objetivo de proporcionar aos povos e comunidades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências.

Nesse sentido, o respaldo legal das normas já existentes subsidiou a elaboração das notas técnicas. Vale lembrar que a primeira nota técnica (MPF, 2017) foi precedida por um documento elaborado pela FUNAI (2017), em colaboração com lideranças indígenas. Neste documento, constam informações sobre aspectos culturais e relações de parentesco tão característicos da realidade indígena. Nele, são apresentados os argumentos e as justificativas que fundamentam a comercialização de produtos provenientes das comunidades indígenas sem a necessidade de atender às normas sanitárias convencionais. Os argumentos expressos na norma expedida pela FUNAI baseiam-se nos conceitos de **autoconsumo** e de **família estendida**. O referido documento argumentava que a produção advinda das populações indígenas não requeria inspeção sanitária, porque se trata de uma produção destinada ao autoconsumo ou ao consumo familiar e, sob essas condições, a legislação não exige inspeção sanitária.

A produção para autoconsumo, segundo Grisa e Schneider (2008, p. 485), “é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo. [...] É uma estratégia recorrente pelas unidades familiares e se diferencia, de acordo com a dinâmica da agricultura familiar”. Os autores também advertem que é equivocado estereotipar essa produção como residual ou associá-la a quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados, pois o que a caracteriza é o valor de uso para os membros familiares.

O conceito de **autoconsumo** ou **consumo familiar** foi um tema que esteve presente durante as reuniões da CATRAPOA ao longo do ano de 2016. Visitas de alguns membros da comissão às comunidades indígenas confirmaram a existência desse contexto. Dentre as

legislações utilizadas pela CATRAPOA nas notas técnicas para fundamentar o mencionado conceito, destacam-se:

- a) **Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária** (Brasil, 2006c): no seu artigo 7º, consta que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá normas específicas relativas à defesa agropecuária para produção rural primária, para o autoconsumo e para a preparação, manipulação ou armazenagem doméstica de produtos de origem agropecuária, dispensando de registro, inspeção e fiscalização a produção rural cuja preparação, manipulação e armazenagem ocorram em ambiente familiar, caracterizado como de autoconsumo; e
- b) **Instrução Normativa nº 16 do Ministério da Agricultura e Pecuária** (Brasil, 2015): orienta que, em caso de o produto ser preparado para ser consumido no mesmo dia e for destinado ao consumo próprio, não se aplicam os procedimentos de registros convencionais, o que dispensa fiscalização e controle pelo MAPA.

Além da identificação do contexto de **autoconsumo ou consumo familiar**, a CATRAPOA também identificou o contexto de **família estendida**, tanto em comunidades indígenas como em outras comunidades tradicionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 25, parágrafo único, expressa que “família extensa ou ampliada é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (Brasil, 1990). Percebe-se que o conceito de família estendida não se restringe à sua forma nuclear.

Portanto, há respaldo por parte da legislação brasileira para lidar com outros arranjos familiares, o qual permite um melhor entendimento sobre a organização familiar indígena. Há vários estudos antropológicos que retratam a extensa rede de parentesco das famílias indígenas e seus processos de produção, preparo e consumo de alimentos (Cardoso, 2008; Costa, 2013; Maizza, 2014; Oliveira, 2012; Silva, 2013; Silveira, 2011).

Essa perspectiva mais ampla de família é uma realidade dos povos indígenas, pois seu cotidiano retrata um cenário de forte integração. Essas populações realizam seus processos de produção, manejo e consumo de forma coletiva entre seus parentes, ressaltando que, nesse contexto cultural, o reconhecimento de parentesco não se restringe aos vínculos consanguíneos. Em outras palavras, os alunos que recebem os alimentos possuem relações de parentesco com os produtores, professores, merendeiras e gestores escolares. A citação a seguir explicita essas relações:

É fato que, desde a produção até o consumo final nas aldeias, trata-se de um contexto familiar, nos quais pais ou tios plantam nos roçados, parentes preparam os alimentos nas escolas, sendo os seus filhos e sobrinhos os destinatários finais desta alimentação produzida na comunidade (BRASIL, 2020).

Nesse viés, respaldada no conceito de **família estendida**, a CATRAPOA passou também a argumentar que todas as demais populações tradicionais, como no caso dos quilombolas e ribeirinhos, possuíam a mesma lógica de ordenamento familiar dos indígenas, com frequentes interações e trocas entre seus membros. Para autores como Fraxe (2010), Diegues e Moreira (2001), Meneghetti (2015), Silva (2006) e Silva *et al.* (2010), a estrutura familiar dos povos ribeirinhos se assemelha à realidade indígena, uma vez que se caracteriza de forma extensa.

Fazendo referência às famílias ribeirinhas, a Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF esclarece que os diferentes núcleos familiares constituem uma família extensa, geralmente concentrados em comunidades e estabelecidos em torno de uma família central que agrega os demais núcleos. Colaboram, ainda segundo o documento, para o fortalecimento dos laços, bem como para a existência de outros núcleos de socialização, como escolas, igrejas, roças comunitárias ou outros espaços em que se expresse a cooperação entre os membros da família. Sob esse olhar, na segunda nota técnica (MPF, 2020), as interpretações relativas às características das comunidades indígenas foram estendidas para outras populações tradicionais, como no caso dos ribeirinhos, uma vez que, assim como ocorre com as populações indígenas, a produção dos ribeirinhos (pesca, agricultura e/ou extrativismo) também está baseada na força de trabalho familiar e no modelo de autoconsumo. O trecho abaixo desenvolve essa argumentação:

Considerando a tradicional estrutura das famílias ribeirinhas e que a produção está destinada ao autoconsumo dos seus membros, uma vez que os produtores dos alimentos, os estudantes, merendeiras e, muitas vezes, os professores são parte da mesma família extensa, e adequando-se assim à legislação sanitária vigente que dispensa do registro, inspeção e fiscalização os alimentos destinados ao consumo familiar, é razoável considerarmos a possibilidade de dispensa de inspeção sanitária na preparação, [na] manipulação e [no] armazenamento de produtos de origem animal, vegetal e suas partes, a serem comercializados através de políticas de compras institucionais para consumo familiar, mais especificamente em relação a aquisição de alimentação escolar por programas de governo, sejam federais, estaduais e/ou municipais, como o Programa de Regionalização da Alimentação Escolar [...] e [o] Programa Nacional de Alimentação Escolar [...] (MPF, 2020, p. 100).

Com base nas peculiaridades dessas populações, os conceitos de **autoconsumo ou consumo familiar e família estendida** foram identificados e imediatamente colocados como

mecanismos de destrave, de modo que abriram uma janela de oportunidade para a elaboração das notas técnicas.

O processo de elaboração desses documentos se assemelha à implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. Conforme recorda Amaral (2021), no caso do PAA, foi criado um mecanismo legal de compras públicas que manobrava os rígidos processos previstos na lei de licitação. Já a CATRAPOA buscou desviar-se do obstáculo das exigências sanitárias, mediante a elaboração de notas técnicas fundamentadas em vários instrumentos legais. Conforme explica o entrevistado Porã, *“fizeram um entendimento do conjunto de normas já existentes [relativo às legislações indígenas] [...] compilaram, deixaram em uma narrativa compreensível, que era a realidade dos fatos”*.

A identificação dessas janelas de oportunidade permitiu contornar a barreira imposta pela questão sanitária, que, a princípio, engessava a comercialização por parte dessas populações, especialmente no que diz respeito à produção animal.

Além dos instrumentos legais aqui mencionados, um outro aspecto também considerado uma janela de oportunidade foi a existência de produção em terras indígenas. Ao contrário do que acreditavam alguns gestores municipais, várias comunidades indígenas produziam alimentos, inclusive doando parte deles às escolas próximas.

Uma outra janela de oportunidade, colocada pelos entrevistados como muito relevante, é o fato da CATRAPOA ser coordenada pelo MPF. Essa afirmação pode ser mais bem compreendida a partir da colocação da entrevistada Thaynara: *“as pessoas veem o peso do Ministério Público e vão se agregando”*. Em sentido semelhante, na avaliação da entrevistada Vivá, *“ter um Ministério Público que parou para pensar como os índios comem, como é a vida deles lá na aldeia, pensar na política, como ela vai funcionar lá na ponta, não aqui no papel [...] isso faz uma diferença absurda”*.

Dada a complexidade que envolveu a elaboração das notas técnicas, é improvável pensar que essas tenham sido realizadas por um único indivíduo. Vale destacar, pois, que essa inovação foi fruto de diversos atores envolvidos com as questões indígenas. O engajamento de vários atores para a construção de uma inovação vai ao encontro da assertiva de Capano e Galanti (2021, p. 326) segundo a qual *“a promoção da inovação requer a construção de uma coalizão de apoio à mudança. Investir em coalizões significa construir consenso e desenvolver confiança”*. Mintrom (2019a, p. 318, tradução própria) também se alinha com esse entendimento de que *“a composição de uma coalizão pode ajudar a desviar os argumentos dos oponentes de mudança”*. Nessa perspectiva, conforme expressa Cohen (2016), o caráter

coletivo na produção de inovações diz respeito à tática **vinculação de atores e construção de redes**, analisada na próxima seção.

5.4 CATRAPOA E A TÁTICA DE “VINCULAÇÃO DE ATORES E CONSTRUÇÃO DE REDES”

De acordo com Giambartolomei, Forno e Sage (2021) e Abers (2021), a tática de vinculação de atores e construção de redes é intensamente utilizada por ativistas e empreendedores de políticas públicas. As redes protegem de choques externos e facilitam a construção de coalizões (Petridou; Mintrom, 2021). Segundo Mintrom (2019b, p. 314),

Os empreendedores de políticas devem encontrar maneiras de envolver vários públicos [...] o trabalho de engajamento de múltiplos públicos é essencial para a construção de apoio a uma política de inovação, reduzindo a oposição a ela e mantendo o compromisso das coalizões de defesa.

O estudo junto à CATRAPOA demonstrou que se trata de uma rede de atores que influencia o direcionamento das políticas alimentares de compras públicas no estado do Amazonas. Na tentativa de reverter o cenário negativo da alimentação escolar nas escolas indígenas, a comissão foi mobilizando e articulando atores estratégicos, os quais atuam em espaços também estratégicos, institucionais e/ou não institucionais. A forma de composição da CATRAPOA dialoga com as colocações de Cohen (2016, p. 190, tradução própria), quando este afirma que, “para ter sucesso, os empreendedores políticos precisam atrair o apoio de atores-chave” e que “a consolidação de uma coalizão de apoio à mudança pode reduzir os riscos”. De modo geral, a comissão reflete a dinâmica de uma rede de pessoas que atuam pela defesa de uma agenda em comum.

Sobre a diversidade de sujeitos participantes da comissão, segundo o entrevistado Porã, “a CATRAPOA conseguiu envolver diferentes atores nessa temática, em nível federal, estadual, municipal e da Sociedade Civil organizada”. A colocação de Porã vai ao encontro das investigações de Pereira (2021, p. 198), a qual identificou que o ativismo institucional transborda por outros espaços, por meio de “parcerias e rede entre atores situados dentro e fora do Estado”.

Dentre as parcerias estabelecidas, destaca-se a que envolveu a agência alemã GIZ, a qual está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Segundo os entrevistados, a principal contribuição da GIZ foi a contratação de uma assessoria para atuar

exclusivamente junto à comissão. A qualidade desse assessoramento foi um fator frequentemente realçado pelos interlocutores da pesquisa. Trata-se de uma assessoria com engajamento em movimentos sociais, conhecimento da realidade local e experiência de atuação profissional em diversas ONGs. De acordo com Oliveira (2021), quando esse tipo de perfil adentra espaços institucionais, carrega suas experiências e redes para dentro do Estado. Vale esclarecer que, no caso aqui relatado, a assessora não assumiu cargos em organizações estatais, mas atuou como influenciadora direta do coordenador da CATRAPOA, o qual possui um cargo de grande prestígio institucional, na condição de procurador do estado.

O coordenador da CATRAPOA solicitou à GIZ uma assessoria com a intenção de que esta atuasse nos assuntos burocráticos da comissão. Segundo a entrevistada Thaynara, “*ele [o coordenador] queria uma secretária, queria uma pessoa ali para essas coisas mais burocráticas de fazer ata, de fazer um ofício*”. Ocorre que a referida assessoria não se restringiu a essas atividades. Seu histórico profissional, seu engajamento ativista em questões relacionadas à alimentação, sua ampla rede de contatos, bem como seu conhecimento e suas experiências em ações de ordem coletivas, foram fatores que possibilitaram que a contribuição (sua agência) ultrapassasse a esfera burocrática.

Os entrevistados acreditam que a experiência trazida pela assessora contribuiu para os resultados até então alcançados. Na avaliação do entrevistado Piatá, “*a CATRAPOA só chegou aonde está porque teve um grande aporte de recurso de pessoas altamente capacitadas patrocinado pela GIZ, [...], então isso aí foi fundamental*”. As palavras da assessora, à época, também reforçam a relevância de sua contribuição:

a nossa bagagem [...] de fazer essa articulação com os movimentos [...] muitas organizações que estão lá participando hoje, foi a gente que trouxe também, né? Acho que isso que fez avançar [...]. Provavelmente ia ter resultados, mas, se não tivesse a gente, talvez ia demorar mais. Então, ter gente que estava dedicada a essa pauta foi fundamental, fazer essa articulação [...] trazer essas pessoas para dentro”.

Visto que possuía uma ampla rede de contatos relacionados à pauta alimentar, a assessoria foi mobilizando esses atores e convidando-os a participar da comissão. Os principais atores mobilizados foram os não institucionais, como, por exemplo, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a Cooperativa Agrícola Indígena Nova Esperança, a Associação dos Produtores Rurais de Carauari, bem como o movimento social Rede Maniva de Agroecologia, da qual faz parte.

Em relação aos atores institucionais, a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas,

a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, entre outros, foram mobilizados pelo Ministério Público Federal do Amazonas, na figura do procurador (coordenador da comissão).

Nesse cenário, desde quando começou a ser formada, a CATRAPOA tem mobilizado uma rede de atores, advindos de contextos distintos. Do mesmo modo que Pereira (2021), o qual investigou sobre a autonomia e a discricionariedade de ativistas institucionais no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a presente pesquisa também observou que essas interações entre atores institucionais e não institucionais são muito importantes, uma vez que possibilitam o fornecimento e a troca de informações.

A comunicação entre os atores em pauta é um aspecto que vale ser ressaltado. Durante as entrevistas, os interlocutores relataram que existe entre eles uma comunicação direta e informal, o que favorece, especialmente, os beneficiários da política. A colocação do agricultor indígena Kauê, membro da CATRAPOA, ilustra essa forma de interagir:

no meu caso, eu estou entrando em contato com quase todo mundo [...] sempre que eu entro em contato com FNDE, eles sempre tiram minhas dúvidas [...]. Eu também sempre aproveito para tirar dúvidas nas reuniões da CATRAPOA. Tá todo mundo nessas reuniões. Estou sempre participando.

Os depoimentos a seguir, dos entrevistados Porã e Ubirani, respectivamente, também oferecem um exemplo dessa dinâmica de interação entre os atores:

A gente [servidores da FUNAI] começou a fazer oficinas no Médio Purus inteiro, no rio Negro, ali no Javari. A gente fez algumas reuniões no Alto Solimões, então a gente começou a levar essa nota técnica com apoio do MAPA do FNDE, de alguns parceiros não governamentais também.

Se há dificuldades na documentação que habilita o indígena na qualidade de agricultor familiar, o IDAM é acionado a colaborar; se tem uma coisa para fazer e o FNDE tem recurso, faz! [...] a gente vai dando um jeito para fazer funcionar, né? [...] todo mundo virou servidor dos outros [...]. As instituições meio que estão no limite, então a gente tenta fazer o que dá para fazer.

Destaca-se que, conforme as demandas apareciam, o coletivo avaliava a necessidade de incorporação de novos atores, ampliando assim a rede de organizações relacionadas à pauta. Nessa perspectiva, cada membro participante contribui com suas respectivas *expertises*, segundo declara o entrevistado Porã: “cada órgão internaliza as ações da CATRAPOA da sua melhor forma [...]. O que acontece é assim: a gente trabalha, faz discussão em rede, mas as ações são de cada órgão”. A fala do interlocutor está em consonância com os argumentos de Capano e Galanti (2015), os quais afirmam que, nessas redes, cada indivíduo desempenha

papéis específicos de acordo com os processos funcionais em que estão envolvidos. Os parágrafos a seguir discutem algumas das contribuições e articulações de alguns dos membros da CATRAPOA.

A própria elaboração da Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM foi uma solução discutida e articulada pela comissão com forte apoio da FUNAI em colaboração com outros atores-chave, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o depoimento da entrevistada Teça: *“nessas reuniões, a gente precisou necessariamente trazer a ANVISA, a gente precisou necessariamente trazer o MAPA para a discussão”*.

Essa articulação entre diferentes atores institucionais para elaboração da nota técnica vai ao encontro de Abers (2021, p. 33), pois a autora afirma que *“servidores não somente operam em redes sociais, mas também, em alguns casos, agem juntos na construção de modelos alternativos”*.

Um outro ator que vem contribuindo é o FNDE. Este tem colaborado com oficinas e com a contratação de pessoas para auxiliar os gestores, esclarecendo-os sobre a possibilidade da compra de produtos de alimentos de origem animal e vegetal diretamente das comunidades tradicionais, conforme orientam as notas técnicas nº 1 (MPF, 2017) e nº 3 (MPF, 2020). Na avaliação dos entrevistados, a presença do FNDE ofereceu maior segurança às secretarias de educação em publicar chamadas públicas específicas para essas populações, porque, como se tratava de uma normativa relativamente recente, ainda havia ainda muito receio por parte dos gestores. Nas palavras da entrevistada Thaynara, foi *“fundamental esse respaldo do FNDE de estar apoiando. Isso dá segurança para a secretaria [...]”*.

Mais um exemplo de ator institucional envolvido no trabalho da comissão é o IDAM. Segundo os entrevistados, o gestor que atua em nome dessa instituição é bastante engajado. Sobre o apoio do órgão, o entrevistado Urirani fez o seguinte relato: *“O IDAM não tem dado apoio financeiro não. Eles praticamente não têm recurso aqui, mas têm dado outros apoios: apoio com DAP [Declaração de Aptidão ao PRONAF], com a carteirinha de produtor, dando uma carta branca pra gente transitar lá [nas aldeias, comercializando os produtos na alimentação escolar], sem fazer cara feia”*.

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar também está entre os atores institucionais mais significativos. Sua atuação é estimulada pelo FNDE, conforme explica a entrevistada Teça:

o FNDE repassa os recursos para as universidades, e a gente trabalha com produtos específicos, e aí nós colocamos o produto indígena dentro do nosso projeto do CECANE, contratando pessoas. Hoje, a gente está contratando pessoas para que eles fiquem dentro das calhas dos rios [canal principal dos rios], para orientar os gestores daquelas calhas na aquisição dos alimentos da agricultura familiar nesse formato diferenciado da nota técnica.

Ainda sobre o papel do CECANE, o entrevistado Raoni avalia que *“Um dos principais gargalos é esse, de habilitar ele [o indígena], na comissão de licitação, para estar apto a concorrer, aí o CECANE, entrou no game nessa situação. O CECANE está contratando profissionais para trabalhar nesse processo”*. Outro ator importante nesse processo é a SEDUC. Por ser o órgão executor do PNAE, a participação dela na comissão é de grande importância. Entretanto, apesar dos membros da CATRAPOA reconhecerem a relevância da secretaria, há muitos conflitos em torno da atuação desta.

Embora tenham sido enfatizados os aspectos positivos do trabalho coordenado em rede pela CATRAPOA, isso não significa que esses atores estejam sempre em perfeita harmonia. Os conflitos que envolvem a SEDUC, por exemplo, são diversos, sendo que os mais recorrentes dizem respeito à publicação dos editais, os quais, em geral, estão em desacordo com as recomendações da comissão. Outro problema muito citado durante as reuniões do coletivo diz respeito ao atraso de pagamento dos contratos,² fato esse que tem desestimulado muitos agricultores tradicionais a participar dos certames. O MPF já formalizou recomendações e solicitou explicação das insatisfações apontadas. Na avaliação do procurador e dos demais membros da comissão, os retornos obtidos pela SEDUC são sempre superficiais.

Apesar das dificuldades, prevalece, nas argumentações dos membros da CATRAPOA, o empenho de gerenciar e manobrar os conflitos. O entrevistado Guaraci ilustra essa dinâmica com a seguinte afirmação: *“Tá todo mundo puxando a corda para lá e para cá, mas não dá pra soltar a corda, não dá para rebentar a corda”*. O entrevistado Raoni se posiciona na mesma linha argumentativa: *“eu tenho essa visão de que não adianta eu ficar batendo com força nos outros, porque depois eles vão me bater com força, e vai doer! Então, se a gente se ajuda, a gente melhora para todos”*. Fazendo referência às dificuldades com a SEDUC/AM, na avaliação da entrevistada Thaynara,

² Também foram relatadas dificuldades de comunicação entre os órgãos de extensão rural e a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (SEFAZ/AM). Segundo os entrevistados, a falta de comunicação entre os órgãos tem gerado confusão em relação à nomenclatura dos produtos. Para exemplificar, cita-se o caso de um fruto conhecido como “uva da Amazônia”. Nos registros da SEFAZ, consta esse nome, contudo o mesmo fruto recebe outras nomenclaturas. Em alguns territórios do Amazonas, é referido como “mapati” e, em outros, “curura”.

por mais que tenha vários problemas, querendo ou não eles [SEDUC] encamparam em continuar, em 2019 lançaram a chamada. E eu acho que isso estimulou os municípios. Querendo ou não, isso puxa os municípios, né? Acaba sendo uma referência para os municípios depois falarem: ‘A SEDUC fez, então não tem problema, a gente pode fazer também’.

Pelo que foi apresentado até aqui, considera-se que cada membro institucional vem atuando estrategicamente dentro de suas respectivas *expertises*. Contudo, vale ressaltar que, além da atuação dos atores institucionais, a contribuição de atores não institucionais também foi destacada pelos entrevistados. Movimentos da sociedade civil, como, por exemplo, a COOINE, a ASPROC, a REMA e a FOIRN, foram citados como atores de grande relevância. De acordo com o entrevistado Porã, *“eles participam ativamente, dialogando, propondo, sugerindo e cobrando”*.

Na ótica dos entrevistados, a participação de movimentos sociais, cooperativas e associações permitiu uma compreensão mais fidedigna das dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas e pelos povos tradicionais em relação à alimentação escolar. Enfatizando a relevância das organizações da Sociedade Civil (OSC), Levkoe (2023, p. 5, tradução própria) afirma que as OSCs *“se encontram em uma posição única para levar as preocupações dos mais afetados pelos problemas ao âmbito das políticas”*.

A aproximação de movimentos da Sociedade Civil junto à comissão ocorreu em virtude da afinidade com a pauta, conforme relata o entrevistado Piatá: *“A nossa vinda para a CATRAPOA se deu nesse aspecto, nessa estratégia mesmo de se incorporar a um grupo que tem os mesmos propósitos daquilo que a gente já vinha buscando fazer”*. Ainda segundo o entrevistado, a participação dos movimentos é importante porque *“a CATRAPOA nos aproxima do Estado, dos gestores e da política”*.

Dentre as organizações não governamentais, destaca-se também o Instituto Socioambiental. Nas localidades em que existia produção, mas a comunidade não tinha conhecimento sobre o PNAE, o ISA foi realizando um levantamento de produção e colaborando na divulgação da política pública. O entrevistado Avaré descreve brevemente o histórico dessa atuação:

em São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel, eu percebi que não tinha ninguém acessando a merenda escolar [...] na época, não tinham dados nenhum de Santa Isabel e de São Gabriel sobre levantamento de produção [...] eu era assessor técnico do Instituto Socioambiental para trabalhar justamente essa questão de cadeias de valor com as populações indígenas. [...]. Eu já conhecia o pessoal que assessorava a CATRAPOA. Nós somos do mesmo movimento social [REMA]. Aí eles me convidaram para participar da Comissão, para levantar dados para a primeira chamada pública específica para populações indígenas da SEDUC [...]. Construí um formulário de produção e apliquei com algumas associações indígenas. Aí comecei a divulgar o PNAE, PAA, nota técnica, tudo, né? E aí teve uma adesão legal, e aí

começou a chamar, a juntar outras instituições, tipo IDAM, a própria SEMED [Secretaria Municipal de Educação], a FUNAI, a FOIRN”.

A interação de diferentes pessoas e organizações formou um contexto favorável para que a comissão atuasse. A compreensão do termo **contexto** está alinhada ao entendimento de Abers (2021, p. 39), a qual afirma que “contextos não devem ser entendidos como condições externas que limitam a ação, e sim como um conjunto de relações em que o ator participa”. Nesse sentido, a articulação dos atores em rede é compreendida pelo presente estudo como um contexto favorável nas ações conduzidas pela CATRAPOA.

Considerando a complexidade de uma política pública como o PNAE, na realidade tão peculiar do estado do Amazonas, a tática de **vinculação de atores e construção de redes** tem sido estrategicamente oportuna. O depoimento da entrevistada Thaynara expressa bem esse entendimento:

Não dá para dizer que tem uma receitinha de bolo [...] o que a gente sabe que é importante é que as pessoas têm que se juntar, porque a gente que vive aqui na Amazônia, com essas distâncias, essa logística toda, todas essas dificuldades, só vai conseguir avançar nessa pauta se juntar, se tiver parceria das instituições. Isso é fato [...].

Embora não se trate de “uma receitinha de bolo”, como mencionou a entrevistada, um “ingrediente” comum a todas as falas diz respeito à importância do MPF/AM na coordenação da comissão. O Ministério Público Federal é frequentemente colocado em destaque pelos sujeitos. Ressaltando a relevância desse órgão, o entrevistado Kayke fez o seguinte comentário: “quando se reúne todo o mundo e fala que está com o Ministério Público, aí a conversa é diferente, a receptividade é diferente”. Apesar da ênfase que os entrevistados direcionam ao MPF, o coordenador da CATRAPOA sempre enfatiza que o trabalho é coletivo. O trecho abaixo retrata a ponderação do gestor:

Isso tudo surgiu da atuação da CATRAPOA como comissão [...] se não tivesse pessoal mais engajado [...] o FNDE, o apoio da FUNAI, não fluiria, né? Não adianta só o Ministério Público está ali coordenando. O meu papel é mais articular pessoal, chamar sempre a reunião, cobrar uma coisa ou outra, mas, sem eles, não, não, não fluiria.

Portanto, mesmo reconhecendo o protagonismo e a importância do MPF, seria equivocado atribuir exclusivamente a esse órgão os expressivos resultados obtidos pela CATRAPOA. As referências à relevância do trabalho em rede foram frequentes em vários momentos das entrevistas. A seguir, há alguns exemplos:

O trabalho em rede é super legal, super interessante e dá muito mais resultado [...] essas organizações em redes coletivas e fóruns têm mostrado que os resultados são bem melhores quando você está junto, somando forças, né? Porque, às vezes, só quando uma entidade ou organização fala, a força é pequena [...]" (Kayke).

Eu acho realmente que é um trabalho incrível, porque essa política, de agricultura familiar, de segurança alimentar, elas realmente são competências de muitos órgãos, de muitas instituições. Então é isso. A gente tem que ter alguém que articula, ter alguém que ajuda a escrever o projeto, tem que emitir a DAP, tem que abrir conta no banco, tem a secretaria da fazenda com essa questão da nota fiscal. É muita gente envolvida" (Vivá).

Se não fosse o trabalho coletivo, não tem como, porque o custo de sair da sede para as calhas dos rios é muito alto. Pode colocar aí: cada calha, mil litros de gasolina; fora o resto: alimentação, monte de coisa que tem que ter [...]. Cada instituição sede uma parte para poder andar [...] isso tá viabilizando que as coisas aconteçam" (Kauê).

Eu acho que essa metodologia de trabalho [é] mais frutífera. Se a gente tem um problema para resolver em uma região em específico, a gente precisa conversar com todo mundo que tem interface com esse tema, né? Que atua, que contribui para isso [...]. Então trabalhar em rede, para mim, é o primeiro passo para a gente conseguir ter resultado [...]. Eu acho que muito do que foi alcançado foi devido a esse trabalho em rede (Porã).

Eu avalio esse trabalho da CATRAPOA como fundamental! Ela é uma entidade aglutinadora e, ao mesmo tempo, é catalisadora do processo. Acho muito bom. Eu particularmente gosto muito, tenho um maior orgulho de fazer parte desse processo (Raoni).

[...] acho que é de uma importância inquestionável. Eu, por exemplo, na qualidade de gestor, o que eu mais gostaria de ter era um grupo daquele ali me auxiliando, né? Então tem essa importância, de assessorar esse processo, de juntar uma diversidade de atores com experiências das mais diversas, com olhares diferentes, olhares múltiplos, podendo facilitar e qualificar a implementação da política pública (Piatã).

Destacando o envolvimento dos próprios beneficiários diretos da política, a entrevistada Teça faz o seguinte apontamento: *"A gente só consegue construir uma política pública trazendo todos os atores [...]. Essa comissão, ela não teria dado certo se não tivesse a participação das lideranças indígenas".* Para a entrevistada Vivá, *"a CATRAPOA contribui muito nesse sentido de colocar as pessoas na mesa, de nivelar a informação, de discutir junto e ter a sua figura de autoridade que é o Procurador da República. Faz muita diferença".* Ainda sobre essa conexão entre diferentes atores, o coordenador da CATRAPOA assim se posiciona:

Eu sempre entendi que o que eu posso fazer de melhor no MPF, na área coletiva, é juntar pessoas com conhecimento. Eu não tenho conhecimento, né? No máximo, um pouquinho de conhecimento jurídico, mas, nas outras áreas, não tenho quase nenhum conhecimento. Então, o que eu posso fazer? O meu papel, meu cargo, me dá o poder de juntar essas pessoas".

A fala do entrevistado corrobora a colocação de Giambartolomei, Forno e Sage (2021) de que os empreendedores de políticas públicas acreditam que a força dos agentes de mudança está na capacidade de trabalhar com os outros, em coalizões formadas por diferentes conhecimentos e habilidades. Segundo King e Roberts (1992), os estudos empíricos sinalizam em direção a essa afirmação, ou seja, de que tais empreendedores manifestam seu poder de forma coletiva. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que as conquistas alcançadas pela CATRAPOA são resultadas dessa rede de atores. Novamente de acordo com Giambartolomei, Forno e Sage (2021), a atuação deles em redes aumenta as chances de incidir nas políticas públicas.

Mediante o exposto, consolidada a problemática da alimentação indígena (tática de **definição e conexão de problemas**), elaboradas a alternativa de solução (tática de **facilitação de inovação**) a partir da visualização de oportunidades (tática de **reconhecimento e criação de janelas de oportunidades**) e organizada a equipe de trabalho (tática de **vinculação de atores e construção de redes**), a divulgação da política do PNAE e de suas respectivas atualizações trazidas pelas notas técnicas passou a emergir como demanda prioritária da CATRAPOA, conduzindo-a à implementação de outra tática, denominada **geração e divulgação de conhecimento**, a qual será tratada na próxima seção.

5.5 CATRAPOA E A TÁTICA DE “GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO”

Conhecer a política pública do PNAE e seus mecanismos de acesso é condição fundamental para o alcance dos objetivos almejados pela CATRAPOA. Nesse sentido, a realização de oficinas com as comunidades locais e gestores municipais para divulgar a política e esclarecer quanto ao seu acesso, especialmente no que diz respeito às suas atualizações (normas técnicas emitidas pelo MPF), tem sido uma das principais atividades da comissão. Essas oficinas são conduzidas pelos membros, mediante as respectivas organizações a que eles pertencem. O entrevistado Porã relata algumas cenas dessa dinâmica:

a gente fez oficinas, convidando o IDAM, as secretarias de educação, organizações indígenas. A gente fez no médio Purus, fez no rio Negro, na região de Eirunepé também, ali no javari [...] mais ou menos 3 a 5 dias de oficina onde estava ali todas as lideranças. No médio Purus, a gente levou uma liderança de cada aldeia de todas as terras indígenas da região, então foram mais de 70 indígenas participando, porque a ideia foi fazer uma consulta livre, prévia e informada, explicando o que era o PNAE, com o tradutor, com os anciões principalmente [...].

Além da divulgação nas comunidades, foi necessário realizar um intenso trabalho de divulgação junto aos seus gestores. Desse modo, a alternativa de solução identificada pela comissão, relacionada à possibilidade de aquisição de alimentos diretamente das próprias comunidades, também passou a ser divulgada entre os gestores municipais na tentativa de romper com a resistência de alguns deles. Conforme relata a entrevistada Vivá, *“Era um argumento da prefeitura dizer que os índios não produziam e dizer que eles não queriam consumir o alimento deles, que preferiam comer frango, comer linguiça, comer enlatado do que comer peixe e farinha”*. A percepção de “ausência de produção” por parte de algumas prefeituras foi, aos poucos, sendo alterada, especialmente quando movimentos indígenas da região também passaram a argumentar sobre as problemáticas da alimentação escolar nas suas comunidades, o que ampliou o escopo de atores ao redor do tema.

Sobre a divulgação junto aos gestores, a entrevistada Vivá descreve o processo realizado: *“A gente começou a bater na porta das pessoas mesmo, de marcar reunião com a prefeitura para explicar o que era programa. A gente também estudou muito pra isso”*. O depoimento da interlocutora dialoga com a assertiva de Giambartolomei, Forno e Sage (2021) de que os empreendedores de políticas públicas reconhecem que necessitam envolver-se em atividades de capacitação e divulgação de conhecimentos para melhorar a compreensão social dos espaços ou contextos em que pautam seus temas.

Nessa linha, a tática **geração e divulgação de conhecimento** foi implementada não somente com os beneficiários da política, mas também com os órgãos responsáveis pela execução desta. Envolver os órgãos competentes é fundamental, pois são eles que dialogam com os agricultores e realizam a chamada pública e todos os procedimentos posteriores, como contratação, pagamento etc. O entrevistado Porã relata sobre o trabalho com as oficinas nesses dois públicos (comunidades e gestores): *“Buscávamos explicar desde o programa até a produção dos documentos, preenchimento dos formulários [...] E com os órgãos a mesma coisa [...] você tem que olhar seu orçamento, ver quanto você recebeu, depois vai lá ver o número de alunos matriculados”*.

Apesar dos aspectos positivos mencionados pelos entrevistados em relação às oficinas, eles também observaram a existência de algumas lacunas, como, por exemplo, a quantidade de oficinas, avaliando que, se estas fossem mais frequentes, os resultados seriam mais satisfatórios. Também foi enfatizada a importância de uma estrutura fixa de informação, com vista a

esclarecer o produtor sobre a possibilidade do acesso à política, conforme sinaliza o entrevistado Xamã:

Eu acho que o principal é isso: são os técnicos da agroecologia na ponta. O produtor não tem tempo para ficar em reunião, né? O produtor tá produzindo, ele está cuidando lá do plantio de domingo a domingo, entendeu? Então é difícil para ele participar. Ele precisa começar a ter toda uma sensibilização, entender que ele pode escapar do regatão. Principalmente nas aldeias, nas comunidades, que pode vender para o Poder Público, que é seguro, que vai ter alguém acompanhando e tal.

A relevância de um profissional *in loco* orientando esses produtores foi um entendimento compartilhado entre vários membros da CATRAPOA. Buscando atuar nessa direção, o coordenador se posiciona do seguinte modo:

A gente [CATRAPOA] está fomentando e estimulando os órgãos a contratarem técnicos de agroecologia, o IDAM tá contratando, o FNDE tá contratando seus CECANES [...]. Esse é o principal para, de fato, chegar à informação no interior. Não adianta a gente ficar fazendo só video conferência. Tem que ter gente lá por você, ter gente lá acompanhando.

Assim, conforme consta nas atas de reunião da comissão, além do FNDE e de órgãos como FUNAI e IDAM, no final do ano de 2021, também realizaram contratação de técnicos em agroecologia para trabalhar nas calhas de rios do estado do Amazonas (rios Madeira, Negro, Juruá, Purus, Solimões, Amazonas), com atuação especializada para o fomento à produção da agricultura familiar e o acesso dos povos indígenas e tradicionais às compras públicas.

Além das oficinas, as reuniões e o contato com a realidade local são apontados pelos sujeitos da pesquisa como situações geradoras de conhecimento, uma vez que permitem produtivas trocas de informações. Segundo pontua o entrevistado Kauê, “*Já teve um evento do Sebrae³ aqui. Isso já me ajudou bastante, mas o que tem contribuído, na CATRAPOA, foi compartilhar nossa experiência de trabalho*”. Seja por meio de oficinas, seja durante as reuniões, esses momentos de **geração e divulgação de conhecimento** são avaliados pelos entrevistados como ocasiões de grande importância, por possibilitar esclarecimentos, mobilização e conscientização.

Por fim, vale ressaltar que, apesar dos esforços da CATRAPOA em divulgar a política pública do PNAE e suas notas técnicas, ainda há gestores municipais que insistem em não adquirir alimentos oriundos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Mesmo possuindo os recursos de atuação, na opinião do coordenador da comissão, o diálogo com esses atores

³ SEBRAE é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

ainda é a melhor alternativa. O coordenador da comissão tem optado por essa abordagem de mediação, muito em virtude da morosidade dos processos judiciais. A esse respeito, Galanti e Capano (2015) ensinam que o perfil de mediador costuma ser uma característica dos empreendedores de políticas públicas. Em sentido semelhante, para Brandão (2021), os mediadores podem ser definidos como intermediários nas interfaces de vários grupos, atuando, de acordo com Silveira (2022) e Mintrom (2019b), por meio da negociação e do diálogo.

Durante as reuniões da CATRAPOA, foi possível observar o perfil mediador de seu coordenador e de alguns outros atores institucionais. Para esses sujeitos, posturas muito incisivas que não estejam baseadas no diálogo poderiam comprometer os objetivos da comissão. As colocações a seguir da entrevistada Teça explicam essa opção por uma mediação mais cautelosa:

A gente continua fazendo esse trabalho de sensibilização e acompanhamento com os gestores mesmo, até porque não tem como o FNDE obrigar o estado ou o município a fazer uma chamada diferenciada [...]. Se o gestor, se ele está comprando mais que 30% da agricultura familiar e ele está garantindo que está chegando alimento nas comunidades, como que o FNDE vai sair com o ofício falando assim: 'Olha, a partir de agora, você precisa lançar uma chamada diferenciada!?' A gente não pode!

Em muitos casos, essa característica mais conciliadora e mediadora tende a gerar maior confiança entre os atores envolvidos, ao mesmo tempo em que ajuda a imprimir uma imagem de liderança aos empreendedores de políticas públicas. A construção de confiança e motivação, bem como a imagem de liderança, também estão entre as táticas mobilizadas por esses atores, as quais serão tratadas na sequência, nas duas últimas seções deste capítulo.

5.6 CATRAPOA E A TÁTICA DE “CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E MOTIVAÇÃO”

A tática **construção de confiança e motivação** visa ativar e nutrir o capital social do grupo e é considerada um importante *drive* em ações de caráter coletivo (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). Segundo a literatura sobre empreendedores de políticas públicas, a **construção de confiança e motivação** é considerada um fator relevante para adesão a uma determinada ideia.

Destaca-se que a presença do MPF/AM, na condição de coordenador da comissão, costuma despertar confiança entre os executores da política pública nos municípios. Em relação aos agricultores, o que costuma gerar confiança e motivação neles, além da presença do MPF e de órgãos como FUNAI e FNDE, é o engajamento das lideranças indígenas. Segundo a

entrevistada Vivá, essas lideranças “*têm grande capacidade de articulação e de envolvimento. A gente fez inúmeros intercâmbios com elas, de levar para as outras aldeias para falar do projeto, e, quando tem uma indígena falando para outros indígenas, funciona melhor do que qualquer palestra*”.

A tática **construção de confiança e motivação** também é mobilizada pela CATRAPOA durante suas reuniões. Essas ocasiões são oportunidades favoráveis de divulgar o trabalho desenvolvido pelo coletivo, conforme pontua o entrevistado Raoni: “*sempre que há reuniões, o coordenador convida outras instituições de outros locais, [...] ele mostra o resultado, [...] nós mostramos os resultados. Isso gera o interesse*”.

Tanto nas entrevistas quanto nas observações realizadas durante as reuniões, também foi possível perceber que, para despertar motivação, os membros da CATRAPOA elaboram seus discursos buscando exaltar a relevância da temática alimentar e das políticas públicas de compras institucionais. A fala do entrevistado Kayke expressa o discurso argumentativo elaborado em torno do tema “alimentação”:

Não é qualquer alimento, né? É um alimento de qualidade, um alimento que tem cultura, que tem uma história, que tem toda uma tradição, todo um sentimento de pertença. E é importante não se perder isso, porque, quando a gente perde as raízes da gente, a gente se perde também.

A colocação do entrevistado Raoni, por sua vez, expressa o posicionamento em relação ao tema “política de compras institucionais”, enfatizando a amplitude e a relevância desse tópico:

Acredito muito nessa política da alimentação escolar das compras institucionais [...]ela vai ajudar muita gente, é bom para mim que sou fornecedor, é bom para a instituição que faz a lei acontecer, é bom para o aluno que recebe uma alimentação de qualidade, é bom para o pai de família que melhora a sua renda, ou seja, é uma política verdadeira e abrangente [...].

Um outro fator de motivação analisado por esta pesquisa é referente à assessoria da CATRAPOA. Esta tenta manter o grupo coeso, ao realizar constantes contatos com os membros e acioná-los para participar sempre que observa alguma ausência. Sobre esse assunto, o entrevistado Kayke comenta:

Acho uma grande sacada ter um secretário executivo [...] de olhar o que está faltando, de mandar um e-mail, de observar o lugar que está mais parado: ‘Ó! fulano, você sumiu na reunião ontem! Você não veio! Você é imprescindível! Vem cá!’. Manda um e-mail, passa um zap. Então, essa peça é super importante.

Além de todos esses aspectos aqui relatados, geradores de confiança e motivação, destaca-se também o fato da CATRAPOA ter ganhado, no ano de 2020, o Prêmio Innovare na categoria Ministério Público, que busca identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. A imagem abaixo ilustra uma das reportagens sobre o tema:

Figura 18 – Notícia do Prêmio Innovare recebido pela CATRAPOA

HOME / NOTÍCIAS
27/11/2020

No Amazonas, escolas incorporam à merenda alimentos produzidos por indígenas, quilombolas e pequenos produtores



Fonte: Instituto Innovare (2020).

Conforme tratado nesta seção, a tática de **construção de confiança e motivação** relaciona-se com outra tática que também costuma ser mobilizada pelos empreendedores de políticas públicas, denominada **liderança pelo exemplo**. Geralmente, os mesmos atores que buscam construir confiança e motivação, costumam também apresentar-se como significativos exemplos de liderança nos temas em que atuam, seja em virtude de sua experiência na área, seja por sua habilidade de mediação na condução das ações. A seção a seguir analisa a referida tática no contexto da CATRAPOA.

5.7 CATRAPOA E A TÁTICA DE “LIDERANÇA PELO EXEMPLO”

Liderar pelo exemplo envolve tomar ações com vistas a reduzir a percepção de risco entre os tomadores de decisão (Cohen, 2016). Nessa tática, os empreendedores evidenciam seu empenho pessoal, por meio de exemplos da sua própria atuação, demonstrando experiência no tema em que estão envolvidos e apresentando exemplos de êxitos que alcançaram (Mintrom,

2019b). Os depoimentos seguintes dos entrevistados Vivá e Raoni, respectivamente, ilustram esse tipo de abordagem:

A gente já trabalhava com essa temática. E aí, quando a CATRAPOA surgiu, eles chamaram a gente, que tinha essa experiência para contribuir com eles, por conta da experiência piloto que a gente já tinha tido antes da CATRAPOA surgir [...] Tabatinga, realmente foi muito protagonista. A gente puxou toda a discussão [...] A gente tem essa experiência anterior à CATRAPOA, sem toda essa rede de apoio acontecer.⁴

E aí nós viemos desenvolvendo, espalhando a experiência pelo estado. Hoje nós temos diversas comunidades indígenas trabalhando com o manejo de pirarucu [...] eu sou um entusiasta, posso dizer que um dos precursores das chamadas públicas indígenas para aquisição de merenda escolar indígena [...] Eu ia nos municípios, eu ia nas aldeias [...] ia na comunidade, explicava o programa, explicava o PNAE, explicava o PAA, cadastrava os agricultores, levava a documentação para o IDAM [...] eu fazia os projetos para os agricultores, cadastrava eles na comissão de licitação. Apoiava todo o processo, inclusive de entrega, emitindo a nota fiscal, gratuitamente para eles, ajudando a entregar, a fazer os relatórios de entrega, na maioria das vezes gastando meu próprio recurso para fazer o trabalho acontecer.

Apesar da tática **liderança pelo exemplo** estar relacionada com o trabalho dos atores, a pesquisa observou que a própria CATRAPOA, por ser uma comissão consolidada e pelos bons resultados alcançadas, passou a ser um exemplo dessa tática. Dito de outra forma, a CATRAPOA é, frequentemente, colocada pelos seus membros como um exemplo a ser seguido. A fim de retratá-la como um exemplo de liderança, sempre que há oportunidades, seus membros apresentam os resultados obtidos pela comissão, citando os dados apresentados no “Guia prático: alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais” (Brasil, 2020). De acordo com a referida publicação, o trabalho conduzido pela CATRAPOA já alcançou 20 municípios, 20 mil estudantes e 200 escolas indígenas, beneficiando 350 produtores amazonenses entre 2018 a 2020. Vale ressaltar que, em 2023, os resultados são superiores a esses mencionados pelo documento, porque, além da chamada realizada pela secretaria estadual, as secretarias municipais de educação vêm realizando chamadas públicas exclusivas para os povos indígenas e as demais populações tradicionais.

⁴ O município de Tabatinga foi o primeiro a incentivar as populações indígenas a participar das políticas de compras públicas do PNAE, ocorrendo um pouco antes da formação da CATRAPOA. Entretanto, a produção comercializada pelas populações desse território estava restrita a uma quantidade mínima de produtos e não incluía tipo algum de proteína. Isso só foi possível a partir da atuação da comissão.

A publicação de chamadas públicas entre os municípios do Amazonas se intensificou após recomendação do Ministério Público. Este encaminhou documento de recomendação (Brasil, 2021) a todas as prefeituras do estado, com as seguintes orientações:

- a) cumprir a obrigatoriedade mínima de compra de 30% conforme determina a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009), com a priorização de compra da produção de assentados da reforma agrária, povos tradicionais indígenas e quilombolas;
- b) efetuar o lançamento de chamada pública diferenciada contemplando os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas), de acordo com termos das notas técnicas nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM (MPF, 2017), nº 3/2020/6^aCCR/MPF (MPF, 2020) e nº 09/2021/SAF/MAPA (MAPA, 2021) e;
- c) assegurar, em caso de suspensão das atividades educativas presenciais, em virtude de possível calamidade pública (como no caso da pandemia), a distribuição dos alimentos, preferencialmente *in natura* ou minimamente processados, provenientes da produção local de comunidades próximas à unidade escolar.

O trabalho da CATRAPOA tem sido divulgado nacionalmente pela Mesa de diálogo permanente CATRAPOVOS Brasil. A criação da CATRAPOVOS Brasil, em 2021, foi instituída pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF, por meio das Portarias nº 16 e nº 17 de 2021, da 6^a Câmara de Coordenação e Revisão (MPF, 2022). O surgimento da CATRAPOVOS Brasil foi inspirado na experiência do estado do Amazonas e tem por objetivo expandir, em âmbito nacional, a iniciativa pioneira da CATRAPOA.

De acordo com membros da comissão, atualmente foram criadas nove CATRAPOVOS nos estados do Acre, Amapá, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo. Outras sete estão em processo de articulação na Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, Rondônia, Tocantins, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Essa dinâmica de replicação do “modelo CATRAPOA” em outros estados brasileiros está em sintonia com a previsão de Petridou e Mintrom (2021) de que os esforços para estabelecer novas maneiras de fazer as coisas em um determinado local podem criar impulso para mudanças mais amplas em outras direções.

O fato de a CATRAPOA ter motivado a criação de outras comissões em outras regiões do Brasil dialoga com o argumento de que ela própria seja um exemplo de liderança. As colocações do entrevistado Raoni sinalizam essa interpretação: “*A gente reconhece que a CATRAPOA é o agente catalisador dessa mudança. As chamadas públicas passaram a ocorrer*

a partir da pressão que a CATRAPOA exerce sobre os municípios”. Sendo assim, a **liderança pelo exemplo** tem sido mobilizada pela comissão, tanto por seus membros individualmente, quanto de forma coletiva, em nome da própria CATRAPOA.

5.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Para incidir na agenda governamental das políticas de aquisição de alimentos no estado do Amazonas, a CATRAPOA mobilizou as táticas: **definição e conexão de problemas; facilitação de inovação; janelas de oportunidade; vinculação atores e construção de redes; geração e divulgação de conhecimento; construção de confiança e motivação e; liderança pelo exemplo.**

A partir da tática **definição e conexão de problemas**, os ativistas e empreendedores políticos da CATRAPOA construíram um enquadramento problemático em torno da alimentação escolar das populações tradicionais, ressaltando os seguintes aspectos: 1) a má nutrição e as doenças adquiridas, em virtude da ausência e da baixa qualidade dos alimentos que chegam às escolas; 2) a inconformidade dessa alimentação com a cultura local, fragilizando seus conhecimentos tradicionais; 3) o impacto econômico, causado pelos elevados custos com combustíveis utilizados na logística dos alimentos e; 4) o impacto ambiental, já que, em muitas comunidades tradicionais, sobretudo nas indígenas, não há formas adequadas de descarte dos resíduos não orgânicos, como é o caso das embalagens.

Compreendendo que os empreendedores de políticas públicas, além de definir problemas, também criam alternativas de soluções, a comissão, por meio da tática **facilitação de Inovação**, elaborou as notas técnicas nº 01/2017/ADAF/SFAAM/MPF-AM (MPF, 2017) e nº 3/2020/6ªCCR/MPF (MPF, 2020), as quais flexibilizam as exigências sanitárias para facilitar a compra de alimentação escolar diretamente das populações tradicionais, mediante políticas de compras públicas. Dentre os benefícios adquiridos a partir dessa inovação, destacam-se:

- a) a melhoria na economia local, ao promover a circulação desses recursos no município;
- b) a promoção da sustentabilidade, pois a alimentação produzida localmente diminui a geração de resíduos com potencial de contaminação;
- c) o respeito e a valorização da cultura dos povos tradicionais.

Para a elaboração das notas técnicas, a comissão buscou respaldo em documentos, legislações e instruções normativas voltados às populações indígenas e demais povos

tradicionais. Em algumas dessas referências, são tratados os conceitos-chave de **autoconsumo ou consumo familiar e família estendida**, os quais foram fundamentais na produção das notas técnicas. Os conceitos e os dispositivos já existentes sobre esses povos foram as **janelas de oportunidade** aproveitadas pela comissão. Ressalta-se também como **janelas de oportunidade** a existência de produção em terras indígenas e o fato da CATRAPOA ser coordenada pelo MPF.

Os resultados que a comissão alcançou são frutos da força coletiva de seus membros, que corresponde à tática **vinculação de atores e construção de redes**. A CATRAPOA tem mobilizado uma rede de atores, institucionais e não institucionais, em que cada membro participante contribui, estrategicamente, segundo suas respectivas *expertises*. Além de auxiliar na busca de alternativas, essa tática também expõe as fragilidades e os conflitos próprios das configurações coletivas.

Consolidada a problemática da alimentação indígena, elaborada a alternativa de solução, pelo reconhecimento das janelas de oportunidades, e organizada a equipe de trabalho, a CATRAPOA prosseguiu com a implementação da tática **geração e divulgação de conhecimento**, utilizada, sobretudo, como forma de divulgar as novas possibilidades de acesso às políticas de compras públicas. Nesse sentido, foram realizadas oficinas com as comunidades locais (beneficiários da política) e com os órgãos responsáveis pela execução dessas políticas (gestores municipais). Além das oficinas, as reuniões e o contato com a realidade local também são apontados pelos entrevistados como situações geradoras de conhecimento.

Apesar do trabalho de divulgação e esclarecimento junto aos gestores municipais, muitos deles insistem em não adquirir alimentos oriundos das populações tradicionais. A solução escolhida pelo coordenador da CATRAPOA no trato com esses atores, baseia-se no diálogo, o que sinaliza a existência de um perfil conciliador e mediador, muito comum entre os empreendedores de políticas públicas. Esse perfil, por sua vez, se relaciona com as táticas **construção de confiança e motivação e liderança pelo exemplo**.

Em relação à **construção de confiança e motivação**, os principais fatores geradores de confiança e motivação identificados foram:

- a) a presença do MPF à frente da comissão e de outros órgãos atuantes como FUNAI e FNDE;
- b) os discursos que exaltavam a relevância da temática alimentar e das políticas públicas de compras institucionais;
- c) a competência da assessoria contratada para atuar junto à comissão;

d) o prêmio Innovare recebido pela CATRAPOA no ano de 2020.

A tática de **construção de confiança e motivação** possui relação com a tática **liderança pelo exemplo**. Esta tem sido mobilizada tanto de forma individual pelos membros, demonstrando experiência com o tema e empenho pessoal por meio de exemplos da sua própria atuação, quanto de forma coletiva, no intuito de posicionar a própria CATRAPOA como um modelo a ser seguido, apresentando seus bons resultados, especialmente por meio da mesa de diálogo permanente CATRAPOVOS Brasil, a qual tem motivado a criação de comissões congêneres em outras regiões do Brasil.

As táticas mobilizadas pela CATRAPOA, portanto, têm permitido que a pauta da alimentação escolar dos povos e comunidades tradicionais avance na agenda governamental do estado do Amazonas.

6 TÁTICAS MOBILIZADAS PELA REMA PARA ALCANÇAR A AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Para avançar com a pauta da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas, ativistas/empreendedores de políticas públicas do movimento social Rede Maniva de Agroecologia utilizam as mesmas táticas mobilizadas pela CATRAPOA, porém as adaptam aos objetivos do movimento. Nesse sentido, este capítulo foi organizado em oito seções, de modo que as sete primeiras correspondem à análise de cada uma das táticas mobilizadas pelo coletivo, e a última sumariza o que foi tratado ao longo do texto.

6.1 REMA E A TÁTICA DE “DEFINIÇÃO E CONEXÃO DE PROBLEMAS”

Conforme já mencionado nesta tese, a **definição e a conexão de problemas** buscam identificar e relacionar diferentes problemáticas que, direta ou indiretamente, estejam vinculadas às pautas defendidas pelos ativistas e/ou empreendedores de políticas públicas (Baumgartner; Jones, 1991; Cohen, 2016; Kingdon, 2003; Mintrom, 2019a, 2019b). Quando essas problemáticas estão presentes na opinião pública, isso ajuda a despertar a atenção dos formuladores de políticas públicas. Nessa ótica, a implementação da referida tática tem por objetivo ampliar a visibilidade desses problemas, a fim de torná-los mais familiares à opinião pública e facilitar, posteriormente, a inserção deles na agenda governamental (Capella, 2016; Capella; Brasil, 2015a; Cobb; Elder, 1971, 2015b; Petridou; Mintrom, 2021).

Atuando na defesa da produção orgânica e agroecológica, os membros da REMA mobilizam a tática de **definição e conexão de problemas**, com o propósito de enfatizar os prejuízos que os sistemas convencionais de produção em larga escala podem causar. Sempre que têm a oportunidade de defender suas pautas, seja durante suas reuniões, seja quando são convidados a participar de outros espaços de discussão, esses atores empregam argumentos relacionados às doenças derivadas do uso de produtos químicos praticado pela produção convencional e/ou às problemáticas ambientais relativas à contaminação e à infertilidade do solo em função do uso de agrotóxicos. São comuns, em suas colocações, exemplos de familiares, vizinhos e amigos que adquiriram alguma enfermidade em virtude da utilização desses produtos químicos. O depoimento abaixo, da entrevistada Piquiá, ilustra essa análise:

a gente tem um tio do meu esposo, hoje ele [o tio] tem uma coceira que nunca sara e a gente acha que é do produto que ele usava. E já várias pessoas que já faleceram, conhecidos nossos, né? Que foram diagnosticados com câncer, muita gente mesmo! E ainda tem pessoas que ainda hoje convivem com os vestígios dos produtos químicos.

Muitos dos agricultores da REMA, antes de ingressarem no movimento, eram convencionais e, baseados nessa experiência, carregam em seus discursos exemplos de malefícios causados por esse modelo de produção. Além dos problemas de saúde, os entrevistados também relataram efeitos negativos no solo. Para ilustrar essa informação, ao tratar sobre os agricultores que insistem em utilizar agrotóxicos, a entrevistada Piquiá relata: *“eles não tão conseguindo mais produzir na terra de tantos produtos químicos, de tanto agrotóxico que eles já aplicaram ali no solo, então eles não estão conseguindo”*.

Durante as reuniões do movimento ou em algumas de suas atividades de formação, os membros da REMA também costumam elaborar seus argumentos com base em informações fornecidas por pesquisas que alertam sobre os prejuízos causados pelos agrotóxicos. De acordo com Mintrom (2019b), a utilização de dados e evidências é estrategicamente manuseada pelos empreendedores de políticas públicas e pode oferecer maior relevância aos problemas colocados por esses atores.

De modo geral, os discursos argumentativos elaborados pela rede buscam enfatizar as problemáticas relacionadas à saúde e ao meio ambiente, de modo a exaltar a importância da produção orgânica e agroecológica, conforme pontua a entrevistada Ingá: *“o apoio à produção orgânica é o maior impacto político socioambiental que alguém pode fazer, porque todo alimento que a gente compra é um projeto de sociedade que a gente tá apoiando”*. O depoimento da entrevistada sinaliza para o componente moral e ético do consumo político (Barbosa, 2009; Fonte, 2016; Sassatelli, 2015). O ativismo dela harmoniza-se com o que Portilho (2020) denominou de segunda geração de ativismo alimentar,¹ a qual lança luz sobre o papel e a influência do consumo e do consumidor, trazendo para a discussão temas relativos a questões ambientais e climáticas; sociobiodiversidade; reforma agrária; riscos da produção convencional para a saúde, em função do uso dos agrotóxicos, dos processados e transgênicos; entre outros pontos.

Além dessas argumentações amplas, relacionadas às posturas de caráter ético e político, expressas na fala da entrevistada Ingá, os membros da REMA também buscam enfatizar que a

¹ De acordo com Portilho (2020), a primeira geração de ativismo alimentar está centrada nas ações de esfera institucional do Estado, bem como nas ações filantrópicas e assistencialistas com foco nas demandas distributivas de combate à fome e à desnutrição. Na segunda geração, o ativismo alimentar passa a politizar a comida e o comer, trazendo novos temas, atores e estratégias políticas.

produção de base agroecológica, além de não causar prejuízos à saúde e ao meio ambiente, é mais adequada e conveniente à realidade dos agricultores amazonenses, em virtude, por exemplo, de algumas hortaliças já serem bem adaptadas às condições de solo da região. O depoimento do entrevistado Juca exemplifica essa afirmação:

Produzir uma alface é muito mais difícil do que produzir uma orelha de macaco [planta alimentícia não convencional, também chamada de espinafre amazônico], porque o espinafre amazônico é um mato, só que tem muito mais propriedades em ferro do que a alface, mas isso o consumidor não sabe. Do ponto de vista do suor do agricultor, é muito mais fácil o agricultor produzir o espinafre amazônico, porque é um mato, porque é adaptado ao local, nasce espontâneo.

Sob tal perspectiva e concordando com Caporal (2009, p. 11), acredita-se que o incentivo às práticas agroecológicas contribua para “minimizar os impactos ambientais gerados pela agricultura convencional e, ao mesmo tempo, sugerir estratégias que possam vir a ser adotadas para um desenvolvimento socialmente mais apropriado e que preserve a biodiversidade e a diversidade sociocultural”.

Diante do que foi exposto nesta seção, avalia-se que os argumentos dos membros da REMA em defesa da produção orgânica e agroecológica dialogam com a literatura dedicada aos empreendedores de políticas públicas, uma vez que, segundo Giambartolomei, Forno e Sage (2021), King e Roberts (1992), Mintrom (2019a), esses atores buscam, por meio de um discurso elaborado de forma coerente e persuasiva, atrair a atenção das pessoas em relação às pautas que defendem. No caso da Rede Maniva, os argumentos destinam-se tanto ao Poder Público (agenda governamental) quanto aos consumidores e agricultores não orgânicos (agenda pública).

Vale destacar que os empreendedores políticos, além de definir e conectar problemas, também elaboram alternativas de solução (Baumgartner; Jones, 1991; Kingdon, 2003). As soluções desenvolvidas por esses atores se relacionam à tática denominada **facilitação de inovação**, a qual será analisada na seção seguinte.

6.2 REMA E A TÁTICA DE “FACILITAÇÃO DE INOVAÇÃO”

A **facilitação de inovação** é uma tática empregada como resposta a um determinado problema (Capano; Galanti, 2021; Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). Em geral, envolve impulsionar inovações políticas, seja introduzindo políticas totalmente novas, seja promovendo avanços significativos em políticas que já estejam em vigor (Mintrom, 2019a).

As alternativas de soluções elaboradas pela REMA para avançar com sua pauta da produção orgânica e agroecológica, em termos de políticas públicas, estão relacionadas à possibilidade de certificação orgânica pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC Maniva) e mediante a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do Amazonas, ambas conduzidas e protagonizadas pelo movimento. Para Sousa *et al.* (2020), a elaboração desses instrumentos tem contribuído para ampliar a visibilidade dos agricultores da REMA, os quais, segundo os autores, têm colaborado na construção do conhecimento agroecológico no Amazonas e ajudado outros agricultores a realizar o processo de transição.

Nesse cenário, além da Organização de Controle Social (OSC), que oferece condições aos agricultores da REMA para obterem uma declaração coletiva de conformidade orgânica sem a necessidade de CNPJ, o movimento, por intermédio do OPAC Maniva, também está habilitado a oferecer o selo orgânico (Wandelli *et al.*, 2015). De acordo com os interlocutores da pesquisa, a REMA é a única certificadora participativa na Região Norte. Segundo a entrevistada Ingá, *“dos estados do Norte, nós somos o único estado da Amazônia legal brasileira que conseguiu emplacar, conseguiu credenciar o sistema participativo de garantia [...] é uma política pública feita pelos movimentos sociais, para os movimentos sociais do campo”*.

Na avaliação da entrevistada Alamanda, *“a constituição do OPAC foi o primeiro grande passo que a Rema deu”*. Ainda em tom positivo, o entrevistado Juca considera que a *“agregação do selo orgânico é uma grande batalha da rede que vem sendo bem vitoriosa”*. Outrossim, a constituição do OPAC Maniva está em consonância com o que estabelece o Decreto nº 6.323 de 2007,² em seu artigo 37, parágrafo 5º:

No caso de o organismo participativo de avaliação da conformidade vir a ser constituído como parte de uma organização já existente, esta deverá estabelecer em seu estatuto a criação de um setor específico para a finalidade de avaliação da conformidade orgânica com mecanismo de gestão próprio (Brasil, 2007a).

Embora o OPAC Maniva tenha sido uma conquista importante para o movimento, os entrevistados ressaltaram que este não é apresentado como a única alternativa ou como a mais importante delas. As colocações abaixo, da entrevistada Clateia, retratam esta ponderação:

² Este decreto regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica (Brasil, 2003).

a gente procura muito desconstruir também a ideia de que o SPG é melhor que o OCS, porque se cria essa ideia de que, por ser um processo mais complexo, por emitir o selo..., mas, se você é um agricultor orgânico familiar e só tem a intenção de acessar feiras e o mercado institucional, não há necessidade de você passar por todos os processos do SPG, porque ele é bem mais burocrático. Então, quando a gente está falando de produção primária, depende do fim, pra quem você vai comercializar. Aí a gente direciona a partir desse estudo, do contexto. A gente olha a dimensão territorial, a socioeconômica, cultural... ver o que que eles já fazem e o que eles pretendem fazer, pra ver qual vai ser o mecanismo usado.

O entrevistado Juca também enfatizou que, apesar de relevante, o OPAC Maniva não é maior que o movimento: *“a REMA é muito maior que isso. A REMA é o guarda-chuva”*. Na mesma linha argumentativa, o entrevistado Jatobá assim se expressou: *“o movimento Agroecológico, ele é muito mais que uma certificação, é uma construção social”*. Além disso, na avaliação da entrevistada Mucuna, *“o objetivo final não é a certificação, mas toda a organização social e conhecimento agroecológico que o processo de certificação acabou instigando”*. Ainda que considere a relevância dessa conquista, a entrevistada Ingá também enfatizou que *“o selo é a cereja do bolo, o que importa mesmo para nós é a transição”*. Em consonância com esses depoimentos, na avaliação da pesquisadora Wandelli *et al.* (2015, p. 6),

Estes processos envolvendo a certificação participativa, mais do que mecanismos legais a serem cumpridos para obter a certificação, foram utilizados pela Rema não como um fim, mas como um meio de fortalecer o processo de construção coletiva de conhecimentos agroecológicos, promover estratégias de otimização da produção, do consumo e da comercialização agroecológica e promover a integração entre agricultores, técnicos e consumidores.

Embora a Rede Maniva não esteja restrita à certificação orgânica, os entrevistados reconhecem que o Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica tem sido um atrativo aos agricultores para aderir ao movimento. Segundo a coordenação da rede, 87 famílias já foram certificadas pelo SPG. Conforme colocou a entrevistada Mucuna, *“são 87 famílias que têm a compreensão da legislação ambiental, da legislação orgânica, dos processos que envolvem as práticas agroecológicas”*. Para a entrevistada Catleia, *“são avanços macros que dialogam com toda essa história que nós, enquanto ativistas, defendemos”*. Nesse sentido, a constituição do OPAC Maniva é uma estratégia utilizada pela rede como forma de intensificar o ativismo alimentar do movimento.

A REMA, por meio do OPAC, também já certificou algumas experiências de empreendimentos agroindustriais que valorizam a agricultura familiar, como é o caso do café de Apuí, do guaraná de Maués e do chocolate Nakau. De acordo com a entrevistada Mucuna,

“são todos empreendimentos que priorizam a agricultura familiar, com compromisso social e ambiental bem importante”.

De modo geral, a certificação orgânica por OPAC Maniva foi uma inovação que facilitou a aquisição do selo de orgânico entre os agricultores familiares do estado do Amazonas. A certificação mediante auditoria externa, por possuir um custo elevado, seria inviável para esse público.

No que diz respeito à Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, de acordo com os entrevistados, esta foi elaborada pelo próprio movimento. Segundo a entrevistada Bromélia, *“A REMA fez a lei, nós escrevemos a lei, nós tivemos o apoio de alguns deputados estaduais, porque a gente tinha que ter consultoria jurídica e tal, mas fomos nós que escrevemos a lei”.* A informação de que foi a própria REMA que idealizou e escreveu o texto da lei foi confirmada pelo coordenador do Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica: *“o pessoal da REMA se organizou muito bem pra tomar a frente e propor uma lei que é a política atual [...] eles são meio que os pais da criança. Até pra pressionar pra coisa ser mesmo publicada, foram eles”.* Sobre a relevância dessa política e de sua elaboração, o entrevistado Juca assim relatou:

O estado do Amazonas é o 6º estado do Brasil que tem uma polícia estadual de agroecologia e produção orgânica, só são seis estados e nós somos um. De onde vem essa pressão, de onde você acha que veio essa pressão? [...] A REMA, ela não só tenciona não, cara, a gente viabiliza, porque quem, na verdade, pensou a lei foi a REMA [...]. Se deixar na mão deles (se referia aqui aos deputados da Assembleia Legislativa), vai vim uma lei tosca, porque eles não entendem, pode tá cheio de boa vontade, mas não sabem como fazer [...].

O relato trazido por Juca vai ao encontro da argumentação levantada por Oliveira (2021) de que a configuração de uma dada política pública está vinculada ao perfil daqueles que são responsáveis pela elaboração desta. Segundo a entrevistada Alamanda, *“Essa política deu condições de se criar, dentro da secretaria de produção rural do estado, uma gerência só para tratar de agroecologia e produção orgânica”.*³ A gerência de apoio à Agroecologia e Produção Orgânica está vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e, consoante os entrevistados, foi fruto do tensionamento da REMA. Além de oferecer assistência técnica aos agricultores em transição, essa gerência ajuda a fortalecer, de forma institucionalizada, a agroecologia, sendo, portanto, uma janela de

³ O responsável por essa gerência é membro do movimento e um dos coordenadores da comissão de verificação do OPAC Maniva.

oportunidade para o movimento avançar com sua pauta no estado do Amazonas. Aproveitar e/ou criar janelas de oportunidades está entre as táticas mobilizadas pela Rede Maniva e será tratada na próxima seção.

6.3 REMA E A TÁTICA DE “RECONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE JANELAS DE OPORTUNIDADE”

O tema da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas tem ganhado certa amplitude, principalmente em virtude da participação da REMA em vários outros espaços e/ou organizações que dialogam com as pautas da rede. De acordo com o entrevistado Jatobá, *“a REMA tem que estar em todos os lugares, para impulsionar nossas pautas, para fortalecer nosso movimento. Eu tenho 20 anos de ativismo, então a gente aprende um pouco nessa história toda”*. Estar presente em diferentes contextos de discussão e decisão é uma estratégia própria dos movimentos sociais. Trata-se, como explicitam Tatagiba e Teixeira (2016), de “comer pelas bordas”, explorando as brechas de oportunidades.

Dentre as janelas de oportunidade aproveitadas pela Rede, destacam-se:

- a) a gerência de apoio à Agroecologia e Produção Orgânica (comentada na seção anterior);
- b) o Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO);
- c) a Comissão de Produção Orgânica (CPORG);⁴
- d) o Fórum de Combate aos Agrotóxicos.

Há representantes da REMA em todos esses espaços.

A gerência de apoio à agroecologia e produção orgânica é coordenada por um servidor estadual que também é membro da REMA, o que favorece o alinhamento das pautas com o movimento, além de facilitar o diálogo entre Estado e movimento social. Em relação ao CEAPO, segundo o entrevistado Juca, *“A REMA dialoga diretamente com o conselho. A gente tá ali, animando a coisa pra coisa funcionar”*.

A mesma dinâmica de envolvimento ocorre junto à CPORG. Grande parte das pessoas que compõem essa comissão também são membros da REMA. Segundo o entrevistado Juca, a CPORG do Município de Manaus encontrava-se desmotivada, e a Rede foi responsável por “animá-la”, para que a comissão se tornasse mais atuante na agenda da produção orgânica no

⁴ A CPORG está presente em todos os estados brasileiros. Formou-se dentro do Ministério da Agricultura e trata de temas ligados à pauta orgânica. Questões em nível macro de políticas públicas passam por essa comissão.

estado. Nas palavras do entrevistado Jatobá, ocupar esses espaços é importante, “*porque nesses espaços a gente consegue dialogar com os formuladores de políticas*”. Segundo Palmeira *et al.*, (2020), a interação da Sociedade Civil em espaços de diálogo com os serviços públicos permite com que governos locais ofereçam respostas às demandas previamente reprimidas e não reconhecidas pelos gestores.

O movimento também possui assento no Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Amazonas, coordenado pelo Ministério Público Estadual (MPE). Por possuir uma pauta de interesse da REMA, é também um dos espaços de diálogo entre o movimento e o Poder Público. A participação junto ao fórum ajudou a inserir as Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs) no PAA.⁵ Segundo os entrevistados, foi a partir do tensionamento da REMA que o fórum passou a exigir a inclusão desses alimentos nas compras públicas do PAA do estado. A aproximação do movimento ao fórum tem por objetivo sensibilizar a sociedade sobre os malefícios dos agrotóxicos, conforme relata o entrevistado Araçá: “*colocar para a sociedade essa discussão da agricultura sem veneno é muito relevante*”. A entrevistada Ingá também explicou que a estratégia do movimento em estabelecer parcerias com o fórum é importante, porque,

dentro do fórum, a gente leva várias demandas dos agricultores para acessar políticas públicas [...] E, como o fórum é sensível à causa, ele acaba ajudando bastante. A gente usa muito dessa estratégia de levar o Ministério Público com a gente. O Ministério Público ali na mesa, ele dá uma pressão boa para os órgãos governamentais.

Na mesma linha argumentativa, o entrevistado Jatobá afirma ainda que estabelecer parcerias com o fórum “*favorece com que haja um peso maior nas negociações pela agroecologia. Eles são um braço muito forte*”. A entrevistada Ingá sintetiza a presença da REMA nesses espaços:

Uma frente de trabalho da REMA que é muito forte dentro do movimento, desde que a REMA nasceu, há mais de 10 anos, é pautar as políticas públicas. A gente tá dentro da comissão de Produção Orgânica, que é um espaço de aperfeiçoar as políticas públicas. A gente tá dentro do Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica com a SEPROR para implementar o plano [PLEAPO].

A atuação da REMA junto aos espaços governamentais está em consonância com os estudos de Abers (2021) Abers, Silva e Tatagiba (2018), Abers e Tatagiba (2015), Oliveira (2021), os quais afirmam que, apesar da existência de confronto entre Sociedade Civil e Estado,

⁵ Apesar de relevante, sua efetivação ainda é problemática.

isso não impede de atuarem como aliados. Segundo Tatagiba e Teixeira (2016), a relação de interdependência entre as duas esferas sinaliza para um ativismo que ocorre entre a política institucional e a não institucional, ativismo esse cada vez mais presente nas pesquisas sobre movimentos sociais.

Nessa perspectiva, em consonância com os apontamentos de autores como Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Abers, Silva e Tatagiba (2018), Pettinicchio (2012), e Oliveira (2021) de que os movimentos sociais, em muitos casos, estão inseridos em políticas e instituições, o presente estudo observou que a proximidade da REMA com atores do serviço público não se baseia, necessariamente, no embate contra o Estado. Essa aproximação com o Estado dialoga com uma das principais táticas mobilizadas pelos ativistas e empreendedores de políticas públicas, denominada **vinculação de atores e construção de redes**, a ser discutida na seção a seguir.

6.4 REMA E A TÁTICA DE “VINCULAÇÃO DE ATORES E CONSTRUÇÃO DE REDES”

Desde o início de sua constituição, a REMA mobiliza a tática vinculação de atores e construção de redes mediante a articulação entre o movimento e a Rede Ecovida de Agroecologia.⁶ Segundo a entrevistada Piquiá, alguns participantes da rede Ecovida estiveram em Manaus realizando formações com os agricultores da REMA: *“Eles [representantes da Ecovida] nos deram apoio, porque eles tinham conhecimento de como formar uma rede, de como proceder”*.

Entre as ações realizadas pela REMA com o auxílio dessa tática, destacam-se:

- a) as estratégias de comercialização, como as feiras e a CSA;
- b) a elaboração da PEAPO;
- c) a constituição do OPAC Maniva;
- d) as atividades de formação e intercâmbio entre os agricultores do movimento.

No que diz respeito à estratégia de comercialização das feiras, essa é resultado de um trabalho coletivo entre agricultores e atores institucionais membros do movimento. Denominados de ativistas institucionais, esses sujeitos, de acordo com Pereira (2021), utilizam a estrutura estatal a que estão vinculados profissionalmente como instrumento de militância

⁶ A Rede Ecovida de Agroecologia, assim como a REMA, atua no processo de certificação orgânica de forma participativa e se distancia do modelo de auditoria por inspeção externa.

política. Aproveitando os recursos dos órgãos governamentais com os quais possuem ligação, os ativistas institucionais membros da REMA, conforme explica Wandelli *et al.* (2015, p. 6), têm buscado “*a captação de recursos para apoiar a execução de atividades relacionadas à produção, diversificação dos produtos, comercialização e agregação de novos agricultores*”. Por exemplo, membros vinculados ao Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) auxiliaram o movimento, a fim de viabilizar um espaço para a realização de uma de suas feiras.

Quanto à formação da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), o movimento contou com o ativismo de um ator vinculado ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esta instituição ofereceu aos agricultores formações com profissionais que possuíam experiência na modalidade de comercialização por CSA. Também tem contribuído no acesso a outros mercados, conforme explica a entrevistada Ninfeia: “*Colocar o produto desses agricultores no mercado, nas modalidades que existem aí, feiras, editais, supermercados, empresas do distrito... Nosso objetivo é acessar mercado*”. Nos eventos em que o SEBRAE é convidado a participar, este também costuma disponibilizar espaços de comercialização para os agricultores da REMA. Além disso, colabora na feira semanal do movimento, oferecendo suporte de divulgação, como relata a mesma entrevistada: “*na feira da Assimpa, a gente sempre contribui com relação à parte da comunicação das mídias [...] a gente ajuda com camiseta, kit de boné, banner, essas comunicações de gráfica*”.

No período da pandemia, quando as feiras tiveram que ser paralisadas, o movimento fez parceria com a empresa Onisafra, uma plataforma de feira *on-line* em Manaus. Nesta, os agricultores pertencentes à rede passaram a comercializar cestas de produtos orgânicos. Sob esse contexto sanitário, houve outras formas de apoio, segundo explica a entrevistada Ingá:

A gente fez muitas pontes legais na pandemia, unindo os agricultores que não tinham a feira para vender. Gente que apareceu para doar dinheiro, e, com essas doações, a gente comprou dos agricultores que estavam sem feiras, que estavam perdendo produtos, que estavam sem renda, e doou para instituição de caridade.

No que diz respeito à elaboração da PEAPO, o movimento buscou articular-se com deputados da Assembleia Legislativa que pudessem apoiar o projeto de lei. Considerando os apontamentos de Mintrom (2019a), de que a inclusão de itens na agenda é feita principalmente por atores políticos ou pessoas vinculadas a eles, avalia-se que a aproximação da REMA com alguns deputados tenha sido uma ação estratégica.

Segundo os entrevistados, apesar do apoio de atores do Legislativo, a PEAPO, em boa medida, foi fruto da articulação da REMA com a CPORG. Portanto, a elaboração dessa política

é resultado da interação entre atores institucionais e não institucionais. Na opinião do entrevistado Jucá, *“quanto mais conectado, melhor, porque a gente tem mais força”*. Nesse sentido, a formulação da PEAPO vai ao encontro das análises de Tatagiba e Teixeira (2016), ao afirmarem que algumas demandas podem ser compreendidas como resultado da dinâmica de interação entre Estado e movimento social, de maneira que é forjado entre esses atores um forte compartilhamento de projeto, podendo atravessar as fronteiras do movimento.

Embora a literatura sobre ativismo tenha sido, por muito tempo, influenciada por interpretações de distanciamento entre Sociedade Civil e Estado, atualmente os estudos têm demonstrado ser equivocada a interpretação de distintas fronteiras entre essas duas esferas (Abers; Silva; Tatagiba, 2018; Abers; Tatagiba, 2015; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Lavallo; Szwako, 2015; Tatagiba; Teixeira, 2016;). A partir dessa compreensão, as pesquisas também têm enfatizado o caráter coletivo das ações ativistas (Abers, 2021), porquanto, conforme coloca Cartaxo (2021, p. 225), *“as redes são instrumentos poderosos para ação [...] a autonomia individual não é concebida sozinha, ela se faz possível por meio de várias estruturas”*. O caso da REMA dialoga com essas colocações por se tratar de um ativismo coletivo que ocorre, em boa medida, a partir da interação com atores estatais.

Para avançar com a pauta da produção orgânica e agroecológica, a REMA tem buscado construir redes com vários atores, muitos dos quais atuam em espaços governamentais. Esse dado reforça a compreensão de que as organizações da Sociedade Civil e as organizações estatais não devem ser compreendidas de forma isolada. Segundo Meyer; Jenness e Ingram, (2005), é necessário um olhar mais sistêmico acerca dessa relação, porque, na avaliação do autor, *“as fronteiras entre os formuladores de políticas e os movimentos sociais não são, necessariamente, distintas”*.

Em relação ao OPAC Maniva, sua composição também exigiu o envolvimento de vários atores. Além dos agricultores, destaca-se a participação de técnicos de vários órgãos, bem como de professores, estudantes, representantes de organizações não governamentais etc. Nas palavras do entrevistado Catuaba, *“quanto mais diversificado o grupo, melhor”*. Esse entendimento sobre o agir coletivo fica ainda mais evidente na fala da entrevistada Clateia: *“A gente precisa de um trabalho conjunto para que a coisa aconteça. A aplicação da política pública de certificação orgânica, nesse contexto de agricultura familiar e nesse contexto de SPG no Amazonas, só acontece através dessas parcerias [...] é um combo de rede”*.

Para a oficialização do OPAC Maniva, o movimento também contou com a parceria do SEBRAE, que ofereceu orientações sobre as questões jurídicas, colaborando com temas

burocráticos relativos a CNPJ, regimento interno, bem como questões de ordem contábil. Além desse momento inicial de constituição, o SEBRAE auxiliou em operações logísticas, já que disponibilizou, em alguns momentos, transportes para a realização das visitas de verificação. O fato de a pessoa que atua pelo SEBRAE também fazer parte da REMA facilita esse tipo de relação.

As visitas de verificação necessárias para o processo de certificação também exigem o envolvimento de vários atores e são realizadas com o auxílio de uma equipe formada por trinta e cinco pessoas, entre técnicos e agricultores, os quais estão distribuídos em alguns municípios do estado. Prosseguir com as atividades de certificação orgânica em uma região com a complexidade logística do Amazonas exige, por parte do movimento, a construção de redes com diversos atores. Conforme explica a entrevistada Clateia,

O processo de certificação, principalmente quando se fala daqui da Amazônia, ele tem um custo muito alto, [...] quanto mais longe a operação, mais complexa é, mais caro sai, e mais a gente precisa do apoio dos parceiros [...] A metodologia da rede é desenvolver localmente, é o fortalecimento dos agentes locais. Então a gente vê que precisa do apoio do IDAM, do apoio de ONGs. Só acontece com esse trabalho conjunto, porque, enfim, são muitos os desafios.

Para seu funcionamento, além da anuidade paga pelos agricultores, o OPAC Maniva recebe apoio de organizações governamentais e não governamentais. O Instituto Piagaçu⁷ (ONG), por exemplo, viabilizou a contratação de uma bolsista para atuar nas questões operacionais do OPAC. O IDAM (organização governamental), por ser um órgão de extensão rural, costuma apoiar oferecendo assistência técnica e auxiliando na logística das visitas de verificação. Segundo a entrevistada Ingá, as visitas só são possíveis porque “cada membro, com a sua instituição, acaba tendo recursos, tendo condições para ir, e aí a gente faz um somatório das forças”. O depoimento da entrevistada Ingá relata a dinâmica em rede do processo de certificação:

O IDAM começa a trabalhar lá [nos municípios] porque é obrigação do IDAM e, conversando com as associações, descobre que eles querem produzir orgânico [...]. Aí o IDAM não consegue fazer a formação sozinho, porque o sistema participativo é realizado pela rede [...]. Aí o IDAM vai fazer o quê? Ele vai acionar a REMA para montar uma agenda de capacitação, formação, de produção orgânica; para estar em campo com eles, isso dura em torno de 6 meses, quando o grupo é muito cru [...]. Aí, para viabilizar isso, a gente vai fazendo um rodízio para estar em campo juntos. O IDAM que chama o IDESAN, que chama a CPORG, que chama o Slow Food [...]. Isso vai gerando um afinamento de agendas ao longo do ano.

⁷ O Instituto Piagaçu (IPi, 2022) é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo apoiar e desenvolver pesquisas e ações voltadas à sustentabilidade de populações rurais e urbanas na Amazônia.

O depoimento acima revela que as atividades de formação necessárias no processo de certificação orgânica são realizadas a partir da articulação do movimento com vários parceiros. Salienta-se que, além das formações pertinentes ao processo de certificação, membros da REMA que são servidores de instituições de ensino e pesquisa como IFAM e EMBRAPA também costumam proporcionar momentos de formação, considerando as necessidades e demandas dos agricultores. Outrossim, essas organizações contribuem com a Rede Maniva por meio do desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa.

A dinâmica de atuação e articulação da Rede Maniva com os atores governamentais dialoga com o ponto de vista de Tatagiba e Teixeira (2016) segundo o qual os governos, em certos casos, podem ser parte dos movimentos ou manter com eles uma identidade de projetos. Nesse sentido, ressalta-se, concordando com Lavallo e Szwako (2015), que as investigações tendem a priorizar abordagens centradas nas relações e continuidades, e não na separação entre esses dois atores.

Sobre a presença de ativistas institucionais no movimento, a entrevistada Ingá faz a seguinte ponderação:

A REDE é feita por pessoas, mas essas pessoas trabalham em instituições que têm suas agendas voltadas para o campo, para a extensão rural e, por conta da vontade dessas pessoas, elas acabam conectando a agenda das instituições delas com a agenda que a REMA traz.

Na mesma direção, a entrevistada Ninfeia coloca que *“essas pessoas fazem parte de instituições e, por afinidade, a gente acaba unindo essas instituições”*. Por sua vez, a interlocutora Alamanda complementa que *“o envolvimento de instituições públicas dentro da REMA dá uma maior robustez à rede [...] é estratégico ter a presença dessas instituições, pela força política que essas instituições têm”*.

Pelo exposto, a pesquisa junto a REMA revelou que a influência do movimento nas políticas públicas, como o caso da certificação orgânica e na PEAPO, só foi possível em virtude da permeabilidade do movimento em espaços estatais. O empenho desses atores (suas agências), somado aos recursos institucionais (suas estruturas) acionados por eles em seus respectivos espaços de atuação, tem contribuído nas ações conduzidas pela rede. O depoimento do entrevistado Jatobá está em consonância com essas argumentações, ao afirmar que *“as instituições em que eu faço parte hoje, elas me auxiliam na construção da agroecologia e do movimento orgânico”*. Nessa perspectiva, o estudo filia-se ao entendimento de Abers, Serafim

e Tatagiba (2014) de que os movimentos sociais brasileiros investem em ações por dentro de suas instituições, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. A experiência da REMA é um exemplo de militância de interação entre Sociedade Civil e Estado, uma vez que vários membros do movimento também atuam em espaços governamentais.

Assim como no caso da CATRAPOA, as atividades conduzidas pela REMA são resultado da sinergia entre agência e estrutura, no sentido de que cada um de seus membros contribui segundo suas *expertises* e recursos institucionais de que dispõem, conforme explica a entrevistada Ninfeia: *“Precisa de uma assistência técnica, aciona o IDAM. Precisa de algo mais acadêmico, vai lá pro IFAM. Precisa de algum documento, a gente vai com o pessoal do INCRA. Há articulação entre parceiros para alcançar nossos objetivos”*.

No que diz respeito às viagens de intercâmbios realizadas pelos agricultores, com o objetivo de conhecer experiências agroecológicas em outros territórios brasileiros; por se tratar de um movimento social, a REMA não possui recursos próprios para esse tipo de atividade. Em vista disso, a captação de tais recursos é feita em projetos elaborados pelos parceiros, conforme declarado pela entrevistada Alamanda: *“quem entra como proponente são os parceiros, como, por exemplo, a EMBRAPA. Sempre há um esforço de fazer projetos e envolver agricultores na REMA”*. Um exemplo de ator não institucional que já viabilizou viagens de agricultores em eventos internacionais é o *Slow Food*. De acordo com o entrevistado Araçá, *“A REMA se aproxima de outros coletivos para fortalecer o movimento”*. Há membros da REMA em todas as organizações citadas nesta seção. O entrevistado Juca enfatiza a sinergia que existe nas interações:

para onde a gente se vira, acaba sendo as mesmas figurinhas, todas carimbadas. A gente conhece todo mundo. Isso facilita muito. Isso ajuda muito a pauta, porque você sabe quem são as pessoas, com quem você pode contar. Acho que existe certa confluência de pessoas [...] Isso, a gente consegue fazer isso bem legal.

Uma das principais ações realizadas pelo movimento a partir de sua articulação em rede, brevemente comentada nesta seção, diz respeito aos processos de formação e capacitação. Essas ações dialogam com outra tática mobilizada pelos ativistas e empreendedores de políticas públicas, denominada **geração e divulgação de conhecimento**, a qual será analisada na seção a seguir.

6.5 REMA E A TÁTICA DE “GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO”

A tática **geração e divulgação de conhecimento** é mobilizada pelos empreendedores com o objetivo de adquirir e difundir conhecimentos sobre os temas em que atuam e, assim,

fortalecer o engajamento dos atores envolvidos (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). A Rede Maniva utiliza essa tática ao proporcionar cursos, oficinas, palestras e intercâmbios entre os agricultores. Todas essas experiências formativas são entendidas como estratégicas que visam fortalecer os agricultores e o movimento.

O movimento proporciona várias experiências formativas, que envolvem questões sobre o acesso às compras públicas, a precificação dos alimentos orgânicos, bem como a legislação orgânica. Na área dos sistemas orgânicos de produção, de acordo com Menezes *et al.* (2018), os agricultores já tiveram capacitações sobre seleção de espécies e variedades para a agricultura orgânica; sistemas agroflorestais (SAFs); manutenção da fertilidade do solo (compostagem, fertilizantes naturais, biofertilizantes, caldas, adubação verde), manejo de invasores e doenças (repelentes naturais, tratamentos culturais, extratos de planta, caldas, biofertilizantes); criação de pequenos animais (manejo, aspectos sanitários, produção de ração); e plantas alimentícias não convencionais.⁸

De acordo com Sousa *et al.* (2020), os agricultores da Rede Maniva participam ativamente de ações de formação, experimentando processos de transição agroecológica, compartilhadas com agentes de organizações de ensino, pesquisa e extensão. Por exemplo, por meio da EMBRAPA, os agricultores participaram de cursos sobre agrofloresta e saúde do solo; o IFAM, por sua vez, também proporcionou cursos, palestras e oficinas dessa natureza com pesquisadores de grande renome no campo da agroecologia, como Sebastião Pinheiro. O IDAM, segundo os interlocutores, também articulou curso sobre agricultura sintrópica e ofereceu apoio no deslocamento, na hospedagem e na alimentação de agricultores de seis municípios do estado durante a realização dessa formação.

Assuntos relacionados a elaboração de projetos de produção orgânica, cadeias produtivas e comercialização, também são temas presentes durante cursos, palestras e oficinas conduzidas pelo movimento. Para Sousa *et al.* (2020), esses processos formativos incentivam os agricultores a produzirem de maneira mais sustentável, de modo a ampliar suas experiências em agricultura de base ecológica, tais como permacultura, SAFs, agricultura sem queima, agricultura orgânica etc.

Além dos aprendizados vinculados ao plantio, esses momentos de capacitação também oportunizam práticas de trabalho coletivo em regime de ajuri (mutirões). Menezes *et al.* (2018), Uguen *et al.* (2017) e Wandelli *et al.* (2015), esclarecem que a metodologia utilizada nesses

⁸ O tema das PANCs é muito importante para o movimento, que incentiva bastante a produção e a comercialização de culturas como jambu, bertalha e ora-pro-nóbis.

encontros formativos é participativa, realizada de forma conjunta entre técnicos e agricultores, e baseada, sobretudo, na valorização dos conhecimentos locais. Nessa dinâmica, “os métodos participativos e a realização de práticas facilitam a aprendizagem e o compartilhamento de experiências entre os participantes” (Wandelli *et al.*, 2015, p. 5).

A tática de **geração e divulgação de conhecimento** tem sido inclusive mobilizada pelo movimento com o propósito de contribuir em questões de planejamento administrativo e contábil. Conforme explica a entrevistada Piquiá, a REMA, por meio de seus parceiros, tem proporcionado

Formação pra organização financeira mesmo, porque antes a gente tinha ali na mente, nada era anotado [...] tudo era noção de valor, né? O agricultor, ele achava que ganhava muito, mas, na verdade, não estava ganhando nada. [...] tivemos vários momentos de formação, pra trabalhar, para se organizar, pra começar a anotar [...]. Controle financeiro, controle social. E hoje a certificação exige isso da gente, que seja tudo anotado. O que você produziu, o que você plantou e o que você vendeu é tudo anotado.

Tanto os atores governamentais quanto os não governamentais que atuam no movimento costumam proporcionar processos formativos, segundo relata a entrevistada Ingá:

Junto com o Slow Food, existem cursos, palestras, oficinas sobre as PANCs, sobre os alimentos regionais, sobre os processados. Pode ser encontro, pode ser debate, a gente sempre chama o pessoal do Slow Food para fazer a mesa. Eles estão sempre com a gente em campo.

Vale destacar que muitos dos cursos e oficinas também são conduzidos pelos próprios agricultores, uma vez que, como justifica a entrevistada Sumaúma, “Os técnicos não sabem tudo. Os agricultores têm experiência. Há uma troca [...] um aprendizado coletivo”. Essas palavras estão em diálogo com o entendimento de que “a Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular” (Caporal; Costabeber; Paulus, 2009, p. 51). Sobre esse tema, a entrevistada Piquiá complementa:

Não é somente os órgãos que fornecem cursos. Os próprios agricultores também têm essa autonomia de promover cursos. Não depende só do técnico das instituições. Se o agricultor precisar de uma ajuda a mais, ele aciona esse técnico. Todos os agricultores da REMA têm essa autonomia de oferecer curso, minicurso, de chamar outros agricultores [...].

Agricultores mais antigos da REMA, com anos de experiência na área da produção orgânica e agroecológica, costumam compartilhar seus conhecimentos com os agricultores recém-chegados ao movimento. Há, conforme pontuou o entrevistado Muruci, uma

“*construção coletiva do conhecimento*” entre os agricultores e técnicos, “incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico” (Caporal, 2009, p. 24).

Compreendendo que a agroecologia não diz respeito somente à adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas, a partir da negação de agrotóxicos e da substituição de insumos (Caporal, 2009), cumpre destacar que, além dos processos formativos vinculados à produção, o movimento realiza rodas de conversas e debates políticos, com o intuito de discutir temas tais como agrotóxicos, feminismo, segurança alimentar, entre outros. Os temas são demandados pelos agricultores e estão vinculados ao contexto de cada momento. De acordo com o entrevistado Catuaba, “*não há uma sistemática de formação antecipadamente planejada. Vai muito por demanda*”.

Por exemplo, pouco depois da pandemia, tópicos relacionados aos malefícios dos agrotóxicos e à relevância da segurança e soberania alimentar passaram a ser debatidos pelo coletivo com mais frequência nas rodas de conversas. Em 2022, em evento realizado em uma das feiras da REMA, a partir da mobilização conduzida pelo movimento da Articulação Nacional de Agroecologia, chamado “Agroecologia nas Eleições”, a Rede Maniva convidou candidatos a apresentarem propostas e debaterem temas relevantes para a pauta da produção orgânica e da agroecologia. Esse tipo de ação foi uma oportunidade a fim de estimular a função política da agroecologia e colocá-la em evidência durante as eleições. Os candidatos que participaram desse evento assinaram uma carta, na qual se comprometiam, caso fossem eleitos, a atuar em favor da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas.

Outro assunto, frequentemente comentado pelos membros do movimento em suas reuniões, é a permanência dos jovens no campo. Considerando essa preocupação, o movimento busca proporcionar momentos formativos com os filhos dos agricultores. O último curso direcionado para esse público aconteceu em 2022 e esteve voltado ao uso de plataformas de redes sociais como ferramenta de divulgação e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.

A tática de geração e divulgação de conhecimento também é mobilizada por meio das atividades de intercâmbios entre os agricultores (comentada na seção anterior), com o propósito de conhecer e compartilhar experiências agroecológicas em outras realidades brasileiras. Segundo a entrevistada Piquiá,

O intercâmbio ajudou bastante, porque a gente pôde ver os outros agricultores. Se eles conseguiram, por que a gente não ia conseguir? Visitamos as fazendas orgânicas bem sólidas em São Paulo. Lá a gente pôde ver que é possível manter uma família sendo produtor orgânico.

Além das experiências em São Paulo, alguns agricultores também tiveram a oportunidade de conhecer a produção e o processo de comercialização de agricultores agroecológicos no Rio Grande do Sul, graças à articulação com a Rede Ecovida de Agroecologia. Para a entrevistada Sumaúma, “foi uma experiência maravilhosa!”. Essa atividade ocorreu em 2019 e, durante sete dias de intercâmbio, foi possível conhecer algumas propriedades agroecológicas, bem como o processo de certificação conduzido pela Rede Ecovida. Na avaliação da entrevistada Ninfeia, “o fato de a gente levar esses agricultores fez com que eles voltassem com outra mentalidade [...]. Os agricultores que realizaram essas trocas têm tido mais sucesso”. Ainda sobre os efeitos positivos dessas interações, a entrevistada Piquiá afirma que

essa experiência enriquece a gente [...] para trazer toda essa experiência para dentro do nosso movimento e tudo isso a REMA viabilizou [...]. Foi gratificante ver a feira, conhecer o processo de certificação e ver o empenho das mulheres junto dos maridos e os filhos que não abandonaram os pais [...]. É uma experiência única.

Ademais de conhecer experiências agroecológicas em outras regiões do país, são realizados intercâmbios entre as propriedades dos próprios agricultores membros da REMA. Essas atividades, ao mesmo tempo em que possibilitam trocas de saberes entre os agricultores, também os fortalecem como coletivo, porque, conforme lembram Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 26), a agroecologia não se restringe simplesmente ao manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, “incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias ‘puras’, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade”.

Paralelamente à participação em cursos, palestras, oficinas, rodas de conversa e atividades de intercâmbio, os agricultores da REMA costumam engajar-se em eventos acadêmicos, por exemplo os congressos de agroecologia. Eles já estiveram presentes nos congressos da cidade de Belém (estado do Pará), em 2015, e em Aracaju (Sergipe), em 2019. Também participaram do Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em Belo Horizonte (Minas Gerais), em 2018.

Atualmente, o movimento está se organizando para possibilitar a participação de agricultores no próximo congresso de agroecologia, que ocorrerá no Rio de Janeiro, em novembro de 2023. O movimento também articulou a ida de mulheres agricultoras para a Marcha das Margaridas, em agosto de 2023. Todas essas experiências e processos formativos realizados pelos agricultores favorecem, na opinião do entrevistado Jatobá, “todo um

fortalecimento social para que essas famílias melhorem sua gestão, a qualidade dos produtos e a quantidade também”.

Vale destacar que as ações de **geração e divulgação de conhecimentos** ocorrem tanto internamente entre os agricultores pertencentes ao movimento, quanto externamente com os consumidores e frequentadores das feiras. Segundo a entrevistada Ingá, “*A gente faz uma força constante para dialogar com esses consumidores [...] a gente precisa mostrar para a população, chamar ela*”. Nesse sentido, o movimento organiza palestras e mesas redondas destinadas aos consumidores, especialmente durante a semana do alimento orgânico.

Durante essa semana, a REMA já realizou atividades de campo, levando consumidores para conhecer algumas das propriedades dos agricultores. Conforme relata a entrevistada Ingá, nessas atividades “*há todo uma logística, mobiliza vários parceiros. Vai na casa dos agricultores, passa um dia inteiro lá, de formação, de interação, almoço com produtos orgânicos*”. O movimento realizou inclusive palestras com professores e nutricionistas das secretarias municipais e estaduais de educação sobre temas relacionados à alimentação saudável, com foco na importância do alimento orgânico e agroecológico.

Além disso, agricultores do movimento já foram convidados para palestrar e desenvolver oficinas em instituições de ensino e pesquisa, com o objetivo de relatar e demonstrar a experiência desses atores na produção orgânica e agroecológica.

Como forma de divulgar e gerar conhecimento, outra ação da REMA corresponde à panfletagem e à distribuição de cartilhas contendo informações sobre plantas alimentícias não convencionais, problemáticas advindas do uso de agrotóxicos, entre outros tópicos. Essas ações têm por objetivo conscientizar os consumidores sobre a importância da produção e do consumo de alimentos orgânicos.

Ao aplicar a tática **geração e divulgação de conhecimento** aos consumidores, estes tornam-se mais sensíveis à pauta do movimento. Quando aplicada aos agricultores, a tática contribui para ampliar os conhecimentos destes em relação aos processos produtivos, além de ajudar a fortalecer os vínculos identitários como produtores agroecológicos.

As duas últimas táticas discutidas neste capítulo, **vinculação de atores e construção de redes e geração e divulgação de conhecimento**, conduzem os ativistas e empreendedores de políticas públicas a uma outra tática, denominada **construção de confiança e motivação**, que será analisada na próxima seção.

6.6 REMA E A TÁTICA DE “CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E MOTIVAÇÃO”

Motivação e confiança são fatores fundamentais para a adesão a uma determinada ideia. A aproximação com as burocracias auxilia nesse processo, pois costuma estabelecer maior legitimidade entre o público que se pretende alcançar (Giambartolomei; Forno; Sage, 2021). A atuação junto a atores governamentais está relacionada tanto à tática **articulação de atores e construção de redes** quanto à tática **construção de confiança e motivação**, uma vez que essa interação também possui como objetivo legitimar as ideias defendidas pelo movimento e, assim, ampliar a credibilidade deste e, por conseguinte, a confiança e a motivação do grupo.

Conforme tratado na seção anterior, um exemplo da interação da REMA com atores pertencentes à burocracia governamental são as ações de caráter formativo. Os conhecimentos adquiridos pelos agricultores, durante as palestras, oficinas, cursos, intercâmbio, etc., fortalecem o ativismo desses sujeitos, levando-os a se posicionar com muito mais segurança e propriedade sobre temas relacionados à produção orgânica e agroecológica. Tal comportamento tende a gerar confiança e motivação, tanto entre os consumidores quanto entre os agricultores mais recentes do movimento que estejam em processo de transição.

Nessa perspectiva, a Rede Maniva tem mobilizado a tática **construção de confiança e motivação** entre os consumidores e os agricultores não orgânicos que desejam aderir ao movimento. Em relação aos consumidores, a REMA costuma motivá-los por meio dos eventos realizados nas feiras, propondo momentos de discussão e debate sobre temas relacionados à pauta de atuação do movimento. Nessas ocasiões, os ativistas/ empreendedores políticos da rede mobilizam, simultaneamente, as táticas **construção de confiança e motivação** e **geração e divulgação de conhecimento**.

Com os produtores, a implementação da tática de **confiança e motivação** ocorre da seguinte forma: agricultores da REMA aproximam-se dos agricultores não orgânicos que tenham interesse e/ou curiosidade em compreender sobre agroecologia, convidando-os a conhecer o processo de produção orgânica e agroecológica na prática, nas propriedades dos agricultores orgânicos. A entrevistada Piquiá relata a dinâmica dessa estratégia: *“A gente costuma sempre convidar uns dois ou três agricultores de família diferente para começar a sensibilizar, mostrar para eles que é possível ir fazendo mudanças, começar a trabalhar o solo, respeitar a natureza”*.

Considerando que produzir organicamente, segundo os princípios agroecológicos, no início pode parecer desafiador para os agricultores, uma das formas de mobilizar a tática de

construção de confiança e motivação mostra-se quando agricultores experientes nessa área compartilham com os menos experientes as dificuldades iniciais que os primeiros enfrentaram e as alternativas de soluções utilizadas para superar tais obstáculos. Nessa perspectiva, as visitas nas propriedades agroecológicas, com o objetivo de demonstrar experiências bem-sucedidas, são atividades que correspondem à tática tratada nesta seção.

A atitude de convidar agricultores não orgânicos para conhecer a produção agroecológica, buscando sensibilizá-los a aderir ao movimento, está em diálogo com a assertiva de Mintrom (2019b) de que os empreendedores de políticas públicas usam a sociabilidade e a credibilidade que possuem para expandir suas redes e construir coalizões de defesa. No caso da REMA, a credibilidade dos agricultores orgânicos ocorre por meio da demonstração de experiência com os processos agroecológicos e pela elaboração de narrativas convincentes sobre a realizações neste campo.

Além das visitas nas propriedades, os agricultores não orgânicos são convidados a participar de atividades formativas, conforme explica a entrevistada Piquiá:

Nesses momentos de formação, a gente aproveita para convidar alguns agricultores que a gente quer sensibilizar para a produção orgânica; devagar, porque, de forma muito brusca, pode assustar, porque é como mudar de religião. A gente espera que, com 2 ou 3 anos, com essa educação básica, com esses convites, vamos conseguir um número maior de agricultores.

De modo geral, os conhecimentos compartilhados pelos membros da REMA ajudam a gerar confiança e motivação, no intuito de incentivar e encorajar outros agricultores a produzirem alimentos orgânicos. A entrevistada Ingá salienta o que, de fato, impulsiona os sujeitos:

O que mais motiva os agricultores a produzir de forma orgânica não é necessariamente a melhora da renda. Esse fator conta, logicamente, mas o que é mais motivador é o reconhecimento como agricultor, é o reconhecimento da sociedade [...]. Nas feiras, o agricultor se depara com pessoas que valorizam seu produto, que se interessam pelo seu trabalho. Esse universo faz com que os agricultores se sintam alguém no mundo, e isso é muito potente! Não é só uma questão de maior agregação de renda no produto final, é por ter um projeto de vida.

A tática tratada neste tópico, em boa medida, também se relaciona com outra tática mobilizada pelos empreendedores de políticas públicas, nomeada **liderança pelo exemplo**, que será objeto de análise na última seção deste capítulo.

6.7 REMA E A TÁTICA DE “LIDERANÇA PELO EXEMPLO”

A tática **liderança pelo exemplo** é mobilizada pelos ativistas e empreendedores políticos da REMA sempre que eles têm a oportunidade de relatar os resultados alcançados pelo movimento, de maneira que este se apresenta como um exemplo de liderança na pauta da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas.

Desse modo, a rede é frequentemente colocada pelos entrevistados como um modelo de ação coletiva, conduzida a partir do empenho de seus membros. Ser percebida como um exemplo aumenta sua credibilidade perante os outros. Nesse sentido, ao mobilizar a tática **liderança pelo exemplo**, os empreendedores de políticas públicas também mobilizam a tática **construção de confiança e motivação**, discutida na seção anterior.

Os resultados alcançados pela Rede Maniva têm colocado o movimento em uma posição de destaque, de tal modo que, segundo o entrevistado Murici, *“Sempre que a gente fala sobre a questão da agroecologia no estado do Amazonas, remete ao movimento que é a REMA”*. De acordo com os interlocutores da pesquisa, o movimento vem contribuindo para ampliar o debate sobre a importância dos alimentos orgânicos na sociedade amazonense, a ponto de ser verbalizado como um exemplo de liderança quanto à produção e ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Segundo a entrevistada Bromélia, *“A gente acaba sendo referência para a construção de grupos de debate”*. Por ser uma referência em relação à agroecologia, a REMA tem sido convidada a ocupar espaços de discussão nessa área, influenciando a criação e a composição de fóruns que dialoguem direta e/ou indiretamente com a pauta agroecológica. Segundo o entrevistado Catuaba,

Saiu da REMA a criação da CPORG, saiu da REMA a criação da CEAPO, saiu da REMA a indicação de pessoas para compor o CONSEA, para compor o fórum de combate ao agrotóxico, para compor a CATRAPOA. Onde tem alguém da REMA, vai tá pautado a agroecologia do estado.

Os membros da REMA também afirmam que as ações de comercialização, como as feiras e a CSA, contribuem para a melhoria financeira dos agricultores. O depoimento da entrevistada Piquiá ilustra essa tese: *“A gente olha para nossa estabilidade, que hoje é muito melhor do que quando eramos convencionais [...] A mudança para a produção orgânica só melhorou”*. Além disso, os interlocutores argumentam que o movimento tem proporcionado mais inclusão e equidade para o público feminino no campo. As colocações da entrevistada Piatá ilustram essa afirmação, porque,

antes, a gente só era de casa, não sabia de nada, não sabia das dores do marido. Éramos agricultores, porque éramos mulheres de agricultor, mas nós não participávamos, não opinávamos, e a agroecologia trouxe isso para gente, trouxe nós para dentro da horta [...]. Hoje nós, mulheres, a gente tem um ganho. A gente consegue ganhar o mesmo que os homens. Ninguém recebe nem menos nem mais, recebe igual, e tudo isso é fruto da agroecologia.

De acordo com Erazo, Costa e Silva (2020), na agricultura familiar amazônica, a mulher tem apresentado um crescimento expressivo. É importante enfatizar a importância dessas agricultoras, porque elas, segundo os referidos autores, além de serem as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, possuem um papel relevante na dinâmica da unidade de produção, atuando tanto nos roçados quanto na criação de animais.

O movimento agroecológico da REMA, nas palavras da agricultora Mucuna, também “*colabora para a promoção da segurança alimentar no estado, para a valorização dos saberes locais, tradicionais e promoção de práticas de sistemas agroalimentares sustentáveis, sem impactos ambientais e [com] produção de alimentos saudáveis*”. Esse depoimento dialoga com a visão de Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 46) de que a agroecologia constitui um “paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época”.

A tática **liderança pelo exemplo** é também mobilizada quando seus membros atribuem à REMA uma posição de liderança nos avanços em termos de políticas públicas na área da produção orgânica e agroecológica. Nesse sentido, costumam apresentar a Rede como a grande responsável pela criação da PEAPO e pela promoção da certificação orgânica.

Vale destacar que a tática em questão, além de direcionar para a atuação da REMA como ação coletiva, também é mobilizada de forma individual, no intuito de posicionar os membros como exemplos de produtores que se mantiveram firmes na decisão de produzir de forma orgânica e agroecológica. Conforme relembra a entrevistada Piatá, “*as pessoas diziam que a gente ia passar fome, porque a produção era grande, e aí a produção diminuiu, né? [...] as pessoas desacreditam [...]. E, hoje, as pessoas já querem entrar, né? Já viu o exemplo*”.

É importante esclarecer que os agricultores pertencentes ao movimento não são os únicos a produzirem alimentos orgânicos. Contudo, produzir de forma orgânica, para muitos produtores do estado do Amazonas, não corresponde necessariamente a uma escolha ou decisão. A entrevistada Mucuna detalha, com mais propriedade, essa questão:

Na Amazônia, tem muito agricultor que não usa veneno, mas, às vezes, não usa porque a política pública não chegou lá. O agroecologista não é só alguém que não usa práticas danosas ao meio ambiente. É alguém que poderia ter acesso, mas, por ele ter conhecimento, faz a opção de não usar. Ele sabe explicar por que não usa veneno, ele sabe quais alternativa usar para minimizar, controlar essas pragas.

Quando você se transforma no produtor orgânico, no agroecologista, é porque você tem esses conhecimentos para saber não aceitar por ingenuidade uma prática danosa ao meio ambiente ou ao homem [...]. Não usa porque faz a opção por não usar, mesmo que o técnico convencional ou o vendedor de agrotóxicos chegue todos os dias na sua porta oferecendo.

Nesse sentido, a decisão de produzir de forma orgânica coloca os agricultores da REMA como um exemplo de liderança. Segundo Giambartolomei, Forno e Sage (2021) e Mintrom (2019b), por meio dessa tática, os empreendedores de políticas públicas utilizam-se como exemplos, apresentando seus êxitos, demonstrando compromisso com as pautas que defendem, de modo a convencer sobre a viabilidade de suas ideias. De acordo com Cohen (2016), a capacidade de liderar pelo exemplo também é importante para reduzir a percepção de risco entre os tomadores de decisão.

De modo geral, a mobilização das táticas tratadas no decorrer deste capítulo tem auxiliado a REMA na defesa de suas pautas, o que possibilitou avançar em políticas públicas que favorecem a produção orgânica e agroecológica e ampliar o número de produtores e consumidores, tanto na capital Manaus quanto em outros territórios do estado do Amazonas.

6.8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Para o movimento da Rede Maniva avançar com sua pauta, a tática de **definição e conexão de problemas** foi e é fundamental para enfatizar os prejuízos ambientais e de saúde que os sistemas convencionais têm causado, atraindo, com isso, a atenção das pessoas em relação à importância de um modelo de produção orgânico baseado nos princípios agroecológicos. Ademais de evidenciar os problemas, a REMA apresenta alternativa de solução, ao mobilizar a tática **facilitação de inovação**. Dentre as soluções apresentadas pelo movimento, em termos de políticas públicas, destacam-se a criação do OPAC Maniva e a PEAPO.

A efetivação do OPAC e a elaboração da PEAPO só foram possíveis porque o movimento levou suas pautas aos espaços institucionais que dialogavam com os interesses da rede, mobilizando, assim, a tática **reconhecimento e criação de janelas de oportunidades**. A interação com outros atores, especialmente com aqueles vinculados aos órgãos governamentais, corresponde ao emprego da tática **vinculação de atores e construção de redes**. O trabalho em rede tem fortalecido as ações do movimento, com destaque para as ações de formação e capacitação tanto de agricultores quanto de consumidores. Por meio dessas estratégias formativas, o movimento realiza a tática **geração e divulgação de conhecimento**.

Por fim, a mobilização das duas últimas táticas, **vinculação de atores e construção de redes e geração e divulgação de conhecimento**, vem aumentando a credibilidade do movimento, o que acaba por impulsionar a tática **construção de confiança e motivação**. Esta, por sua vez, tem posicionado a REMA como exemplo de liderança em relação à produção e ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos no estado do Amazonas, o que representa a tática **liderança pelo exemplo**.

A análise trazida por este capítulo demonstra que o movimento Rede Maniva atua no intuito de promover a valorização da agricultura familiar de base agroecológica, seja por meio da relação da REMA com as políticas públicas, seja mediante o consumo de alimentos orgânicos entre os frequentadores das feiras, atuação essa que estimula uma forma de ativismo baseada no consumo político. Por meio de suas opções de consumo, esses ativistas buscam contestar e demonstrar que não estão de acordo com as práticas industriais dos sistemas alimentares contemporâneos, consideradas por eles como prejudiciais do ponto de vista ético, ambiental e político (Barbosa, 2009; Portilho, 2020; Portilho, 2023; Portilho; Micheletti, 2019; Niederle; Schubert, 2020; Sassatelli, 2015; Schubert;).

Mediante o exposto, avalia-se que a experiência de atuação da Rede Maniva é um exemplo de movimento social que tem contribuído para a construção de sistemas alimentares mais justos e saudáveis, tanto do ponto de vista nutricional quanto do ambiental.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar o ativismo da REMA (que visa fortalecer a agricultura orgânica e agroecológica no estado do Amazonas) e da CATRAPOA (a qual atua com o objetivo de garantir qualidade nutricional e respeito à diversidade cultural da alimentação escolar de povos e comunidades tradicionais), este estudo demonstrou que os membros desses coletivos são, simultaneamente, ativistas alimentares e empreendedores de políticas públicas, uma vez que têm tensionado suas pautas em direção à agenda governamental do estado do Amazonas.

A influência da REMA ocorre por meio da Política Pública de Certificação Orgânica e da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do Amazonas. A CATRAPOA, por sua vez, tensiona por políticas alimentares de compras públicas, especialmente em relação ao PNAE. O alcance dessas políticas ajuda esses grupos a ampliar e legitimar suas pautas de interesse na sociedade amazonense. Apesar de possuírem pautas específicas e objetivos bem definidos, guardam algumas semelhanças no que diz respeito aos perfis pessoais de seus membros, às estratégias de atuação e à composição dos coletivos.

Quanto aos perfis, os ativistas e empreendedores de políticas públicas, apresentam, em geral, características como acuidade social, credibilidade e sociabilidade. Essas habilidades pessoais contribuem para a capacidade de agência dos referidos sujeitos, a qual é potencializada pelos recursos disponíveis por esses atores nos seus mais diversos contextos de atuação, sejam eles institucionais, sejam não institucionais. Considera-se que o somatório das habilidades e o acesso aos recursos, ou seja, a junção das capacidades de **agência e estrutura**, são fatores que têm contribuído para posicionar esses ativistas/empreendedores políticos como atores importantes nas dinâmicas das políticas públicas do estado do Amazonas com respeito aos temas vinculados à alimentação.

Por possuírem trajetórias de formação distintas, uma na Sociedade Civil (REMA), e a outra dentro do Estado (CATRAPOA), uma das hipóteses, inicialmente, levantada pelo estudo foi de que as táticas empreendidas para ampliar as pautas e direcioná-las à agenda governamental seriam distintas. Contudo, a pesquisa identificou que tanto a REMA quanto a CATRAPOA mobilizam as mesmas táticas. Verificou-se, mais especificamente, que a **vinculação de atores e construção de redes**, corresponde à tática de maior destaque em ambos os casos, presente desde o início da formação desses grupos, sendo central para o avanço das pautas, uma vez que, por meio dela, outras táticas foram sendo mobilizadas.

Nesse sentido, compreendendo a atuação de ativistas e empreendedores de políticas públicas enquanto uma ação coletiva, foi possível observar, com base nos cenários analisados, que esses sujeitos não agem sozinhos. Demonstrou-se que a influência e/ou a produção de mudanças em políticas públicas depende de alianças com atores governamentais e não governamentais engajados com as pautas. Isso confirma a segunda hipótese levantada por essa investigação de que ativistas e empreendedores de políticas públicas agem conformando redes com uma variedade de atores, pertencentes a espaços tanto institucionais quanto não institucionais.

A ação em rede revela a natureza relacional entre Sociedade Civil e Estado. No caso dos coletivos estudados, a interação entre essas duas esferas é, em boa medida, explicada em virtude das composições dos grupos. A REMA e a CATRAPOA possuem entre seus membros ativistas institucionais e não institucionais. Diante desse quadro, destaca-se que o fato da REMA ser um movimento social, não excluiu a participação de atores governamentais. Do mesmo modo, apesar da CATRAPOA ter sido idealizada e coordenada pelo Estado, também é composta de pessoas vinculadas às organizações da Sociedade Civil. Esse envolvimento da Sociedade Civil é importante, porque ajuda a obter soluções mais eficientes em termos de políticas públicas, segundo apontam vários autores (Kepple; Segall-Corrêa, 2017; Levroe, 2023; Zúñiga-Escobar; Grisa; Coelho-De-Souza, 2021, 2022).

A semelhança na composição dos coletivos e o fato de seus membros se comunicarem entre si – alguns deles, inclusive, atuam em ambos, simultaneamente – são fatores que explicam não haver diferenças significativas nas estratégias ativistas conduzidas pela REMA e pela CATRAPOA. Apesar da semelhança no modo de condução das ações, a CATRAPOA tem se destacado em termos de alcance de políticas públicas. O peso do ativismo institucional da comissão, vinculado à figura do MPF, vem ampliando a capacidade de pautar a agenda governamental do estado do Amazonas, o que gerou como um dos principais resultados o aumento no número de prefeituras que se dispõem a lançar chamadas públicas específicas às populações tradicionais.

Embora considere-se importante investigar os resultados obtidos por ativistas e empreendedores de políticas públicas, a literatura sinaliza que ainda são poucas as pesquisas que se dedicam a investigar as táticas mobilizadas por esses atores para alcançar a agenda governamental. Esta tese buscou contribuir para preencher essa lacuna. Acredita-se que esse tipo de análise é relevante, porque pesquisas dessa natureza têm potencial de orientar políticas

públicas, uma vez que, ao estudar as táticas empreendidas, é possível obter *insights* sobre o que é necessário para promover mudanças políticas significativas (Petridou; Mintrom, 2021).

Mudanças políticas são necessárias, sobretudo, no contexto da região amazônica, em virtude de toda a degradação vivenciada por esse território, causada, principalmente, pelos sistemas alimentares industriais, que, com sua forma intensiva de produção baseada no desmatamento, queimadas e uso de agroquímicos, têm ocasionado contaminação ambiental, poluição atmosférica, prejudicado ecossistemas, impactado a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, além de provocar alterações climáticas e aquecimento global. Todo esse cenário vem prejudicando as problemáticas alimentares entre as populações amazônicas, seja pela persistência da fome e da desnutrição, seja pelo aumento de doenças como diabetes e hipertensão, relacionadas aos altos níveis de sobrepeso e obesidade, em função do elevado consumo de produtos processados e ultraprocessados.

Diante desse contexto problemático, considera-se importante realizar estudos que tenham como objeto de análise os ativistas alimentares e empreendedores de políticas públicas. Afinal, concordando com Mintrom (2019a, 2019b) sobre os desafios que a humanidade enfrenta, é grande a necessidade desses atores para avançar e catalisar processos de mudança.

Avalia-se que os trabalhos conduzidos pelos coletivos REMA e CATRAPOA questionam os sistemas alimentares industriais, no intuito de propor alternativas de produção de alimentos ambientalmente sustentáveis, mais saudáveis do ponto de vista nutricional, mais justas, por meio da geração de renda e da inclusão social de agricultores familiares e populações historicamente marginalizadas, como no caso dos indígenas, ribeirinhos, extrativistas etc. Os resultados apresentados por esta investigação demonstraram que o ativismo alimentar, visando estimular sistemas alimentares sustentáveis, não é uma tarefa exclusiva dos movimentos sociais. Pode ser protagonizado pelo próprio Estado, conforme demonstrado pela CATRAPOA.

Entendendo as políticas públicas como ferramentas importantes para o enfrentamento de problemáticas alimentares, destaca-se a relevância de pesquisas que se dediquem a estudar as táticas mobilizadas por ativistas alimentares para alcançar as políticas públicas e assim influenciar na agenda governamental. Nesse sentido, esta investigação chama a atenção para a necessidade de aprofundar o entendimento acerca do ativismo alimentar com perfil de empreendedores de políticas públicas.

Outra questão importante de ser destacada, nestas considerações finais, diz respeito à abordagem teórica adotada. Embora a abordagem referente aos empreendedores de políticas públicas tenha sido muito eficaz para os objetivos deste trabalho, sobretudo no que diz respeito

ao mapeamento das táticas mobilizadas pelos coletivos investigados, ela não revelou, de forma contundente, as dificuldades enfrentadas por esses atores na defesa de suas pautas.

Apesar dos avanços conquistados pela REMA e pela CATRAPOA, é evidente que muitos são os obstáculos. No caso da REMA, as principais dificuldades encontradas pelo movimento em avançar com a pauta da produção orgânica e agroecológica no estado do Amazonas estão relacionadas ao número reduzido de profissionais (especializados em agroecologia) para auxiliar os agricultores na transição da produção convencional à produção agroecológica. O coletivo possui servidores de órgãos de extensão rural, no entanto esses profissionais não são suficientes para atender o amplo e complexo território do Amazonas.

Em relação à CATRAPOA, as pesquisas de Binotti (2023), Figueiredo (2023) e Mendes (2019) destacaram os seguintes desafios:

- a) ausência sequenciada de editais de chamadas públicas específicas para os povos tradicionais;
- b) baixa adesão dos agricultores às chamadas;
- c) insuficiência de assistência técnica e;
- d) número reduzido de profissionais nutricionais no Estado.

A **ausência sequenciada de editais de chamada pública específica para os povos tradicionais**, além de prejudicar a geração de renda, reduz o acesso dos escolares a alimentos *in natura*. Apesar dessa dificuldade, vale ressaltar que, quando comparadas à gestão estadual, as gestões municipais são as que mais bem viabilizam o processo de compras institucionais junto aos povos tradicionais.

Sobre a **baixa adesão dos agricultores** às chamadas, esta situação relaciona-se a outro obstáculo, o qual diz respeito à **insuficiente assistência técnica** ofertada pelo estado do Amazonas. Esclarecer os povos tradicionais sobre as políticas alimentares de compras públicas não é suficiente para garantir a adesão desses agricultores. É preciso fomentar capacitações sobre o planejamento do plantio, a fim de compreender as características das diferentes culturas, pois alguns alimentos têm um ciclo de produção mais longo, enquanto outros são mais sensíveis às sazonalidades climáticas, e todos esses fatores interferem no abastecimento da merenda escolar.

Além dos fatores acima mencionados, salienta-se a necessidade de **expansão do número de nutricionistas** como responsáveis técnicos pelo PNAE, devidamente capacitados para orientar adequadamente as inovações trazidas pelas notas técnicas.

Vale frisar também que os casos analisados por essa investigação abrem possibilidades para outros campos de pesquisa. Essas iniciativas coletivas – por desafiarem os sistemas alimentares globalizados, estabelecerem estratégias baseadas nas capacidades locais, com forte participação da Sociedade Civil, e incentivarem a soberania e a segurança alimentares, a justiça social e a sustentabilidade – são experiências que podem contribuir para pensar mecanismos de governança alimentar no contexto da realidade amazonense. Nessa perspectiva, estudar esses coletivos pelas lentes da literatura sobre governança alimentar é um campo frutífero de pesquisa a ser explorado. Ademais, pesquisas sobre governança alimentar têm destacado a relevância da agência dos atores (Pérez-Escamilla; Shamah-Levy; Candel, 2017; Zúñiga-Escobar; Grisa; Coelho-De-Souza, 2021, 2022). Por esse motivo, avalia-se pertinente o diálogo entre as literaturas de ativismo alimentar, empreendedorismo político e governança alimentar.

Este estudo também sinaliza a necessidade de pesquisas que se dediquem a investigar, de forma mais aprofundada, os resultados das ações conduzidas pela REMA e pela CATRAPOA, em termos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores agroecológicos e das populações tradicionais.

Por fim, vale ressaltar que grande parte dos estudos sobre ativistas e empreendedores de políticas públicas ainda prioriza, em suas análises, aspectos relativos às habilidades e características pessoais desses atores, colocando-os, muitas vezes, numa posição heroica. Esta tese, contudo, perfilou-se pelos estudos de autores como Abers (2021), Giambartolomei, Forno e Sage (2021), Mintrom (2019a, 2019b) e Petridou e Mintrom (2021), os quais têm focado na atuação em rede dos mencionados sujeitos, pois compreendem que as estratégias coletivas são mais exitosas e possuem maiores chances de influenciar o processo decisório das políticas públicas. Nesse sentido, recomenda-se que a análise da atuação em rede seja priorizada, porque, em concordância com Giambartolomei, Forno e Sage (2021), é um processo reflexivo feito com pessoas, e não simplesmente para pessoas. E esta tese confirma essas afirmações, pois demonstra que a atuação em rede é o alicerce dos dois coletivos pesquisados.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. *In*: ABERS, R. (org.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 17-51. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593> Acesso em: 5 nov. 2023.

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ABERS, R. N.; SILVA, M. K. S.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, v. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ABERS, R. N.; TATAGIBA, L. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the Brazilian bureaucracy. *In*: ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. **Social movement dynamics**: new perspectives on theory and research from Latin America. London: Ashgate, 2015. cap 4. p. 73-103.

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.

AMARAL, L. A. Ativismo institucional e enquadramentos interpretativos: discutindo as causas do ativismo de burocratas na criação do programa de aquisição de alimentos. *In*: ABERS, R. (org.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. cap. 1. p. 55-88. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593>. Acesso em: 5 nov. 2023.

AMAZONAS. **Decreto nº 41.377, de 14 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO), definindo sua estrutura organizacional e forma de funcionamento, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2019.

AMAZONAS. **Lei nº 4.681 de 2018**. Dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2018. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/10066/10066_texto_integral.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

AMAZONAS. **Decreto nº 37.434, de 7 de dezembro de 2016**. Regulamenta a Lei nº 4.223 de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no estado do Amazonas. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2016.

AMAZONAS. **Lei Estadual nº 4.223, de 08 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no Estado do Amazonas, e dá outras

providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2015. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/8677/8677_texto_integral.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

AMAZONAS. **Lei Ordinária nº 3.454, de 10 de dezembro de 2009**. Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2009.

Disponível em:

https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/7909/7909_texto_integral.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

APOAM – Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas. Feira da APOAM. *In*: APOAM. **Facebook**, Manaus, 29 fev. 2020. Disponível em:

https://www.facebook.com/feiradaapoam/?locale=pt_BR. Acesso em: 3 nov. 2023.

AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 44, p. 276-307, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004412>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BARBOSA, A. C. M. A. **O processo decisório da agenda social nos governos Cardoso e Lula**: uma análise dos determinantes da política de transferência de renda. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. *In*: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (org.). **Juventude, consumo & educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009. v. 2. p. 15-64.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 7. ed. França: Lisboa, 1977.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. Agenda dynamics and policy subsystems. **The Journal of Politics**, United States, v. 53, n. 4, p. 1044-1074, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2131866>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BEARDSWORTH, A; KEIL, Teresa. **Sociology on the menu**: an invitation to the study of food and society. London: Routledge, 1997. Disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/10170/1/89.pdf.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BENTES, R. M. **A terceira crise**: análise da instabilidade econômica do setor primário, do desemprego da mão-de-obra e da redistribuição espacial da população do interior do Amazonas no período 1943-1992. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

BINOTTI, T. C. **Manejo territorial Hupd'äh e agros[s]ociobiodiversidade**: relações com políticas públicas de alimentação escolar e agroecologia. 2023. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.91.2023.tde-07072023-143309>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRANDÃO, I. Efeito ricochete. Trajetórias técnico-políticas e a criação de novos modelos de políticas públicas. *In*: ABERS, Rebeca (org.). **Ativismo Institucional**: criatividade e luta na

burocracia brasileira. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2021. cap. 2. p. 89-119. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9786558461593>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/76950/75609>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL, F.; CAPELLA, A. C. N. A dinâmica da atenção governamental sobre as

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006**. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5741.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.741%2C%20DE%2030%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202006.&text=27%2DA%2C%2028%2DA,que%20lhe%20confere%20o%20art.. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017**. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.013%2C%20DE%2029,de%20produtos%20de%20origem%20animal. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa MAPA nº 16**. Estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte, de 23 de junho de 2015. Brasília: MAPA, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa->

agropecuaria/copy_of_suasa/sisbi-1/legislacao/instrucao-normativa_16_2015.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia prático:** alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes/guia-alimentacao-indigena-e-comunidades-tradicionais.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2023:** vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Estudos etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016. Relatório final. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/outras-publicacoes/estudos-etnograficos-relatorio-final/estudos-etnograficos-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil**. Manaus: MPF, 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal - MPF. **Recomendação n. 07/2021 MPF – MP – RMAM**. Brasília: MPF, 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal- MPF. **6ª Câmara de Coordenação e Revisão**. Manaus: MPF, 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal- MPF. **Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM**. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes/nt_adaf_sfa-am_mpf-am_2017.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Nota Técnica nº 09/2021/SAF/MAPA**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes/SEI_MAPA%20-%2015297237%20-%20Nota%20Tecnica.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal- MPF. **Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF**. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: <https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2021/02/4Nota-Tecnica-GERAL-3.2020-6CCR-alimentos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BROUWER, S.; HUITEMA, D. Policy entrepreneurs and strategies for change. **Regional Environmental Change**, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 1259-1272, 2018.

BUAINAIN, A. M.; FAVARETO, A.; CONTINI, E.; CHAVES, F. T.; HENZ, G. P.; GARCIA, J. R.; DAMIANI, O.; VIEIRA JUNIOR, P. A.; GRUNDLING, R. D. P.; NOGUEIRA, V. G. de C. **Desafios para agricultura nos biomas brasileiros**. Brasília: EMBRAPA, 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/218319/1/DESAFIOS-PARA-AGRICULTURA-NOS-BIOMAS-BRASILEIROS-ed01-2020.pdf>. Acesso em: em: 6 nov. 2023.

BURSTEIN, P. Movimentos sociais e políticas públicas. *In*: GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. 4th ed. **How social movements matter**. London: University of Minnesota Press, 1999. v. 2.

CABRAL, L; DEVEREUX, S. Food equity: a pluralistic framework. **Institute of Development Studies Working Paper**, Brighton, n. 581, p. 1-40, 2022. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/17813>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CANESQUI, A. M. Antropologia e alimentação. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 3, n. 22, p. 207-216, 1988.

CAPANO, G.; GALANTI, M. T. From policy entrepreneurs to policy entrepreneurship: actors and actions in public policy innovation. **Policy & Politics**, [S.l.], v. 49, n. 3, p. 321-342, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/030557320X15906842137162>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPANO, G.; GALANTI, M. T. Brokers, entrepreneurs and leaders in policy dynamics: from individual actors to types of agency. *In*: ECPR GENERAL CONFERENCE MONTREAL, 2., 2015, Milão. **Proceedings...** Milão: International Public Policy Association, 2015. p. 27-29. Disponível em: <https://www.ippapublicpolicy.org/file/paper/1434480512.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, interesses e mudanças. **Cadernos Ebape BR**, Rio de Janeiro, v. 14, edição especial, p. 486-505, 2016.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB**, São Paulo, v. 61, p. 25-52, 2006. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/291/279>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas Públicas. **Teoria & Pesquisa**, São Paulo. v. 24, n. 2, p. 4-17, jul.-dez. 2015a.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma Revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estudos**, [S.l.], v. 1, n. 101, p. 57-76, 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002015000100003>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPORAL, F. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, F.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009. cap. 1. p. 9-64. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20-%20UMA%20CIENCIA%20DO%20CAMPO%20DA%20COMPLEXIDADE.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CAPORAL, F.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009. cap. 2. p. 65-110. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20-%20UMA%20CIENCIA%20DO%20CAMPO%20DA%20COMPLEXIDADE.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CARDOSO, T. M. **Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no Rio Cuieiras, Baixo Rio Negro (AM)**. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gnKR3>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CARTAXO, M. Ativismo e construção de significado: a política de AIDS do governo federal. *In: ABERS, R. (org.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília. Editora: Universidade de Brasília, 2021. cap. 6. p. 221-251. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y9zwc/pdf/abers-9786558461593.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

CARVALHO, P. D.; TEIXEIRA, M. A.; MOTTA, R., PENNA, C. Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3710808/2022>Acesso em: 5 nov. 2023.

CATRAPOA – COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO AMAZONAS. **Ata da reunião de 25 de março de 2021**. Manaus: CATRAPOA, 2021a.

CATRAPOA – COMISSÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS NO AMAZONAS. **Ata da reunião de 8 de julho de 2021**. Manaus: CATRAPOA, 2021b.

CAYRES, D. C. **Ativismo institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República**: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/tesedomitilacayres.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. The politics of agenda building: an alternative perspective for modern democratic theory. **Journal of Politics**, Chicago, v. 33, n. 4, p. 892-915, 1971.

COELHO, V. S. Os movimentos negro e indígena e a política de saúde e de HIV/Aids: institucionalização e domínio de agência. *In: LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J., (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós transição*. Ed. UERJ, 2018. cap. 7. p. 331-373. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114797>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COHEN, N. **Policy entrepreneurship at the street level**: understanding the effect of the individual. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108864299>. Acesso em: 5 nov. 2022.

COHEN, N. Policy entrepreneurs and agenda setting. *In: ZAHARIADIS, N. (Ed.). **Handbook of public policy agenda setting***. Cheltenham: Edward Elgar, 2016. cap. 10. p. 180-199.

CORTES, S.; SILVA, M. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2973/2715>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COSTA, E. **Alimentação e rede urbana na Amazônia brasileira**: um estudo das transformações e permanências nos hábitos alimentares de idosas nas cidades de Tefé,

Alvarães e Uarini, Amazonas. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3979>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COSTA, L. Alimentação e comensalidade entre os Kanarmari da Amazônia ocidental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 473-504, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000300003>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COSTA, E.; SCHOR, T. Redes urbanas, abastecimento e o café da manhã de idosas na cidade de Tefé, Amazonas: elementos para a análise da geografia da alimentação no Brasil. **Hygeia**, Uberlândia/Minas Gerais, v. 9, n. 17, p. 52-73, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/22382/13622>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CRAVO, M. S.; XAVIER, J. J. B. N; DIAS, Miguel Costa; BARRETO, J. F. Características, uso agrícola atual e potencial da várzea no Estado do Amazonas Brasil. **Acta Amazônica**, Manaus/AM, v. 32, n. 3, p. 351-365, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43922002323365>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DAVID-BENZ, H; SIRDEY, N.; DESHONS, A.; ORBELL, C.; HERLANT, P. **Catalisando a transformação sustentável e inclusiva dos sistemas alimentares**: estrutura conceitual e método para a avaliação nacional e territorial dos sistemas alimentares. Roma; Montpellier; Bruxelas: FAO; CIRAD; União Europeia, 2022. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/602279/2/ID602279.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DAVIRON, B. Aux origines de l'agriculture industrielle. *In*: BRICAS, N.; CONARÉ, D.; WALSER, M. (ed.). **Une écologie de l'alimentation**. Versailles: Quæ, 2021. cap. 4. p. 71-81. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/51626> Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHUTTER, O.; QUINOT, G.; SWENSSON, L. F. J. Public food procurement as a development tool: the role of the regulatory framework. *In*: SWENSSON, L.; HUNTER, D.; SCHNEIDER, S.; TARTANAC, F. **Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets**. Rome: FAO; Alliance of Bioversity International and CIAT; Editora da UFRGS, 2021. V. 1. cap. 2. p. 43-77. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb7960en/cb7960en.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DÓRIA, C. A.; AZEVEDO, E. Banquetaço: ativismo alimentar e a construção de novas formas de expressão política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.l.], 19 de março de 2019, não paginado. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/banquetaco-ativismo-alimentar/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ERAZO, R. L.; COSTA, S. C. F. C.; SILVA, L. J. A importância da mulher na agricultura familiar: comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho-AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Belém, v. 6, n. 15, p. 238-251, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p242-255>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FERREIRA, D. D. **Ativismo institucional no Governo Federal**: as práticas dos analistas técnicos de políticas sociais. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ufabc.edu.br/php/download.php?codigo=72739&tipo_midia=2&iIndexSrv=1&iUsuario=0&obra=102544&tipo=1&iBanner=0&iIdioma=0. Acesso em: 6 nov. 2023.

FIGUEIREDO, R. S. **Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena ofertada no Estado do Amazonas**. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/> Acesso em: 6 nov. 2023.

FONTE, M. As cinco dimensões da sustentabilidade: a visão dos Grupos de Compra Solidária em Roma, Itália. *In*: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 6. p. 125-152.

FORBES. Dia da Amazônia: você conhece esse tesouro que não é só do Brasil? **Forbes Brasil**, 5 set. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/09/dia-da-amazonia-voce-conhece-esse-tesouro-que-nao-e-so-do-brasil/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FOUILLEUX, E.; MICHEL, L. Introduction: politisation de l'alimentation: vers un changement de système agro-alimentaire?. *In*: FOUILLEUX, E.; MICHEL, L. **Quand l'alimentation se fait politique(s)**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2020. p. 11-48. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-recma-2022-1-page-150.htm>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Nota Técnica nº 3/2017/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI**. [S.l.]: FUNAI, 2017. Disponível em: <https://www.programacap.org.br/material/nota-tecnica-no-3-2017-cope-cgpc-dpds-funai/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIAMBARTOLOMEI, G.; FORNO, F.; SAGE, C. How food policies emerge: the pivotal role of policy entrepreneurs as brokers and bridges of people and ideas. **Food Policy**, [S.l.], v. 103, p. 1-10, 2021.

GIARD, L. Cozinha. *In*: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Morar, cozinhar, v. 2).

GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. **How social movements matter**. London: University of Minnesota Press, 1999. V. 10.

GIZ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT. **GIZ Profile: sustainable development for a liveable future**. [S.l.]: GIZ, 2023. Disponível em: <https://www.giz.de/en/aboutgiz/profile.html>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr.-jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; VASCONCELLOS, F. C. F. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. *In*: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. cap. 4. p. 69-90. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2023.

IBERÊ, D. Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise. **Cardernos OBHA**, [S.l.], n. 1, p. 36-44, jul. 2020. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/5351/2/468779612.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa político de Amazonas**. [S.l.]: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa107>. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazonas**. [S.l.]: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am>. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manaus**. [S.l.]: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 29 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/46/0>. Acesso em: 20 set. 2023.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Nota Técnica nº 6/2019/COPROD/CGPT/DISAT/ICMBio**. Brasília: MPF, 2019. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes/nota-tecnica-no-6_2019_coprod_cgpt_disat_icmbio.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

INSTITUTO INNOVARE. No Amazonas, escolas incorporam à merenda alimentos produzidos por indígenas, quilombolas e pequenos produtores. **Instituto Innovare**, [S.l.], não paginado, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.premioinnovare.com.br/noticias/no-amazonas-escolas-incorporam-a-merenda-alimentos-produzidos-por-indigenas-quilombolas-e-pequenos-produtores/45>. Acesso em: 3 nov. 2023.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. **O Instituto Mamirauá**. [S.l.]: Instituto Mamirauá, 2023. Disponível em: <https://mamiraua.org.br/o-instituto>. Acesso em: 4 dez. 2022.

IPI – INSTITUTO PIAGAÇU. **Quem somos?** 2022. Disponível em: <https://www.piagacu.org.br/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

INTINI, J.; JACQ, E.; TORRES, D. **Transformar los sistemas alimentarios para alcanzar los ODS**. Santiago do Chile: FAO, 2019. Documento n. 12. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5130es/ca5130es.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. Summary for Policymakers. *In*: MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P., PIRANI, A. (org.). **Climate change 2021: the physical science basis**. Contribuição do Grupo de Trabalho I para o sexto relatório de avaliação do IPCC. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 3-32.

JARDIM, C. M. **Do rural ao urbano: abordagens sobre as mudanças nos padrões alimentares de moradores de áreas de assentamentos rurais do Amazonas**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

JARROW, S. Prefácio. *In*: GIUGNI, M., MCADAM, D.; TILLY, C. **How social movements matter**. London: University of Minnesota Press, 1999. v. 10.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food security monitoring in Brazil and other Latin American countries: support for governance with the participation of civil society. **Global Food Security**, [S.l.], v. 14, p. 79-86, 2017.

KING, P. J.; ROBERTS, N. C. An investigation into the personality profile of policy entrepreneurs. **Public Productivity & Management Review**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 173-190, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3380990>. Acesso em: 6 nov. 2023.

KINGDON, J. W. Como chega a hora de uma ideia? *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2007a. V. 1. p. 219-225.

KINGDON, J. W. Juntando as coisas. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2007b. V. 1. p. 225-247.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANG, T.; HEASMAN, M. Diet and nutrition policy: a clash of ideas or investment? **Development**, [S.l.], v. 47, n. 2, p. 64-74, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5219554_Diet_and_Nutrition_Policy_A_clash_of_ideas_or_investment. Acesso em: 6 nov. 2023.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191211157>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M. SZWAKO, J. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114797>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LEITE, M. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. *In*: BARROS, D. C.; SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. Â. (org.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. cap. 7. p. 181-210. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415870>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LEVKOE, C. Z. ANDREE, P. ; BALLAMINGIE, P. Tasala, K.; WILSON, A. ; KORZUN, M. Civil society engagement in food systems governance in Canada. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/1132/1101>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LIMA, A. S. **Visita de verificação da REMA**. 2023. 1 fotografia.

LIMA, A. S. **Visita de verificação da REMA**. 2022. 1 fotografia.

LIMA, A. S. **Entrega da alimentação escolar indígena no Município de São Gabriel da Cachoeira**. 2021. 4 fotografias.

LOCKS, P. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. **Revista Outra Economia**, [S.l.], v. 8, n. 14, p. 45-59, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.814.05/4152>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LOPES. P. R. ROJO E. R. E. C.S ; SIQUEIRA, S. V ; EGÍDIO, S. S. R. S. ; OLIVEIRA, C. Logística de transporte em diversas regiões do Brasil: os problemas e dificuldades na logística de transporte. *In*: FATECLOG: CONGRESSO DE LOGÍSTICA DAS FACULDADES DE TECNOLOGIA DO CENTRO PAULA SOUZA: GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS NO AGRONEGÓCIO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO CONTEXTO ATUAL, 12., 2021, Mogi das Cruzes. **Anais [...]**. Mogi das Cruzes: FATEC Mogi das Cruzes, 2021. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/parte4/609-806-1-RV.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon tipping point. **Science Advances**, [S.l.], v. 4, n. 2, não paginado, 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aat2340>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MAIA, E. **Produtos fornecidos por agricultores indígenas a escolas do Amazonas**. 2021. 5 fotografias.

MAIZZA, F. Sobre as crianças-planta: o cuidar e o seduzir no parentesco Jarawara. **Mana**, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 491-518, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000300003>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.

MARCHETTI, F. F.; LOPES, K. C. S. A.; GUYOT, M. SORRENTINO, M.; LOPES, P. R. Agroecologia: ciência, movimento político e prática social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 388-415, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23714>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MARQUES, P. E. M.; DORIA, N. G. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Raízes**, [S.l.], v. 41, n. 2, p. 246-261, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.719> Acesso em: 2 nov. 2023.

MARQUES, P. E. M.; RETIÈRE, M. I. H. ALMEIDA, N.; SANTOS, Carolina Ferraz dos Santos. A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de casos em municípios paulistas da região administrativa de Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 101-112, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v24i2.8649835>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MENDES, N. R. G. A. **Análise do processo de reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas indígenas no Amazonas**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4748> Acesso em: 6 nov. 2023.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceito, caracterização e desenvolvimento. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Belém/Para, v. 1, n. 5, p. 35-57, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2015v1i5p%25p>Acesso em: 6 nov. 2023.

MENEZES, M. A. O.; UGUEN, K.; ONO, M. F. C.; BROSLER, E. M.; GOES, J. F.; NEVES, A. L. Extensão rural com foco na produção orgânica: contribuições do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e da Rede Maniva de Agroecologia (Rema). **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/1687/1101>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MEYER, D.; JENNESS, V.; INGRAM, H. **Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

MINTROM, M. **Policy entrepreneurs and dynamic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019a.

MINTROM, M. So you want to be a policy entrepreneur? **Policy Design and Practice**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 307-323, 2019b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/25741292.2019.1675989?needAccess=true>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MOCELIN, D. G. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. *In*: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. M. (org.) **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. cap. 4. p. 65-101. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180969/001073980.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MORAES, R. P. G. ; HERCULANO, F. E. B. ; VEIGA JÚNIOR. V. F. da. A bioindústria da castanha-da-Amazônia: a realidade e as perspectivas tecnológicas para agregação de valor ao produto local. *In*: MAFRA, R. Z.; MEDEIROS, R. L. **Estudos da bioindústria amazonense: sustentabilidade, mercado e tecnologia**. Manaus: Edua, 2014. cap. 6. p. 113-128.

MOTA, I. Entrega da alimentação escolar indígena no Município de Boca do Acre. 2023. 4 fotografias.

MUÑOZ, E. F.; NIEDERLE, P. Ativismo político para a construção de novos mercados alimentares: uma análise institucional comparada entre Brasil e Chile. **Agrociencia Uruguay**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31285/agro.26.961>. Acesso em: 2 nov. 2023.

NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M. N. How does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil. **Journal of Rural Studies**, [S.l.], v. 78, p. 304-313, 2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

OLIVEIRA, E. C; LIBANIA, G. B. F; GAMA, L. M.; RIBEIRO, F. J. Agricultura familiar e sustentabilidade no estado do Amazonas: do desenvolvimento local para o setorial. **Revista Grifos**, [S.l.], v. 30, n. 54, p. 94-111, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5940>. Acesso em: 6 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. **Entre plantas e palavras: modos de constituição de saberes entre os Wajãpi (AP)**. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22082012-100255/>. Acesso em: 18 out. 2022.

OLIVEIRA, M. S. Movimentos Sociais, ocupação de cargos públicos e políticas públicas: uma relação de sucesso: o caso da produção do Plano de Preservação e Combate ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAM. *In*: ABERS, R. N. (org.). **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2021. cap. 3. p. 123-153. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ONO, M. F. C. Reata: uma experiência agroecológica superando desafios e fazendo a diferença na Amazônia. *In*: REUNIÃO AMAZÔNICA DE AGROECOLOGIA, 1., 2007, Manaus. **Anais...** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: Congresso Nacional, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

PALMEIRA, P.; MATTOS, R. A.; SALLES-COSTA, R. Food security governance promoted by national government at the local level: a case study in Brazil. **Food Security**, [S.l.], v. 12, p. 591-606, 2020.

PARSONS, K.; HAWKES, C. **Connecting food systems for co-benefits**: how can food systems combine diet-related health with environmental and economic policy goals? Copenhagen: European Observatory on Health Systems and Policies, 2019.

PENNA, C. **Conexões e controvérsias no INCRA e Marabá**: o Estado como um ator heterogêneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PENNA, C. Social movement activity in the transition to PT Government: the case of MST in Brazil. *In*: KLANDERMANS, B.; VAN STRALEN, C. (ed.). **Movements in times of democratic transition**. Philadelphia: Temple University Press, 2015. V. 1. p. 138-165.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PEREIRA, A. K. Ativismo institucional em empreendimentos de infraestrutura: autonomia e discricionariedade no caso da Hidrelétrica de Belo Monte. *In*: ABERS, R. (org.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2021. cap. 5. p. 189-220. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593> Acesso em: 5 nov. 2023.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SHAMAH-LEVY, T.; CANDEL, J. Food security governance in Latin America: principles and the way forward. **Global Food Security**, [S.l.], v. 14, p. 68-72, 2017.

PETRIDOU, E.; MINTROM, M. A research agenda for the study of policy entrepreneurs. **Policy Studies Journal**, [S.l.], v. 49, n. 4, p. 943-967, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/psj.12405>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PETTINICCHIO, D. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. **Sociology Compass**, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00465.x>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PINHEIRO, W. M. **Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político: duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.15088>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PORTILHO, F.; MICHELETTI, M. Political consumerism in Latin America. *In*: BOSTROM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. **The oxford handbook of political consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

PORTO, J. R. S. Notas sobre os efeitos e a ideia de Estado. **Agenda Política**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 171-194, 2017.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Mercados e segurança alimentar e nutricional. In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. cap. 10. p. 171-190. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2023.

RAPALLO, R.; RIVERA, R. **Nuevos patrones alimentarios, más desafíos para los sistemas alimentarios**. Santiago de Chile: FAO, 2019. Documento n. 11. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5449es/ca5449es.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

RASTOIN, J. L.; GHERSI, G.; SCHUTTER, O. **Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques**. Versailles Cedex: Quae, 2010.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.48416/ijaf.v19i3.206>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ROCHA, C. Impactos à saúde humana causados pelos sistemas alimentares. In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. cap. 2. p. 27-52. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ROCHA, C.; JACOBS, N. **Unravelling the food-health nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems**. Bruxelas: IPES-Food; Global Alliance for the Future of Food, 2017. Disponível em: [https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport\(1\).pdf](https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport(1).pdf). Acesso em: 6 nov. 2023.

RODRIGUES, K. L. O programa Bolsa Floresta e os sistemas de pagamento por serviços ambientais. **Jus Navigandi**, [S.l.], v. 1, não paginado, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32871/o-programa-bolsa-floresta-e-os-sistemas-de-pagamento-por-servicos-ambientais>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, A.; LEONARDOS, O.; WOORTMANN, E. Repensando a geografia da fome na Amazônia. In: BARTOLI, E.; MUNIZ, C.; ALBUQUERQUE, R. (org.). **Sociedade, territórios e linguagens**. Manaus: EDUA, 2016. cap. 7. p. 135-162. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2675/pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100004>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, D.; Mosaner, M.; CELENTANO, D. MOURA, R., VERÍSSIMO, A. **Índice de progresso social na Amazônia brasileira**: IPS Amazônia 2018. Belém: Imazon; Social Progress Imperative, 2018. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Resumo-Executivo-IPS-Amazonia-2018.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, M. M. **Ativismo alimentar**: experiências locais de produção e consumo de alimentos em São Paulo. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.91.2021.tde-02082021-180416>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SASSATELLI, R. Contestação e consumo alternativo: a moralidade política da comida. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 10-34, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/5964/4926>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SAUNIER, H. Com apoio da rede maniva, café apuí agroflorestal avança rumo à certificação orgânica. **IDESAM**, [S.l.], não paginado, 9 out. 2018. Disponível em: <https://idesam.org/conteudo/noticias/com-apoio-da-rede-maniva-cafe-apui-agroflorestal-avanca-rumo-a-certificacao-organica/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 4. p. 93-142. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309202008_Mercados_e_Agricultura_Familiar. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 18, p. 99-122, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHOR, T. Redes, fluxos e abastecimento de comida no Alto Solimões/AM: reflexões sobre o papel das cidades e da produção rural no desenvolvimento local. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 5, p. 89-109, 2015.

SCHOR, T.; AZENHA, G. S. Ribeirinho food regimes, socioeconomic inclusion and unsustainable development of the Amazonian floodplain. **EchoGéo**, [S.l.], n. 41, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/echogeo.15052>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHOR, T.; AZENHA, G. S.; BARTOLI, E. Contemporary urbanization in the Brazilian Amazon: food markets, multisided households and ribeirinho livelihoods. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [S.l.], n. 24, não paginado, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.15682>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHOR, T.; PINTO, M. A. T.; AVELINO, F. C. C.; RIBEIRO, M. L. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, Manaus,

n. 24, não paginado, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.10254>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCHUBERT, M. N. PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. *In*: SCHUBERT, M. N.; TONIN, J.; SCHNEIDER, S. (org.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea**: consumo, mercados e ação pública. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. cap. 1. p. 19-46. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256162/001164940.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SCOVILLE, C.; FLIGSTEIN, N. The promise of Field Theory for the study of political institutions. *In*: JANOSKI, T. (ed.). **The new handbook of political Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. cap. 3. p. 79-101.

SILVA, F. P. E. **Plantas alimentares cultivadas nas roças Baniwa**: mudanças e participação dos jovens. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/6399>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, G. P.; ZANELA, R. A contribuição da polifeira do agricultor (UFMS – Santa Maria) com a segurança alimentar e nutricional. *In*: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. cap. 13. p. 227-244. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, I. C. Agricultura familiar na região do Alto Juruá-AM. **Boletim Paulista de Geografia**, [S.l.], v. 1, n. 110, p. 233-256, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i110.3129>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, [S.l.], v. 13, p. 86-124, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300005>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, R. R. **Aglomeraciones populacionais na região norte do Brasil de 1980 a 2000**: uma abordagem por meio da nova geografia econômica. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.11.2011.tde-02052011-090008>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, S. S. C. **A estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica**. 2006. 333 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A. R.; SANTOS, T. M.; MALUSCHKE, J.B.; MENDES, L. S. A.; REIS, D. C.; SILVA, S. D. B. Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: uma possibilidade de investigação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 341-350,

abr.-jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200016> Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVEIRA, M. C. Activism among bureaucrats: creative social housing work in a conservative institutional setting. **Brazilian Political Science Review**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 1-36, nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202200030002> Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVEIRA, N. H. **Imagens de abundância e escassez: comida guarani e transformações na contemporaneidade**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95556> Acesso em: 6 nov. 2023.

SOBRINHO, J. E. O. C. **Regimes, subsistemas e repertório de interação: as relações do movimento sindical com o Executivo Federal nos governos Lula e Dilma**. 2019. 138 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUSA, A. S.; ARAÚJO, M. I.; WANDELLI, V. E. Saberes tradicionais dos povos amazônicos no contexto do processo de transição agroecológica. **AmbientalMente Sustentable**, [S.l.], v. 20, p. 1699-1717, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/22309> Acesso em: 6 nov. 2023.

SOUSA, S. G.; ARAÚJO, M. I.; MENENZES, M. O.; WANDELLI, E. V. O protagonismo dos agricultores familiares no processo de transição agroecológica na Região Metropolitana de Manaus-AM. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/4045/3989>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SOUZA, V. M. G.; VILLAR, B. S. Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 23-30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v25i1.8650881>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SPAARGAREN, G.; OOSTERVEER, P. Citizen-consumers as agents of change in globalizing modernity: the case of sustainable consumption. **Sustainability**, [S.l.], v. 2, n. 7, p. 1887-1908, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su2071887>. Acesso em: 6 nov. 2023.

STUCKLER, D.; NESTLE, M. Big food, food systems, and global health. **PLoS Medicine**, [S.l.], v. 9, n. 6, p. 1-4, 2012. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001242>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SWINBURN, B. Kraa, V. I.; ALLENDER, S. ATKINS V.; BAKER, P. I. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. **The Lancet**, [S.l.], v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2818%2932822-8>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2013.910954>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TATAGIBA, L.; ABERS, R. N.; SILVA, M. K. S. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PRIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e política pública no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA; ENAP, 2018. cap. 4. p. 105-138. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8487>. Acesso em: 5 nov. 2023.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 24, n. 58, p. 85-102, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245804> Acesso em: 6 nov. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUE, J. L.; JONES, B.; BAUMGARTNER, P. Punctuated-Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policymaking. *In*: SABATIER, P. A. **Theories of the policy process**. California: Westview Press, 2007. cap. 6. p. 155-188.

UGUEN, K. MENEZES, M. A. O.; BASSINI, F.; SILVA, S. B.; FONSECA, J. G. Processos educativos para o ensino e a extensão rural agroecológica: aprendizados com a Rede Maniva de Agroecologia-REMA. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/22376/12836>. Acesso em: 6 nov. 2023.

VERDUM, R. **Estudos etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/outras-publicacoes/estudos-etnograficos-relatorio-final/estudos-etnograficos-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

VIAJE NA IMAGEM. Três dias de barco pelo Rio Amazonas. **Viaje na imagem**, [S.l.], não paginado, 24 nov. 2013. Disponível em: <https://www.viajenaimagem.com/2013/11/viagem-de-barco-rio-amazonas.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

VILAÇA, L. H. Para além do gabinete: o ativismo de procuradores no caso da usina de Belo Monte. *In*: ABERS, R. N. (org.). **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2021. cap. 4. p. 155-188. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593>. Acesso em: 5 nov. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 5 nov. 2023.

VIVIER, E.; DROULERS, M. Modelos alimentares em transição na Amazônia Brasileira. *In*: TOURNEAU, F.-M.; CANTO, O. (org.). Belém: UFPA, 2019. V. 2. cap. 6. p. 181-208. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02350192/document>. Acesso em: 5 nov. 2023.

WANDELLI, E. V.; NEVES, A. L.; MENEZES, M. A.; SEMEGHINI, M.; UGUEN, K. ONO, M. C. A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) em transformar os laboriosos procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de orgânicos em mobilização social promotora da Agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 1-5, 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/19107/13782>. Acesso em: 5 nov. 2023.

YATES, L. Consumer Participation: Boycotting and Buycotting. **CRESC Working Papers**, [S.l.], n. 82, p. 1-19, 2010. Disponível em: <https://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/cresc/workingpapers/wp82.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ZÚÑIGA-ESCOBAR, M.; GRISA, C.; COELHO-DE-SOUZA, S. G. Gobernanza de estrategias bajo el enfoque sistémico de la seguridad alimentaria y nutricional. **Revista Agroalimentaria**, [S.l.], v. 27, n. 53, p. 17-32, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8392952>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ZUNIGA-ESCOBAR, M.; GRISA, C.; COELHO-DE-SOUZA, S. G. Redes de política pública: un abordaje para analizar la gobernanza de la Seguridad Alimentaria y Nutricional. *Saúde e Sociedade*, v. 29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180890>. Acesso em: 5 nov. 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A CATRAPOA

1. Por que o interesse pelos povos indígenas? Algum motivo em especial nesse público, especificamente?
2. Antes do trabalho como procurador do Ministério Público, você já havia atuado em algum movimento social?
3. Em algum outro momento da sua vida, seja em âmbito profissional, seja pessoal, você já havia se envolvido em alguma ação ativista? E na defesa de alguma causa?
4. Qual a relevância ou o peso da sua atuação profissional ou institucional no MPF para o trabalho da CATRAPOA?
5. Na sua avaliação, o protagonismo da CATRAPOA é fruto de um esforço pessoal seu, com o apoio dos recursos conseguidos pela via do Ministério Público, dada a sua atuação profissional? Ou você considera a atuação de outras instituições ou movimentos sociais tão relevantes quanto a do MP? Como você avalia esse trabalho coletivo? Há, na sua avaliação, um trabalho realmente coletivo?
6. Hoje a CATRAPOA atua em rede envolvendo vários atores, mas, no início, quando ela estava sendo idealizada, houve um grupo de apoio, pessoas ou instituições em particular que ajudaram a pensar e dar início às ações da CATRAPOA? Se sim, poderia citar quais atores ou movimentos sociais ou instituições principais contribuíram para a consolidação da CATRAPOA?
7. Há participação da Sociedade Civil nas ações conduzidas pela CATRAPOA? Movimentos sociais participam da CATRAPOA? Se sim, quais movimentos participam e como tem ocorrido essa atuação? Como você avalia a atuação desses movimentos sociais junto à CATRAPOA? Se negativa, quão relevante seria essa atuação?
8. Se positivo, qual a influência da atuação da Sociedade Civil nas ações da CATRAPOA? Quais movimentos da Sociedade Civil têm se destacado ou sido mais atuantes?
9. Além do MPF, quais outras instituições e/ou órgãos governamentais têm colaborado com as ações da CATRAPOA? Quais desses têm sido mais atuantes?
10. Você já comentou algumas vezes, em reuniões, sobre a importância de as ações serem articuladas em grupo. Comente um pouco sobre a importância dessa articulação em rede para o trabalho conduzido pela CATRAPOA. Como são formadas essas redes? Como tem sido feito esse processo de articulação?

11. Considerando os diferentes atores que participam da CATRAPOA, instituições, organizações, como ocorre esse envolvimento entre esses diferentes atores?
12. Pensando em atores individuais, que pessoas em particular você poderia citar como figuras-chave para o bom andamento dos trabalhos da CATRAPOA? E por que você os considera principais? Você geralmente identifica e posteriormente aciona essas pessoas específicas, potenciais colaboradores dentro dessas instituições e/ou organizações?
13. Ainda sobre essas parcerias... Na sua avaliação, quais os atores mais atuantes na CATRAPOA, os mais engajados?
14. Considera a necessidade de mais parcerias? Há outros atores que não fazem parte da CATRAPOA, mas que, na sua avaliação, poderiam contribuir nas ações da CATRAPOA?
15. Quais aspectos positivos você consegue visualizar a partir da participação dos povos indígenas nas compras institucionais do PNAE?
16. Em que medida as ações da CATRAPOA podem contribuir na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis?
17. Sobre a sua atuação especificamente, numa escala de 0 a 10, como você avalia seu envolvimento na condução das ações da CATRAPOA? Comente um pouco sobre o tempo que você dedica ao trabalho da comissão.
18. Considerando que, para ter sucesso nas ações, é necessário realizar negociações e intermediações entre diferentes atores ou setores governamentais ou municipais, como ocorrem essas negociações e intermediações? Poderia citar alguns exemplos já vivenciados no decorrer dessa caminhada? Considerando a inevitável existência de conflitos, como eles costumam ser gerenciados?
19. Como têm ocorrido os relacionamentos com as autoridades locais e também com os grupos comunitários? Comente um pouco sobre esses dois universos que necessitam, inevitavelmente, dialogar, dados os objetivos da CATRAPOA.
20. Como você tem mobilizado a opinião pública em relação às problemáticas alimentares enfrentadas pelas comunidades indígenas? Que ferramentas e/ou estratégias utiliza?
21. Nas suas colocações, representando a CATRAPOA, percebe-se uma forte narrativa não somente vinculada à questão alimentar propriamente dita; constam, nos seus argumentos, aspectos ambientais, financeiros e também culturais, sobre o respeito aos modos alimentares da população indígena. Esse tipo de narrativa é intencional? Visa, por exemplo, ampliar o número de pessoas interessadas na pauta?

22. Que ações foram realizadas e/ou recursos mobilizados para convencer os atores da relevância e da efetiva possibilidade de fazer com que os indígenas acessassem a política pública do PNAE?
23. Há alguma ação futura que vem sendo pensada ou planejada para chamar atenção e ganhar adesão de um número maior de atores (indígenas, representantes governamentais, comunidade escolar, servidores públicos)?
24. A CATRAPOA tem ganhado destaque em nível nacional, sendo inclusive premiada pelo Instituto Innovare. A que você atribui essa repercussão positiva? Que fatores, na sua opinião, despertam o interesse das pessoas no trabalho desenvolvido pela CATRAPOA?
25. Como você avalia o entusiasmo e o interesse de outros estados em implementar ações semelhantes às da CATRAPOA, por meio da mobilização conduzida por vocês na CATRAPOVOS? A que você atribui esse interesse, essa motivação?
26. Inicialmente, a questão sanitária era a principal barreira para que os indígenas acessassem essa política pública. Como se deu a busca para a solução desse problema? Refiro-me à estratégia de qualificar essa especificidade na condição de autoconsumo e assim romper com essa barreira? Relate sobre essa caminhada, o processo construído até a elaboração dessa alternativa de solução.
27. Você sente que os membros da CATRAPOA depositam confiança em você? A que você atribui esse sentimento de confiança?
28. Como você tem conseguido motivar as pessoas a atuarem junto à CATRAPOA, a ponto de outros estados, inclusive, passarem a realizar ações semelhantes, no âmbito da CATRAPOVOS?
29. É realizado, no âmbito da CATRAPOA, algum tipo de formação: cursos, palestras, oficinas, visando sensibilizar os envolvidos quanto às problemáticas alimentares indígenas?
30. Você, em particular, participou de algum processo formativo que ajudou a ampliar sua perspectiva sobre as problemáticas alimentares?
31. É feita alguma formação específica sobre o acesso à política pública do PNAE pelos agricultores indígenas?
32. Os indígenas passam por algum processo formativo: palestras, oficinas, cursos sobre alimentação escolar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A REMA

1. Conte um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional?
2. Você já atuou em algum movimento social?
3. Em algum outro momento da sua vida, seja em âmbito profissional, seja pessoal, você já havia se envolvido em alguma ação ativista? E na defesa de alguma causa?
4. Como se deu seu envolvimento com a REMA? Que trabalhos você já desenvolveu ou vem desenvolvendo junto à REMA?
5. Você acha que sua atuação profissional, de alguma forma, contribui para as ações da REMA?
6. Quais as principais frentes de trabalho da REMA atualmente? Que ações vêm sendo realizadas?
7. Quais ações você destaca como mais importantes já conduzidas pela REMA?
8. Você considera que a atuação de outras instituições ou movimentos sociais é relevante para as ações da REMA? Como você avalia esse trabalho coletivo? Há, na sua avaliação, um trabalho realmente coletivo?
9. Hoje, a REMA atua em rede, envolvendo vários atores, mas, no início, quando ela estava sendo idealizada, houve um grupo de apoio, pessoas ou instituições em particular que ajudaram a pensar e dar início às ações da REMA? Se sim, poderia citar quais atores, movimentos sociais ou instituições principais contribuíram para a consolidação dos trabalhos?
10. Há participação da Sociedade Civil? Quais movimentos sociais participam da REMA? E como tem ocorrido essa atuação? Como você avalia a atuação desses movimentos sociais junto à REMA? Se negativa, quão relevante seria essa atuação? Se positivo, qual a influência da atuação deles nas ações da REMA? Quais movimentos da Sociedade Civil têm se destacado ou sido mais atuantes?
11. Há participação do Estado (órgãos governamentais) na REMA? Quais órgãos ou instituições participam e como tem ocorrido essa atuação? Como você avalia a atuação dessas instituições junto à REMA? Se negativa, quão relevante seria essa atuação?
12. Comente um pouco sobre a importância dessa articulação em rede para o trabalho conduzido pela REMA. Como são formadas essas redes? Como tem sido feito esse processo de articulação? Considerando os diferentes atores que participam da REMA, instituições, organizações, como ocorre esse envolvimento entre esses diferentes atores?

13. Pensando em atores individuais, que pessoas, em particular, você poderia citar como figuras-chave para o bom andamento dos trabalhos da REMA? E por que você as considera principais?
14. Ainda sobre essas parcerias, nesse trabalho em rede, na sua avaliação, quais os atores mais atuantes na REMA, os mais engajados?
15. Acredita que a REMA necessita de mais parcerias? Há outros atores que não fazem parte da REMA, mas que, na sua avaliação, poderiam contribuir nas ações do movimento?
16. Quais aspectos positivos você consegue visualizar a partir das ações conduzidas pela REMA?
17. Em que medida as ações da REMA podem contribuir na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis?
18. Sobre a sua atuação especificamente, numa escala de 0 a 10, como você avalia seu envolvimento na condução das ações da REMA? Comente um pouco sobre o tempo que você dedica ao trabalho da rede.
19. Considerando que, para ter sucesso nas ações, é necessário realizar negociações e intermediações entre diferentes atores e/ou setores governamentais, como ocorrem essas negociações e intermediações? Poderia citar alguns exemplos já vivenciados no decorrer dessa caminhada? Considerando a inevitável existência de conflitos, como eles costumam ser gerenciados?
20. Como têm ocorrido os contatos com os agricultores e a participação deles?
21. Como a REMA tem mobilizado a opinião pública em relação às problemáticas alimentares? Que ferramentas e/ou estratégias utiliza?
22. Como a REMA faz para ampliar o número de pessoas interessadas na pauta da alimentação orgânica?
23. Que ações foram realizadas e/ou recursos mobilizados para convencer os agricultores e demais membros em relação à relevância da alimentação orgânica?
24. Há alguma ação futura que vem sendo pensada ou planejada para chamar atenção e ganhar mais adesão de pessoas e/ou grupos interessados em contribuir com o trabalho da REMA (Sociedade Civil, representantes governamentais, servidores públicos)?
25. A REMA tem ganhado um destaque positivo aqui no Amazonas. A que você atribui essa repercussão positiva? Que fatores, na sua opinião, despertam o interesse das pessoas no trabalho desenvolvido pela REMA?

26. Quais as alternativas de soluções enfrentadas para esses problemas?
27. Quais os maiores problemas enfrentados pela REMA?
28. Para onde a REMA canaliza suas reivindicações? Quais políticas? Há outras políticas além da produção orgânica? Junto a quais espaços institucionais? Secretaria de educação? Secretaria de agricultura? SEPROR? Para onde vocês canalizam as reivindicações?
29. Você saberia comentar sobre a relação da REMA com a Política Estadual de Produção Orgânica? Como ocorreu esse processo?
30. Você sente que os membros da REMA depositam confiança em você? A que você atribui esse sentimento de confiança?
31. Como você conseguiu motivar as pessoas a atuarem junto à REMA?
32. É realizado, no âmbito da REMA, algum tipo de formação: cursos, palestras, oficinas, visando sensibilizar os envolvidos quanto às problemáticas alimentares?
33. Você, em particular, participou de algum processo formativo que ajudou a ampliar sua perspectiva sobre as problemáticas alimentares?
34. É feita alguma formação específica sobre o acesso à política pública relativa aos orgânicos?
35. Os agricultores passam por algum processo formativo: palestras, oficinas, cursos sobre alimentação de modo geral?
36. Quais fatores ou quais circunstâncias te levaram a perceber uma janela de oportunidade em relação à participação dos agricultores na REMA?

ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REMA



MEMBROS DA REDE:

- Agricultores, técnicos, membros de instituições públicas e privadas, estudantes e consumidores comprometidos com a Carta de Princípios da REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA.
- Os membros da REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA constituirão o SPG Maniva e as Organizações de Controle Social (OCS) apoiadas pela Rede.

CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO

- Ser convidado/indicado por dois membros da Rede.
- Apresentar-se (presencial ou virtual) na plenária para inclusão e ser aprovado pela maioria presente dos membros.
- Preencher a ficha de cadastro na Rede (anexada).

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

- Participação das atividades (plenárias, reuniões, capacitação, oficinas, feiras etc.) designadas para os membros.
- Atender a Carta de Princípios da REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA.

CRITÉRIOS PARA SUSPENSÃO: a penalidade da suspensão terá o impedimento de votar e ser votado por seis a 12 meses, dependendo da infração.

- Agressão verbal.
- Faltas consecutivas em duas plenárias, não justificadas até o dia das plenárias (suspensão por seis meses).
- Faltas consecutivas em duas atividades programadas pela Rede para um grupo de membros afins, não justificadas até o dia das atividades (suspensão por seis meses).
- Atitudes de má conduta perante o grupo (suspensão por doze meses).

CRITÉRIOS PARA EXCLUSÃO: a exclusão deverá ser aprovada pelos membros em plenária.

- Agressão física
- Ser excluído do SPG Maniva ou da OCS ligadas à Rede.
- Reincidência de suspensão.

FUNCIONAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS PLENÁRIAS

- 1) Plenárias Ampliadas Semestrais, previstas em calendário anual, a serem realizadas em Manaus.
- 2) Plenárias locais trimestrais, previstas em calendário anual, a serem realizadas em locais estratégicos dos territórios.
- 3) As Plenárias iniciarão no horário da convocação e as deliberações serão feitas independente do número de membros presentes.
- 4) As Plenárias serão sistematizadas em atas, sempre que possível concluídas ao final de cada Plenária, e devem contar com a lista de presença anexada.



- 5) Os convites para as Plenárias ampliadas serão enviados por e-mail, mensagens via celular e afixados em feiras onde são comercializados produtos orgânicos, com pelo menos 15 dias de antecipação.
- 6) Os membros que desejarem incluir pontos de pauta deverão procurar a Coordenação Geral com pelo menos 16 dias de antecipação.
- 7) Plenárias Extraordinárias acontecerão conforme a demanda da Rede, sendo convocada pela Coordenação Geral ou Territorial com antecedência de 3 dias.

COORDENAÇÃO GERAL

- 1) A Coordenação Geral será composta por 6 membros interessados e mais votados, sendo pelo menos 3 agricultores, e por um representante indicado por Coordenação Territorial;
- 2) Os membros aptos a serem votados e interessados indicarão seus nomes no início da Plenária que tenha na pauta a eleição da Coordenação Geral;
- 3) Os membros aptos a votarem, incluindo aqueles citados no item anterior (aptos a serem votados), escolherão 6 nomes para votar e os registrarão em uma folha de papel;
- 4) Os votos serão lidos, registrados e contados frente a todos, por 3 membros escolhidos pelos presentes;
- 5) O período de mandato da Coordenação Geral será de 2 anos;
- 6) Caberá à Coordenação Geral cumprir e fazer cumprir a Carta de Princípios, coordenar as atividades da Rede; coordenar a organização das Plenárias Geral e Territorial; auxiliar a articulação entre as Coordenações Territoriais e os demais membros.
- 7) As reuniões da Coordenação Geral serão abertas, com quórum mínimo de 3 membros da Coordenação Geral;
- 8) As datas das reuniões serão comunicadas via e-mail, mensagens via celular e outros meios.

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

- 1) A Coordenação Territorial será composta por 3 a 6 membros (à decisão dos membros territoriais) interessados e mais votados, sendo constituída por pelo menos 1 agricultor;
- 2) Os membros aptos a serem votados e interessados indicarão seus nomes no início da Plenária que tenha na pauta a eleição da Coordenação Territorial;
- 3) Os membros aptos a votarem, incluindo aqueles citados no item anterior (aptos a serem votados), escolherão 3 a 6 nomes para votar e os registrarão em uma folha de papel;
- 4) Os votos serão lidos, registrados e contados frente a todos, por 3 membros escolhidos pelos presentes;
- 5) O período de mandato da Coordenação Territorial será de 2 anos;
- 6) Caberá à Coordenação Territorial cumprir e fazer cumprir a Carta de Princípios, coordenar as atividades territoriais; coordenar a organização das Plenárias territoriais; auxiliar a articulação entre os membros e a Coordenação Geral.



4

- 7) As reuniões da Coordenação Territorial serão abertas, com quórum mínimo de 3 membros da Coordenação Territorial;
- 8) As datas das reuniões serão comunicadas via e-mail, mensagens via celular e outros meios.

CONDIÇÕES PARA VOTAR E SER VOTADO

- Ter participado de, no mínimo, 2 Plenárias.

A CARTA DE PRINCÍPIOS

- Esta Carta de Princípio poderá ser alterada em qualquer Plenária, desde que o ponto a ser excluído, modificado ou incluído conste antecipadamente na pauta de convocação.



ANEXO B – POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DO ESTADO DO AMAZONAS



**Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**

LEI N. 4.581, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

INSTITUI a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, na forma da alínea e, I, do artigo 17, da Resolução Legislativa n. 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber a todos que a presente virem que promulga a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Fica instituída a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção e extrativismo sustentável, assim como, sistemas em processos de transição agroecológica, sistemas visando ao uso racional do fogo e diminuição de sua utilização, contribuindo para a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações do campo, da floresta, das águas e da cidade, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis a todos e do uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 2.º A PEAPO será implementada pelo Estado em regime de cooperação com a União, os Municípios, as organizações da sociedade civil e as entidades privadas, no âmbito da Lei Estadual n. 3.800, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a Política Geral de Produção Rural do Estado do Amazonas, em consonância com a Lei Federal n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e o Decreto Federal n. 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 3.º Para fins desta Lei, entende-se por:

I - agroecologia: concerne ao campo do conhecimento transdisciplinar que trata do manejo dos agroecossistemas e das relações humanas para promover o equilíbrio ecológico, a valorização da sociobiodiversidade local, a otimização e a manutenção da capacidade produtiva, a eficiência econômica, a equidade social e a soberania alimentar e nutricional, por meio da integração de conhecimentos técnico-científicos, tradicionais e populares, de práticas de base ecológica, e de sistemas agroalimentares holísticos e complexos;

II - sistema orgânico de produção: aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente;

III - produto orgânico: aquele oriundo de sistema orgânico de produção ou extrativismo sustentável com base em princípios agroecológicos e comprovado por mecanismo de acreditação da conformidade orgânica;

IV - transição agroecológica: processo dinâmico, gradual e orientado de conversão e mudança de práticas e de manejo de sistemas agrícolas, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, de acordo com as diretrizes e normas da agroecologia e da agricultura orgânica;

V - agricultor familiar: aquele que pratica atividades agrícolas, extrativistas e outras, com requisitos especificados nos termos do art. 3.º da Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006;

VI - agricultor urbano: aquele que pratica atividade agrícola no meio periurbano e intraurbano, e maneja os recursos de forma articulada com a gestão territorial e ambiental das cidades:

VII - povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, definidos nos termos do inciso I do art. 3.º do Decreto Federal n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;

VIII - sustentabilidade: um processo de desenvolvimento, dinâmico e contínuo, que satisfaz as necessidades de bem viver do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, e considera de maneira indissociável as dimensões econômica, social, ambiental e cultural;

IX - agrobiodiversidade: contempla a diversidade genética de espécies cultivadas ou manejadas, a riqueza dos processos funcionais dos agroecossistemas e as interações entre seus componentes, que refletem a interação entre agricultores e ecossistemas locais, que podem ao longo do tempo originar variedades, espécies ou paisagens, adaptadas às condições ecológicas locais;

X - sociobiodiversidade: resulta da inter-relação entre a biodiversidade e a diversidade sociocultural das populações tradicionais e dos agricultores familiares, que se expressa por meio de sistemas agrícolas e extrativistas tradicionais, da agrobiodiversidade, dos conhecimentos, das culturas e no manejo dos recursos naturais;

XI - mecanismo de acreditação da conformidade orgânica: mecanismo legal que assegura e certifica ao consumidor a qualidade e procedência do produto como orgânico, avaliado e atestado pelo Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica - OAC ou Organização de Controle Social - OCS, e cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de acordo com a Instrução Normativa do MAPA n. 19, de 28 de maio de 2009, tendo em vista o Decreto Federal n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e demais normas em vigor.

XII - populações do campo, da floresta e das águas: povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo, como: camponeses; agricultores familiares; trabalhadores rurais assalariados e temporários que residam ou não no campo; trabalhadores rurais assentados e acampados; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas: populações atingidas por barragens; povos indígenas; demais comunidades tradicionais; dentre outras;

XIII - economia solidária: forma de organizar a produção de bens de serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da justiça, da valorização do ser humano, da autogestão, da cooperação e da solidariedade;



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

XIV - segurança alimentar e nutricional: consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e ancestral e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

XV - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter integral e continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários, agroflorestais, agroextrativistas, florestais, artesanais, entre outros;

XVI - Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC): plantas que possuem uma ou mais categorias de uso alimentício, podendo ser de uma ou mais partes da planta (ou derivados dessas partes), mesmo que não sejam comuns, não sejam corriqueiras, não sejam do dia a dia da grande maioria da população de uma região, de um país ou mesmo do planeta, como alternativa a uma alimentação básica muito homogênea, monótona e globalizada.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4.º As ações da PEAPO serão destinadas prioritariamente às agricultoras e agricultores familiares rurais e urbanos e aos povos e comunidades tradicionais.

Art. 5.º Esta Política Estadual orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - sustentabilidade;

II - empoderamento e protagonismo social amplo com a inclusão, a participação ativa e propositiva, e diálogos de saberes das populações do campo, da floresta, das águas e da cidade;

III - preservação e conservação dos recursos naturais;

IV - soberania e segurança alimentar e nutricional;

V - justiça social e econômica, de gênero e étnica;

VI - diversidade cultural, agrícola, biológica, territorial e da paisagem;

VII - reconhecimento e valorização dos movimentos agroecológicos e a revitalização dos saberes, inclusive dos relacionados à alimentação e à medicina tradicional, da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, integrando-os aos conhecimentos técnico-científicos ligados a essa temática;

VIII - resiliência social e ambiental;

IX - eficiência e sustentabilidade no uso dos recursos naturais e a mínima dependência de insumos externos.

Art. 6.º São diretrizes da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO:

I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável;

II - conservação dos ecossistemas naturais, restauração dos ecossistemas degradados, promoção dos agroecossistemas sustentáveis que visem à diminuição da utilização do fogo e à valorização da agrobiodiversidade;

III - implementação de políticas de pesquisa, ATER, formação e educação que favoreçam a regularização ambiental das unidades produtivas, a agroecologia, a produção orgânica e a transição agroecológica;



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

IV - estruturação e desenvolvimento dos arranjos dos sistemas orgânicos de produção, distribuição e comercialização de produtos, propágulos e sementes, prioritariamente caboclas e tradicionais, que valorizam o uso consciente e a sustentabilidade dos agroecossistemas, considerando os pilares econômicos, sociais e ambientais da agricultura e do extrativismo, isentos de transgênicos (organismos geneticamente modificados) e do uso de agrotóxicos e outras substâncias sintéticas;

V - valorização, estímulo e divulgação das atividades extrativistas sustentáveis e uso da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais, considerando suas diferentes especificidades;

VI - fortalecimento dos agricultores e suas famílias, na gestão e na manutenção dos bens comuns para conservação da sociobiodiversidade;

VII - valorização dos conhecimentos tradicionais e desenvolvimento de inovações apropriadas à agroecologia e à produção orgânica na Amazônia, por meio do fomento de pesquisas técnico-científicas e da sistematização de saberes e experiências;

VIII - implementação, fortalecimento e internalização da concepção agroecológica com abordagem transversal entre as instituições públicas de saúde, ensino, pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;

IX - incentivo à produção baseada no conforto e bem-estar animal;

X - apoio para o aumento da oferta de produtos orgânicos e de espaços de comercialização, com a ampliação e o acesso a diferentes mercados, priorizando-se as cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos, a economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor e iniciativas similares;

XI - estímulo e sensibilização para o consumo de produtos orgânicos, por meio da promoção, da divulgação e da educação formal e popular;

XII - promoção do protagonismo dos agricultores do campo, da floresta, das águas e da cidade nos processos de construção e socialização de conhecimento, na gestão e na organização social dos sistemas agroalimentares;

XIII - apoio ao fortalecimento das organizações da sociedade civil, redes institucionais, redes sociais de economia solidária, cooperativas, associações e empreendimentos econômicos que promovam, assessorem e apoiem a agroecologia, a produção orgânica e o consumo consciente e sustentável;

XIV - reconhecimento dos agricultores de base ecológica e orgânica como prestadores de serviços ambientais e implantação de mecanismos de compensação socioeconômica que considerem as dimensões sociais e ambientais;

XV - garantia de que as políticas de desenvolvimento produtivo estejam em consonância com as necessidades sociais, ambientais e aptidões agrícolas de cada região do Estado, recorrendo-se a diagnósticos regionais que revelem a sociobiodiversidade existente, bem como suas demandas e potencialidades regionais;

XVI - integração, de forma estruturante, das ações de agroecologia e produção orgânica com políticas de inclusão e justiça social, de soberania alimentar e de superação da pobreza;

XVII - incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, promotoras de cidadania e de qualidade de vida, que assegurem a saúde, via diálogos de saberes populares e tradicionais, e uma educação do campo que respeite a diversidade cultural;



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

XVIII - empoderamento de jovens e de mulheres, por meio do acesso diferenciado às políticas públicas e do reconhecimento da importância de seus papéis na sustentabilidade no campo, nas águas e na floresta;

XIX - fomento ao ensino e à pesquisa para o desenvolvimento e registro de tecnologias sociais, de insumos orgânicos, de implementos agrícolas de baixo impacto ambiental, adaptados às condições locais de beneficiamento dos produtos e de manejo dos recursos naturais;

XX - apoio e fomento à geração e utilização de energias renováveis sustentáveis, que contribuam para a eficiência energética no meio rural, de modo que minimizem os impactos ambientais por meio de políticas públicas integradas que tornem estas tecnologias mais acessíveis à população;

XXI - incentivo à criação e execução de políticas de regularização ambiental e à gestão sustentável das unidades produtivas;

XXII - criação de escolas na categoria de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), adoção da metodologia da pedagogia da alternância na rede pública de ensino no meio rural, apoio às iniciativas comunitárias existentes, fortalecimento e criação de escolas agrotécnicas de ensino fundamental e médio, com abordagens agroecológicas;

XXIII - implementação e fortalecimento de programas de restrição do uso de agrotóxicos e variedades transgênicas nos sistemas agroalimentares não orgânicos;

XXIV - incentivo e fomento ao desenvolvimento da agricultura urbana com a implementação de hortas e pomares agroflorestais comunitários, domésticos e, em espaços públicos, especialmente, em escolas;

XXV - incentivo ao acesso e à organização dos agricultores familiares a mecanismos de acreditação da conformidade orgânica, viabilizando a declaração ou a certificação para a comercialização dos produtos conforme a legislação;

XXVI - incentivo à produção e ao consumo de Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC;

XXVII - incentivo aos municípios para a criação de seus Planos Municipais de Agroecologia e Produção Orgânica.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS

Art. 7.º São instrumentos da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO:

I - o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PLEAPO;

II - serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com experiência na temática agroecológica;

III - ensino, pesquisa, extensão, inovação científica e tecnológica;

IV - pesquisa técnico-científica e sistematização de conhecimentos populares e tradicionais, bem como a divulgação para a sociedade;

V - formação profissional, educação no campo e sensibilização para a soberania alimentar;

VI - planos governamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar;

VII - abastecimento, comercialização, agroindustrialização e acesso a mercados de caráter solidários e agroecológicos;



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

VIII - medidas fiscais e tributárias que favoreçam as cadeias de valor de serviços e produtos orgânicos, como preços diferenciados, ICMS e isenções;

IX - Fundos Federais, Estaduais e Municipais, linhas de crédito, subsídio, financiamento e fomento à cadeia de valor de produtos orgânicos e à pesquisa agroecológica;

X - programas públicos e compras governamentais e institucionais de produtos orgânicos e agroecológicos, com preços diferenciados e percentual mínimo de compras;

XI - declarações e certificados, oriundos dos mecanismos de acreditação da conformidade orgânica;

XII - convênios, parcerias e termos de cooperação com entidades públicas e privadas, e organizações da sociedade civil;

XIII - sistemas de segurança das atividades de produção orgânica voltadas à agricultura familiar;

XIV - indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas;

XV - pagamentos ou benefícios sociais por serviços ambientais e sociais;

XVI - fiscalização, punição e compensação por ações ilegais ou que intervenham no direito da não contaminação genética e de agrotóxicos das culturas orgânicas nas unidades produtivas, que comprometam sua conformidade orgânica em todos os aspectos;

XVII - monitoramentos de resíduos de agrotóxicos em água, alimentos, humanos e demais compartimentos ambientais;

XVIII - fóruns, redes, conselhos, comissões e câmaras consultivas para intercâmbio de conhecimentos, experiências, tecnologias e demais atividades pertinentes ao escopo desta política.

CAPÍTULO V
DO PLANO

Art. 8.º O PLEAPO conterà, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

I - diagnósticos participativos e consultas públicas;

II - estratégias e objetivos;

III - programas, projetos e ações;

IV - indicadores, metas, orçamento, prazos e responsáveis;

V - modelo de gestão, monitoramento e avaliação.

§1.º O PLEAPO será elaborado e implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participam com programas e ações, devendo ser incorporado ao Plano Plurianual do Estado.

§2.º O PLEAPO terá intersectorialidade com os Planos Estaduais que mantêm interface com esta Política.

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9.º A instância de gestão da PEAPO é o Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do Amazonas - CEAPO.

Art. 10. Compete ao CEAPO:



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

I - garantir de forma paritária a participação da sociedade civil e das organizações governamentais para o acompanhamento da PEAPO e a elaboração e acompanhamento do PLEAPO;

II - propor ao Poder Executivo Estadual as diretrizes, os objetivos, os instrumentos e as prioridades do PLEAPO;

III - acompanhar e monitorar os programas e as ações integrantes do PLEAPO, propondo alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos;

IV - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional e estadual para a implementação da PEAPO e do PLEAPO;

V - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade civil, para propor e subsidiar as tomadas de decisões sobre temas específicos no âmbito da PEAPO;

VI - elaborar e apresentar a proposta do PLEAPO, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 11. O CEAPO terá a seguinte composição paritária:

I - mínimo de dez representantes dos órgãos e entidades do Poder Público;

II - mínimo de dez representantes de entidades da sociedade civil.

§1.º Cada membro titular do CEAPO terá um suplente.

§2.º Os representantes governamentais no CEAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos designados por ato do Poder Executivo Estadual.

§3.º A Secretaria-Executiva será responsável pela ampla divulgação de edital de abertura do cadastramento de representantes da sociedade civil interessados em compor o CEAPO, para se candidatarem deverão se manifestar formalmente, apresentando documentos da instituição em que conste a atuação na temática do CEAPO, de posse dos nomes dos candidatos a Secretaria-Executiva marcará a data da Assembleia de Composição, convidando-os a participar, tendo todos direito a voto.

§4.º O CEAPO deverá constituir um Regimento Interno aprovado em Assembleia do CEAPO.

§5.º A composição do CEAPO, posteriormente implementada, poderá ser alterada conforme estabelecido em Regimento Interno e submetido à aprovação em Assembleia do CEAPO, posteriormente publicada em Diário Oficial.

§6.º O mandato dos membros representantes de entidades da sociedade civil no CEAPO terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado nos termos de seu Regimento.

§7.º Poderão participar das reuniões do CEAPO, a convite de sua Secretaria-Executiva, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exerçam atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

§8.º O órgão estadual responsável pela produção rural exercerá a função de Secretaria-Executiva do CEAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 12. Compete a Secretaria-Executiva do CEAPO:

I - articular os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para a implementação da PEAPO e do PLEAPO;

II - interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLEAPO;



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

III - apresentar atas, relatórios e informações ao CEAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLEAPO;

IV - garantir a transparência das ações, dos investimentos e dos dados à sociedade civil.

Art. 13. A participação nas instâncias de gestão da PEAPO será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 14. Poderão constituir fontes de financiamento da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO:

I - recursos do Tesouro do Estado do Amazonas;

II - recursos oriundos de outros entes da Federação;

III - recursos de fundações, empresas públicas e privadas, pessoas físicas, instituições financeiras, organismos multilaterais e organizações não governamentais;

IV - recursos oriundos de operações de crédito;

V - recursos dos Fundos Estaduais;

VI - recursos provenientes de infrações ambientais.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Revoga-se a Lei Promulgada Estadual n. 259, de 30 de abril de 2015.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.